

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Campus de Rio Claro

**SUBSÍDIOS PARA A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O
TURISMO NO ESPAÇO RURAL NA ROTA DAS TERRAS-RS**

Paulo Ricardo Machado Weissbach

Orientadora: Prof. Dr^a Lúcia Helena de Oliveira Gerardi

Tese de Doutorado elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Área de Concentração em Organização do Espaço para obtenção do Título de Doutor em Geografia.

Rio Claro (SP)
2007

G330.98 Weissbach, Paulo Ricardo Machado
W432s Subsídios para a formulação de políticas públicas para o
turismo no espaço rural na Rota das Terras – RS / Paulo
Ricardo Machado Weissbach. – Rio Claro : [s.n.], 2007
288 f. : il., figs., gráfs., tabs.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Insti-
tuto de Geociências e Ciências Exatas
Orientador: Lúcia Helena de Oliveira Gerardi

1. Geografia econômica. 2. Geografia do turismo. 3.
Turismo rural. 4. Desenvolvimento regional. 5. Planejamento
turístico. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI – Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP

Comissão Examinadora

Dra Lúcia Helena de Oliveira Gerardi

Dra Raquel Bovo

Dra Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira

Dr Manuel Baldomero Rolando Berríos Godoy

Dra Vera Lúcia dos Santos

Aluno: Paulo Ricardo Machado Weissbach

Rio Claro, 28 de setembro de 2007

Resultado: Aprovado

DEDICATÓRIA

Para todos aqueles que lutam,
sonham, ousam e, sobretudo, vivem...

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus...

Agradeço a minha companheira, amiga e namorada, Andréia, pela paciência.

Aos meus filhos: Bolívar e Thayná por suportarem a ausência.

Aos amigos e colegas que me auxiliaram, dando opiniões ou conselhos.

À Professora Lúcia, grato pela confiança e pelos ensinamentos.

Às prefeituras municipais, e respectivos responsáveis pelo turismo, pelas informações.

Obrigado Eliana pela entrevistas e colóquios.

Agradeço ao escritório da Rota das Terras pelas informações.

Aos meus alunos, pela compreensão.

Aos meus chefes e coordenadores, por entenderem os meus propósitos.

A todos aqueles que me ajudaram a construir esta caminhada.

Pascal: Se o universo o esmagasse, o homem seria ainda mais nobre do que aquilo que o mata, porque ele sabe que morre, e, sobre a vantagem que o universo tem sobre ele, o universo nada sabe. (In Morin, 1996, p. 262).

SUMÁRIO

ÍNDICE.....	i
ÍNDICE DE TABELAS.....	iii
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	iv
ÍNDICE DE FIGURAS.....	v
RESUMO.....	vi
ABSTRACT.....	vii
INTRODUÇÃO	1
1 O ESPAÇO RURAL NO BRASIL.....	7
2 TIPOLOGIAS DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL E OUTROS CONCEITOS.....	35
3 A ÁREA DE ESTUDO: A ROTA DAS TERRAS	64
4 SUBSÍDIOS PARA A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO NO ESPAÇO RURAL NA ROTA DAS TERRAS.....	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS	185
REFERÊNCIAS	194
APÊNDICES.....	207
ANEXOS.....	247

INDICE

INTRODUÇÃO	1
1 O ESPAÇO RURAL NO BRASIL	7
1.1 O rural no Brasil	8
1.2 O rural, o urbano e o turismo.....	21
2 TIPOLOGIAS DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL E OUTROS CONCEITOS....	35
2.1 A atividade turística	37
2.2 Em busca de um conceito para o turismo no espaço rural.....	43
2.3 Modalidades turísticas no espaço rural	53
2.4 Roteiros turísticos.....	59
3 A ÁREA DE ESTUDO: A ROTA DAS TERRAS.....	64
3.1 Metodologia empregada na área de estudo.....	66
3.2 A Rota das Terras – Definição e caracterização geográfica	68
3.3 O Conselho de Desenvolvimento Sustentável da Região Planalto/Consórcio Rota das Terras de desenvolvimento turístico e ambiental (CONDESUS/Rota das Terras).....	88
3.4. Os Conselhos regionais de desenvolvimento (COREDES).....	91
3.5 O turismo na Rota das Terras – estudo diagnóstico	95
3.6 Evidências do desenvolvimento turístico de Tapera	128
4 SUBSÍDIOS PARA A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO NO ESPAÇO RURAL NA ROTA DAS TERRAS	132
4.1 Políticas públicas de turismo	133
4.2 A atuação do poder público no turismo	147
4.3 Planejamento e objetivos do turismo.....	152
4.4 Proposta de subsídios para a formulação de políticas públicas para o turismo no espaço rural na Rota das Terras	161
4.5 Argumentações finais.....	178
CONSIDERAÇÕES FINAIS	185
REFERÊNCIAS.....	194
APÊNDICES	207
APÊNDICE 1	208

APÊNDICE 2	222
APÊNDICE 3	223
APÊNDICE 4	234
APÊNDICE 5	237
APÊNDICE 6	240
APÊNDICE 7	241
APÊNDICE 8	243
APÊNDICE 9	¡Error! Marcador no definido.
ANEXOS	247
ANEXO A	¡Error! Marcador no definido.
ANEXO B	¡Error! Marcador no definido.
ANEXO C	
	¡Error! Marcador no definido.
ANEXO D	¡Error! Marcador no definido.
ANEXO E	¡Error! Marcador no definido.
ANEXO F	¡Error! Marcador no definido.
ANEXO G	¡Error! Marcador no definido.
ANEXO H	279
ANEXO I	280
ANEXO J	281

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Número de turistas e receitas turísticas – 1980/1999.....	36
Tabela 2. PIB bruto e per capita da Rota das Terras	79
Tabela 3. População estimada e área dos municípios da Rota das Terras	80
Tabela 4. Distâncias de Porto Alegre dos municípios da Rota das Terras.....	83
Tabela 5. Avaliação das rodovias da Rota das Terras	86
Tabela 6. Dados sócio econômicos do Corede Alto Jacuí	94
Tabela 7. Dados sócio econômicos do Corede Alto da Serra do Botucaraí.....	94
Tabela 8. Dados sócio-econômicos do Corede Produção	95
Tabela 9. Participação dos municípios nas reuniões da Rota das Terras.....	109
Tabela 10. Motivações para viagens domésticas no Rio Grande do Sul	113
Tabela 11. Dados turísticos da Rota das Terras	119
Tabela 12. Entrevistas com os agentes de turismo	121
Tabela 13. Avaliação da existência de políticas públicas para o turismo na Rota das Terras	127

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 01. Registro do número de turistas na Rota Della Cuccagna	101
Gráfico 02. Percepção do número de turistas na Rota Della Cuccagna	102
Gráfico 03. Fator de visitação na Rota Della Cuccagna.....	102
Gráfico 04. Origem dos recursos financeiros na Rota Della Cuccagna.....	103
Gráfico 05. Avaliação do poder público pelos empreendedores da Rota Della Cuccagna	103
Gráfico 06. Avaliação do turismo na Rota das Terras	112
Gráfico 07. Avaliação do poder público pelos empreendedores da Rota das Terras.....	117
Gráfico 08. Fator de desenvolvimento turístico na Rota das Terras.....	120

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 01. Regiões turísticas do Rio Grande do Sul	42
Figura 02. Segmentações do turismo no espaço rural	50
Figura 03. Segmentos e práticas turísticas no espaço rural.....	52
Figura 04. Zonas fisiográficas do Rio Grande do Sul.	68
Figura 05. Localização dos municípios que compõem a Rota das Terras	69
Figura 06. Províncias Geomorfológicas do Rio Grande do Sul	70
Figura 07. Mapa hipsométrico do Estado do Rio Grande do Sul.....	73
Figura 08 Produção de soja no Rio Grande do Sul	74
Figura 09. Agropecuária do Rio Grande do Sul nos anos de 1990	75
Figura 10. Participação regional no valor agregado da indústria no Rio Grande do Sul	77
Figura 11. Participação regional no valor agregado dos serviços no Rio Grande do Sul	78
Figura 12. Área dos municípios da Rota das Terras	82
Figura 13. Mapa das rodovias da Rota das Terras	85
Figura 14. Rotas turísticas do Rio Grande do Sul	89
Figura 15. Localização dos Coredes que abrangem a área estudada	93

RESUMO

O espaço rural não apresenta somente atividades ligadas à agropecuária. Sobretudo nos últimos tempos, outras atividades, muitas ligadas ao setor do lazer e do turismo têm surgido neste espaço. No Brasil, tradicionalmente, as atividades agropecuárias sempre tiveram função primordial na economia. O país destaca-se na produção agropecuária mundial. No entanto, o chamado agronegócio, sempre privilegiou os grandes proprietários. Os pequenos produtores, de certo modo, estiveram à margem de instrumentos legais de benefício às atividades produtivas. Em razão do surgimento e do crescimento do turismo no espaço rural, faz-se necessária a elaboração de políticas públicas que orientem o setor, beneficiando certos atores e aproveitando determinadas potencialidades locais. Assim, partindo-se da análise de um roteiro turístico localizado no Estado do Rio Grande do Sul (Rota das Terras), caminha-se para a proposição de subsídios para a elaboração de políticas públicas para o turismo no espaço rural do referido roteiro. Anterior a esta proposição, analisa-se o espaço rural brasileiro e a relação deste espaço com a atividade turística. Estuda-se o conceito e a tipologia do turismo no espaço rural, formulando-se um conceito para este segmento. Investiga-se a área de estudo, apontando dados e informações que serão fundamentais para uma análise científica da mesma, sobretudo, no que diz respeito ao desenvolvimento do turismo na Rota das Terras. Para a consecução deste estudo, realizou-se uma ampla pesquisa bibliográfica, além da verificação de outras fontes, inclusive com a realização de entrevista com os dirigentes municipais de turismo dos municípios componentes do consórcio municipal que define o roteiro e com outras pessoas diretamente ligadas a este consórcio.

Palavras-chave: Rota das Terras, turismo rural, desenvolvimento regional, planejamento turístico, políticas públicas.

ABSTRACT

The countryside does not present only activities connected with the agronomy and cattle breeding. Above all, other activities, many of them connected to the leisure and tourism area, has emerged at this space in the last time period. In Brazil, traditionally, the agronomy and cattle breeding activities always had a prime function in the economy. The countryside stands out in the agronomy and cattle breeding production worldwide. Nevertheless, the called agrobusiness always privileged the big owners. The small producers, in a way, were on the fringes of the benefits of legal instruments to the productive activities. Due to the tourism appearance and growth in the countryside, it is necessary the elaboration of public politics that guide the sector, improving certain agents and making use of determined local potentialities. In this way, coming from the analysis of a tourist itinerary placed in Rio Grande do Sul State (Rota das Terras), it is oriented to a proposition of subsidies to the elaboration of public politics to tourism in the countryside of the refered itinerary. Before this proposition, it is analysed the brazilian rural area and the relation to this area with the tourist activity. It is studied the concept and the tipology of tourism in the rural area, formulating a concept to this segment. It is investigated the area of study, pointing to data and information that will be fundamental to scientific analysis of this one, over all, concerning the tourism development in the Rota das Terras. To the accomplishment of this study, it was realized a broad bibliographic research, besides the verification of other sources, including the accomplishment of an interview with the municipal tourism directors of the cities that belong to the municipal consortium, which defines the itinerary, and with other people connected directly to this consortium.

Key-words: Rota das Terras, agricultural tourism, regional development, tourist planning, public politics.

INTRODUÇÃO

Historicamente, o fenômeno turístico relaciona-se às viagens e principia-se no momento em que a humanidade deixa de ser sedentária e passa a viajar por necessidade comercial. Em dias atuais torna-se uma realidade econômica, social, cultural e política, cuja constância faz-se sentir na vida do homem e cujas inter-relações devem ser estudadas.

A atividade turística é, antes de tudo, um fenômeno sócio-econômico. Tem importância considerável no desenvolvimento da sociedade, seja pela grande quantidade de pessoas que dele participam, seja por sua ampla distribuição geográfica.

O turismo implica em um deslocamento realizado por prazer a locais que despertem algum interesse objetivo ou subjetivo. Nele estão englobados os serviços de planejamento, promoção e execução das viagens, além dos serviços de transporte, recepção, hospedagem e atendimento aos elementos e grupos que se encontram fora de suas residências. Como uma atividade que compõe o setor terciário da economia, o turismo tem capacidade ampla de crescimento em tempos atuais, que se traduz, obviamente, em uma possibilidade econômica, gerando um efeito multiplicador na economia, visto que incrementa a oferta e a procura de outros produtos de consumo necessários ao desenvolvimento da atividade.

Na atualidade, quando as atividades de lazer se apresentam cada vez mais como componentes necessários à vida humana em razão da liberação do tempo, o setor de serviços ligado ao turismo e às viagens emerge como um dos diferenciais na promoção econômica e social dos lugares, seja na forma da geração de renda, de empregos, da diversificação das atividades produtivas, assim também como uma maneira de melhor ordenar o território em razão de um aproveitamento mais racional.

Fruto de uma profunda necessidade humana de espaço, movimento, repouso e bem-estar longe do ambiente de trabalho, o turismo apresenta-se como possibilidade de sair da rotina e conhecer novos horizontes, tanto com respeito às atividades ligadas ao lazer, como aos negócios, conhecimentos científicos, peregrinações religiosas, entre tantas outras.

O espaço rural, por sua vez, representa um importante componente na vida das pessoas que, se não vivem nele ou dependem diretamente do que nele se produz, guardam uma relação estreita com o ruralismo, que no seu imaginário é um

local sem as atribuições da cidade, com um ambiente mais saudável e dotado de uma capacidade de recuperar as energias gastas na faina diária.

Porém o espaço rural não abriga somente pessoas ligadas à produção agropecuária, mas também aquelas voltadas para as outras atividades necessárias a esta produção. Desta forma, uma análise que contemple o rural não pode menosprezar a população e as atividades rurais não agrícolas, que, em conjunto, compõem a População Economicamente Ativa (PEA) do espaço rural.

Neste contexto, uma atividade econômica ligada ao setor de serviços tem marcado presença no espaço rural: o turismo que inclusive, tem servido de parâmetro para a consideração de um “novo rural” e tem sido visto pelos produtores rurais como uma alternativa para melhorar positivamente suas vidas.

Assim, a gestão do espaço turístico rural se torna uma questão atual. Planificar a atividade representa considerar as múltiplas faces e inter-relações que envolvem o empreendimento turístico, prevendo, na medida do possível, as possíveis correções de rumo que toda a planificação deve conter. Atualmente, não é somente o tamanho da propriedade e a fertilidade da terra que garantem um bom rendimento, mas o bom uso que se faz dela. Neste sentido, a valorização paisagística, cultural e histórica do espaço rural, é elemento significativo na obtenção de ganhos adicionais e suplementares à produção agropecuária, sobretudo em pequenas e médias propriedades rurais, principalmente as de base familiar.

Deve-se considerar que o turismo no espaço rural no Brasil tem apresentado um crescimento significativo nas duas últimas décadas. Basta verificar os programas, roteiros e anúncios, incluindo-se páginas eletrônicas, onde esta segmentação turística aparece como uma alternativa de destino. Embora muitas localidades tenham apresentado potencialidade para o desenvolvimento da atividade, a oferta e a procura por serviços turísticos não têm sido acompanhadas por atividades de planejamento, seja em virtude da falta de ações específicas no setor, seja pela ausência de políticas turísticas.

Toma-se como exemplo e estudo de caso desta situação o roteiro turístico chamado Rota das Terras, estruturado com base no turismo no espaço rural no Planalto Médio do Rio Grande do Sul, sob a forma de consórcio intermunicipal.

Os municípios componentes do consórcio são, em sua maioria, pequenos, mas demonstram disposição e organização para investimento em atividades

turísticas. No entanto, têm dificuldade e/ou ineficácia na aplicação de instrumentos de ação diretiva e estruturante da atividade turística.

Assim o objetivo do presente estudo se materializa no fornecimento de subsídios para a formulação de políticas públicas para o turismo no espaço rural na Rota das Terras a partir do estudo diagnóstico deste roteiro.

Sua relevância se assenta na possibilidade de apontar alternativas de crescimento social e econômico regional, baseados no fortalecimento da integração dos municípios que tomam parte da Rota das Terras.

O problema que conduziu este estudo pode ser expresso como: é possível verificar-se uma relação positiva entre o desenvolvimento do turismo no espaço rural e a existência/aplicação de políticas públicas?

Para responder a esta questão, partiu-se dos seguintes pressupostos:

- Há uma emergência de novas atividades no espaço rural como alternativas para o desenvolvimento econômico e social local;
- O turismo representa uma alternativa produtiva para o espaço rural;
- Existe a possibilidade de desenvolvimento do turismo na Rota das Terras em virtude de suas potencialidades, traduzidas sob a forma de atrativos turísticos;
- O turismo na Rota das Terras se efetiva de maneira desigual entre os municípios que a compõem;
- Os instrumentos de políticas públicas têm se mostrado insuficientes para promover o desenvolvimento satisfatório do turismo na Rota das Terras;
- Políticas públicas específicas para a Rota das Terras poderiam dinamizar a atividade turística.

Estes pressupostos conduziram para a hipótese de que municípios da Rota das Terras que possuem e aplicam políticas públicas voltadas para o turismo apresentam maior desenvolvimento desta atividade. Havendo a confirmação desta hipótese, propõem-se subsídios para a formulação de políticas públicas para os municípios que não as tem.

Considerando que a sociedade resulta de um conjunto de relações contraditórias e que estas relações não estão firmadas em paradigmas absolutos, calca-se este estudo em uma concepção metodológica que admite os valores e a

visão de mundo do pesquisador, o que permite a análise qualitativa dos dados obtidos.

Lembre-se, ainda, de que o espaço – conceito exaustivamente estudado, porém não totalmente vencido – constitui-se em uma realidade objetiva que resulta do trabalho social e em constante transformação (SANTOS, 1985, p. 49), razão pela qual é levado em consideração o movimento próprio das populações na área de estudo e na configuração espacial resultante.

É proposta uma análise situacional (e não de sítio) de um roteiro turístico sob a perspectiva do aproveitamento turístico do espaço rural. Desta forma, admite-se a dialética como modo de abordagem da temática em estudo. No entanto a metodologia adotada não representa, exclusivamente, a maneira correta de analisar e interpretar os fatos. Ela é, assim, apenas uma forma de se estudar a realidade.

Como tem se por objetivo verificar a organização espacial de uma área onde se insere um roteiro turístico, é necessária a vinculação entre as partes do roteiro e, destas partes com o todo, de tal modo que a área seja verificada em sua dinâmica própria e inter-relacionada às demais dinâmicas circundantes. Para isso, considere-se o que prega Morin (1999, p. 107):

Enormes incógnitas ainda resistem nesse universo inusitado que cada um de nós carrega na cabeça. Incógnitas que não resultam apenas da insuficiência dos nossos conhecimentos, mas também da insuficiência dos nossos meios de conhecimento. Assim, as abordagens parciais, locais e regionais perdem a unidade e a globalidade, enquanto as abordagens globais ou unitárias perdem as particularidades e a multiplicidade, todas dissolvendo o que deveria liga-las, isto é, a complexidade.

Ou seja, se executa a verificação de uma realidade regional, com suas particularidades, sem olvidar a sua conexão com a realidade supra-regional.

Como técnicas de investigação, foram usadas a pesquisa bibliográfica, a verificação de documentos legais, tais como regulamentos, Leis Orgânicas, Códigos de Posturas, entre outros, o levantamento fotográfico, entrevistas com os responsáveis pelo turismo na Rota das Terras, além das observações feitas pelo pesquisador.

O texto a seguir estrutura-se do seguinte modo: No primeiro capítulo se discute o espaço rural no Brasil e a relação entre o rural, o urbano e o turismo. No segundo capítulo é estudada a atividade turística, com ênfase na sua conceituação,

busca-se a formulação de um conceito para as atividades turísticas realizadas no espaço rural, a discussão das tipologias turísticas predominantes neste espaço e a caracterização de roteiro turístico. No terceiro capítulo é explicitada a metodologia empregada para a realização deste estudo, assim como a área de estudo é caracterizada, verificando-se, em detalhe, a atividade turística na Rota das Terras e a atuação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES). No capítulo final, são abordadas as políticas públicas de turismo, a atuação do poder público na atividade turística e o planejamento e os objetivos do turismo na Rota das Terras. Encerrando este capítulo, apresenta-se uma proposta de subsídios para a formulação de políticas públicas para o turismo no espaço rural na Rota das Terras.

1 O ESPAÇO RURAL NO BRASIL

A ascensão da ruralidade no imaginário nacional (tanto econômico quanto social) é expressa por meio de manifestações culturais como a música, especialmente pela chamada música “sertaneja”. O agronegócio e seus rendimentos apresentam o rural¹ como um importante setor econômico para o país. Prova disto é que o Produto Interno Bruto (PIB) rural aumentou, em 2004, 5% em relação ao ano anterior. Além disso, os negócios agrícolas são fundamentais para a economia brasileira, já que movimentaram 458 bilhões de reais, geram 117 milhões de empregos e renderam 42% das exportações em 2004 (VEJA AGRONEGÓCIO, 2004, p. 12-16). Produtos como a soja, o café, a laranja e a cana-de-açúcar, entre muitos, têm possibilitado ao país uma posição de destaque na produção primária mundial. Apesar disto, a visão “produtivista” do rural já não é mais hegemônica, cedendo lugar para outros aspectos que chegam a ser chamados de “nova ruralidade”, entre muitos neologismos.

Assim, neste capítulo pretendemos expor, de modo não definitivo, a situação do espaço rural brasileiro, sobretudo em função desta “nova ruralidade”, onde se discute a definição e a delimitação dos espaços rurais e urbanos e o surgimento de outras atividades no espaço rural, como o turismo, sem negar, na totalidade, a provável homogeneização por conta do chamado meio técnico-científico-informacional nomeado por Milton Santos (1997).

1.1 O rural no Brasil

Há necessidade, na atualidade, de se ampliar o debate da questão agrária para além da afirmação de que o agronegócio garantiria renda e emprego para todos nas comunidades rurais, ou de que a reforma agrária no país seria anacrônica, como afirma Francisco Graziano Neto (GRAZIANO NETO, 2004, p. 66-68), considerando outros aspectos do espaço rural brasileiro que compõem a “nova ruralidade”.

¹ Enquanto o rural é relativo a tudo o que pertence ao campo (agrícola ou não-agrícola), a ruralidade diz respeito às características de tudo o que está vinculado com a vida rural, principalmente as condições materiais e morais necessárias para a existência dos habitantes rurais (TEIXEIRA; LAGES, 1997, p. 9-33).

Esta nova ruralidade destaca o produtor familiar, que representa um foco para a diversificação da economia rural, já que o agronegócio depende em parte do mercado externo e fica sujeito às flutuações dos preços internacionais.

Produtor familiar, segundo Wilkinson (1986, p. 31), é o trabalhador, assalariado ou não, que tem por renda total (e não somente a agrícola) até dois salários mínimos regionais e cuja unidade de produção baseia-se no trabalho. O mesmo autor, em conceito posterior (2006, p. 1), diz que produtor familiar é uma categoria social que se caracteriza pela prática policultora, em lotes de 5 a 50 hectares, que mescla atividades de subsistência, produção comercial e, em menor grau, integração agroindustrial. Para Veiga (1991, p. 186-193), a pequena produção está relacionada não ao tamanho da propriedade ou da produção, mas à forma como se organiza socialmente a unidade produtiva, ou seja, se o trabalho é patronal ou familiar. Segundo a FAO/INCRA apud Vale (2005, p 27), a produção familiar é definida “pelas seguintes características: (a) trabalho e gestão intimamente relacionados; (b) direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários; (c) ênfase na diversificação; (d) trabalho assalariado complementar; (e) decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade o processo produtivo; (f) tomada de decisões *in loco*, condicionada pelas especificidades do processo produtivo, e (g) ênfase no uso de insumos internos.” Para este trabalho adota-se esta última caracterização.

Santos (2005, p. 1) fala da contribuição social que a agricultura empresta à economia nacional, participando com cerca de 10% do PIB na produção direta, e cerca de 35% do PIB, se considerarmos outras atividades diretamente relacionadas a ela, tais como a produção de implementos, serviços, etc. O autor afirma que o país é agro-exportador, e a agricultura ajuda no equilíbrio da balança comercial e na geração de renda e emprego no espaço rural.

Como parte da agricultura brasileira direciona-se à exportação, os interesses internacionais influenciam na produção nacional e os complexos agroindustriais retiram do produtor a decisão de como e o que produzir, verticalizando, sobremaneira, o sistema agroalimentar. Os países centrais, via de regra, impõem as condições para a produção de gêneros agrícolas, ao passo que as suas agriculturas são protegidas. Isto torna a agricultura nacional sujeita a uma concorrência injusta, muito embora os números apontados indiquem um crescente volume de exportação.

Morin (1995, p. 34) define a conjuntura econômica mundial dizendo que: “A economia mundial é cada vez mais um todo interdependente: cada uma de suas partes tornou-se dependente do todo, e, reciprocamente, o todo sofre as perturbações e vicissitudes que afetam as partes”.

O produtor familiar, então, inserido neste contexto, é levado à especialização em razão do modelo econômico interdependente:

O entendimento, se não o único ou dominante, mas freqüente, é que o desenvolvimento do capitalismo no campo, ao mesmo tempo em que recria de forma subordinada o agricultor familiar, força-o à especialização. Haveria uma tendência ao abandono de algumas culturas ou rebanhos em benefício de algum outro que passaria a ser cultivado/criado de forma (quase) exclusiva e especializada (com tecnologias modernas), visando a elevação da produtividade, redução de custos, competitividade no mercado, qualidade, etc (PIRAN, 2001, p. 130).

Ou seja, mesmo entre os produtores familiares, as formas produtivas tendem a seguir o sistema que vigora para as culturas em larga escala.

Na história recente da agricultura do Brasil, o Estado, por meio de subsídios e incentivos fiscais, promoveu o aumento da produtividade das principais culturas, “[...] tentando fazer frente às demandas internas e externas no país, uma vez que o setor agropecuário desempenhou um papel fundamental no equilíbrio da balança comercial.” (MATTEI, 1998, p. 24). A iniciativa privada, sobretudo aquela ligada aos grandes produtores, foi beneficiada por esta política. Piran (2001, p. 96) afirma:

A transferência de riqueza pública em favor da iniciativa privada tanto pode se dar através de investimentos em infra-estrutura e setores básicos, quanto pela retirada do Estado daqueles espaços, desde que tenham se tornado atrativos à iniciativa privada, ou ainda, através da política de crédito e de subsídios.

Nos estados sulinos, especificamente, no Rio Grande do Sul, a agricultura apresentou um desenvolvimento considerável após a década de 1960. Isto se deveu, sobretudo, ao incremento de novas tecnologias, uso em larga escala de máquinas e insumos e à introdução de variedades de plantas e animais de alto rendimento (SCHNEIDER, 2003, p. 145). Entretanto, conforme Flores e Macedo (2005, p. 1), a política agrícola adotada a partir de 1970 baseou-se em fatores

modernos como o uso intensivo de capitais, o que levou ao aumento da concentração da terra e da riqueza nas mãos de pequenas parcelas da população. Os produtores rurais de porte, privilegiados nas políticas públicas para o setor, produziam cultivares de alto rendimento e dependentes de insumos intensivos em capital. “Os ganhos microeconômicos prevaleciam sobre os sociais, ambientais e éticos.” (FLORES; MACEDO, 2005, p. 1-2).

Não obstante a incorporação de novas tecnologias, houve um excedente de mão-de-obra que foi dispensado deste setor e que teve de procurar ocupação em outros setores ligados à produção. Então, se de um lado a incorporação de inovações tecnológicas aumenta a produção e a produtividade, por outro, reduz os postos de trabalho na lavoura. Isto leva para um fato preocupante que é a falta de emprego. Esta questão ganha uma dimensão maior se for considerado o meio rural, espaço onde as novas formas de produção reduziram a ocupação de mão-de-obra.

Veiga (1991, p. 108), em análise que corresponde à década de 1990, dizia que:

[...] as ocupações no meio urbano aumentaram mais de 60%, passando de 31,5 para 50,8 milhões, já ocupações no meio rural aumentaram apenas 13%, passando de 16,3 para 18,4 milhões. Os ocupados em atividades rurais agrícolas passaram de 13,2 para 14,5 milhões, aumentando 10%, enquanto ocupados em atividades rurais não-agrícolas passaram de 3,1 para 3,9 milhões, aumentando 26%.

No entanto, segundo o autor, a proporção de ocupações no meio urbano correspondia a 4 para cada 10 residentes, enquanto no meio rural era de 6 ocupações para cada 10 residentes. Isto traz por consequência que, “[...] o maior problema não está, portanto, na falta de ocupações rurais, mas, principalmente, na insuficiência de ocupações rurais geradoras de renda”. (VEIGA, 1991, p. 108). Desta forma, se a falta de ocupações não é preocupante, a falta de ocupações geradoras de renda é, tal como foi o êxodo em décadas passadas. Se por um lado, os programas estatais combateram, e ainda combatem, a questão do êxodo, por outro existe a urgência de geração de postos de trabalho remunerado do espaço rural com a finalidade de que uma transmutação simples e direta não ocorra: a pobreza urbana transfira-se integralmente para o espaço rural. Embora a PEA (População

Economicamente Ativa) rural apresente crescimento, este pode não corresponder ao aumento da mão-de-obra disponível.

Graziano da Silva; Del Grossi; Campanhola (2002, p. 107) assim caracterizam a questão do emprego no espaço rural brasileiro:

O número de trabalhadores rurais e famílias dedicadas exclusivamente às atividades agrícolas vêm decrescendo rapidamente, acompanhado por um crescimento de trabalhadores rurais e famílias ocupadas em atividades não-agrícolas, isto é, unidades familiares em que nenhum membro está engajado em atividades agrícolas.

Na visão de Mattei (2005, p. 1): “As mudanças na dinâmica do trabalho agrícola já são perfeitamente visíveis, seja através do aumento do número de pessoas das famílias de agricultores que possuem emprego fora das propriedades, seja através da combinação de diferentes atividades dentro das propriedades [...]”.

A ocupação de mão-de-obra em atividades não-agrícolas decorre, em parte, da liberação dos elementos da família que antes trabalhavam em uma agricultura que necessitava grande número de pessoas. Esta mão-de-obra excedente acaba por ser absorvida por outras atividades não ligadas diretamente à produção agropecuária. Esta afirmação pode ser corroborada através da constatação de que a PEA rural continua crescendo, mas a PEA agrícola se mostra em queda (GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI; CAMPANHOLA, 2002, p. 109).

Berdegué; Reardon; Escobar apud Schneider (2003, p. 129), dizem que “[...] o emprego rural não-agrícola é atualmente responsável por cerca de 40% das rendas dos habitantes rurais da América Latina e uma clara tendência que aponta para o seu crescimento na região”. Por outro lado, Olic (2005, p. 1) afirma que dos quinze milhões de pessoas economicamente ativas no espaço rural no país, cerca de um terço delas trabalha em atividades não agrícolas, apresentando um crescimento de 3,7% em média, ao ano, durante a década de 90. Isto indica uma consideração adicional quanto à importância das atividades não-agrícolas no espaço rural, não somente em termos de ocupação de mão-de-obra. De acordo com Schneider (2003, p. 142):

Frente à queda generalizada do emprego agrícola nos diferentes países e regiões, pode-se afirmar que o crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural está se configurando como um fenômeno

absolutamente relevante não apenas para promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar social das populações rurais, mas, também, para a própria interpretação analítica das transformações agrárias contemporâneas.

Conforme constata Graziano da Silva (2002, p. 12), a ocupação da população com domicílio rural em atividades industriais, no comércio e em serviços, tem apresentado um crescimento considerável no Brasil. Diz o autor que esse crescimento acontece, sobretudo, nas atividades que envolvem a transformação industrial na chamada agroindústria e, em segundo lugar, naquelas relacionadas à crescente urbanização do espaço rural como o lazer, a moradia e outros serviços. Muitas atividades como a “[...] criação de abelhas, peixes, aves e outros pequenos animais, produção de flores e plantas ornamentais, frutas e hortaliças, atividades de recreação e turismo (pesque-pague, hotel-fazenda, pousadas, restaurantes, spas) [...]”, proliferam no espaço rural e empregam muitas pessoas (GRAZIANO DA SILVA, 2002, p. 15-16). Isto implica atividades altamente intensivas e de pequena escala que oportunizam aos pequenos produtores, possibilidades novas que não podem ser designadas de agrícolas ou pecuárias, exclusivamente, e que demandam uma ocupação dos membros da família nessas atividades. A elevação da renda das famílias rurais, talvez, seja obtida diante do emprego das pessoas em atividades não-agrícolas, já que ela representa um uso do tempo não empregado nas atividades primárias. Confirma-se esta situação mediante a afirmação de Del Grossi citado por Campanhola e Graziano da Silva (2005, p. 1) de que as rendas advindas de atividades não-agrícolas foram 50% maiores que as da atividade agrícola no período de 1981-1995.

Mas, se do ponto de vista quantitativo as ocupações aumentam, por outro, a falta de qualificação da mão-de-obra empregada nas atividades não-agrícolas é uma realidade apontada por Campanhola e Graziano da Silva (2005, p. 1) e por Schneider e Fialho (2000, p. 26) e representa um menor ganho salarial. Isto quer dizer que, embora o crescimento das atividades não-agrícolas proporcione novas fontes de rendimentos, esses rendimentos não são equiparados às mesmas ocupações no espaço urbano.

Mesmo diante das dificuldades, como as relatadas anteriormente, o produtor familiar enfrenta a ordem vigente, resistindo e procurando manter-se. Com consciência de permanência na luta, ele se organiza em associações que

reivindicam o retorno para a agricultura e melhores condições de trabalho e vida. Piran (2001, p. 178) explica:

Com a modernização da agricultura, desencadeia-se novo processo de seleção/exclusão e desterritorialização dos agricultores que migram para a cidade e/ou para a fronteira agrícola próxima. Contudo, na medida em que o processo de modernização avança e a fronteira agrícola se distancia, eles, apegados ao 'seu' território (o que é de sua cultura) e tendo avançado em sua consciência de classe, propõem-se a enfrentar de forma mais organizada e coletiva a histórica sina da desterritorialização que lhes é imposta.

O processo de modernização da agricultura implicou uma seletividade dos produtores, de tal modo que aqueles que têm condições de acompanhar o processo de modernização voltado para os complexos agroindustriais têm maiores chances de sucesso econômico.

Se, de um lado a agricultura nacional trilhou o caminho da especialização e do atendimento dos interesses do mercado internacional (capitalizando-se, por conseguinte), por outro a produção da agricultura familiar², ficou à margem do processo, não acompanhando a evolução técnica e a modernização da produção por falta de recursos financeiros. "O uso intensivo do capital na agricultura tornou os agricultores mais dependentes dos fatores não-agrícolas [...], no mesmo tempo que integrou a agricultura aos complexos agroindustriais [...]". (MATTEI, 2005, p. 2).

Desta maneira, a agricultura familiar tem dificuldades em prosperar, em virtude de uma reprodução social baseada em atividades tradicionais e num modelo financeiro alheio as suas limitações. Reis Júnior e Vale (2002, p. 144) assim proclamam:

O processo de modernização agrícola no Brasil ocorreu de forma conservadora, com o grande capital aliando-se ao latifúndio e sendo amparado pelos Estados, causando um grande impacto sobre o grande contingente de pequenos agricultores de economia baseada no trabalho familiar e que não conseguem viver dignamente das tradicionais atividades do meio rural.

² Conforme enquadramento do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), são considerados agricultores familiares os produtores rurais que atendam os seguintes requisitos: sejam proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou concessionários da Reforma Agrária; residam na propriedade ou em local próximo; detenham, sob qualquer forma, no máximo 4 (quatro) módulos fiscais de terra, quantificados conforme a legislação em vigor, ou no máximo 6 (seis) módulos quando se tratar de pecuária familiar; no mínimo 80% da renda familiar deve ser proveniente da exploração agropecuária ou não agropecuária do estabelecimento; o trabalho deve ser a base da exploração do estabelecimento (FETAEP, 2005, p. 6).

No Brasil, o produtor familiar esteve sempre em desvantagem em relação ao sistema de produção em larga escala. Assim, ele sempre lutou para superar a precariedade estrutural e conquistar espaços nos segmentos social e econômico. Diante disto, é compreensível, e até necessário, que sejam buscadas atividades que promovam uma otimização da produção e dos rendimentos rurais dos produtores familiares. Assim, as novas atribuições e múltiplas atividades produtivas que começam a surgir no espaço rural são possibilidades que se apresentam como alternativas para o produtor familiar.

Em face das dificuldades dos produtores familiares, a diversificação tem sido um instrumento útil na relocação de rendimentos e de ocupação da mão-de-obra. Não são somente as dificuldades, mas também a dinâmica própria do mundo rural, em face das conjugações sociais, que fazem resultar novas funções. Com um novo cenário, é necessário que se pense permanentemente sobre o processo de desenvolvimento rural, o que inclui entender as novas funções sócio-econômicas do espaço rural e propor políticas públicas que atendam este processo produtivo (CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 2000a, p. 3).

Em decorrência de um novo arranjo no espaço rural, alguns autores apontam para o fenômeno da emergência das atividades não-agrícolas, enfatizando para um “novo rural brasileiro.” Este novo rural, segundo Graziano da Silva (2002, p. 9) não pode ser associado somente à produção agrícola e pecuária. Novas atividades aparecem introduzindo um conjunto de novas funções no espaço rural. Conforme Schneider (2003, p. 134-135):

O ator social privilegiado dessa nova caracterização do rural seria o aparecimento das famílias pluriativas, que combinam vários tipos de atividades e ocupações em uma mesma unidade familiar ou estabelecimento, fazendo com que os seus membros possuam vários tipos de inserção profissional.

De acordo com Graziano da Silva (2002), em estudos decorrentes do Projeto Rurbano³, são três os motivos que geraram o novo rural brasileiro: a urbanização do campo, resultante da invasão das cidades no espaço rural; a crise do setor agrícola, em consequência dos vários condicionantes que limitam e retraem

³ O Projeto Rurbano é um projeto temático de Caracterização do Novo Rural Brasileiro, 1981/95 que analisa as recentes transformações no espaço rural do Brasil. É coordenado pelos professores José Graziano da Silva e Rodolfo Hoffmann, do Núcleo de Estudos Agrícolas do Instituto de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp).

a atividade; e os limites de geração de empregos no setor agrícola, que estaria promovendo novas formas de gerar renda e emprego.

O novo rural pode ser justificado, em parte, pelo próprio desenvolvimento do capitalismo na agricultura que provoca uma homogeneização da produção. A superação deste modelo estaria condicionada à chegada dos meios de comunicação e de novos padrões de consumo no espaço rural, que sugerem uma mudança estrutural (SCHNEIDER, 2003, p. 11).

No entanto, como enfatiza Graziano da Silva (2002, p. 101), as novas atividades não são tão novas, pois muitas delas já existiam ou não estavam sendo praticadas. O termo, “nova”, diz respeito, então, a uma prática mais freqüente na atualidade. Graziano da Silva (2002, p. 10) sobre a mudança do rural brasileiro assim se pronuncia:

A conclusão é que o meio rural brasileiro já não pode ser mais analisado apenas como o conjunto das atividades agropecuárias e agroindustriais, pois ganhou novas funções. O aparecimento (e a expansão) dessas “novas” atividades rurais – agrícolas e não-agrícolas, altamente intensivas e de pequena escala – tem propiciado outras oportunidades para muitos produtores que não podem mais serem chamados de agricultores ou pecuaristas e que, muitas vezes, não são nem mesmo produtores familiares, uma vez que a maioria dos membros da família está ocupada em outras atividades não-agrícolas e/ou urbanas.

Em crítica ao trabalho de Graziano da Silva, Alentejano (2005) argumenta que, em verdade, não há uma mudança radical do rural brasileiro, entretanto, concorda com as afirmações do primeiro no sentido de se considerar que há uma maior valorização da agricultura familiar, um avanço da pluriatividade, uma disseminação de novas práticas agrônômicas ambientalmente saudáveis. Respeitando a posição de Alentejano, acredita-se que, se há novos elementos no espaço rural, por que não considerar um “novo” rural brasileiro?

Assim, dentre os fenômenos do neorural, cita-se a pluriatividade. Embora a pluriatividade seja uma mudança em relação aos padrões anteriores de reprodução social no espaço rural, a situação não é nova se considerada a história agrária mundial. A pluriatividade seria uma retomada das funções já desempenhadas pelo espaço rural, com alguns acréscimos decorrentes de novas atividades que foram inseridas nesse espaço. Em qualquer sentido, verifica-se, pois, um ator social no novo rural: a família pluriativa, que combina atividades agrícolas e

não-agrícolas na ocupação de seus membros. Graziano da Silva (2002, p. 8) assinala outros fenômenos relacionados à pluriatividade, quais sejam: a especialização produtiva crescente; a formação de redes vinculando fornecedores de insumos, prestadores de serviços, agricultores, agroindústrias e empresas de distribuição; o crescimento do emprego qualificado no espaço rural e a melhoria da infra-estrutura social e de lazer.

Schneider (2003, p. 10) afirma que a “[...] pluriatividade é uma característica típica dos processos de desenvolvimento em que a integração dos agricultores familiares à divisão social do trabalho passa a ocorrer não mais exclusivamente através de sua inserção nos circuitos mercantis [...]” por meio da agricultura. Ou seja, rompe-se a dependência baseada em uma exclusiva atividade. Continua o autor: “[...] a pluriatividade refere-se a um fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura”. E esta interação tende a se intensificar na medida em que as relações entre os agricultores e o ambiente social e econômico se tornarem mais complexas.

A combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas é o cerne da pluriatividade na unidade de produção familiar, sendo que a iniciativa tanto pode ser adotada por todos os membros, quanto individualmente, por cada um dos elementos da família, dependendo da necessidade e da possibilidade que as áreas rurais apresentam. Fatores endógenos ou exógenos contribuem para essa tomada de atitude, sendo comum ser considerado o mercado de trabalho e a capacidade produtiva da área rural. A pluriatividade não está baseada somente na agricultura e, ao contrário, a renda de uma família pluriativa não está baseada somente da exploração da propriedade, mas de outros locais de trabalho. Isso ocorre quando há “subocupação da força de trabalho” e a atividade não-agrícola se torna uma alternativa e/ou as condições econômicas locais se tornam precárias, não atendendo as necessidades das pessoas (SCHNEIDER, 2003, p. 83). O autor segue dizendo que:

[...] podemos definir a pluriatividade como um fenômeno através do qual membros das famílias de agricultores que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural (SCHNEIDER, 2003, p. 91).

O crescimento do uso de tecnologias fez poupar a força de trabalho, que resultou numa sobra de tempo para o trabalhador. Este tempo ocioso é utilizado por uma parte dos membros da família para o exercício de outras atividades sem vínculo com a produção rural ou com a propriedade. Em conseqüência, poderá haver um aumento na renda das famílias que se tornam pluriativas. Com relação à pluriatividade e aos novos atores que emergem neste contexto, Graziano da Silva (2002, p. 5) assim se pronuncia:

No mundo rural dos países desenvolvidos o novo paradigma “pós-industrial” tem um novo ator social já consolidado: o *part-time farmer* que podemos traduzir por agricultor em tempo parcial. A sua característica fundamental é não ser mais somente agricultor ou pecuarista: ele combina atividades agropecuárias com atividades não-agrícolas, dentro ou fora de seu estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano-industriais, como nas novas atividades que vêm se desenvolvendo no meio rural, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais.

Nos países subdesenvolvidos, também o *part-time farmer* já pode ser observado, embora em menor escala do que nos países centrais (GRAZIANO DA SILVA, 2002, p. 9).

Conforme Pereira (2005, p. 2), a pluriatividade pode ser verificada sob os seguintes pontos de vista:

- Da concorrência do pequeno produtor com os grandes produtores, da carência de políticas públicas voltadas para o pequeno produtor e do desenvolvimento do capitalismo no campo ou;

– Da necessidade ou competências das famílias, sendo, portanto, um fator interno a unidade familiar ou;

– Da conjugação de fatores que decorrem do próprio núcleo familiar, da configuração local e regional da economia e das dinâmicas globais do meio rural.

Para analisar a questão da pluriatividade, o autor opta pela terceira alternativa, que mescla as duas primeiras, seguindo o que pregam Brun e Fuller (1991), por entender o processo pluriativo como uma conjugação de fatores inter-relacionados e interdependentes.

Veiga (2005, p. 1-27), em estudo sobre diretrizes para uma nova política agrária, enfatiza o surgimento da pluriatividade no espaço rural brasileiro, alertando

para a necessidade dos agricultores manterem a base produtiva das propriedades. Também Campanhola e Graziano da Silva (2005, p. 1-18), em trabalho que sugere diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro, enfatizam a questão do desenvolvimento local⁴ como base para as iniciativas de desenvolvimento.

A pluriatividade não pode ser creditada à decadência do pequeno produtor ou da lavoura comercial, senão que ela faz parte de mais uma “[...] etapa da diferenciação social e econômica das famílias agrícolas. Os produtores estão encontrando novas oportunidades a partir da valorização de bens não tangíveis antes ignorados [...]”. (DEL GROSSI et al., 2002, p. 138). Desta maneira, independente do sucesso ou não do pequeno produtor, as atividades não-agrícolas são parte de um processo em curso na atualidade do mundo rural. Vale (2005, p. 24) conclui, a partir da análise de Carlos (2004), que a pluriatividade é uma forma de articulação entre o campo e o urbano que redefine a antiga contradição campo/cidade.

Entre as múltiplas atividades “não-rurais” presentes no espaço rural brasileiro, o setor de serviços é destaque, especialmente quanto às atividades ligadas ao lazer que apresentam sensível crescimento. Nas palavras de Talavera (2002, p. 14):

[...] las actividades de ocio y recreación en entornos rurales han sido ampliamente reconocidas como herramientas importantes para el desarrollo económico y ello, en gran medida, por el considerable declive que han experimentado la agricultura, la ganadería y la explotación de las zonas boscosas. Así, el turismo pasa a ser considerado como el nuevo maná venido del cielo, proveyendo de oportunidades de empleo y negocio a las comunidades rurales.

Outro fenômeno do novo rural diz respeito à urbanização do campo. Ou, em outros termos, à penetração da tecnologia urbana no espaço rural que conduz para um novo arranjo sócio-econômico neste espaço. Isto implica uma nova postura dos habitantes do rural em função das novas formas de produzir e de se reproduzir.

⁴ Enquanto o desenvolvimento está associado “[...] a uma mudança estrutural que busque eficiência na produção, uso racional dos recursos naturais e uma maior igualdade na distribuição dos empregos e da renda, promovendo melhoria qualitativa no modo de vida das pessoas [...]” (MAMBERTI, BRAGA, 2005, p. 7), desenvolvimento local é “[...] um desenvolvimento desde a base, ou seja, de baixo para cima; é autocentrado, pois prioriza as decisões comunitárias nos planos gerais de desenvolvimento; é endógeno, pois mobiliza os recursos disponíveis [...]”. (PEREZ; GIMENEZ apud ALMEIDA; BLÓS, 1997, p. 59). A questão do desenvolvimento local será tratada no título 4.3 Planejamento e objetivos do turismo.

As influências urbanas podem ser sentidas nos mais variados aspectos das vidas das pessoas e não ficam restritas à produção econômica. Se, por um lado esta urbanização do campo poder trazer repercussões negativas no sentido de uma perda da identidade local, por outro, a incorporação de novas técnicas e de novas possibilidades de trabalho e de geração de renda é um alento.

Não se discute aqui que o mundo rural brasileiro, assim como no resto do mundo, seja um paraíso, visto que os problemas deste espaço são uma realidade constante em comparação com as regiões urbanas (com muitos problemas também, mas com proposição de soluções mais imediatas devido à proximidade das instâncias governamentais e decisórias). No entanto, as mudanças paradigmáticas da produção rural familiar dependem, em parte, das diferentes formas pelas quais as populações rurais viabilizam a sua reprodução social e econômica e, em parte, ao apoio estatal por meio de políticas públicas no sentido de viabilizar novas estratégias de produção. Graziano da Silva (2002, p. 5) destaca que se tem observado as mudanças ocorridas no espaço rural, no entanto, as políticas rurais continuam a ser produzidas no sentido de manter o isolamento das populações rurais em relação aos demais atores da produção. A proposição de políticas públicas específicas e que não sejam pontuais para um determinado momento histórico promoverá melhores condições de aproveitamento da produção rural familiar, como é o caso de alguns programas governamentais voltados para o produtor familiar: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (PROGER) e Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).

Esses instrumentos que, inicialmente, estavam voltados exclusivamente para a promoção agrícola, na atualidade, oferecem linhas de crédito para atividades não-agrícolas. O próprio Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) tem incentivado, junto à Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), o desenvolvimento de ações que visem valorizar a produção familiar. Neste sentido, a SAF tenta levar ao cabo a agregação de valor aos produtos do agricultor familiar, inclusive, com a promoção de atividades não-agrícolas.

O PRONAF foi criado com base em reivindicações de agricultores familiares e associações, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), e atua em linhas como a Gestão Social (fortalece e capacitam lideranças locais); Planejamento Estratégico Participativo (identificação de

prioridades de desenvolvimento rural); Diagnóstico Rural Participativo (mapeamento dos problemas e potencialidades locais); Rendas não-agrícolas; entre muitas outras de igual importância no desenvolvimento da agricultura familiar (FLORES; MACEDO, 2005, p. 4). Desta maneira, dentro do PRONAF, foi criada uma linha de crédito voltada para o turismo rural atendendo a um dos objetivos da Secretaria da Agricultura Familiar, que entende que o turismo possibilita a diversificação da renda, a valorização da cultura local, a comercialização de produtos pelos próprios agricultores e o resgate da auto-estima dessas populações. Além disso, coloca o turismo como possibilidade multidisciplinar e multissetorial (MDA/PRONAF, 2005).

Já o PROGER constitui-se em um programa com linhas de crédito para investimento em negócios que gerem e mantenham emprego e renda e atende, entre outros, pequenos produtores rurais, individualmente ou cooperativados. Muitos setores são contemplados por este programa, inclusive aqueles voltados para a atividade turística. O PNMPO, a exemplo do PROGER, objetiva a geração de renda e emprego entre microempreendedores (MTE/PROGER, 2005).

Constata-se, assim, a existência significativa de programas dirigidos para os produtores familiares que buscam a valorização da produção familiar. No entanto, além da existência de políticas públicas que visem um melhor aproveitamento da produção rural familiar, acredita-se que outras iniciativas na mesma direção poderão significar um ganho substancial no atendimento às necessidades contemporâneas do produtor familiar.

1.2 O rural, o urbano e o turismo

A revalorização do rural, contida nas práticas de excursões ao campo, de veraneios e das atividades de lazer bem como outras diversas formas de sua utilização e consumo, tem se fundado na grande expressão planetária que tomou o ambientalismo nas últimas décadas. As apelações de reencontro com a natureza, a harmonia, a qualidade de vida e o respeito com o meio ambiente, que se apresentam nos discursos ressignificadores do rural, tem evidenciado a crise da idéia de progresso contínuo e sem limites que acalentou o projeto modernizador via industrialismo e urbanização dos últimos 200 anos. [...]. (FROEHLICH, 2000, p. 183).

“O espaço rural não é mais o mesmo”. Não somente nos meios acadêmicos, esta afirmação tem sido proclamada amiúde. O senso comum já

incorporou a noção de que “algo” mudou no espaço rural. Autores como Silva apud Sauer (1998, p.102) apontam para uma urbanização do espaço rural, sobretudo em decorrência do “[...] processo de industrialização da agricultura e da penetração do mundo urbano-industrial naquilo que tradicionalmente era definido como rural”.

A agroindústria e o agronegócio incorporaram tecnologias e procedimentos que aproximaram e turvaram ainda mais as linhas que separavam o rural do urbano. O homem rural está interagindo mais com o resto do mundo em função das tecnologias de comunicação que chegaram ao espaço rural, adoção e práticas de novas formas de transformar a realidade estão presentes em seu dia-a-dia.

Sobre a transformação do espaço rural, Sauer (1998, p. 102) se expressa da seguinte forma:

[...] hoje já não se pode identificar o mundo rural exclusivamente com a agricultura, portanto, o mundo rural se tornou uma extensão do urbano, tanto do ponto de vista espacial como das relações produtivas. Em relação às atividades produtivas, além do processo de mecanização e tecnificação, está ocorrendo uma transformação nas formas de organização, contratação e gerenciamento do trabalho e crescimento de atividades não-agrícolas no meio rural.

O Projeto Rurbano, de caracterização do novo rural brasileiro, do Núcleo de Estudos Agrícolas do Instituto de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp) tem verificado isto no Brasil e empreendido estudos que demonstram esta tendência. É de Graziano da Silva a seguinte observação:

Está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. Mas o tema que aparentemente poderia ser relevante, não o é: a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um *continuum* do urbano, do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária (GRAZIANO DA SILVA, 2002, p. 1).

Isto implica dizer que o espaço rural brasileiro se urbanizou como consequência do processo de industrialização da agricultura e do “transbordamento” do mundo urbano para o rural (GRAZIANO DA SILVA, 2002, p. 1). O espaço rural, hoje em dia, oferece mais do que a água, ar e lazer. Ele fornece uma possibilidade

de postos de trabalho em pequenas e médias propriedades, distantes das tradicionais atividades reinantes no espaço rural. O fato de haver indústrias no espaço rural resulta na constatação de que, além da afluência de novas tecnologias para este espaço, novas formas de organização do trabalho são incorporadas (GRAZIANO DA SILVA, 2002, p. 3).

A idéia que se fazia do rural era a de que, funcionalmente, servia apenas para produzir alimentos e matérias-primas. Dentro de uma visão conservadora, o rural ainda é apresentado como uma antítese do urbano, do metropolitano. Esta abordagem está centrada no fato de considerar o rural exclusivamente como um mundo que evoluiu a partir da atividade agrária. Ao contrário, a cidade seria o *locus* da indústria e dos serviços. Entretanto, em razão do *continuum* representado pelos espaços urbano e rural, este último passa a ser multifuncional.

Não é descartado o papel da agricultura na fixação do homem na terra, o que permite a manutenção da população local, porém, outros usos do espaço rural têm desempenhado um papel fundamental na diversificação de produções e de ocupações rurais, traduzindo-se por um espaço plural (SILVA; ALMEIDA, 2002, p. 166). Tulik (2003, p. 14) argumenta que:

Tradicionalmente, zonas rurais e urbanas vêm sendo delimitadas pelas atividades e funções que as caracterizam e, neste sentido, as cidades concentram determinadas funções como indústrias, serviços, residências, centro político-administrativo, centro financeiro, etc. Áreas rurais caracterizam-se por atividades de produção primárias, agricultura e pecuária, principalmente. Mesmo nessa concepção, os limites entre urbano e rural não são absolutos nem mesmo rígidos.

Conforme Alentejano (2005, p. 9), a visão do rural como exclusivamente agrícola e do urbano como moderno, já foi plenamente desmentida por antropólogos, economistas, geógrafos e outros profissionais, pois a modernização de algumas áreas rurais foi superior a outras áreas urbanas, a utilização da técnica moderna não é exclusiva do espaço rural e a indústria não é uma atividade típica das cidades.

Existem áreas em que não é possível afirmar se são urbanas ou rurais em virtude de se situarem em uma faixa de transição entre ambas. Isto ocorre, sobretudo, nos locais onde a cidade avança em direção ao espaço rural,

denominado peri-urbano⁵. Contemporaneamente, esta distinção entre urbano e rural fica cada vez mais difícil, pois certas funções urbanas foram incorporadas pelo espaço rural, tais como a transformação da matéria-prima, o lazer e o turismo. Bricalli (2003, p. 51) diz que definir o urbano e o rural está cada vez mais difícil, complexo, devido à dinamicidade entre ambos. Continua o autor:

Talvez isso aconteça porque, simplesmente, não exista um limite geográfico indicando onde começa e termina o espaço rural. E mesmo se as fronteiras fossem claras, delimitando o que é rural e o que é urbano, mais tarde essa delimitação não faria sentido, em função da mobilidade desses territórios.

Esta dinâmica não é exclusiva dos espaços do chamado mundo desenvolvido, senão uma realidade que se avizinha em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

Solla (2002, p. 116), falando sobre o espaço francês, diz que as “[...] elevadas concentrações humanas e as boas vias de comunicação permitem alta mobilidade e constantes intercâmbios entre o rural e o urbano [...]”, o que tornaria difícil a distinção entre estes dois domínios. Sobre o Brasil, o autor manifesta-se dizendo que a amplitude territorial e a dificuldade de acesso a algumas regiões permitem que esses locais mantenham a singularidade, podendo-se, ainda, distinguir o rural do urbano. Prossegue Solla (2002, p. 116):

Em qualquer caso, tampouco se pode dizer que as diferenças entre o rural e o urbano se diluam por completo em alguns territórios. Por mais que exista contra-urbanização ou penetração de modos de vida e atividades próprias da cidade, o rural manterá certos sinais de identidade que permitirão sua caracterização.

Ou seja, para o autor supracitado, independente das mútuas influências que possam sofrer os ambientes, – se bem que a influência exercida pelo espaço urbano sobre o espaço rural, é mais marcante – o rural manterá a sua peculiaridade, o que denotará a sua identidade em alguns lugares.

No Brasil os critérios para a definição do que é urbano e rural são contraditórios ou pouco elucidativos. No entanto, conforme asseguram Corrêa J.;

⁵ Ana Rute do Vale (2005) desenvolve o tema da expansão urbana e a plurifuncionalidade no espaço periurbano do município de Araraquara (SP), caracterizando este espaço (Expansão urbana e plurifuncionalidade no espaço periurbano do município de Araraquara -SP).

Corrêa W.; e Gerardi (2001, p. 48) este *continuum* só pode ser entendido sob o ponto de vista espacial e do ponto de vista da organização da atividade econômica, concluindo que: “[...] não se pode caracterizar o meio rural brasileiro somente como agrário.” Na Europa, em alguns países, o rural é definido por oposição ao urbano, ou seja, características típicas das cidades são levadas em consideração, tais como a aglomeração de casas ou quantitativo populacional. Em outros países, o rural é definido pela atividade econômica predominante, ou seja, a agropecuária, independente do número de pessoas que nele habitam. Outros critérios são utilizados em diversos países, tais como a repartição da PEA (população economicamente ativa) ou a densidade demográfica, assim como as atividades desempenhadas pelos moradores (TULIK, 2003, p. 18).

No Brasil, cabe às prefeituras municipais delimitar o perímetro urbano. Essa delimitação segue, às vezes, o interesse de arrecadar mais impostos, visto que o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) é destinado para o poder público municipal e o ITR (Imposto Territorial Rural) para o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) estipula que a área urbana diz respeito “[...] a área interna ao perímetro urbano de uma cidade ou vila [...]”. Área rural, por sua vez, é nomeada como a “[...] área externa ao perímetro urbano”, incluindo os aglomerados rurais⁶ (IBGE, 2005, p. 222). Já a vila, conforme o IBGE, “[...] é a sede do distrito que não abriga a cidade. [...] área urbana do distrito que não seja a sede do município”. (IBGE, 2005, p. 222). Sendo assim, a vila é considerada área urbana.

Na Europa, lembra Portuguesez (1999, p. 73), o espaço rural associa-se a pequenos núcleos de população, que se contrapõem à cidade e que apresentam vocação para as atividades primárias. Já no Brasil, o IBGE considera como áreas urbanas as sedes municipais, as sedes distritais e as áreas urbanas isoladas, enquanto as áreas situadas fora desses limites são consideradas rurais.

Partindo da definição pouco exaustiva do IBGE, que inclui tanto povoado, arraial, loteamento e área de distrito industrial como ambiente rural, desde que situados em área fora dos limites urbanos, chega-se à contradição observada por Rodrigues (1998, p. 92.): “Uma sede de distrito – vila – com cem habitantes [...] é

⁶ Aglomerados rurais, conforme o IBGE, “[...] é um agrupamento de pessoas considerado a partir de um conjunto de edificações adjacentes e com características de permanência, situado em área legalmente definida como rural”. (IBGE, 2005, p. 222).

considerada urbana, enquanto um distrito industrial, com sua planta e residências de empregados, é considerada rural.” A contradição vista por Rodrigues diz respeito à possibilidade de uma área industrial ser mais populosa que uma vila, e assim mesmo ser considerada rural. Além desta oposição, Tuan (1980, p. 85) indica:

É amplamente aceito que o campo é a antítese da cidade, independente das verdadeiras condições de vida destes dois meios ambientes. [...] No entanto, de outra perspectiva é claro que a natureza virgem ou a selvagem, e não o campo é o pólo oposto da cidade, inteiramente feita pelo homem. O campo é a paisagem intermédia. O ideal mundo intermédio do homem está colocado, no mito agrário, entre as polaridades da cidade e do selvagem.

Desta maneira, se concordarmos com Tuan, o campo não é o oposto da cidade (ou urbano), pois se tem a existência do selvagem. O mesmo raciocínio é seguido por David Goodman apud Izique (2005, p. 2), que desfaz o pensamento reducionista do campo como antítese da cidade.

Graziano da Silva (2002, p. 105) destaca que as diferenças entre o urbano e o rural no Brasil ainda passam pelo acesso de bens e serviços, que são favoráveis ao primeiro. Não se trata de bens ditos “modernos”, mas por serviços essenciais, tais como água e saneamento básico. Vale (2005, p. 21-22) cita algumas características que diferenciam o rural do urbano:

[...] a) baixa densidade de população, residências e outros prédios, contribuindo para a predominância de uma paisagem natural; b) uso econômico predominantemente agropastoril; c) os habitantes possuem um modo de vida que se caracteriza pelo pertencimento a pequenas coletividades bem como relações particulares com o espaço; d) a cultura camponesa identifica e representa especificamente o meio rural (KAYSER, 1990, citado por MOTA: SCHMITZ, 2002); e) os habitantes relacionam-se com a natureza por meio de práticas e representações particulares com relação ao espaço, ao tempo, à família e outros (bem diferentes dos citatínos); f) a vivência coletiva resulta em relações sociais de interconhecimento (WANDERLEY, 1997); g) menor diferenciação social; h) menor mobilidade social e espacial; i) posse da terra como o centro convergente do sistema político-econômico (DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, FGV, p. 1090, citado por KAGEYAMA, 1998).

No entanto, a autora discute essas características, creditando-as somente aos espaços pouco povoados e onde a influência urbana é pequena.

Santos (1985, p. 69) argumenta que o que distingue a região urbana da região agrícola não é a especialização funcional “[...] mas a quantidade, a densidade e a multidimensão das relações mantidas sobre o espaço respectivo”. Assim, a oposição campo-cidade dá lugar a uma noção de complementaridade.

Por uma questão de individualização dos espaços com a finalidade de estudo, separa-se o rural ou o urbano de acordo com algumas particularidades que ainda os caracterizam. Essas “fronteiras” têm demonstrado a prática, se não desaparecem, pelo menos se tornam menos rigorosas. Disso decorre que, mais do que em outras ocasiões, a verificação do rural não pode se alienar da verificação do urbano e, acima de tudo, das inter-relações e interdependências entre ambos. Entretanto, a área rural não deve ser conceituada, simploriamente, como o que não é urbano, já que representa uma realidade e um espaço socialmente construído (VERBOLE, 2002, p. 119).

O rural e urbano apresentam-se, na prática, cada vez mais associados e de difícil separação. Os modos de vida e os comportamentos sócio-culturais diferenciam cada vez menos os habitantes desses dois espaços, de forma que as diferenças do passado, hoje, não passam mais por uma oposição radical entre cidade e campo. As novas tecnologias motivaram a exploração dos recursos da terra mediante o uso de novos e modernos instrumentos, no mesmo tempo que propiciaram uma diversificação das atividades. A multiplicação de indústrias, atividades de turismo, lazer, residências de campo, desfaz a tradicional dicotomia entre o rural e o urbano e impõe novas maneiras de consumir o espaço.

Vale (2005, p. 24) diz que a diferenciação urbano/rural está muito mais no conteúdo das relações sociais contidas nesses elementos do que propriamente na sua delimitação física. Corrêa J.; Corrêa W. e Gerardi (2001, p. 49), encerram a discussão da problemática da definição e da delimitação do espaço rural e urbano do seguinte modo:

Em que pese o avanço do conhecimento científico, que dá referência e suporte a pesquisas e trabalhos acadêmicos, seu distanciamento do direito positivo resulta em distorções acentuadas. Diante deste panorama, pouco adianta comprovar e teorizar sobre a eliminação da dicotomia rural-urbano ou considera-lo como um *continuum*, se a terminologia agrega valores: direitos sociais, culturais, econômicos, geográficos, ignorados pelo administrador público que, para tomar decisões, pauta-se na orientação legal.

Flores e Macedo (2005, p. 3), em uma afirmação que contradiz o que prega o IBGE, dizem que “[...] o conceito de rural passa a abranger todo o território dos municípios pequenos, de pequenas cidades e vilas, onde é mais ampla e significativa a integração das atividades de quem vive no campo com os que vivem no perímetro urbano.” Considerada de modo simples, a afirmação até faz um sentido, visto que muitas áreas povoadas adjacentes ao espaço rural guardam mais relação com este espaço do que com o urbano, entretanto, dizer que esses locais são estritamente rurais pode conduzir a uma discussão profunda.

Sobretudo na década de 1990, abandona-se a idéia do rural como exclusivamente um mundo agrícola. O espaço rural amplia a sua possibilidade de emprego e geração de renda. Assim, há uma valorização de bens não-tangíveis como a paisagem e o lazer, oportunizando novas formas de ocupação e obtenção de rendimentos ao trabalhador rural.

Mesmo prevalecendo uma tendência de urbanização do campo, ou simplesmente, a revitalização do espaço rural, as pessoas ainda vêem o rural como um espaço que se contrapõe ao urbano, onde existe a possibilidade de desfrutar de um lazer com suposta qualidade ambiental. Dessa maneira, surgem várias ofertas de atividades de lazer no espaço rural, entre elas o turismo.

O crescimento de atividades não-agrícolas no meio rural fez surgir novos atores, como o agricultor em tempo parcial (*part-time farming*)⁷, que exerce outras atividades dentro e/ou fora de seu estabelecimento, ligadas ou não a agropecuária. Também se chama de agricultor pluriativo aquele que combina atividades agrícolas com não agrícolas como forma de complementar a renda familiar.

Na mesma direção, Mattei (1998, p. 17) aponta:

[...] as transformações em curso provocam também um aumento da informalização das relações de trabalho no meio rural. Isto pode ser observado pelo aumento não só do número de pessoas da família de agricultores que possuem emprego fora da propriedade como a combinação de diferentes atividades em cada propriedade – atividades nem sempre ligadas exclusivamente à produção agrícola.

⁷ Enquanto o *part-time farming* diz respeito ao tempo (integral) de trabalho na propriedade por parte do indivíduo da família, a pluriatividade se refere a “[...] combinação de uma ou mais formas de renda ou inserção profissional dos membros de uma mesma família”, não sendo necessariamente exclusiva nesta atividade ou em tempo integral (SCHNEIDER, 2003, p. 77).

É também do autor a afirmação de que atividades tipicamente urbanas se instalaram no espaço rural, tais como a instalação de indústrias processadoras, serviços de transporte, ampliação de infra-estrutura, lazer, entre outras (MATTEI, 1998, p. 28). Verifica-se, desta forma, que há um duplo processo de urbanização do campo brasileiro: uma expansão da produção tipicamente urbana nos setores modernizados da agricultura e uma expansão das atividades tipicamente urbanas para as áreas onde a agricultura moderna não foi implantada (ALENTEJANO, 2005, p. 7). Também Corrêa J.; Corrêa W. e Gerardi (2001, p. 46) atestam que:

Na seqüência do processo de modernização, desenvolvem-se no meio rural diversas modalidades de atividades agropecuárias intensivas (olericultura, fruticultura, piscicultura, dentre outras) combinadas, cada vez mais, com atividades não-agrícolas tais como: comércio, indústria, turismo, lazer, preservação ambiental e prestação de serviços. Estas novas atividades respondem crescentemente pela nova dinâmica do emprego no meio rural. Estes indicadores, atestam a urbanização ou seja, a incorporação de valores e hábitos urbanos e a conseqüente alteração do conteúdo sócio econômico e cultural do espaço rural.

O surgimento no espaço rural de novas atividades não ligadas à agropecuária pode ser verificado na observação da evolução da PEA (População Economicamente Ativa) rural. A Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD), de 1990, já revelava que o aumento da PEA rural era maior que a PEA agrícola. Em 1990, mais de 40% da PEA rural era ocupada em atividades não agrícolas na região Sudeste (PEREIRA, 2005, p. 4). Isto não representa que a agricultura tenha perdido importância no espaço rural, mas que novas atividades têm apresentado crescimento (SCHNEIDER; FIALHO, 2000, p. 21).

Santos (1985, p. 69) já apontava a mudança de conteúdo das regiões agrárias nos seguintes termos:

A penetração, no campo, das formas mais modernas do capitalismo conduz a dois resultados complementares. De um lado, novos objetos geográficos se criam, fundando uma nova estrutura técnica; de outro, a própria estrutura do espaço muda.

O significado do espaço agrícola tem se alterado em razão do trabalho nele empreendido. Assim, as técnicas são fundamentais na consideração de que o rural segue, ainda que tradicionalmente, sua função primordial para a vida humana.

Mas, também há de se considerar que esta função está impregnada de novos significados resultantes da mudança do conteúdo eminentemente preconceituoso e excludente do rural como um espaço subordinado e complementar do espaço urbano. Graziano da Silva; Del Grossi; Campanhola (2002, p. 108) dizem que sua “[...] valorização ocorre com as atividades rurais não-agrícolas derivadas da crescente urbanização do meio rural (moradia, turismo, lazer e prestação de serviços) e com as atividades da preservação do meio ambiente [...]”.

Se, antes, o espaço rural era considerado apenas como o provedor de alimentos e matérias-primas para os moradores da cidade, hoje ele representa, entre outras, uma alternativa para se vivenciar situações de lazer, ocupando o tempo livre com recreação. A oposição ao urbano faz do rural sinônimo de vida saudável, proximidade da natureza e, quem sabe, o contato com o paraíso perdido ou com o ideal idílico. Mas, se as relações campo-cidade mudaram nas últimas décadas, diminuindo os contrastes entre ambos, são justamente as diferenças e peculiaridades do rural que atraem as pessoas para este ambiente. Assim, o rural consta no imaginário dos cidadãos urbanos como algo oposto ao artificialismo das cidades.

Publicações e encontros científicos que tratam do turismo, tais como o Congresso Internacional de Turismo Rural (CITURDES) e o Congresso Brasileiro de Turismo Rural (CBTR), entre muitos, têm destacado a presença da atividade no espaço rural e de sua rentabilidade financeira. A proliferação de sítios de lazer, restaurantes, hotéis-fazendas, fazendas-hotéis, pousadas não necessita de estudos acadêmicos para ser percebida empiricamente. Em certos casos, essas atividades têm se revelado mais rentáveis que as atividades agropecuárias. As festas de rodeio (ou de peão) tem sido outro segmento turístico com grande crescimento em áreas rurais (mas também em áreas urbanas). Denominado por alguns, como Turismo Rural de Eventos, a atividade mostra pujança econômica na medida em que movimentava grande volume de recursos financeiros, empregando uma quantidade considerável de pessoas, embora a maioria sejam ocupações temporárias.

O turismo no espaço rural tem sido apontado como uma forma alternativa de renda nas propriedades rurais, sobretudo nas pequenas e médias. Além disso, a atividade permite que os proprietários rurais tenham a chance de manter as propriedades produtivas, gerando empregos à população local, resgatando,

valorizando e mantendo a cultura local, criando consciência acerca da conservação ambiental (FARIA, 2003, p. 31-39).

A viabilidade do turismo no espaço rural é assinalada por Tulik (2002, p. 140), em razão da reserva de elementos naturais, das atividades tipicamente rurais, do esgotamento dos refúgios litorâneos, das oportunidades de repouso e tranqüilidade. A fixação da população no campo, a melhoria da situação econômica, sem a necessidade de incrementar a produção agrária e o cuidado com os valores patrimoniais, são vantagens apontadas por Solla (2002, p. 119), em relação ao turismo no espaço rural.

Com o desenvolvimento do turismo no espaço rural, produtos locais (tais como artesanato, produção agrícola e pecuária, in natura ou beneficiada) podem ser comercializados diretamente ao consumidor, agregando renda. O fato de o produtor comercializar diretamente com o consumidor, possibilita a eliminação do intermediário que, muitas vezes sem agregar nada ao produto original, tem uma lucratividade maior que o próprio produtor. A comercialização direta proporciona vantagem para ambos os agentes: tanto para aquele que vende, que o faz por um preço melhor que o negociado com o intermediário, quanto para o comprador que o faz a um preço menor. A compra direta tem por vantagem a aquisição de um produto fresco (recém-colhido ou produzido).

O turismo ajuda em melhorias infra-estruturais no espaço rural, tais como estradas, acessos, telecomunicações, saneamento, etc., que, em última análise, resultam em melhoria nas condições de vida das pessoas.

Uma das imposições que o pequeno produtor coloca sempre que se fala em diversificar a produção ou em adotar novas atividades é a questão do tamanho da propriedade, relacionando-a ao ultrapassado conceito de que quanto maior a propriedade, maior será o ganho financeiro. Em visão oposta, Veiga (1991, p. 187) diz que os fatores que viabilizam a pequena propriedade são: a inovação tecnológica, a localização e a qualidade do solo. Se reportado ao caso específico do turismo no espaço rural, se terá que a atividade depende mais dos atrativos que a propriedade dispõe, das técnicas utilizadas para explorá-las e a disposição dos proprietários em obter amparo do poder público para o investimento, do que propriamente a dimensão do estabelecimento.

Outra consideração que deve ser levada em conta quanto se pensa no desenvolvimento do turismo no espaço rural é a questão da geração de postos de

trabalho ou, mais especificamente, na geração de emprego. Quando o desenvolvimento é pensado para uma determinada localidade, obviamente que vários fatores ou parâmetros são priorizados, tais como o fator econômico, o social ou o ambiental, que, via de regra, devem estar integrados. No entanto, quando a questão econômica é premente, sobretudo no que diz respeito à falta de emprego, há a necessidade de se otimizar ações neste sentido, tais como a formulação de políticas públicas que favoreçam a criação de novas ocupações. Veiga (1991, p. 103) comenta: “[...] no Brasil, qualquer esforço sério de desenvolvimento rural passa pela maximização dos postos de trabalho. Isso pode garantir a redução da pobreza e a segurança alimentar, dois excelentes indicadores do desenvolvimento”.

Constituindo-se como uma atividade extra-agrícola, o turismo no espaço rural pode gerar empregos em diversos segmentos. Dentre essas ocupações citam-se as atividades domésticas (cozinheiras, arrumadeiras, camareiras, jardineiros), serviços (tratadores de animais, pedreiros, motoristas, mecânicos, garçons, porteiros, guias, caseiros, vigilantes, adestradores, carregadores, marceneiros, guardas florestais, agrônomos, biólogos, geógrafos, arquitetos, engenheiros florestais, médicos, turismólogos, enfermeiros, zootecnistas), administração (contabilistas, administradores, advogados), comércio (vendedores), produção artesanal, etc. O turismo, além do complemento de renda para as famílias rurais, representa uma possibilidade de revalorização do espaço rural.

O turismo no espaço rural, se explorado de modo correto, tende a ser mais rentável que as outras atividades agropecuárias (SANTOS, 2004, p. 29). No entanto, é prudente que o proprietário rural não abandone suas atividades tradicionais sob o risco de depender exclusivamente do turismo. Cavaco (2001, p. 19) também ameniza a questão do turismo como um substituto às atividades agrícolas nos seguintes termos:

Não deixemos, todavia, de relativizar a idéia, tão em voga, de que estas atividades são alternativas fáceis às agriculturas em crise ou letárgicas. Na verdade, elas são em si atividades difíceis e muito exigentes [...]. Não nos fixemos na hipótese de que se trata de complementos que permitem salvar a pequena agricultura familiar tradicional em meios marginais e pobres em oportunidades.

Estudiosos do turismo no espaço rural, tais como Graziano da Silva; Vilarinho; Dale (1998), Tropaia (2000) e Talavera (2002) destacam que, quanto mais

autêntico o rural, mais atratividade ele apresenta. Nas propriedades são oferecidas atividades típicas da produção agropecuária, tais como ordenha, trato de aves, passeio em carros de boi, dentre muitas outras. A atividade turística deve ser considerada como um complemento à atividade agropecuária, tendo em vista que proprietários e investidores que superdimensionam o aspecto financeiro do turismo têm as suas expectativas frustradas (PRUDENTE, 2004, p. 73).

Várias entidades e organizações têm visualizado o turismo como uma atividade viável e, desta forma, têm possibilitado linhas de crédito, programas e serviços direcionados para a atividade. O SEBRAE – Serviço de apoio às pequenas e micro empresas - por meio das chamadas Cadeias Produtivas, tem atuado nos níveis federal, estadual e municipal em favor da organização da atividade turística, sendo que a atividade é a segunda prioridade deste organismo, numa lista de dez (SEBRAE, 2006). Além disso, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) dispõe do Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar, que considera a consolidação de outras atividades produtivas no espaço rural e a apropriação da proposta turística por parte de agricultores familiares. Nesse documento, o turismo é colocado como um instrumento de valorização da agricultura familiar, uma vez que a cultura local se torna atrativo turístico. O programa expõe os benefícios sociais advindos da implementação da atividade turística na agricultura familiar, tais como a manutenção da identidade e autenticidade, o resgate de valores, costumes e códigos. Também os aspectos ambientais são lembrados, na medida em que são previstas a preservação, conservação e recuperação ambiental através da utilização turística do espaço produtivo da agricultura familiar (MTUR/PROGRAMA DE TURISMO RURAL..., 2005).

Considere-se, ainda, que o MDA conta com o apoio da Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar (Rede TRAF), que abriga instituições governamentais e não-governamentais, técnicos e agricultores familiares, com o objetivo de atuar na atividade do turismo no espaço rural, de forma a fortalecer a agricultura familiar e promover o desenvolvimento rural.

A transformação econômica positiva é, sem dúvida, um dos diferenciais e um dos atrativos do turismo no espaço rural. A geração de renda, a diversificação da

economia, o efeito multiplicador⁸, o incentivo à produção em outros setores da economia, o aumento da receita municipal e o desenvolvimento da infra-estrutura local são boas alternativas que muitos agentes públicos e privados têm enxergado. Mas, há também transformações positivas ambientais e sócio-culturais, tais como: preservação do patrimônio natural, criação de áreas protegidas, melhoria do saneamento básico e aumento da conscientização ambiental, o incentivo à participação da comunidade, o intercâmbio cultural, a preservação do patrimônio histórico e a valorização da cultura local.

Assim, diante de uma realidade espacial em transformação, o mundo rural brasileiro mostra uma dinâmica passível de muitos olhares. Dentre estas ocorrências, o turismo emerge como uma provável atividade que pode ser incorporada à vida dos produtores familiares rurais.

⁸ Lage e Milone (1999, p. 88) definem multiplicador de uma economia “[...] como sendo um coeficiente numérico que quantifica a modificação induzida, via variação dos níveis dos investimentos, do nível de equilíbrio da renda nacional, devido a uma alteração inicial do nível dos gastos totais da economia”. Também Lage e Milone (2000, p.125) dizem que o efeito multiplicador é “[...] o fenômeno pelo qual algum acréscimo ou decréscimo inicial dos gastos totais irá ocasionar uma elevação ou uma diminuição mais do que proporcional do nível de equilíbrio da renda ou produto nacional”.

**2 TIPOLOGIAS DO TURISMO NO ESPAÇO
RURAL E OUTROS CONCEITOS**

Desequilibrado, às vezes marginalizado, o espaço rural romeno conserva as tradições culturais, os costumes ancestrais e, sobretudo, a hospitalidade proverbial deste país, apesar das vicissitudes da época. Vivemos numa sociedade urbanizada que prefere passar os seus feriados em lugares ao ar livre, no ambiente rural. Mais da metade dos moradores das cidades gostaria de ter uma casa distante da cidade, local extremamente poluído tanto do ponto de visto químico quanto sonoro (STOIAN, 1997, p. 80, tradução nossa).

O turismo é uma atividade relevante na economia mundial. Apresenta-se como uma das três maiores atividades geradoras de riqueza e responde por cerca de 6% do Produto Interno Bruto (PIB) global (RODRIGUES, 1999, p. 17). A atividade apresentou um sensível aumento no número de turistas e nas suas receitas, conforme pode ser visto a seguir na tabela 1:

Tabela 1. Número de turistas e receitas turísticas – 1980/1999.

	1980	1999
Número de turistas	285,3	656,9
Receitas turísticas (US\$)	105,3	455,5

Fonte: Casimiro Filho (2002, p.34)

Números atuais dizem que a receita cambial turística variou de 435,6 bilhões de dólares, em 1996, para 681,5 bilhões de dólares, em 2005 (MTUR/ANUÁRIO..., 2006, p. 222). Em nível mundial, a atividade apresentou uma taxa média de crescimento de 4,1%, entre 1995 e 2005, sendo que de 2003 para 2004 cresceu 9,9% e de 2004 para 2005, 5,5%. Em nosso país, a atividade cresceu em 12,5% no período de 2004 para 2005 (MTUR/TURISMO NO BRASIL, 2006). No ano de 2005, o turismo se apresentou em 3º lugar na balança comercial de exportações do Brasil, atrás apenas da soja em grão e do minério de ferro (MTUR/NOTÍCIAS, 2005). Em 1996, as receitas cambiais da atividade, no país, situavam-se em 2,7 milhões de reais, já em 2005, este volume cresce para 5,4 milhões de reais (MTUR/ANUÁRIO..., 2006, p.223).

O espaço rural, em função da agregação de novas atividades econômicas, também está desenvolvendo esta atividade. Assim, segmentações turísticas surgem no espaço rural, sendo dignas de estudo, sobretudo aquelas que aproveitam a originalidade e a simplicidade da vida rural.

Neste capítulo é explorado o tema turismo e suas tipologias no espaço rural, assim como possíveis desdobramentos que o assunto permite para substanciar e subsidiar este estudo.

2.1 A atividade turística

Segundo a OMT (Organização Mundial de Turismo), turismo é a soma de relações e de serviços resultantes de uma troca temporária de residência, de caráter voluntário e que implica uma permanência superior a vinte e quatro horas no local visitado (BARRETO, 1999a, p. 12). No entanto, o turismo constitui-se, antes de tudo, em uma prática social que envolve o deslocamento de pessoas pelo território. Seu objeto de consumo principal é o espaço geográfico (CRUZ, 2001, p. 5).

Andrade (1997, p. 28) afirma a respeito do turismo que:

O significado das palavras turismo e turista são determinantes perfeitos e definitivos apenas aos leigos e aos que não se dão ao trabalho de analisar corretamente os conceitos e as realidades. Aos peritos e pesquisadores de turismo, no entanto, as terminologias turísticas ainda se apresentam como passíveis de reformulação ou de calibragem, pois, além de apresentarem algumas inexatidões, são expressões de alcance amplo, fato que impede a tradução e o dimensionamento exato das teorias e das técnicas que o fenômeno encerra em seus princípios e em suas operações.

Wahab apud Trigo (1999, p. 12) conceitua:

O turismo é uma atividade humana intencional que serve como meio de comunicação e como elo de interação entre povos, tanto dentro como fora de um país. Envolve o deslocamento temporário de pessoas para outras regiões ou países visando à satisfação de outras necessidades que não a de atividades remuneradas.

Dentre as conceituações clássicas, De La Torre apud Ignarra (1999, p. 24), apresenta uma que se mostra das mais completas:

O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou

saúde, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

Sem os inconvenientes da definição da Organização Mundial de Turismo (OMT), que limita a consideração do que vem a ser turista e amplia a concepção do que vem a ser turismo, o conceito de De La Torre encerra de modo quase preciso o entendimento do que trata a atividade turística.

Torna-se relevante lembrar a distinção entre o caráter teórico e o caráter prático da definição do turismo feita por Almeida e Blós (1997, p. 40). Teoricamente, a atividade “[...] compreende um conjunto de questões de ordem técnica, financeira ou cultural relacionadas com a importância do fluxo de pessoas que viajam para lazer em um determinado país ou região [...],” ao passo que, do ponto de vista prático, o turismo tem por objetivo criar mecanismos de atração, de recepção, transporte e acomodação aos viajantes.

O turismo representa, na atualidade, um importante setor econômico na medida em que apresenta dinamicidade, ou seja, o incremento turístico movimenta outros setores, o que no senso comum é conhecido como efeito multiplicador. Isto significa que para cada emprego direto na atividade, vagas são abertas em outras atividades relacionadas com o turismo (são os chamados efeitos benéficos diretos e indiretos). Segundo Casimiro Filho (2002, p. 139), dado um investimento de R\$ 1 milhão, as atividades que mais geram empregos são os serviços privados não mercantis, artigos de vestuário, estabelecimentos hoteleiros e outros tipos de alojamentos temporários, restaurantes e outros serviços de alimentação, atividades auxiliares aos transportes aéreos, agropecuária, outros serviços prestados às famílias e abate de animais, sendo que quatro destes segmentos estão ligados ao turismo. Além disso, o turismo empregou em torno de 9% da população economicamente ativa em 1997, ou seja, 6,7 milhões de empregos diretos e indiretos (CASIMIRO FILHO; GUILHOTO, 2006, p 2). Do total de empregos no mundo, 6 a 8% dizem respeito à atividade turística. No Brasil, os empregos formais na atividade cresceram de 1.499.497 em 2001, para 1.913.936, em 2005, representando um aumento em 21,6% no período. No que tange aos empregos totais gerados pela atividade (formais e informais), houve um aumento de 4.499.491, em 2001, para 5.741.808, em 2005 (MTUR/TURISMO NO BRASIL, 2006). Para as

economias em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, isto é fundamental para a ocupação da mão-de-obra disponível e a geração de novos postos de trabalho.

Sobre a questão dos empregos no setor turístico do Estado do Rio Grande do Sul, a Secretaria de Coordenação e Planejamento diz que:

[...] conforme o Cadastro de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho, até maio de 2005, o Estado possuía 99.541 trabalhadores na cadeia do turismo. Segundo a Fundação de Economia e Estatística, em 2003, foram gerados 2.040 novos empregos formais no setor. As projeções indicam que, até o final de 2006, devem ser gerados de 9.500 a 10.500 novos empregos na cadeia do turismo gaúcho (SCP, 2005).

A afirmação anterior revela um crescimento da atividade turística no Rio Grande do Sul no aspecto da geração de emprego. Este crescimento se deve, em parte, aos investimentos feitos pelo governo estadual que, de 2003 até 2005, aplicou R\$ 11,8 milhões. Para 2006, estão previstos R\$ 4,9 milhões (SCP, 2005).

No país, a atividade turística tem apresentado um sensível crescimento como demonstram os valores em financiamentos para projetos no setor. Segundo dados do Ministério do Turismo, os financiamentos aumentaram, no ano de 2005, em 82,2% em relação ao ano anterior (MTUR/SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE TURISMO, 2006).

Sob outro viés, o turismo é uma atividade em que os resultados não se apresentam imediatamente. São necessários alguns anos para que o investimento geral em estabelecimentos, infra-estrutura, atrativos, entre outros, venha proporcionar os ganhos financeiros resultantes deste investimento inicial, além do que, a atividade é suscetível a insucessos quando não planejada ou planejada de modo não condizente.

O turismo no Brasil, embora exista há muito tempo foi pensado de modo efetivo a partir da década de 1970, o que resultou em um acréscimo fundamental no número de visitantes no país. De acordo com Casimiro Filho (2002, p. 33), no período de 1980 a 1999, o número de turistas chegados no país cresceu 80% e as receitas da atividade cresceram 330%. Já o Produto Interno Bruto (PIB) turístico aumentou de 2,62% em 1980 para 8,00% em 1995, enquanto o PIB agropecuário diminuiu, no mesmo período, de 19,2% para 12,3% (SAAB, 2006, p. 3-4). Além disso, entre 1998 e 2001, houve um aumento da taxa de viagens domésticas (de

32,7 para 36,4%), conforme pesquisa realizada pela Embratur/Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE (MTUR/ANUÁRIO..., 2006, p. 42). Afora este aspecto, vê-se que a atividade não representa, no país, 1% do movimento mundial. Entretanto o Brasil apresenta potencialidade na atividade, não somente pelos aspectos naturais (clima, vegetação, hidrografia, relevo, paisagens tropicais e equatoriais, entre muitos), mas, igualmente pela questão cultural. A diversidade natural/cultural abre uma série de possíveis aproveitamentos turísticos.

No entanto, muitos são os problemas enfrentados pela atividade no país. A falta de sinalização turística, de informações precisas, de pessoal qualificado, de limpeza pública, desinteresse/omissão do poder público, amadorismo dos investidores, são óbices a serem vencidos. A comparação com outros destinos turísticos internacionais faz com que se pense em um melhor planejamento da atividade no país.

De acordo com Castelli (2001, p.71), o turismo no Brasil está organizado da seguinte maneira: em nível nacional tem-se o Ministério do Turismo (MTur) – estruturado em Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e Conselho Nacional de Turismo -; em nível estadual têm-se as secretarias estaduais de turismo e em nível municipal, as secretarias/coordenadorias/departamentos de turismo. O MTur dá autonomia para a criação de Organismos Oficiais de Turismo (OOT), tanto em nível estadual quanto municipal. Conforme o mesmo autor é junto do município “[...] que o consumidor entra em contato com o produto turístico⁹ e realiza o ato de consumo [...]”, motivo pelo qual a instância municipal é de suma importância para a ordenação turística (CASTELLI, 2001, p. 73).

No Estado do Rio Grande do Sul, o órgão responsável pela atividade turística é a Secretaria Estadual de Turismo (Setur). Conforme a Setur, o Estado possui inúmeros atrativos turísticos, possibilitando um potencial aproveitamento. Dentre os destinos turísticos já consolidados e conhecidos nacionalmente, aponta-se a Serra Gaúcha (Gramado, Canela, Caxias do Sul, etc.), a região metropolitana do Estado (Porto Alegre, Canoas, Esteio, etc.) e as Missões Jesuíticas (Santo Ângelo,

⁹ Conforme Beni (2006, p. 93) produto turístico diz respeito ao resultado final dos equipamentos e serviços turísticos agregados aos recursos. Diferencia-se, pois de recurso turístico, que são os elementos disponíveis na localidade turística ou com potencial turístico passível de ser explorado.

São Miguel das Missões, etc.). Auxiliam no fluxo turístico para o Estado a formação histórica, a diversidade de paisagens e culturas, fatores estes que são atrativos turísticos¹⁰.

Quanto ao fluxo turístico internacional, predominam os turistas vindos da própria América do Sul (95%), permanecendo em média 5,85 dias no Estado, tendo como destino preferencial o litoral gaúcho e preferindo o deslocamento via terrestre (92%) (SCP, 2005).

Quanto ao fluxo interno, pesquisa realizada pelo Ministério do Turismo e pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) indica que 45,9% das viagens realizadas na região Sul do Brasil são domésticas¹¹. (MTUR/ANUÁRIO..., 2006, p. 14). Em relação ao ano de 2001, houve um crescimento de 23,48% deste tipo de viagem. (MTUR/ANUÁRIO..., 2006, p. 65). Conforme a pesquisa do ano de 2006, os principais núcleos emissores são do próprio Estado em 63,1%, enquanto outros núcleos relevantes são: São Paulo 13,3%, Santa Catarina 7,1% e Rio de Janeiro 5,4% (MTUR/ANUÁRIO..., 2006, p. 41).

Atualmente, o Rio Grande do Sul é o terceiro Estado do país em número de agências e guias de turismo cadastrado na EMBRATUR, e Porto Alegre é a sétima cidade mais visitada por turistas no país. Entretanto prevalece o turismo emissor no Estado (8,1% dos movimentos turísticos nacionais são do Estado para outras Unidades da Federação e 7,1% do mesmo movimento são para o Rio Grande do Sul) (MTUR/ANUÁRIO..., 2006, p. 28). A Secretaria Estadual de Turismo tem desenvolvido programas que buscam projetar o Estado como destino turístico. Estruturalmente, este órgão dividiu o Estado em nove regiões turísticas, conforme as suas atrações, que variam segundo a paisagem ou a cultura.

¹⁰ Atrativo turístico “[...] é o recurso natural ou cultural que atrai o turista para a visitação”. (IGNARRA, 1999, p. 28). Conforme Lage e Milone (2000, p. 28), atrativo turístico é entendido como todo o “[...] lugar, objeto ou acontecimento de interesse turístico que motiva o deslocamento de grupos humanos para conhecê-los”.

¹¹ Viagem doméstica é o deslocamento realizado dentro do país e que não apresenta frequência mensal para um mesmo destino com pelo menos dez viagens ao ano (MTUR/ANUÁRIO..., 2006, p. 9).

A área em estudo faz parte da região turística¹² Central e Vales, e tem como característica, a presença do espaço rural no cotidiano das produções econômicas e a presença de imigração européia. A localização da região turística Central em relação ao Rio Grande do Sul pode ser verificada na Figura 1.

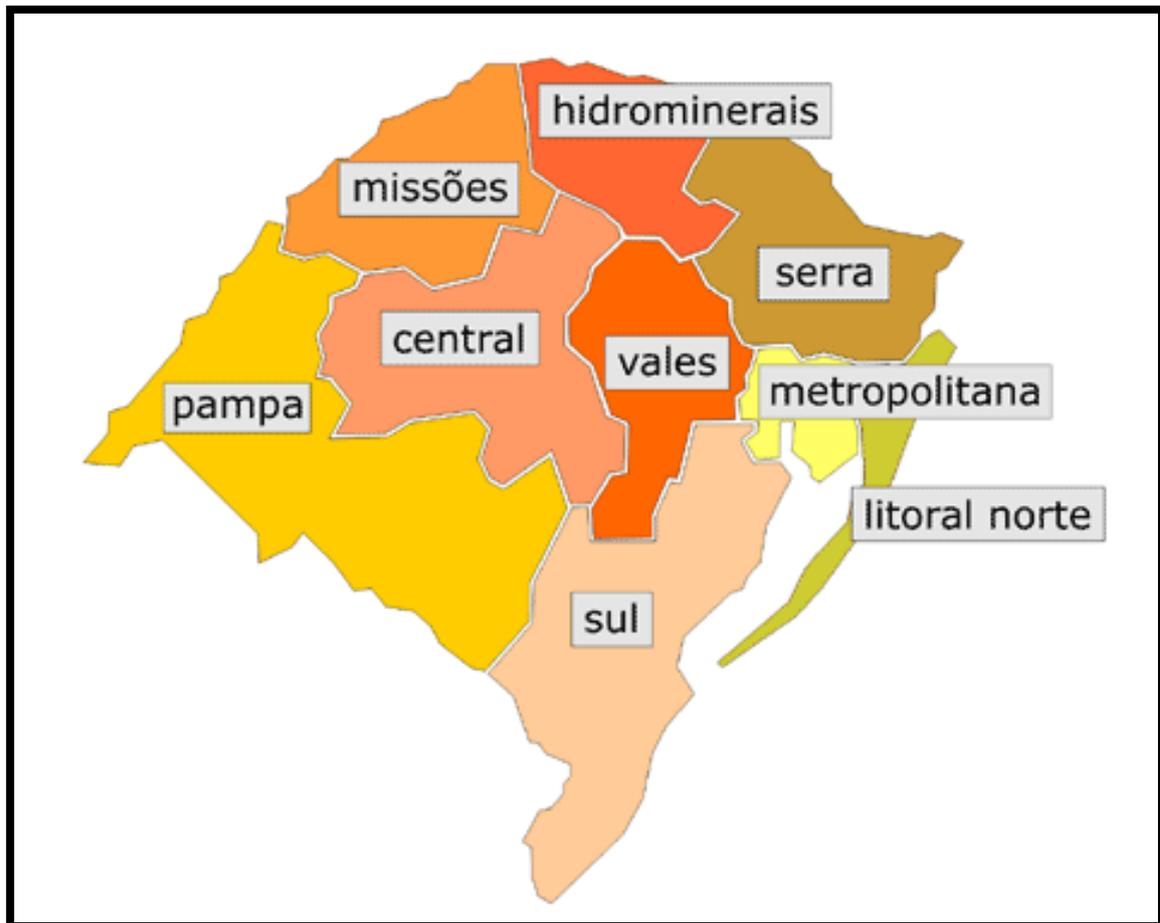


Figura 1. Regiões turísticas do Rio Grande do Sul.

Fonte: SETUR, 2006.

Embora apresentado sob um prisma redentor de salvador de economias em dificuldades, o turismo tem muitos aspectos a serem estudados, além do que sua importância pode ser verificada em outros aspectos que não somente o econômico. Para Cruz (2000, p. 8): “A importância do turismo reside menos nas estatísticas que

¹² Pellegrini Filho (2000, p. 233) define região turística como sendo: “Espaço geográfico geralmente formado por alguns municípios que apresentam características físico-culturais afins, além de oferecer infra-estrutura adequada, portanto, atrativos semelhantes, permitindo melhores condições administrativas [...]”. Ignarra (1999, p. 28) utiliza o termo área turística com significado aproximado de região turística: “[...] é um território circundante a um centro turístico que contém vários atrativos e estrutura de transportes e comunicações entre estes vários elementos e o centro”. O Ministério do Turismo define região turística como o “[...] espaço geográfico que apresenta características e potencialidades similares e complementares, capazes de serem articuladas e que definem um território”. (MTUR/BOLETIM ..., 2006, p. 1).

mostram, parcialmente, o seu significado e mais na sua incontestável capacidade de organizar sociedades inteiras e de condicionar o (re) ordenamento de territórios para a sua realização”.

2.2 Em busca de um conceito para o turismo no espaço rural

O curso atual da humanidade remete para uma globalização econômica em que as comunicações se apresentam ágeis e os processos produtivos se aproveitam de um progresso significativo das tecnologias. Em um mundo de produção massificada e em larga escala, a valorização do pequeno, do exótico e raro, do natural e das individualidades locais não é tão paradoxal porque leva ao entendimento de que o contraponto é necessário. Assim, a “[...] representação do campo [...] como símbolo de liberdade, paisagem, beleza e saúde, tem dado origem à emergência de novas procuras e comporta potencialidades que podem e devem ser aproveitadas a favor do mundo rural”. (CRISTOVÃO, 2002, p. 81). Ainda segundo o mesmo autor:

Face às experiências de vida na cidade e ao mundo globalizado e tendencialmente homogêneo, as idéias construídas sobre o cotidiano no campo, o contato com a natureza e as culturas tradicionais, traduzem-se numa revalorização social do rural e do local e induzem uma busca do singular, do específico, do autêntico. O espaço rural ganha, por este meio, um crescente valor simbólico e assume uma legitimidade diferente da legitimidade alimentar do passado [...]. É, na essência, uma legitimidade fundada na representação dos campos como locais de liberdade, beleza, segurança e saúde, de pertença e enraizamento (CRISTOVÃO, 2002, p. 84-85).

Conseqüentemente, o turismo no espaço rural significa, para o turista, uma experiência diferente do seu dia-a-dia e fortemente calcada no imaginário do rural. Além do que, o espaço rural (ou campo na linguagem do senso comum), já vem servindo, há algum tempo, para o estabelecimento de sítios de lazer, segundas residências ou condomínios rurais, isto em razão da tranquilidade e da suposta qualidade de moradia superior dos ambientes não urbanos. Solla (2002, p. 112) afirma que o turismo no espaço rural não é novo, visto que numerosos são os exemplos de utilização do campo para descanso na Grécia antiga. Recente é, pois, o estudo do turismo no espaço rural.

Uma característica marcante do turismo no espaço rural é a questão da peculiaridade das regiões rurais. O modo de produzir a existência humana nessas áreas é o diferencial que atrai os cidadãos para o ambiente rural. Em outros termos, é dizer que o turismo no espaço rural se diferencia do modelo de produção em massa, pois os serviços não são prestados tal como no ambiente urbano. Isto significa que no espaço rural é possível ser encontrado um turismo que não é massificado porque resulta de uma singularidade local. A tendência mundial tem sido da padronização da produção. Aproveitando o avanço tecnológico, a produção em grande escala reproduz objetos e situações semelhantes umas das outras. A padronização contraria a singularidade e os produtos, por uma questão de economia de custos e aumento do ganho financeiro, cada vez se parecem mais. São consumidos os mesmos produtos nas mais variadas partes do planeta, fortalecendo a idéia da “aldeia global”. Com a atividade turística ocorre o mesmo. Os parques temáticos reproduzem “lugares”, simulam situações, inebriam os sentidos de um modo que tanto faz estar em Orlando, na Flórida, quanto no interior de São Paulo, ou em algum lugar da Indonésia. De maneira análoga, o turismo de massa cria espaços desterritorializados ou não-lugares, segundo Marc Augé (1994, p. 36). No revés disto, o turismo no espaço rural apresenta-se como uma alternativa de se ter um convívio com o singular, com um espaço impregnado de particularidades e significados que só fazem sentido no âmbito do lugar.

No Brasil, o turismo rural vem sendo estudado por autores como Almeida (1997; 1999) e Rodrigues (1998; 2000), entre outros, que são unânimes em apontar a atividade como uma possibilidade viável no contexto das produções econômicas do mundo rural, razão pela qual se verifica a necessidade de ordenações no setor. Neste contexto, o setor público assume importância relevada, já que ele é o coordenador das atividades de planejamento que possibilitam a realização do turismo, enquanto que à iniciativa privada cabe o empreendimento nos projetos turísticos. Todavia, “[...] o poder público pode desestimular a iniciativa privada ao criar instrumentos legais sem captar a fundo a essência da atividade turística [...]”, quer dizer, as políticas públicas de turismo devem estar “[...] coordenadas com as demais políticas setoriais afins [...]” e serem usadas para um planejamento coerente e eficaz no que tange à busca do desenvolvimento local (ALEXANDRE, 2003, p. 1).

Então, com a finalidade de definir as bases de estudo desta pesquisa caminha-se para a busca de um conceito para o turismo no espaço rural, uma

dificuldade contemporânea polêmica porque traz em seu âmago uma questão primordial na consideração de um fenômeno: a atividade é relativamente nova em termos de estudos acadêmicos. É assim que muitas analogias não podem ser ainda feitas. Se, sob a ótica acadêmica o turismo no espaço rural é recente, como uma atividade turística vem sendo desenvolvida desde remotos tempos.

Há de considerar, também, as várias abordagens sob as quais o fenômeno é estudado. Existem estudos geográficos, ecológicos, econômicos, sociológicos, entre muitos, que se preocupam com o turismo no espaço rural. Sob um ponto de vista essas múltiplas abordagens são úteis, pois permitem uma focalização multidisciplinar. De outro modo, ao concentrar-se exclusivamente em uma área do conhecimento, o estudo tende para uma especialização excessiva e para uma visão disciplinar do fenômeno turístico.

Talvez a maior dificuldade em se conceituar o turismo realizado no espaço rural, afora as várias modalidades possíveis e nomenclaturas existentes, seja o fato da “[...] própria indefinição do que é o mundo rural”. (BRICALLI, 2003, p. 61). A questão da dicotomia entre o rural e o urbano, já tratada anteriormente, mostrou que a discussão não se encontra encerrada, muito pelo contrário. Assim, a busca por um conceito de turismo no espaço rural, já parte de uma incerteza. Esta incerteza, no entanto, não serve de limitador à pesquisa e à produção de trabalhos acadêmicos tem provado diferente.

Para se chegar ao conceito de turismo no espaço rural é prudente verificar um outro conceito que vem sendo utilizado com maior freqüência e que tem confundido algumas definições: turismo rural. O turismo rural tem sido conceituado como “[...] a atividade turística correlacionada a atividades agrárias, passadas e presentes, que conferem à paisagem sua fisionomia nitidamente rural”. (RODRIGUES, 2000, p. 54). Também tem sido apontado como uma alternativa para os proprietários rurais, visto as especificidades próprias do espaço rural e de seus prováveis atrativos, sobretudo em relação a um visitante urbano. Calatrava citado por Almeida e Blós (1997, p. 43) observa:

[...] el especial interés que adquiere la demanda de turismo en zonas rurales, motivada por una creciente valoración, en las sociedades urbanas, de la vida en contacto con la naturaleza y una apreciación de los valores culturales de las sociedades rurales.

Assim, a definição do turismo no espaço rural tem variado segundo os interesses que norteiam a sua abordagem, ou seja, os estudiosos prendem-se a questões estruturais, semânticas e de ordem sistematizadora. Já os investidores e pessoas ligadas à sua exploração, que seguem os rumos econômicos, são pragmáticos, no sentido de uma solução imediata. O Centro de Produções Técnicas, de Viçosa-MG, organismo voltado para a organização de material didático para investidores, conceitua o turismo rural como “[...] um turismo que atende a uma clientela turística atraída pela produção e consumo de bens e serviços no ambiente rural produtivo”. (HOSKEN; VIGGIANO, 1997, p. 7).

De forma genérica (pela imprecisão e falta de parâmetros delimitadores), o turismo no espaço rural tem sido chamado extensivamente de turismo rural. Tulik (2003, p. 11) explica que alguns autores já questionam a utilização genérica do termo turismo rural, dizendo que ele se refere exclusivamente ao turismo ligado ao conteúdo rural, excluindo outras formas de turismo.

Pimentel coloca que turismo no espaço rural engloba todas as explorações turísticas no meio rural, já o turismo rural diz respeito às atividades turísticas ligadas ao modo de produção agropecuária, recursos naturais e culturais locais, como segue:

[...] o turismo no espaço rural engloba a totalidade da exploração turística no meio rural. Entendemos como sendo turismo no espaço rural, qualquer atividade turística no meio rural, desde spa's até parques temáticos. Esse turismo não requer clara identidade entre as atividades de lazer e o ambiente onde as mesmas ocorrem. [...] turismo rural responde ao coletivo de incursões turísticas de lazer praticadas no campo, mas interligadas ao modo de produção agropecuário e aos recursos naturais e culturais locais (PIMENTEL, 2003, p. 133).

Cals; Capellà e Vaqué apud Novaes (1999, p. 139), assim se pronunciam sobre o assunto:

[...] sin embargo, es más apropiado referirse a la globalidad de los movimientos turísticos que se desarrollan en el medio rural con la expresión ‘turismo en espacio rural’, y reservar la de turismo rural para aquellas manifestaciones que en mayor medida se identifican con las especificaciones de la vida rural, su hábitat, su economía y su cultura.

Araújo (2000, p. 32) também concorda que os conceitos atribuídos ao turismo rural são amplos e indefinidos, razão pela qual prefere usar o termo “[...] turismo no espaço rural, no lugar de turismo rural, objetivando, assim, maior clareza

conceitual, posto que aquele termo reflete maior amplitude de oportunidades no meio rural”.

Segundo Talavera (2002, p. 21) o turismo no espaço rural está baseado na combinação da natureza, contato humano e cultura, com a pretensão de beneficiar tanto o turista como o residente, provocando um baixo nível de impactos e caracterizando-se pela autenticidade, exotismo e aproveitamento de recursos latentes antes não explorados. Continua o autor:

El estilo de vida rural se ha consolidado como un atractivo basado, sobre todo, en estereotipos y perspectivas diferentes a lo urbano, agregado a esto su desarrollo en un medio ambiente tan idealizado como aquel modo de vida. Se enfatiza así una imagen de independencia, naturaleza, salud, tranquilidad y conservación del patrimonio cultural, claramente enfrentados, casi dicotómicamente, a los problemas que la vida urbana acarrea o que perciben como tales los ocupantes de las ciudades [...] (TALAVERA, 2002, p. 22).

Bovo (2002, p. 212), em estudo que procura um conceito para o turismo rural, diz que ele varia desde uma consideração abrangente, que agrupa todas as atividades turísticas realizadas em espaço rural, até uma que se baseia na oferta turística¹³, ou seja, existem várias modalidades de turismo no espaço rural, umas ligadas estritamente ao modo de vida rural, outras baseadas no aspecto paisagístico natural, ou ainda, outras que apresentam a forma como são produzidos os gêneros alimentícios e as matérias-primas no espaço rural. Tulik (2003) faz referência à confusão terminológica decorrente da variedade natural e cultural do meio rural e das diferentes formas de turismo praticadas. Como pode ser verificado, a autora concluiu de modo semelhante ao de Bovo (2002):

Os diferentes critérios utilizados vêm resultando numa profusão de categorias não excludentes, tornando difícil a identificação dos diferentes tipos de turismo e, mais ainda, a conceituação de cada um deles. A confusão terminológica ocorre, ainda, pela variedade natural e cultural que se comunica às diferentes formas de turismo, principalmente àquelas relacionadas às motivações (TULIK, 2003, p. 27).

¹³ A oferta turística “[...] é constituída por um conjunto de elementos que conformam o produto turístico. São elementos que isoladamente possuem pouco valor turístico [...] ou que possuem utilidade para outras atividades que não o turismo”. (IGNARRA, 1999, p. 47). Pode ser ainda definida pelo conjunto “[...] de bens, infra-estrutura e serviços turísticos, atrativos, acessos e facilidades colocados no mercado, em conjunto ou individualmente, à disposição de visitantes e turistas”. (PELLEGRINI FILHO, 2000, p. 185-186).

Rodrigues (2001, p. 131), partindo do conceito de espaço para definir as várias modalidades turísticas rurais, diz que “[...] várias tipologias podem ocorrer simultaneamente num determinado local. Ou seja, pode haver turismo ecológico, agroturismo e turismo cultural ocorrendo juntos no mesmo espaço rural e ao mesmo tempo”.

No Dicionário Enciclopédico de Ecologia e Turismo, Pellegrini Filho (2000, p. 279-280) conceitua turismo rural como: “Produção e consumo de bens e serviços turísticos em espaço e ambientes rurais (fazenda, sítio, beira-rio e semelhantes); também se diz menos comumente, turismo no meio rural”. Embora admita o uso do termo turismo no meio rural, o autor não se rende ao termo, preferindo utilizar, genericamente, turismo rural, a exemplo de muitos outros autores.

Também genérica é a definição adotada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário em seus instrumentos para fomento do turismo na agricultura familiar: “[...] os equipamentos localizados na área rural que desenvolvem atividades de lazer, recreação, esportivas, de eventos, não apresentando, necessariamente, vínculo com a produção agropecuária e a cultura rural.” (MDA/PRONAF, 2005).

Talavera (2000, p. 155) conceitua turismo rural da seguinte maneira:

[...] uso ou aproveitamento turístico do entorno não-urbano, atendo-se às premissas do desenvolvimento sustentável: gerar efeitos eminentemente positivos (conservação do patrimônio, proteção do meio, etc), tem lugar em áreas ‘não-invasadas’, de incluir os habitantes locais como atores culturais, ser minoritário e promover, por meio de encontros espontâneos e da participação, o contato cultural.

Solla (2002, p. 117) simplifica dizendo que o turismo rural “[...] é aquele que se desenvolve no meio rural e que tem como principais motivações os elementos próprios desses ambientes”. Os elementos a que o autor se refere incluem os aspectos culturais do espaço rural, sobretudo aqueles que o meio urbano não pode proporcionar, tais como a tranquilidade, contato com a natureza e forma de vida tradicional.

Rodrigues (2000, p. 61-67) propõe a seguinte classificação para o que ela denomina “Turismo rural propriamente dito”:

1. Turismo rural tradicional
 - a) de origem agrícola;
 - b) de colonização européia;
2. Turismo rural contemporâneo
 - a) hotéis-fazenda;
 - b) pousadas rurais;
 - c) segunda residência campestre;
 - d) campings rurais.

O professor Joaquim Anécio Almeida (1999, p. 90), estudioso do turismo rural no país, diferencia o turismo no espaço rural do turismo rural da seguinte forma: “[...] distingue-se o turismo em espaço rural do turismo rural, quando o conjunto da população usufrui os rendimentos provenientes da atividade turística.” Alves (2003, p. 205) também aponta a diversidade tipológica dentro das atividades turísticas rurais, concluindo que se entende o turismo em espaço rural como “[...] um conjunto de atividades, modalidades ou mesmo tipologias de turismo inseridas nesse espaço”.

Campanhola e Graziano da Silva (2000, p. 150) generalizam, utilizando o termo “turismo no meio rural” como sinônimo de “turismo em áreas rurais”. Uma das mais recentes obras publicadas no país, que pretende discutir o turismo no espaço rural, traz por título: Turismo no espaço rural: enfoques e perspectivas. Nesta obra, organizada por Anderson Pereira Portuguez, autores discutem o turismo, com ênfase no turismo rural. Isto não furta o aparecimento de termos, tais como: turismo no meio rural, turismo no espaço rural e turismo em área rural, como sinônimos, o que causa confusão terminológica. Até mesmo os autores que nesta obra empreendem em um estudo de conceituação de turismo no meio rural, não o fazem, limitando-se a reproduzir conceitos de turismo rural e agroturismo já existentes. Nesta publicação, Novaes (2006, p. 284, grifo nosso) chega a dizer que agroturismo e turismo rural são semelhantes, o que justificaria serem considerados como uma só tipologia. Diz, ainda, que turismo no espaço rural “[...] constitui-se em toda a atividade turística desenvolvida em espaço ou **meio rural**, o que torna esta categoria bem mais abrangente [...]”. Ou seja, embora tente simplificar, a autora não explica o uso do termo turismo em espaço rural e turismo no meio rural como sinônimos. A diferença entre os termos será verificada a seguir em uma proposição de taxonomia para as atividades turísticas realizadas no espaço rural.

Como pôde ser verificado, existem muitos conceitos que dizem respeito às atividades turísticas no espaço rural. Assim, tendo em vista a diversidade de considerações a respeito do que venha a ser turismo rural, turismo no espaço rural e outros termos correlatos, adota-se para este estudo a seguinte taxonomia (Figura 2), tomando os estudos de Bricalli (2003), Rodrigues (2000) e Tulik (2003) como principais norteadores:

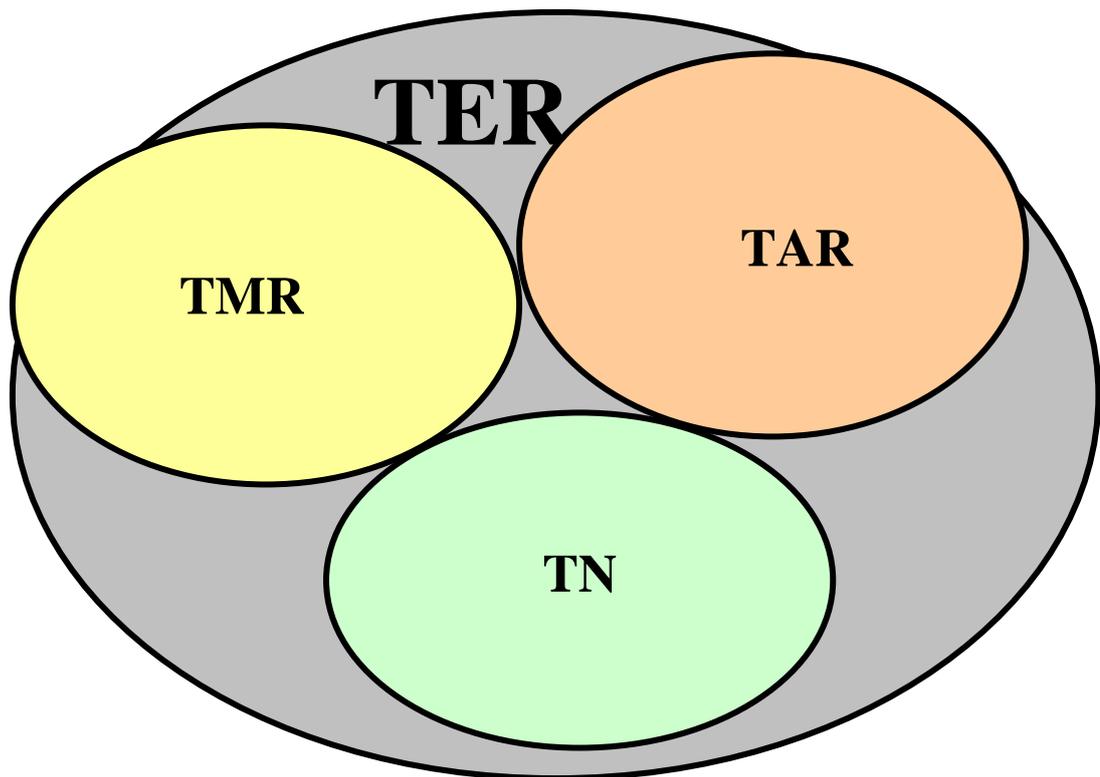


Figura 2. Segmentações do turismo no espaço rural

Figura organizada pelo autor.

Turismo no Espaço Rural (TER)– são todas as formas de turismo realizadas no ambiente rural, ou seja, em ambiente não-urbano. Para esta definição toma-se o conceito de área rural do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Para a caracterização do Turismo no Espaço Rural não é levado em consideração nenhum critério indicador ou limitador das várias modalidades turísticas que ocorrem em ambiente rural. Desta forma, a questão da infra-estrutura utilizada ou dos elementos que servem de atratividade são desconsiderados. Trata-se de um termo generalizante. Simplificadamente significa a abrangência de qualquer atividade turística realizada no ambiente rural, relacionado ou não com a cultura ou o

ambiente local. O TER contém outras segmentações turísticas específicas, como o Turismo em Áreas Rurais (TAR), o Turismo no Meio Rural (TMR) e o Turismo Natural (TN).

Turismo em Áreas Rurais (TAR)– turismo realizado em ambiente rural que foi alvo de interferência humana para que a atividade acontecesse (denota infraestrutura específica). Desta forma, o turismo em áreas rurais somente ocorre em ambientes que sofreram modificações para acolher os turistas. Exemplos são os hotéis-fazenda ou *spas* rurais. Há de considerar que o turismo em áreas rurais também se vale de elementos do mundo rural que existiam antes da chegada do turismo, entretanto, a intervenção no sentido de criar uma infra-estrutura adequada é marcante. Além disso, muitos elementos estranhos ao mundo rural são incorporados para fazer parte da oferta turística. Pode-se relacionar o TAR ao turismo rural contemporâneo proposto por Rodrigues (2000), sem, no entanto, torná-los semelhantes, visto que o primeiro é menos restrito que o outro.

Turismo no Meio Rural (TMR) – turismo que se vale dos elementos pré-existentes no mundo rural, antes da chegada da atividade turística. Em outras palavras, esta modalidade prioriza a infra-estrutura que já existia, no entanto, esses elementos são adaptados com a finalidade turística. O exemplo mais marcante é a fazenda-hotel, onde a sede de uma antiga fazenda sofre reparos e adaptações para acolher turistas. Também podem ser incorporados outros elementos à estrutura local, porém, existe uma preocupação para que eles não tirem o caráter tipicamente rural das construções e estabelecimentos. Assim, o turismo no meio rural guarda estreita relação com a identidade rural local. Nele, o aspecto histórico e cultural é fundamental. Fazendo uma analogia, o TMR assemelha-se ao turismo rural tradicional (RODRIGUES, 2000, p. 61-67). No TMR valoriza-se a cultura, o modo de vida, a maneira de se produzir (MTUR/SEGMENTAÇÕES TURÍSTICAS, 2006, p. 50).

Turismo na Natureza (TN) – segmentação turística que está contida no TER e distingue-se do TAR e do TMR pelo fato de que depende, fundamentalmente, dos elementos naturais para a sua ocorrência. A existência de corpos d'água, vegetação em relativa abundância, acidentes físicos marcantes, como escarpas, voçorocas, cavernas, paredões e passos, entre outros, são essenciais para a

ocorrência deste tipo de turismo. Existe, pois, uma necessidade de elementos naturais para a existência do Turismo na Natureza. Várias segmentações e práticas podem ser encontradas neste tipo de turismo: turismo ecológico, ecoturismo, trilhas, mergulho, montanhismo, dentre muitas. O Turismo na Natureza independe da consciência em conservar ou preservar o meio natural, no entanto, o turista deseja estar em contato com ele.

A Figura 3 expõe de modo esquemático o Turismo no Espaço Rural, sua classificação e algumas segmentações e práticas existentes:

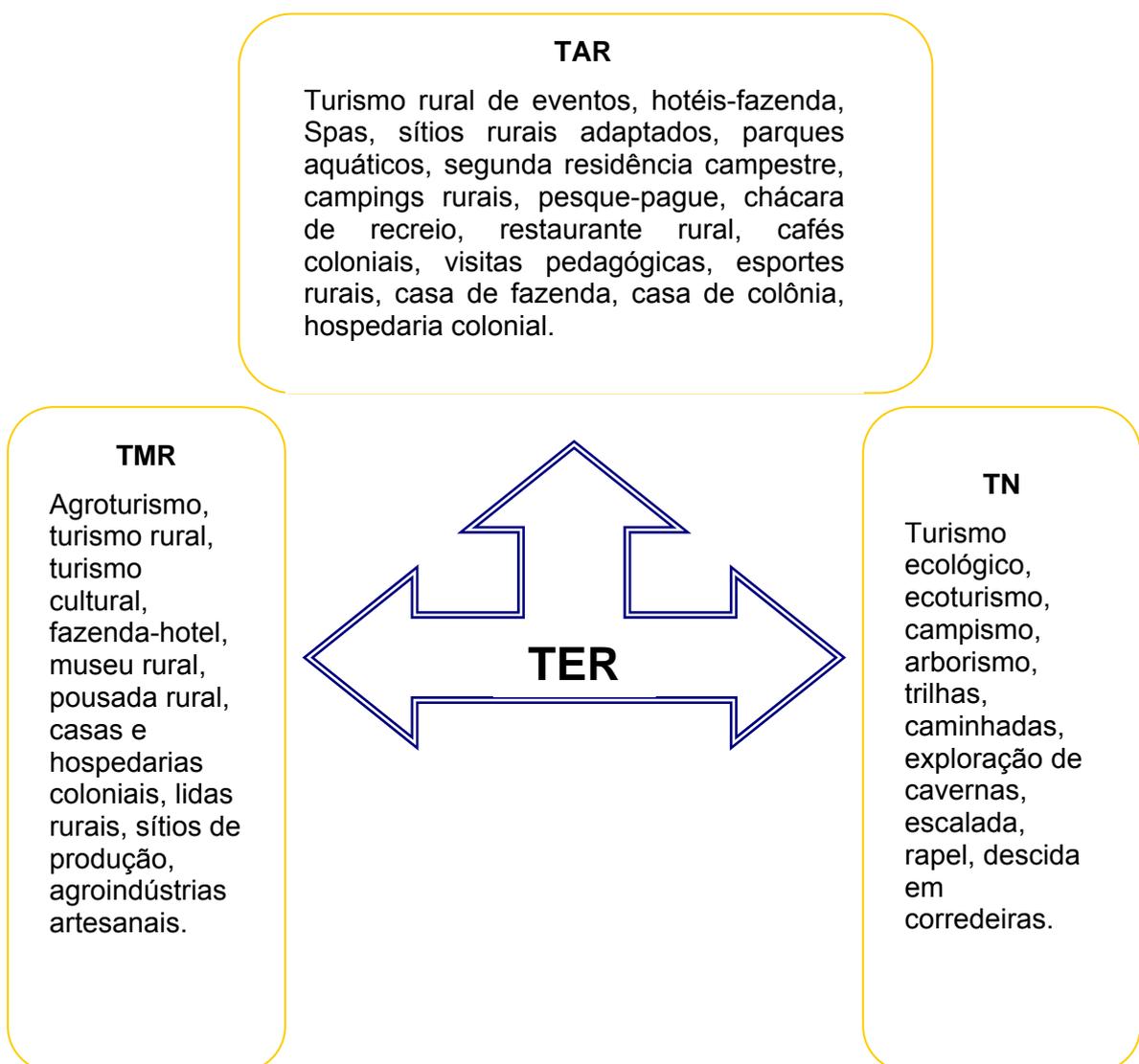


Figura 3. Segmentos e práticas turísticas no espaço rural

Figura organizada pelo autor.

2.3 Modalidades turísticas no espaço rural

Se a crescente valorização do ambiente, da paisagem, do rústico, da história, da tradição e do sossego sustenta oportunidades de turismo e de lazer no espaço rural, da montanha à planície, do interior ao litoral, a sua concretização está condicionada pela presença de população permanente, garantia da tradição e da preservação do meio e prestadora dos serviços requeridos (CAVACO, 2000, p. 89).

A seguir são definidas algumas modalidades turísticas presentes no espaço rural. Essas modalidades foram escolhidas devido ao fato de estarem mais presentes nos estudos e nas práticas desenvolvidas no país.

- Agroturismo (AT)

Segmentação turística que se realiza no espaço rural e está baseado nas atividades agropecuárias realizadas neste espaço. Os atrativos turísticos do agroturismo são: a forma de produzir os gêneros e matérias-primas e de transformá-los artesanalmente ou de modo rudimentar e ainda a forma de cuidar/criar/tratar os animais. Nesta modalidade, o turista executa atividades participando da rotina do estabelecimento agrícola ou pecuário. O agroturismo acha-se contido no Turismo no Meio Rural (TMR).

O AT ocorre dentro de uma propriedade produtiva e gera ocupações complementares à agropecuária, sendo que essas atividades continuam a fazer parte da rotina produtiva do local, sendo o principal atrativo. Em palavras distintas, o agroturismo convive e nutre-se da atividade agropecuária, complementando os seus rendimentos.

Segundo Tulik (2003, p. 39), o agroturismo “[...] desenvolve-se integrado a uma propriedade rural ativa, de organização e gestão familiar, com a presença do proprietário, como forma complementar de atividades e de renda [...]”. Neste segmento pressupõe-se um contato direto do turista com a vida rural, onde ele participa das atividades rotineiras da propriedade, podendo ficar alojado na mesma.

Pellegrini Filho (2000, p. 7) assim se refere ao agroturismo:

Modalidade de turismo que tem por finalidade mostrar e explicar ao turista todo o processo de produção das fazendas agropecuárias. Portanto, as propriedades rurais que praticam o agroturismo somam às suas atividades convencionais outras atividades relativas à hospedagem de visitantes interessados em conhecer o dia-a-dia de uma fazenda.

O agroturismo, assim, pode ser resumido na atividade turística desenvolvida no espaço rural que se vale dos elementos pré-existentes do mundo rural, em que há a participação dos turistas nas atividades rurais produtivas, ou seja, há interação do turista com as atividades agropecuárias (CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 2000b, p. 148). Com destaque para as atividades agropecuárias, o agroturismo representa uma possibilidade de complementaridade à matriz produtora de famílias rurais. Embora confundido com o turismo rural, o agroturismo deve ser entendido como uma modalidade turística no meio rural.

Um dos atrativos que garantem ao AT um excepcional aumento da demanda turística¹⁴ diz respeito ao oferecimento de produtos agroecológicos, ou seja, produtos agrícolas sem o uso de pesticidas. A existência de uma produção agrícola pode gerar a vinculação de uma agroindústria, que também pode servir de atrativo turístico no agroturismo.

- Turismo Rural (TR)

Segmentação do turismo que ocorre no espaço rural, e que apresenta uma forte ligação com a natureza histórica local. Pode se valer de elementos pré-existentes à chegada da atividade turística ou incorporar estruturas que sirvam ao turismo. Os atrativos turísticos podem ser de ordem natural (baseados na paisagem existente) ou de ordem cultural (baseados nas construções sócio-econômicas locais). Tem caráter de antítese aos ambientes urbanos, por isso, busca, mesmo que utilizando tecnologias e materiais alheios ao espaço rural, aproximar-se deste, adaptando-os. Na classificação proposta para as atividades turísticas no espaço rural, enquadra-se no TMR (Turismo no Meio Rural), porque tem sua base na história e cultura local. Sua atratividade reside na consideração da identidade rural local e no caráter tradicional do meio rural.

Tulik (2003, p. 43) afirma que, em sentido estrito, o Turismo Rural “[...] deve estar ligado às características próprias do meio rural, excluindo-se desse rótulo outras formas que nada têm a ver com a prática e o conteúdo rural; deve estar ligado

¹⁴ Pellegrini Filho (2000, p. 70) diz que demanda turística é a quantidade de visitantes que uma região turística recebe em um determinado período. Demanda turística também pode ser entendida como a procura turística expressa pelo número de turistas que chegam a uma localidade, pelos bens e serviços que consomem, pelo número de pernoites em hotéis, pelo número de passageiros que são transportados ou outras manifestações (LAGE; MILONE, 2000, p. 26).

à paisagem rural, ao estilo de vida e à cultura rural”. Já Montejano (1991, p. 222-223), diz que turismo rural é um conjunto de atividades que se desenvolve em contato com a natureza, a vida no campo e em pequenas comunidades rurais, que se concentram nas atividades agrícolas, conhecimento da vida cultural da população rural e das paisagens naturais.

A OMT (Organização Mundial de Turismo), considera o turismo rural como uma modalidade que proporciona a experimentação de estilos de vida e de ambientes que se contraponham ao ambiente das cidades e que apresentam qualidade ambiental (OMT, 2003, p. 89).

No Brasil, o Ministério do Turismo conceitua turismo rural como “[...] o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”. (MTUR/PNT, 2005).

A implantação do TR, segundo manual técnico elaborado pelo Centro de Produções Técnicas (CPT) de Viçosa (MG) e por Santos (2004, p. 29), indica alguns preceitos básicos tais como:

► **Identidade própria (respeito à cultura local e às características do ambiente rural, com a valorização do clima, da topografia, do artesanato, da gastronomia, da arquitetura e outros elementos típicos da localidade);**

► *Autenticidade (apresentar-se singular e espontaneamente dentro de sua vocação original);*

► *Preservação ambiental (a exploração turística não deve entrar em desarmonia com o ambiente natural. Todas as alterações, decorrentes da exploração turística, devem dar-se em acordo com a preservação ambiental, aproveitamento, ao máximo, das instalações já existentes e utilizando materiais adaptados à vivência local);*

► *Preservação e divulgação da cultura local (o atrativo primordial do turismo rural diz respeito às raízes e costumes locais, os quais devem ser preservados e divulgados. Histórias locais – causos - contados em torno de um fogão de lenha, com uma bebida típica e com comidas locais. Músicas e canções, danças e folclore locais em um ambiente com objetos e móveis característicos constituem-se em atrativo singular). (HOSKEN; VIGGIANO, 1997, p. 9-10; SANTOS, 2004, p. 29).*

Alguns elementos são fundamentais para a existência do turismo rural e dependem diretamente do proprietário rural ou investidor, mas também podem contar com o apoio e o incentivo do poder público. O poder público, como um dos agentes turísticos, deve proporcionar suporte para a existência do turismo rural e dos elementos a ele ligados. Dentre os elementos julgados fundamentais, destacam-se:

- O acesso, que deve ser bem sinalizado e em condições de trafegabilidade;
- A hospedagem, que deve obedecer ao padrão de qualidade no atendimento aliado às singularidades arquitetônicas do lugar;
- A paisagem, que guardará as características rurais, tanto no aspecto natural quanto no aspecto das produções humanas;
- A gastronomia, que será baseada em pratos típicos locais e confeccionada com ingredientes produzidos no local;
- O lazer, que deverá ser diversificado e de acordo com a cultura local, tais como passeios de charrete, barco, carros de boi, trator, realização de caminhadas, ordenha, etc (HOSKEN; VIGGIANO, 1997, p. 11-15).

O turismo está preenchendo um espaço na reprodução do capital no meio rural. A atividade, assim, converte em mercadoria as atividades com valor de uso turístico do espaço rural. Isto cria novos mercados e novas formas de produzir renda nas propriedades rurais. Famílias inteiras dedicam-se ao turismo, possibilitando outras maneiras de ganho financeiro. Salles (2003, p. 31) garante que o turismo pode ter papel positivo no desenvolvimento e na diversificação da economia em áreas rurais aproveitando as características locais sem afetar o desempenho agrário.

Com relação aos múltiplos fatores positivos ligados ao turismo rural, Santos (2004, p. 15) sentencia:

Devido à sua multifunção de gerador de empregos e de renda para promover as infra-estruturas de intercâmbios entre o meio rural e o urbano, bem como cultural, provavelmente, o agroturismo e o turismo rural trarão desenvolvimento àquelas regiões menos favorecidas.

- Turismo ecológico (TE)

Modalidade turística realizada no espaço rural com estreita ligação com os elementos naturais (abarcando um grande número de sub-modalidades ou segmentações tais como o ecoturismo, o turismo de aventura, entre outros). Nesta

segmentação, que tanto pode ser empreendida em um ambiente com interferência humana mínima em termos de infra-estrutura, quanto em locais em que o suporte para o desenvolvimento da atividade exige maiores intervenções, a condição essencial é a presença e o convívio com o ambiente natural. O turismo ecológico tem por princípio a não-massificação da atividade, por isso, há uma limitação do número de freqüentadores aos atrativos.

Neste estudo opta-se pelo termo turismo ecológico, como uma atividade turística realizada no espaço rural, mesmo sabendo que existam divergências quanto ao seu uso visto que o termo ecoturismo também é usado indistintamente. Por considerar uma segmentação mais abrangente e que pode reunir outras modalidades em seu conceito, é que se toma o termo turismo ecológico.

Distinguindo o ecoturismo do turismo ecológico, temos que o primeiro é:

[...] um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (EMBRATUR/IBAMA apud PELLEGRINI FILHO, 2000, p. 83).

Conforme Ceballos-Lascurián apud Pellegrini Filho (2000, p. 83), ecoturismo:

[...] é o turismo que consiste em viajar para áreas naturais não degradadas ou não poluídas, com o objetivo específico de estudar, admirar e fruir a paisagem e suas plantas e animais, tanto quanto manifestações culturais (do passado e do presente) encontradas nessas áreas. [...] O ponto principal é que a pessoa que pratica ecoturismo tem a oportunidade de mergulhar na natureza de uma maneira normalmente não possível no meio ambiente urbano.

Para Beni (2002, p. 34) ecoturismo é o “[...] deslocamento de pessoas para espaços naturais delimitados e protegidos pelo Estado ou controlados em parceria com associações locais e ONGs.”

Em contrapartida, o mesmo autor afirma que turismo ecológico é a:

Denominação dada ao deslocamento de pessoas para espaços naturais [...] motivadas pelo desejo/necessidade de fruição da

natureza, observação passiva da flora, da fauna, da paisagem e dos aspectos cênicos do entorno. Neste sentido, pode também ser chamado de turismo de natureza, ou turismo verde (BENI, 2002, p. 33).

Goidanich e Moletta (1998, p. 9), em conceito semelhante ao da EMBRATUR/IBAMA, caracterizam o turismo ecológico como:

[...] a prática [...] em áreas naturais nativas, pouco alteradas ou já recuperadas, que utiliza o patrimônio natural de forma sustentável, incentivando a sua conservação, promovendo a formação de uma consciência ambientalista e garantindo o bem-estar das populações envolvidas.

Enquanto isso, Souza e Corrêa (2000, p. 146) fazem uma distinção mais clara quando dizem:

Turismo ecológico é o setor especializado do turismo que caracteriza-se por uma clara propensão demonstrada por seus praticantes em procurar viagens que os coloquem em contato íntimo com a natureza, dela desfrutando por simples observação ou estudo sistemático. [...] Difere do segmento Ecoturismo, em função do fato de que no Turismo Ecológico ocorre apenas o desfrute e a contemplação passiva dos recursos naturais, enquanto que no Ecoturismo ocorre uma simbiose do turista com os atrativos naturais e culturais.

Várias são as atividades que podem ser executadas dentro do TE, como acampamentos, caminhadas (*trekking*), cavalgadas, ciclismo, escalada, mergulho, montanhismo, observação de animais, passeio de barco, passeio de jipe, *rafting*, *rapel*, safári fotográfico, entre muitas outras (GOIDANICH; MOLETTA, 1998, p. 11-15).

A taxonomia apresentada objetiva um melhor entendimento dos capítulos que se seguem em vista das propostas de subsídios para a elaboração de políticas públicas para as modalidades turísticas existentes e possíveis na área de estudo, a Rota das Terras.

2.4 Roteiros turísticos

O essencial, contudo, é saber se se opta mais uma vez por deixar as coisas seguirem o seu curso e corrigir seus efeitos mais desastrosos, ou se julga que é tempo de agir de antemão, buscando 'pensar' o espaço onde queremos viver amanhã (ROCHEFORT, 1998, p. 54).

A organização do espaço de um país é o reflexo de seu atual sistema econômico e social, da mesma forma que a herança dos diferentes sistemas que o regeram no passado (ROCHEFORT, 1998, p. 56).

O crescimento do turismo no Brasil, assim como em nível global, está vinculado a alguns fatores que favoreceram o seu desenvolvimento. Rodrigues (1999, p. 106) lista as conquistas sociais dos trabalhadores, entre as que se podem citar: aumento dos rendimentos, motorização familiar, melhoria dos transportes, implementação dos serviços turísticos, interesse do Estado, o 'marketing' e os meios de comunicação, entre outros, como os responsáveis pelo aumento da procura pelos serviços turísticos. Em outras palavras, com alguns acréscimos, Trigo (1999, p. 19) aponta:

O crescimento do turismo após a Segunda Guerra Mundial tem como causa a instituição geral de férias pagas aos trabalhadores, a elevação geral do nível de renda, a valorização da mentalidade do direito ao lazer e ao turismo, e a mudança dos hábitos de consumo nas sociedades que, aos poucos, vão se transformando em pós-industriais, com o crescimento do setor terciário ou de serviços.

A atividade turística gera efeitos benéficos diretos e indiretos na economia. Os diretos resultam da despesa feita pelo turista no pagamento aos equipamentos turísticos e de apoio. Os efeitos indiretos são gerados pelo gasto feito por aquele que recebeu do turista e, ainda, por conta de um efeito induzido, por outrem que tenha recebido daqueles que receberam dos prestadores de serviço ou donos de equipamentos (BARRETO, 1999a, p. 72).

Com um campo de atuação em pleno crescimento, o turismo já foi taxado como tábua de salvação para muitas economias em dificuldades. Os seus efeitos multiplicadores e seus benefícios econômicos, culturais e psicofísicos (descanso físico e mental), servem de subsídio para que novas tentativas sejam realizadas na sua exploração e implementação. Rapidamente incorporada às políticas

econômicas, a atividade vem sendo considerada por muitos países dependentes economicamente um caminho alternativo e complementar para se chegar ao desenvolvimento.

Com muitas vantagens apontadas, a atividade turística pode ser efetivada em melhores termos se for pensada de forma complementar, ou seja, que os destinos turísticos, aqui entendidos como os locais para onde se dirigem os turistas e onde se localizam os atrativos turísticos, sejam articulados entre si. A articulação logra efeitos positivos mais imediatos e com menores riscos de insucesso.

Tomando-se a necessidade de articular os esforços em direção ao desenvolvimento rural de uma dada região, Veiga (1997, p. 103) sugere que este seja considerado numa perspectiva mesorregional nos seguintes termos:

A heterogeneidade das dinâmicas de crescimento econômico, distribuição de renda e preservação ambiental tornam inócuas as tentativas de generalização. Mesmo a abordagem por grandes regiões, ou por grandes ecossistemas, contêm sérias limitações. Ou seja, um bom diagnóstico do desenvolvimento rural exige a multiplicação de abordagens mesorregionais.

Verificando a necessidade de planejamento turístico¹⁵ em uma determinada área, julga-se que os limites políticos dos municípios não são os melhores determinantes para a elaboração de um plano de trabalho, visto que restringe as possibilidades de se pensar essa área de modo mais abrangente.

Pensar o espaço de modo integral, com suas relações, contradições e complementaridades pode ser um trabalho mais árduo, entretanto supera a visão estreita de verificar a parte excluída do todo. Desta forma a atividade turística pode ser organizada sob a forma de roteiros turísticos. Conforme Souza; Corrêa (2000, p. 130), roteiro turístico é “[...] o itinerário escolhido pelo turista. Pode ser organizado por agência (roteiro programado) ou pode ser criado pelo próprio turista (roteiro espontâneo)”. O roteiro a que este estudo faz referência (e que será visto posteriormente) não decorre nem da organização por parte de uma agência turística (visto que resulta de um consórcio entre municípios) e nem é espontâneo, visto que

¹⁵ Planejamento turístico conforme Ruschmann (1999, p. 83) é “[...] uma atividade que envolve a intenção de estabelecer condições favoráveis para alcançar objetivos propostos [...]”, ou de acordo com Barretto (1999b, p. 13) “[...] é uma atividade, não é algo estático, é um dever, um acontecer de muitos fatores concomitantes que têm que ser coordenados para se alcançar um objetivo que está em outro tempo”.

há uma pré-determinação dos lugares a serem visitados em função de uma oferta dirigida.

Moletta (2002, p. 40) define roteiro turístico como um pequeno plano de viagem em que o turista tem a descrição de todos os pontos a serem visitados, bem como o tempo de permanência em cada local e a noção dos horários de parada. Já para Tavares (2002, p. 14), os roteiros turísticos “[...] são itinerários de visitação organizados”.

Conforme o Ministério do Turismo, roteiro turístico é “[...] caracterizado por um ou mais elementos que lhe conferem identidade, definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística”. (MTUR/BOLETIM..., 2006, p. 1). Já Montejano (1991, p. 210) conceitua itinerário turístico¹⁶ como:

[...] toda ruta que transcurre por un espacio geográfico determinado, donde se describe y especifica los lugares de paso, estableciendo unas etapas y teniendo en cuenta las características turísticas propias – naturales, humanas, histórico-monumentales – relacionadas con la zona geográfica que se recorre a nivel local, comarcal, regional, nacional e internacional; la duración; los servicios turísticos – alojamientos, medio de transporte, etc. – y las actividades a desarrollar.

Tavares (2002, p. 20-21), sobre a relevância dos roteiros turísticos, diz que eles “[...] podem ser uma das importantes maneiras de contextualizar atrativos e aumentar o seu potencial de atratividade, o que pode dinamizar o potencial de atração turística da localidade”.

Desta forma, os roteiros turísticos podem ser organizados dentro de uma área que apresente certas peculiaridades ou afinidades. Em razão disto, formatam-se roteiros ou rotas turísticas, que são regiões que apresentam, além de similaridades na oferta turística, certos objetivos em comum em relação à atividade turística. Convém destacar que não existem formulações conceituais para a expressão rota. Por analogia, entende-se que rota e roteiro sejam sinônimos.

¹⁶ Neste estudo, roteiro turístico está sendo considerado como sinônimo de itinerário turístico e rota turística, tendo em vista a semelhança de conceituação dos dois primeiros termos e a ausência da noção de rota turística em publicações sobre turismo.

No Estado do Rio Grande do Sul há uma tentativa do governo, por meio da Secretaria de Turismo, de definir rotas turísticas dentro da perspectiva da integração de ações para o desenvolvimento do turismo.

Beni (2006, p. 29) diz que na atualidade a EMBRATUR cuida da promoção turística do país no exterior, além de elaborar estudos e pesquisas que orientem os processos de tomada de decisão, avaliem o impacto econômico da atividade e formatar novos produtos e *roteiros turísticos*. Desta maneira, foi criado o Programa de Regionalização do Turismo e o Fórum dos Secretários Estaduais de Turismo, os quais viabilizaram a abordagem regional do turismo e a possibilidade de se implementar roteiros turísticos (Programa de Regionalização do Turismo Roteiros do Brasil). No entanto, o mesmo autor afirma que, o que se tem visto são “cenários de roteirização regionalizada” em vez de “regionalização sustentável de turismo”, esta última, meta do governo federal. Ou seja, “[...] a roteirização regionalizada pode servir momentaneamente para o marketing de destinos e ampliar o fluxo turístico para algumas regiões a curto prazo [...]”, mas não consolida o turismo como um instrumento de desenvolvimento sustentável (BENI, 2006, p. 32). É assim que, o autor, prefere que haja a regionalização turística, esta uma estratégia que visa o desenvolvimento turístico em um espectro mais abrangente e menos localizado que a simples criação de roteiros turísticos. Além disso, continua Beni (2006, p. 125), dizendo que a regionalização turística pode conduzir para o processo de clusterização¹⁷ turística, que significa “[...] o estabelecimento de parcerias entre destinações já existentes [...] sendo essencial à competitividade de qualquer destinação [...]”, isso importa no estabelecimento de relações de competição e cooperação entre tais destinações.

Torna-se relevante observar que, independente de políticas públicas específicas, ou mesmo do apoio necessário do poder público, muitas iniciativas de turismo em espaço rural têm sido efetivadas de modo autônomo. Porém, é desejável que as iniciativas sejam tomadas sob um viés cooperativo. A Associação Natureza Café com Leite, uma união de empresários que exploram o turismo rural em São Paulo e Minas Gerais, mostra a validade da união para a transformação de dezoito municípios em um pólo turístico, por meio de um roteiro turístico organizado

¹⁷ Cluster, de acordo com Beni (2006, p. 152) é “[...] uma aglomeração competitiva, um pólo consolidado com forte interação entre as empresas, estendendo-se verticalmente a jusante e a montante lateralmente, e comportando entidades de suporte privadas e públicas, com coesão social e política”.

(PRUDENTE, 2004, p. 73). É necessário, no entanto, que o desenvolvimento de roteiros turísticos tenha o aval do setor público.

Assim os roteiros turísticos surgem como uma possibilidade de conjugar os esforços empreendidos na atividade. Desta forma, vários municípios que dispõem de atrativos turísticos podem planejar a atividade conjuntamente sob uma idéia de cooperação e da complementaridade. Embora possa ser considerado um caminho para o desenvolvimento turístico, os roteiros (ou roteirização), em um primeiro momento, não podem ser desprezados.

Com o objetivo de subsidiar o presente estudo, com relação ao local a que se destinam as proposições deste trabalho, no capítulo seguinte será efetivada a descrição da área de estudo.

3 A ÁREA DE ESTUDO: A ROTA DAS TERRAS

A formação e transformação da espacialidade é a substantivação da história, um quadro móvel da existência coletiva no qual as relações sociais e a própria vida produtiva são revelados na forma material (SOJA, 1983, p. 37).

A Rota das Terras constitui-se em um consórcio turístico que compreende dezenove municípios do Planalto Médio gaúcho. É nossa intenção neste capítulo caracterizar essa área sob o aspecto geográfico e turístico, destacando a metodologia empregada nesta análise e enfatizando a atuação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), órgãos de fomento ao desenvolvimento regional no Estado do Rio Grande do Sul.

O desenvolvimento da atividade turística na Rota das Terras será verificado tendo em vista a proposição que encerra esta pesquisa, que é a de sugerir subsídios para a elaboração de políticas públicas¹⁸ para o turismo no espaço rural do roteiro.

A escolha da temática de pesquisa justifica-se pelos motivos a seguir:

- A emergência de novas atividades no espaço rural como alternativas para o desenvolvimento econômico e social deste local;
- O desenvolvimento que a atividade turística tem apresentado na atualidade;
- A alternativa produtiva que o turismo representa para o espaço rural;
- A possibilidade de desenvolvimento do turismo na Rota das Terras em virtude das potencialidades, traduzidas sob a forma de atrativos turísticos;
- A crença de que políticas públicas específicas para a Rota das Terras possam dinamizar a atividade, já que as políticas existentes não têm sido aplicadas em prol de um desenvolvimento turístico satisfatório;
- Os instrumentos de políticas públicas têm se mostrado insuficientes para promover o desenvolvimento turístico na Rota das Terras;
- O planejamento inadequado reflete a necessidade de objetivos e políticas públicas para o setor turístico.

Assim, a Rota das Terras foi eleita em virtude das peculiaridades e possibilidades que a caracterizam e tendo em vista os motivos acima apresentados, que justificam o seu estudo.

¹⁸ A definição de política pública será tratada no capítulo 4.

3.1 Metodologia empregada na área de estudo

A abordagem da área de estudo é feita segundo a base teórico-metodológica proposta por Milton Santos (1985, p.52) ao considerar a organização espacial como resultado da análise do todo mediante a interação de diversos elementos.

A análise considera também a característica regional da área de estudo, conforme enuncia Rochefort (1998, p. 61):

Por muito tempo os geógrafos procuram definir a região pelo conteúdo do espaço, no interior de limites determinados, conteúdo que se exprime mais ou menos por certa homogeneidade da paisagem. Essa concepção conduz a certo número de impasses no esforço compreendido para estabelecer unidades válidas, caracterizadas por certa homogeneidade das atividades de produção que nele se localizam.

Assim, o estudo tratará a área analisada sob o enfoque regional, porém sem as limitações que o conceito acima impõe.

É utilizada, igualmente, a proposta de Morin (1996), segundo o qual:

O trabalho com a incerteza perturba muitos espíritos, mas exalta outros; incita a pensar aventurosamente e a controlar o pensamento. Incita criticar o saber estabelecido, que se impõe como certo. Incita ao auto-exame e à tentativa de autocrítica. Contrariamente à aparência, o trabalho com a incerteza é incitação à racionalidade; um universo que fosse apenas ordem não seria um universo racional, mas racionalizado, ou seja, deveria obedecer aos modelos lógicos de nosso espírito. Seria, nesse sentido, um universo totalmente idealista. [...] O trabalho com a incerteza incita ao pensamento complexo: a incompressibilidade paradigmática de meu tetragrama (ordem/desordem/interação/organização) mostra-nos que nunca haverá uma palavra-chave – uma fórmula-chave, uma idéia-chave – que comande o universo. E a complexidade não é só pensar o uno e o múltiplo conjuntamente; é também pensar conjuntamente o incerto e o certo, o lógico e o contraditório, e é a inclusão do observador na observação (MORIN, 1996, p. 205-206)

Ademais, considera-se que o método, enquanto caminho para a investigação, pode trazer respostas satisfatórias para uma pesquisa. No entanto, o bom senso não deve ser menosprezado em favor, exclusivamente, da rigidez

metodológica por vezes adotada. Faz-se par a Rodrigues (1999, p. 15), quando fala que se desvencilhar do método significa criar oportunidade para a pluralidade e que cada pesquisador poderá seguir o caminho que acredita ser o mais adequado para responder aos anseios mais profundos da sociedade, ou seja, temas de relevância social que atendam necessidades prementes.

A análise da área estudada pretende realizar uma interface com o senso comum naquilo que for aplicável ao estudo, sem, no entanto, fugir aos preceitos que norteiam o método científico. Neste sentido, o conjunto das informações obtidas por meio de observações do pesquisador, será utilizada na consideração necessária que o subjetivismo empresta à análise científica.

O estudo pretende ampliar o conteúdo das proposições existentes no tema abordado, mesmo sabendo que os novos conhecimentos são provisórios. Assim, considera-se o que ensina Freire-Maia (1991, p. 171): “A verdade científica só é ‘verdade’ dentro das coordenadas em que foi construída; aí, ela tem certa definitividade.” Assim, considerando o aspecto precário e provisório das verdades e os limites da metodologia, a intenção deste estudo é ampliar a possibilidade dos debates a partir de idéias inovadoras.

Como instrumento de investigação usou-se a pesquisa bibliográfica e dados coletados a partir das observações do pesquisador, cujas análises finais vêm consolidadas neste estudo. Também foram coletados dados resultantes de entrevistas do tipo semi-estruturadas feitas com prefeitos, responsáveis pelo turismo no poder público municipal e a secretária executiva da Rota das Terras e entrevistas com empreendedores e moradores das cidades do roteiro. As entrevistas foram realizadas pelo autor no período de março a novembro de 2006. A organização e tabulação dos dados também foram feitas pelo autor. Assim, utiliza-se a técnica de coleta de dados qualitativa, na medida em que são levadas em consideração as interações interpessoais dos informantes com o pesquisador.

É intenção deste estudo, embora privilegiando seu caráter geográfico, realizar uma interface com o conhecimento turístico, utilizando, além de conceitos oriundos dos estudos turísticos, de investigações realizadas na Geografia do turismo.

3.2 A Rota das Terras – Definição e caracterização geográfica

A Rota das Terras constitui-se em conjunto de municípios que se propõe ao desenvolvimento turístico e ambiental, denominado, oficialmente, Conselho de Desenvolvimento Sustentável da Região Planalto/Consórcio Rota das Terras de desenvolvimento turístico e ambiental (CONDESUS/Rota das Terras). Localiza-se no Planalto Gaúcho, mas precisamente no Planalto Médio do Rio Grande do Sul (Figura 4).

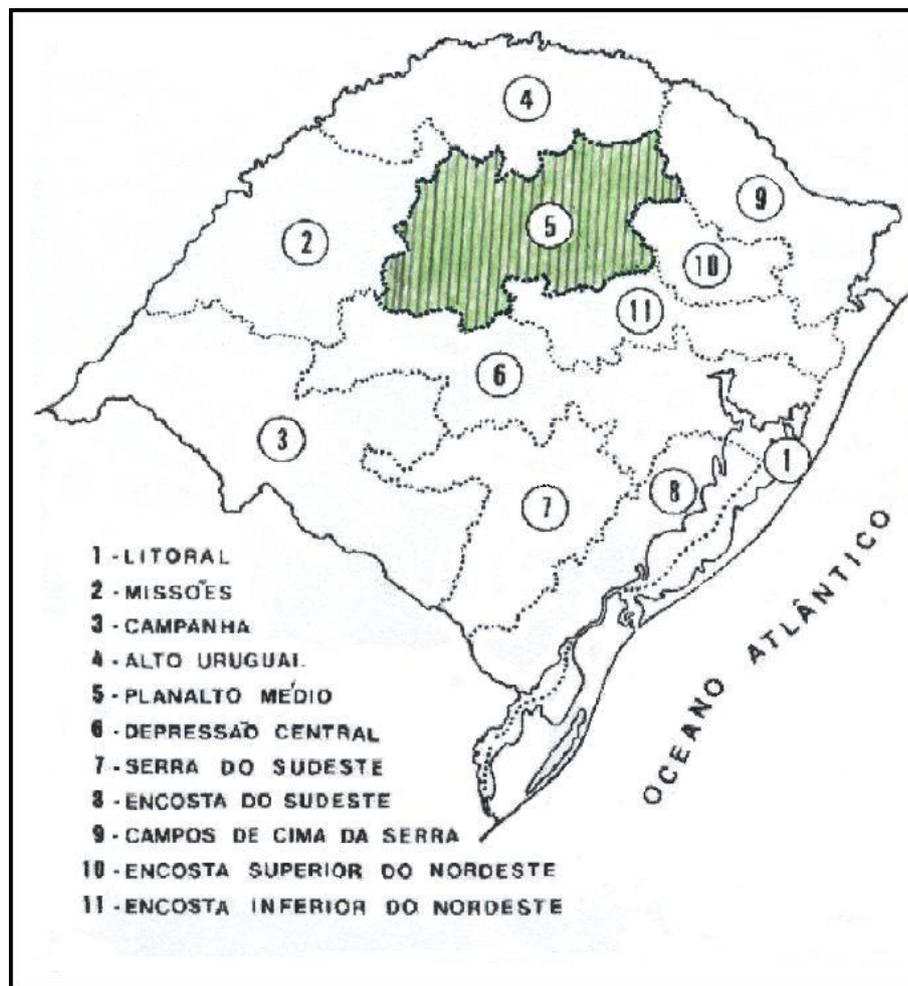


Figura 4. Zonas fisiográficas do Rio Grande do Sul.

Fonte: HOFFMANN et al. (1997, p. 27).

Fazem parte da Rota das Terras dezenove municípios: Alto Alegre, Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Incra, Campos Borges, Colorado, Cruz Alta, Ernestina, Espumoso, Fortaleza dos Valos, Ibirubá, Jacuizinho, Lagoa dos Três Cantos, Não-Me-Toque, Quinze de Novembro, Salto do Jacuí, Selbach, Tapera, Tio Hugo e Victor Graeff (Figura 5).

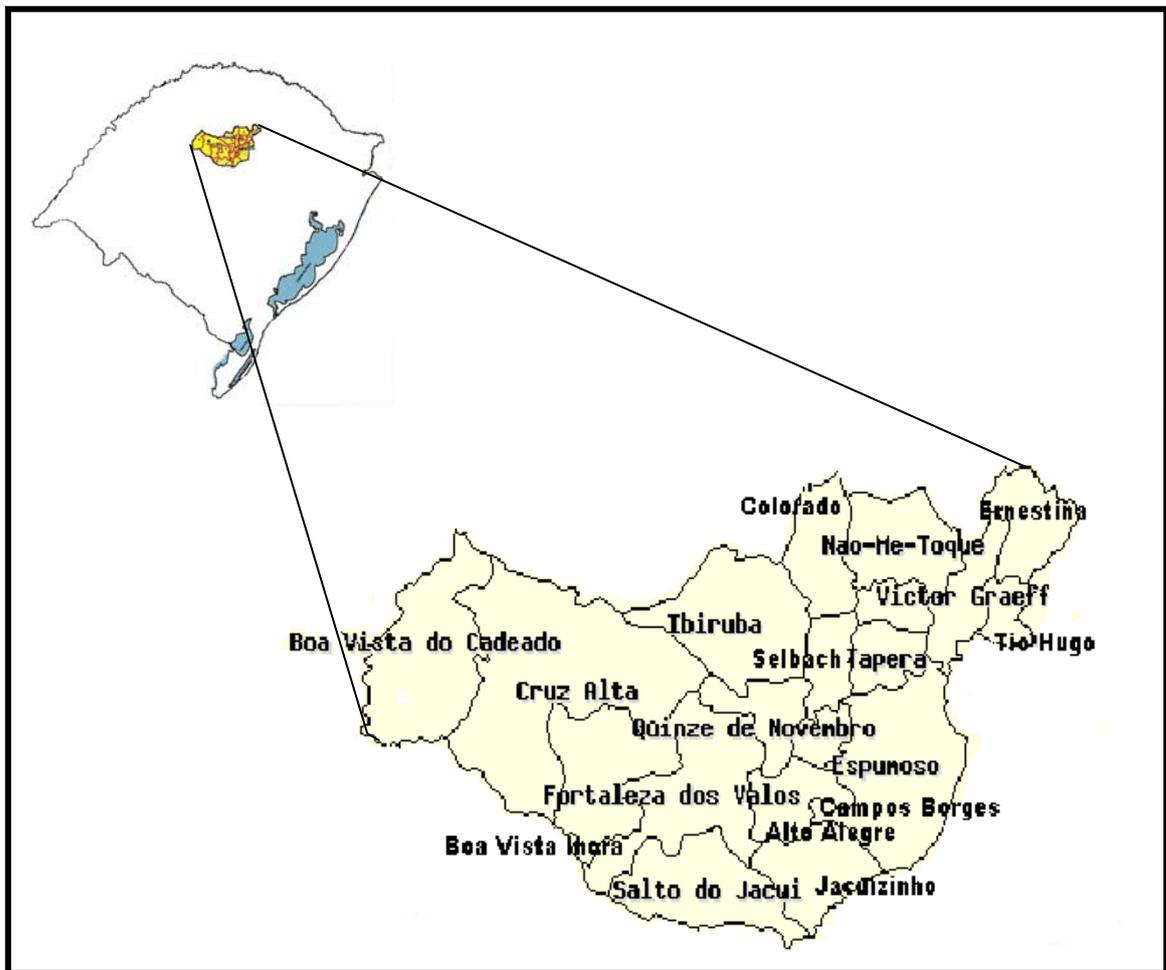


Figura 5. Localização dos municípios que compõem a Rota das Terras.

Fonte: SCP, 2005 (Adaptado).

Situa-se aproximadamente a 200 km a noroeste de Porto Alegre e se assenta sobre a unidade geomorfológica do Planalto arenito-basáltico ou Planalto Meridional (Figura 6), região onde são características as coxilhas¹⁹ e ocorreram extensos derrames basálticos que alterados servem de substrato e sustento à lavoura de soja na área. No Planalto Médio, as altitudes variam de 300 a 600 metros (MOREIRA; COSTA; 1995, p. 27-34)²⁰.

¹⁹ Coxilha é uma denominação regional para um tipo de relevo de pequenas elevações ou colinas arredondadas e de pequena altitude cujo cume, quando visto de longe, se assemelha a uma faca (*cuchilla*, em espanhol) (GUERRA, 1987, p.110).

²⁰ Para a caracterização da Rota das Terras, utilizam-se dados fornecidos pela Secretaria de Coordenação e Planejamento do governo do Estado do Rio Grande do Sul, referentes aos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) do Alto Jacuí, Alto da Serra do Botucaraí e Produção. Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento serão detalhados no título 3.4.

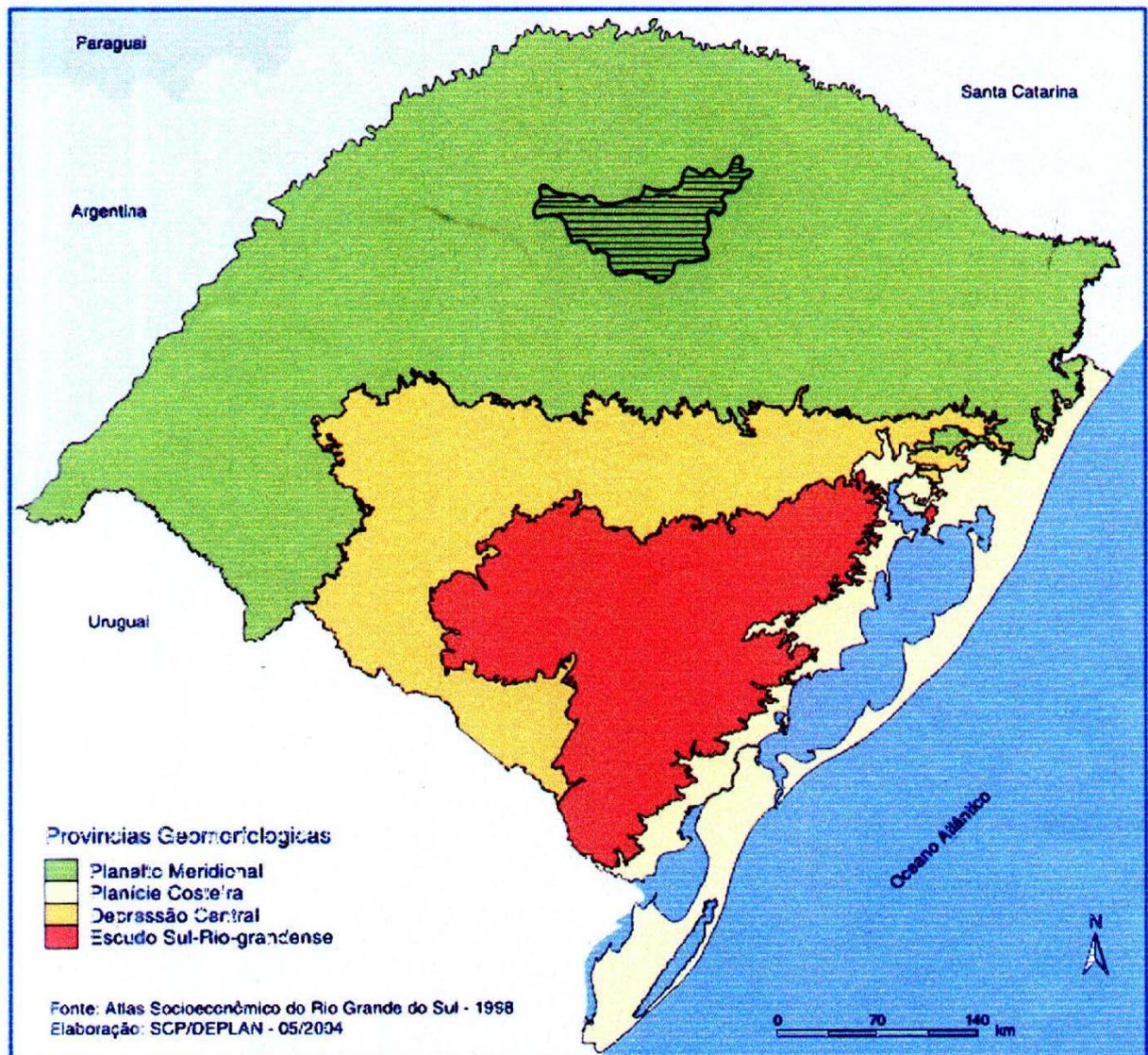


Figura 6. Províncias Geomorfológicas do Rio Grande do Sul.

Fonte: SCP, 2005 (Adaptado).

No Planalto Médio, e especificamente na área estudada, os solos são: neossolos, argissolos e latossolos. Esses últimos predominam e se situam no oeste (Alto Jacuí). Os neossolos e argissolos ocorrem exclusivamente a sudeste (Botucaraí). Como consequência disto, no Alto Jacuí pratica-se a agricultura de inverno e de verão, com a correção da acidez do solo. No Botucaraí, embora se pratique a agricultura, as pastagens ocupam lugar de destaque, sendo a pecuária uma atividade mais viável a esse perfil pedológico. Como destaca Piran (2001, p. 39):

No Planalto gaúcho, as áreas de campo e mais planas são ocupadas pela criação de gado extensiva, enquanto as áreas de mata e de relevo mais acidentado são destinadas à ocupação agrícola com base na pequena e média propriedade. A partir dos anos 70, em especial, com o processo de modernização da agricultura, as porções mais planas do planalto, quer de vegetação campestre, quer florestada (hoje muito devastada), adotam de imediato o modelo de tecnificação pesada e o binômio trigo-soja.

A paisagem da região de certa forma é monótona, pois as coxilhas se sucedem revelando a prática monocultora. Antigas áreas florestadas são ocupadas pela lavoura. Este marasmo é quebrado pelas matas ciliares ou pelos capões de matos que dominam as áreas mais baixas e pelos corpos de água (rios, riachos, açudes, represas e alagados). Não serve como termo de comparação às paisagens que chamam a atenção pela movimentação do relevo, como é o caso das regiões “serranas”. Por outro lado, a abundância de vegetais (tanto nativos quanto exóticos), revela uma sensação de paz, tranquilidade e sossego (elementos subjetivos e caros à exploração turística). Na área que corresponde ao Corede Alto da Serra do Botucaraí, o relevo apresenta-se um pouco mais movimentado, o que, em associação com as matas nativas e os corpos d’água, compõem um cenário de maior beleza cênica.

Conforme Hoffmann et al. (1997, p. 49), a vegetação original da área era formada por campos, alternados por mata subtropical e mata dos pinhais. O desmatamento, como resultado da atividade agropecuária, reduziu a presença das matas, restando apenas pequenas manchas delas. O predomínio sempre foi das áreas campestres onde domina a vegetação rasteira.

Ainda existem na área muitos animais silvestres, tais como tatus, preás, lebres, raposas, ratões do banhado, emas, lagartos, cobras, avestruzes e aves em geral. Alguns animais que existiam outrora em relativa abundância não podem mais ser encontrados em estado livre, como bugios (primatas), gato-do-mato e o lobo-guará.

Em relação ao aspecto climático, que não está desvinculado dos fatores botânicos e pedológicos, tem-se que a região apresenta clima mesotérmico (subtropical) sem estação seca. As chuvas distribuem-se, regularmente, ao longo do ano e no inverno ocorre, com freqüência, a formação de geadas. De acordo com a classificação climática não-dinâmica de Köppen, a região apresenta o clima Cfa (subtropical com chuvas o ano inteiro e verões quentes). Optando-se por uma

consideração dinâmica do clima, diz-se que a região é influenciada no verão pela Massa Tropical Atlântica e Massa Tropical Continental e, no inverno, pela Massa Polar Atlântica, denotando, sobretudo em razão da posição latitudinal, um clima subtropical (MOREIRA; COSTA, 1995, p. 35-41).

A hidrografia local reflete o relevo. Predominam os rios de planalto, sendo que o rio principal, destaque no cenário estadual, é o Jacuí, que nomeia a região de estudo. Seus afluentes drenam satisfatoriamente a área, ajudados pelas barragens para captação de energia elétrica (Passo Real, Jacuí, Dona Francisca e Itaúba), ou seja, os corpos d'água fornecem uma boa quantidade de umidade que se distribuem por toda a área (MOREIRA; COSTA, 1995, p. 46). Estas represas possibilitam o aproveitamento para o turismo de balneário e esportes náuticos, como já vem sendo feito em alguns municípios do entorno do lago, como Quinze de Novembro, Salto do Jacuí, Fortaleza dos Valos e Campos Borges.

A paisagem característica da região é marcada, como no resto do Planalto Médio gaúcho, pela relativa planura, visto que as variações altimétricas não são significativas. Se por um lado, este relevo pouco movimentado não apresenta obstáculos para a construção de vias de acesso (necessárias para se chegar até os atrativos turísticos) ou estabelecimento de outras atividades humanas, por outro lado, foi um fator que permitiu a mecanização intensa da lavoura de soja. A pequena variação altimétrica da área pode ser verificada na Figura 7 que traz a Rota das Terras em destaque por meio das hachuras.

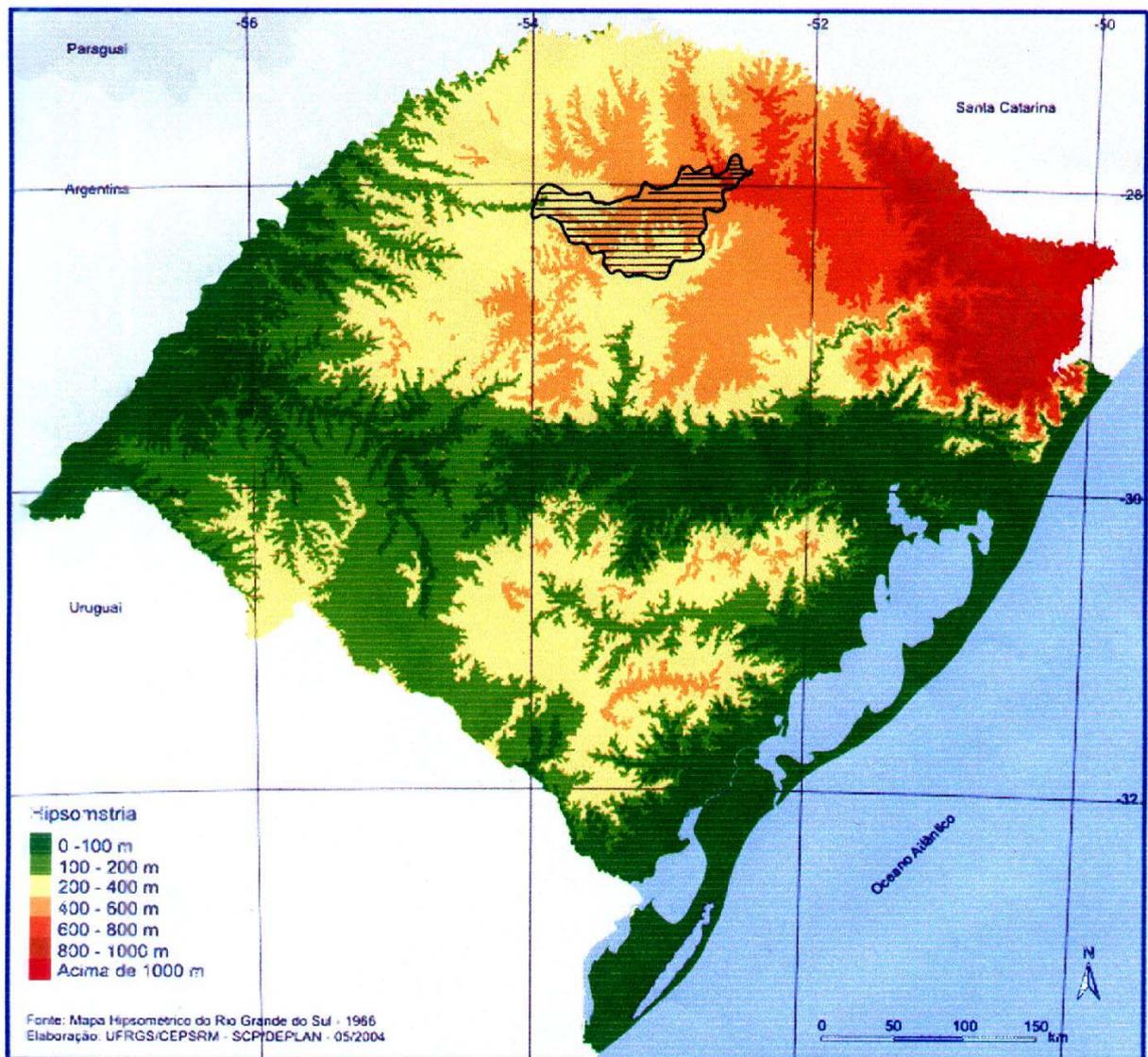


Figura 7. Mapa hipsométrico do Estado do Rio Grande do Sul.

Fonte: SCP, 2005 (Adaptado).

Piran (2001, p. 38), caracterizando a área assim se manifesta:

O Centro, também conhecido como Planalto Médio, constitui-se no divisor de águas das bacias hidrográficas do Uruguai e Jacuí. O relevo apresenta o predomínio de ondulações suaves e a cobertura vegetal, ainda que originalmente dominada pela floresta, não raro apresenta os campos com vegetação rasteira (gramíneas), cujos exemplos mais conhecidos são os Campos de Cima da Serra (Vacaria, Lagoa Vermelha) e os do Planalto Médio (Passo Fundo, Palmeira das Missões, Cruz Alta,...).

A área em estudo se caracterizou por longo tempo pela sua dedicação à agricultura. Nas décadas de 1950 e 1960, o trigo, que era a principal cultura,

ocupava grande parte da área agricultável, associado à criação de gado. Posteriormente, devido às exigências internacionais do mercado, a soja substituiu o trigo como cultura principal. Atualmente a soja, que responde por grande parte dos grãos produzidos no Estado, exerce um forte peso econômico na região, principalmente na chamada safra de verão, já que, no inverno, são cultivados o milho, o sorgo e outras forrageiras. A Figura 8 mostra a produção de soja por Corede.

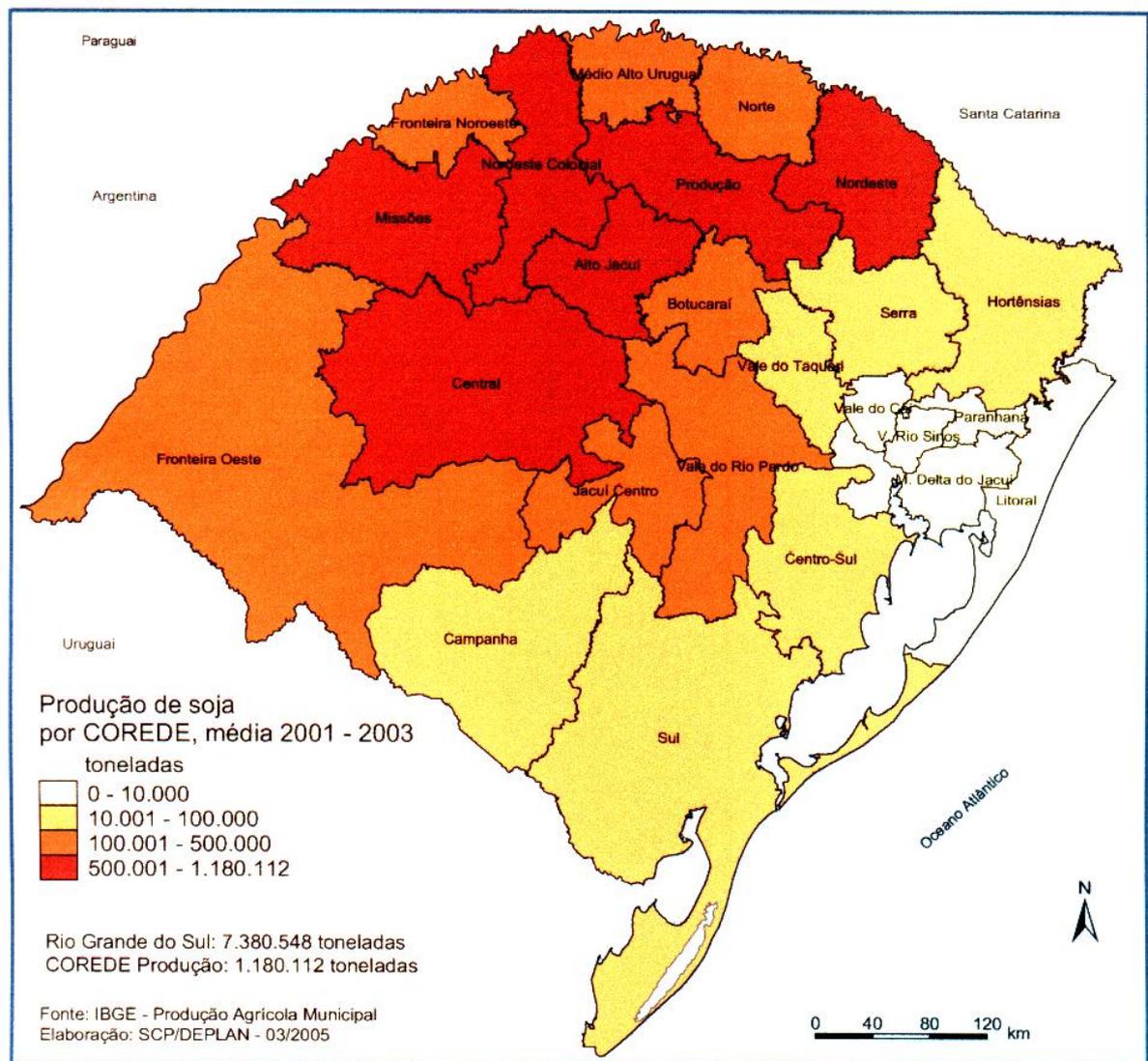


Figura 8. Produção de soja no Rio Grande do Sul.

Fonte: SCP, 2005 (Adaptado).

Verifica-se que o Alto Jacuí e Produção estão entre os maiores produtores de soja. A expressividade da atividade não é percebida apenas em nível estadual,

visto que, localmente, os arranjos produtivos concentram esforços em favor da cultura. São comuns, na área da Rota das Terras, os negócios serem indexados pelo preço da saca de soja.

A Figura 9 mostra os principais produtos da agropecuária gaúcha conforme a sua área de produção; constata-se que a soja domina a área correspondente à Rota das Terras. Além disso, Cruz Alta, localizada na área verificada, apresenta-se como um dos cem maiores municípios brasileiros em PIB bruto oriundo da agropecuária, evidenciando a relevância da atividade (IBGE, 2006).

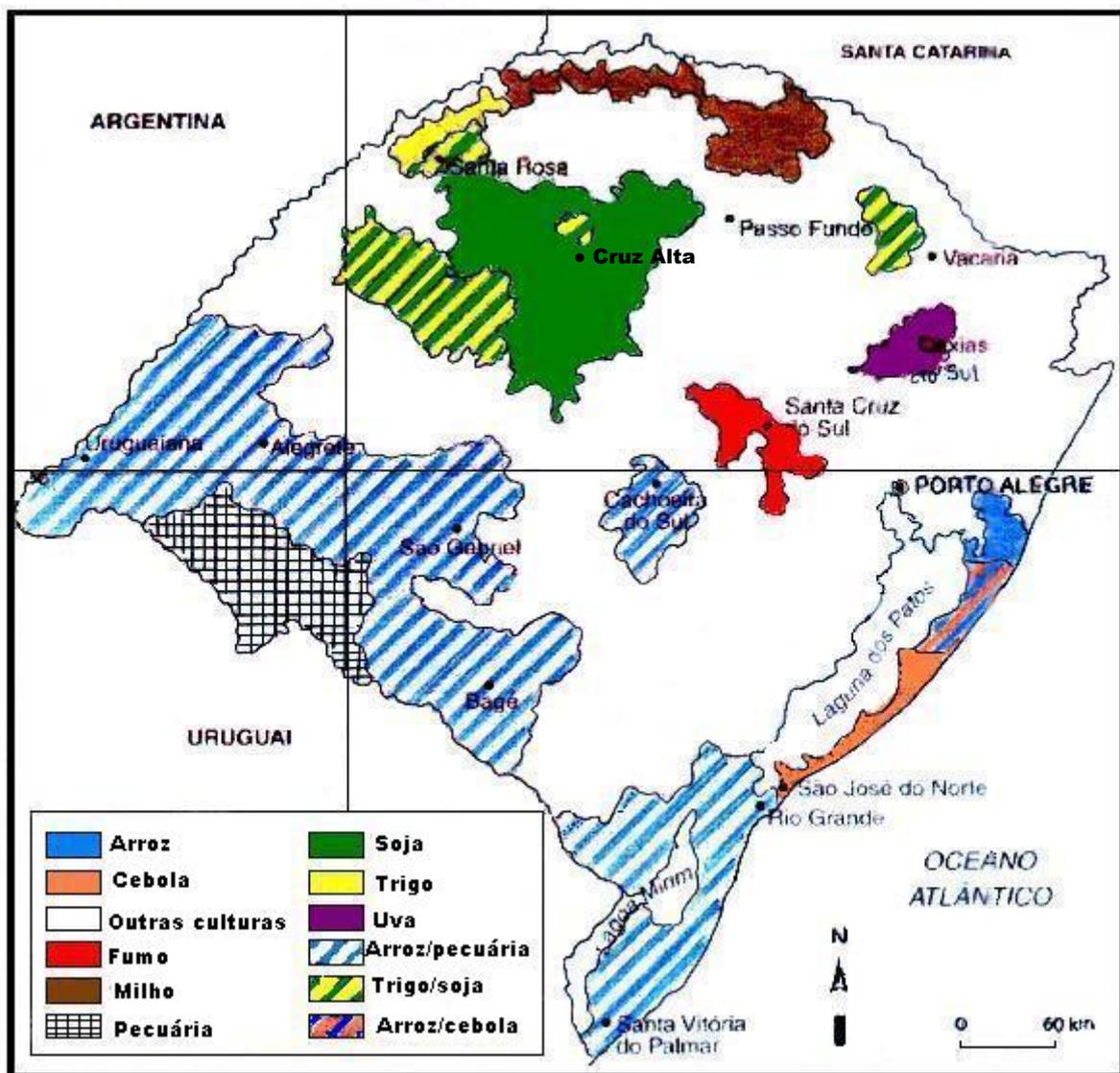


Figura 9. Agropecuária do Rio Grande do Sul nos anos de 1990.

Fonte: MAGNOLI; OLIVEIRA; MENEGOTO (2001, p. 75).

A área que compreende a Rota das Terras, a exemplo do que ocorreu no restante do Estado, passou pelo *boom* da soja. Os pequenos proprietários foram,

aos poucos, sendo expulsos e os que permaneceram se mantiveram a muito custo. A mecanização dispensou mão-de-obra, que foi para as regiões urbanizadas. Na atualidade, esse deslocamento é menor, no entanto, a falta de perspectivas no espaço rural gera uma ansiedade, pois são poucas as alternativas que restam. As pequenas propriedades servem, em sua maioria, para a subsistência familiar. Do total de estabelecimentos rurais do Estado, 85,71% possuem menos de 50 hectares, mas ocupam 24,36% da área utilizada pela agropecuária. Já as propriedades com mais de 500 hectares, perfazem 1,83% do total dos estabelecimentos, mas ocupam 41,66% da área rural (SCP, 2005).

Quanto à atividade industrial, a participação do Alto Jacuí e do Alto da Serra do Botucará é muito pequena, contribuindo pouco (menos de 1%) com o valor agregado da indústria no Estado. O Corede Produção responde por 1,01 a 5,00 % do valor agregado, no entanto, somente o município de Ernestina está inserido na área estudada. Considerando que a região é, tradicionalmente, um local de predomínio agropecuário, torna-se até compreensível que o setor secundário não seja absolutamente desenvolvido, embora a matéria-prima advinda da agropecuária pudesse ser beneficiada na própria região (Figura 10).

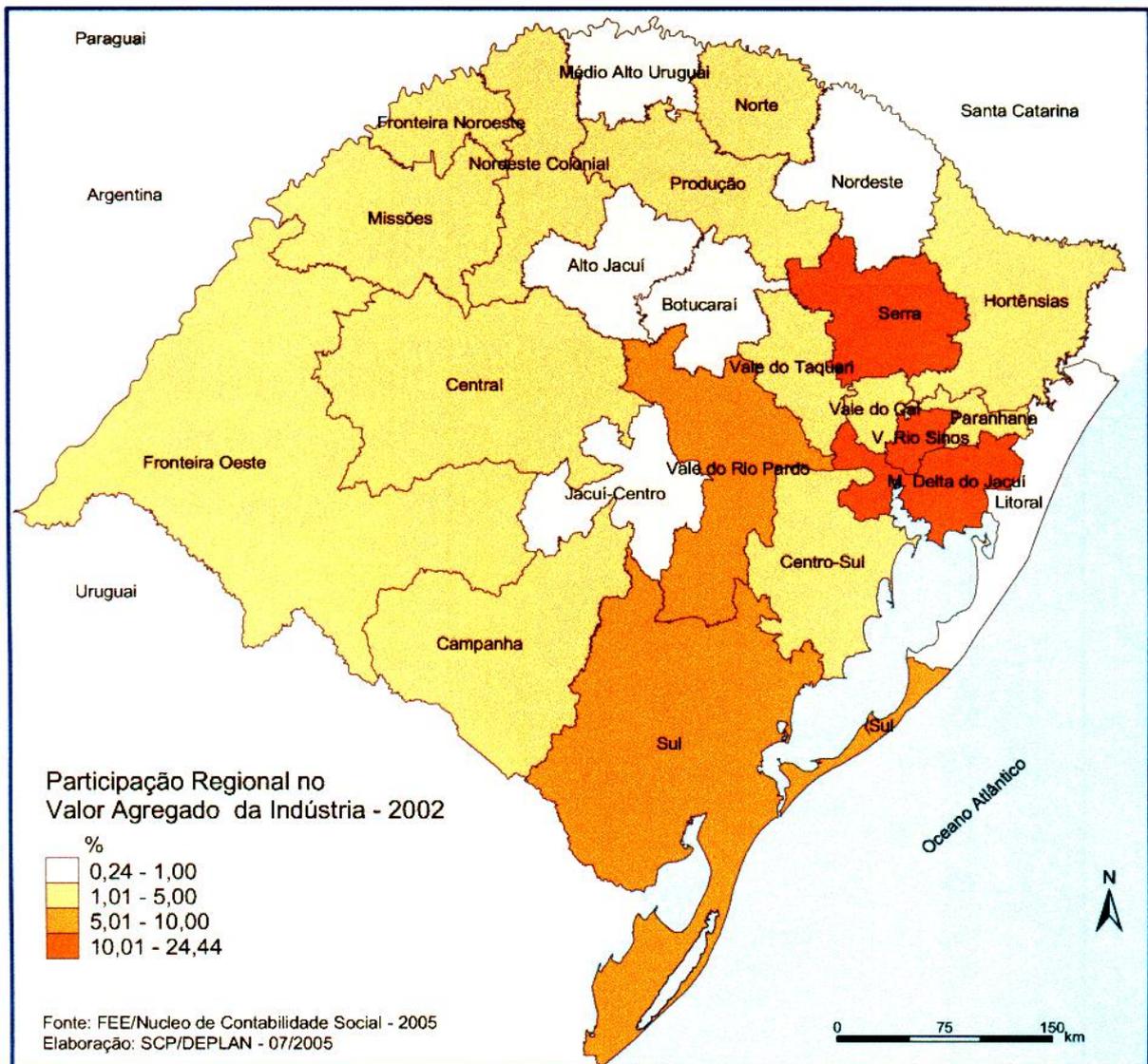


Figura 10. Participação no valor agregado da indústria no Rio Grande do Sul.
Fonte: SCP, 2005.

O contraste com as regiões que correspondem ao eixo Caxias do Sul-Porto Alegre é profundo e revela uma desigual distribuição industrial.

O setor de serviços na região estudada, a exemplo do que acontece com o setor industrial, também se apresenta deprimido. Comparativamente às demais regiões, há uma fraca participação no valor agregado estadual, configurando um quadro preocupante, já que este setor reflete a potencialidade do setor secundário, prioritariamente, e, em parte, o setor primário. A situação do valor agregado dos serviços no Alto Jacuí, Botucaraí e Produção, em relação ao Rio Grande do Sul pode ser vista na Figura 11.

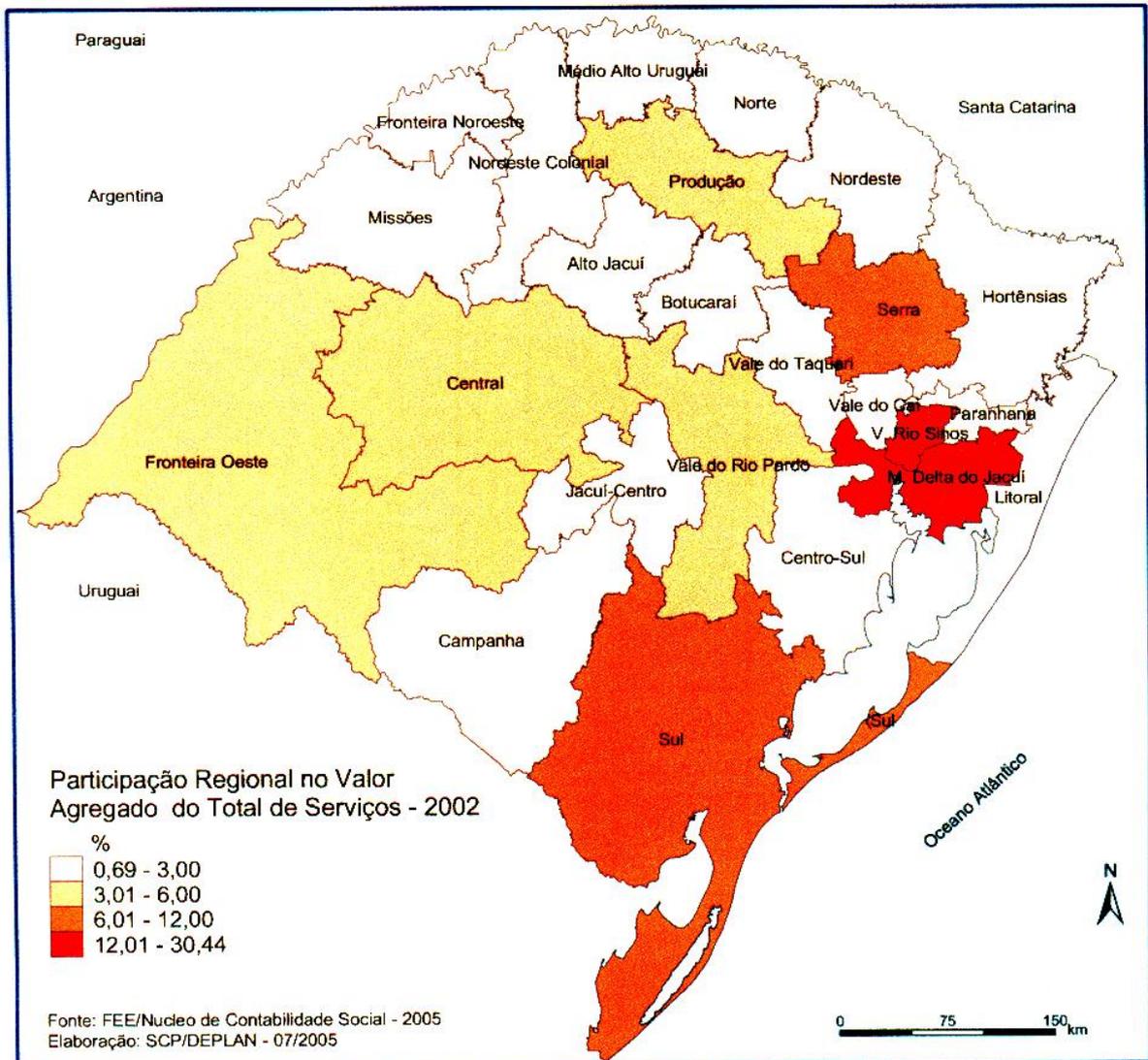


Figura 11. Participação regional no valor agregado dos serviços no Rio Grande do Sul.

Fonte: SCP, 2005

A participação da área dos Coredes Alto Jacuí e Alto da Serra do Botucaraí na economia estadual sofre de uma fraca dinâmica (exclui-se o Corede Produção devido ao fato de somente o município de Ernestina fazer parte dele). O valor agregado situa-se entre 0,92 e 3,00 % do total. Comparativamente, áreas dinâmicas como a metropolitana de Porto Alegre ou a região serrana têm participação entre 11 e 20,83% (SCP, 2005).

Na atualidade, em face da falta de investimentos e dificuldades no setor primário, a região assiste a tentativas de diversificação da produção. Os capitais que

circulavam na atividade agrícola serviam de motor à economia local. Desta forma, é interessante buscar alternativas para manter e até mesmo incrementar a economia da região, valendo-se, talvez, das várias possibilidades de exploração dos recursos naturais e humanos do Planalto Meridional.

Na tabela 2 apresentam-se dados do ano de 2003 sobre o Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios da Rota das Terras:

Tabela 2. PIB bruto e per capita da Rota das Terras (2003).

<i>Município</i>	<i>Bruto (R\$)</i>	<i>Per capita (R\$)</i>
Alto Alegre	30.725.000,00	14.384,00
Boa Vista do Cadeado	92.240.000,00	36.852,00
Boa Vista do Incra	79.283.000,00	34.203,00
Campos Borges	40.412.000,00	10.771,00
Colorado	108.257.000,00	27.455,00
Cruz Alta	689.603.000,00	10.100,00
Ernestina	55.520.000,00	17.881,00
Espumoso	194.513.000,00	13.031,00
Fortaleza dos Valos	116.294.000,00	22.581,00
Ibirubá	346.086.000,00	19.203,00
Jacuizinho	40.266.000,00	16.557,00
Lagoa dos Três Cantos	42.910.000,00	27.348,00
Não-Me-Toque	345.370.000,00	23.228,00
Quinze de Novembro	67.438.000,00	18.512,00
Salto do Jacuí	113.104.000,00	9.216,00
Selbach	74.356.000,00	14.949,00
Tapera	139.213.000,00	12.811,00
Tio Hugo	35.515.000,00	14.712,00
Victor Graef	70.176.000,00	21.201,00
TOTAL REGIONAL	2.681.281.000,00	19.210,26
ESTADO	152.700.000.000,00	14.081,39

Fonte: IBGE, 2006.

Boa Vista do Cadeado e Boa Vista do Incra estão classificados em 8º e 9º lugares em PIB *per capita* do Estado, em relação aos demais 467 municípios. Já, relativamente ao PIB total, nenhum município da área estudada, figura entre os dez

primeiros do Rio Grande do Sul. O PIB total da área corresponde a 17,56 % do Estado, que é de R\$ 152,7 bilhões (FEE, 2006).

Com relação ao aspecto demográfico, o quantitativo populacional da Rota das Terras corresponde a 1,67% do total do Estado do Rio Grande do Sul (10.963.219 habitantes), enquanto a área representa 2,75% do Estado (281.748,5 km²). A densidade demográfica da Rota corresponde a 23,59 hab/ km², e a do Estado é de 38,91 hab/ km².

Os municípios da Rota das Terras com as respectivas áreas e população (estimada em 01 de julho de 2005) podem ser vistos na tabela3:

Tabela 3. População estimada e área dos municípios da Rota das Terras (2005).

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO ESTIMADA	ÁREA (KM ²)
Alto Alegre	2.136	115
Boa Vista do Cadeado	2.522	701
Boa Vista do Incra	2.337	503
Campos Borges	3.733	237
Colorado	3.870	286
Cruz Alta	68.804	1.360
Ernestina	3.122	239
Espumoso	14.751	783
Fortaleza dos Valos	5.243	650
Ibirubá	19.145	612
Jacuizinho	2.473	316
Lagoa dos Três Cantos	1.536	139
Não-Me-Toque	15.127	362
Quinze de Novembro	3.677	224
Salto do Jacuí	12.690	519
Selbach	5.038	177
Tapera	11.039	180
Tio Hugo	2.395	114
Victor Graef	3.320	238
Total	182.958	7.755

Fonte: IBGE, 2006.

A área estudada apresenta 13 dos 19 municípios com menos de 10.000 habitantes (68,4%) e apenas 1 com mais de 50.000 habitantes, o que demonstra a

relação estreita com o espaço rural, ou seja, o contato com o mundo rural é mais próximo e intenso (FEE, 2006).

O município de Cruz Alta, não apenas por ser o maior aglomerado humano, torna-se o ponto convergente das iniciativas e decisões regionais. Município centenário possui infra-estrutura urbana e de serviços que atende aos demais municípios, contando com algumas especialidades médicas, exames laboratoriais, órgãos públicos de coordenação, sede de instituições financeiras e de crédito, presença de duas universidades, sede de divisões militares do exército, além de ser a referência para o estabelecimento de uma micro-região pelo IBGE (micro-região de Cruz Alta).

Dessa maneira, torna-se relevante observar o papel desempenhado pela cidade de Cruz Alta como capital regional, já que outras regionalizações propostas, tais como micro-região de Cruz Alta ou Planalto Médio, também situam o município como polarizador do espaço regional e, a partir dele, traçam-se os emaranhados sistemas de comunicação, relação e interdependência. Como dizia Satur (1999, p. 48):

Cruz Alta é o município 'mãe' de praticamente todos os principais municípios da Região Noroeste^[21] hoje existentes. Distritos esses que após emancipados, com o tempo, resultaram em 'municípios mães' de novos municípios [...]. Podemos afirmar que praticamente toda a Região Noroeste já fez parte de Cruz Alta.

Localizada a oeste da área da Rota das Terras, Cruz Alta influencia todas as demais cidades, fazendo aparecer um corredor que flui no sentido da BR 377-RS 223, conforme pode ser observado na Figura 12.

²¹ O autor faz referência à região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

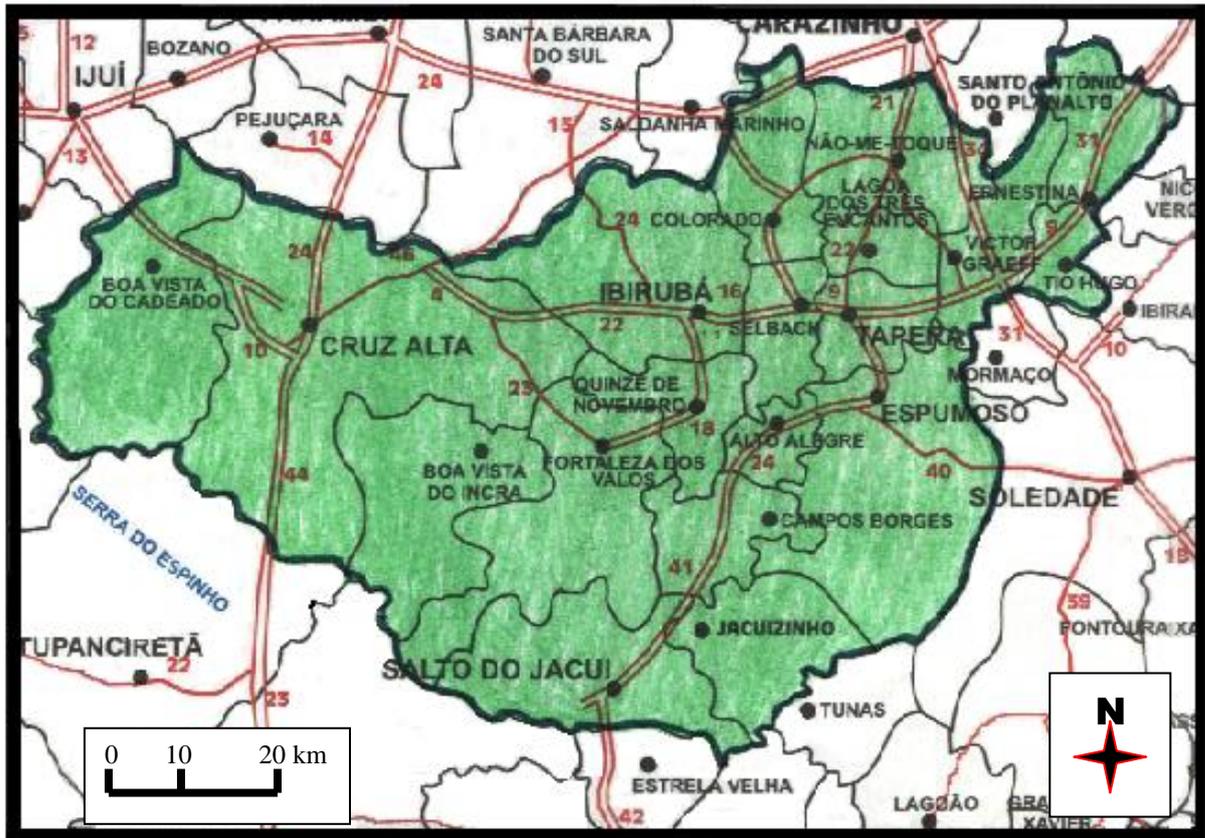


Figura 12. Área dos municípios da Rota das Terras.

Fonte: Atlas turístico e rodoviário, s/d. (Adaptado).

Rochefort (1998, p. 29) faz referência à capital regional como o local que deva “[...] possuir todos os serviços necessários à vida de sua região, de tal sorte que seus habitantes e os dirigentes de empresa não sejam obrigados a recorrer à outra cidade mais importante [...]”. Talvez, o município de Cruz Alta não seja, segundo a concepção de Rochefort, uma capital regional, entretanto, verifica-se uma polarização espacial da cidade, em vista de sua história e, até mesmo, em razão de ser um centro urbano maior em comparação com os demais municípios da Rota das Terras.

As demais cidades da Rota das Terras apresentam estrutura urbana compatível com os seus efetivos populacionais, ou seja, grosso modo, os serviços atendem satisfatoriamente os munícipes que, na ausência de algo mais específico ou especializado, buscam centros urbanos maiores, como Cruz Alta.

Quanto à limpeza urbana e serviços de melhorias do aspecto urbano, as cidades da Rota das Terras são demasiadamente heterogêneas, visto que algumas têm um serviço de recolhimento de lixo eficiente, arborização, jardins nas ruas e

passeios públicos, pintura de meio-fios e conservação de locais públicos, tais como praças e locais de acesso. São exemplos os municípios de Selbach, Victor Graef, Não-Me-Toque, Tapera, em maior grau, e Ibirubá, Campos Borges, Lagoa dos Três Cantos, Fortaleza dos Valos e Colorado, em escala menor. Em geral, nos municípios citados, são os próprios moradores que tratam da conservação do passeio público e do plantio de flores, o que causa um aspecto cênico diferenciado. Em contrapartida, os outros municípios são carentes nesses aspectos que, objetivamente, são fatores de atratividade turística. Há preocupação de determinados poderes públicos municipais em conservar os trevos (rotatórias) de acesso aos seus municípios. É o caso de Tapera e de Selbach.

Considerando-se a questão das redes urbanas como fatores de integração e interdependência, as redes viárias são de fundamental importância. Facilitando os fluxos, as rodovias servem para ligar as áreas, umas às outras.

As distâncias dos municípios da Rota das Terras em relação à capital do Estado situam-se entre 384 e 240 quilômetros, que, dependendo das condições das rodovias, representam cerca de 3 a 5 horas de deslocamento, conforme a tabela 4.

Tabela 4. Distância dos municípios da Rota das Terras a Porto Alegre.

<i>Município</i>	<i>Distância de Porto Alegre (km)</i>	<i>Município</i>	<i>Distância de Porto Alegre (km)</i>
Alto Alegre	270	Jacuizinho	303
Boa Vista do Cadeado	384	Lagoa dos Três Cantos	290
Boa Vista do Incra	380	Não-Me-Toque	280
Campos Borges	290	Quinze de Novembro	310
Colorado	297	Salto do Jacuí	300
Cruz Alta	365	Selbach	280
Ernestina	286	Tapera	274
Espumoso	240	Tio Hugo	270
Fortaleza dos Valos	336	Victor Graef	280
Ibirubá	300		

Fonte: ROTA DAS TERRAS, 2005.

Internamente, a área de estudo apresenta uma boa rede viária (Figuras 11 e 12). De Cruz Alta até as demais cidades da Rota das Terras, tem-se ligação

pavimentada na maior parte do trecho, se bem que nem sempre se percorre a menor distância (caso de Salto do Jacuí, Fortaleza dos Valos, Alto Alegre, Campos Borges e Jacuizinho). Se a menor distância for percorrida, pode-se tomar estradas em leito natural. Sobretudo, os acessos aos municípios, quando esses se ligam às artérias principais, se apresentam precários, como é o caso de Boa Vista do Cadeado (9 km), Boa Vista do Incra (8 km) e Jacuizinho (2 km).

As estradas na área de estudo são rodovias federais, estaduais e municipais. O estado de conservação das rodovias pavimentadas dificulta o trânsito em algumas oportunidades. A BR 158 e a BR 233 ficam em estado precário em determinadas épocas pela falta de manutenção e pelo trânsito de veículos pesados, o que cria empecilhos caso se pretenda uma circulação turística mais intensa. (Tabela 5).

Muito embora o governo federal tenha empreendido trabalhos de manutenção e de reparo em caráter emergencial, a partir do mês de fevereiro de 2005, esses trabalhos têm se mostrado insuficientes para garantir uma boa trafegabilidade por um período de tempo maior. Na atualidade, as estradas pavimentadas estão, em geral, em boas condições, assim como as estradas vicinais. Essas últimas são cobertas com cascalho e têm manutenção constante feita pelas prefeituras municipais, pois ligam os distritos à sede dos municípios. As estradas municipais em leito natural, além de ligar pequenas comunidades, servem para o escoamento da produção agropecuária. E por essas estradas que se chega a muitos dos atrativos rurais dos municípios.

Uma rodovia merece comentário à parte: a BR 481, que liga Cruz Alta ao Salto do Jacuí. A estrada apresenta cinco trechos (que totalizam dezesseis quilômetros), onde as obras de asfaltamento não foram concluídas, contrastando com o restante que se apresenta concluída (inclusive sinalizada).

Quanto ao transporte aéreo, a área não dispõe de aeroportos, apenas de campos de pouso para aviões pequenos para a pulverização das lavouras. O aeroporto de Cruz Alta, que funcionou durante a década de 1970, não apresenta condições de, na atualidade, receber vôos comerciais, visto que a pista é de grama e as instalações são precárias.

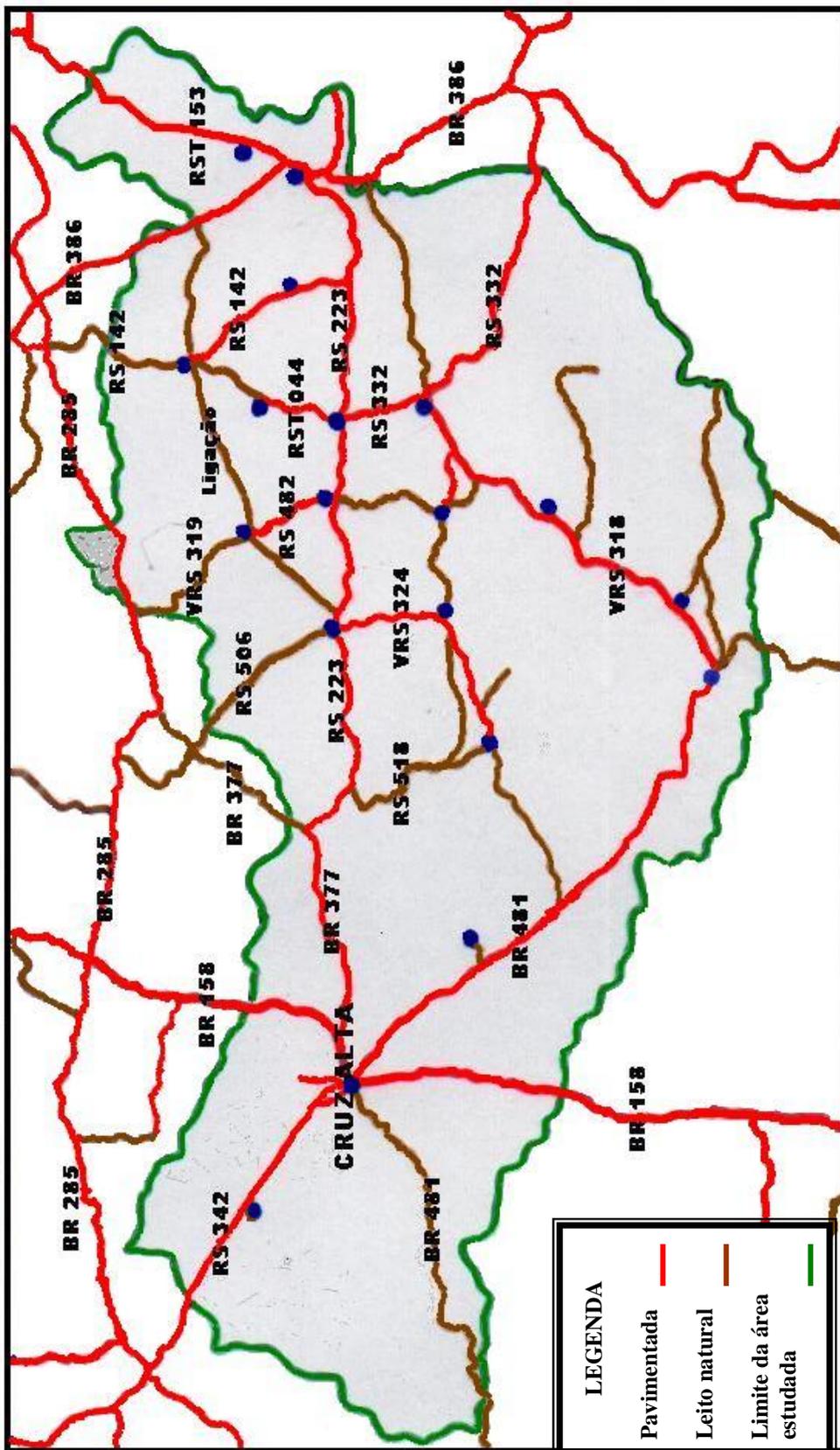


Figura 13. Mapa das rodovias da Rota das Terras.

Fonte: CPDRS, 2006 (adaptado).

Na tabela 5 avaliam-se as principais rodovias da Rota das Terras:

Tabela 5. Avaliação das rodovias da Rota das Terras.

Estrada	Trajetos	Revestimento	Condições de tráfego²²	Tráfego médio (veículo/dia)
RS 342	Cruz Alta – Ijuí	Pavimentada	Muito boa	2.224
BR 377	Cruz Alta – BR 285	Leito natural	Péssima	*
BR 158	Cruz Alta – Tupanciretã	Pavimentada	Ruim	*
BR 481	Cruz Alta – Salto do Jacuí	Em pavimentação	Muito boa/Péssima	*
VRS 318	Espumoso – Salto do Jacuí	Pavimentada	Ruim	*
BR 377	Cruz Alta – Acesso de Ibirubá	Pavimentada	Boa	1.000
BR 377	Acesso Ibirubá – Saldanha Marinho	Leito natural	Péssima	800
RS 223	Acesso Ibirubá – Ibirubá	Pavimentada	Muito boa	791
RS 223	Ibirubá – Tio Hugo	Pavimentada	Ruim	791
RS 510	RS 223 – Fortaleza dos Valos	Leito natural	Péssima	200
VRS 324	Fortaleza dos Valos – Quinze de Novembro – Ibirubá	Pavimentada	Boa	*
RS 506	Ibirubá – BR 377	Leito natural	Péssima	417
Ligação	Ibirubá – Colorado	Leito natural	Péssima	*
RS 402	Selbach – Colorado	Pavimentada	Boa	254
VRS 319	Colorado – Saldanha Marinho	Pavimentada	Boa	*
RS 332	Tapera – Espumoso	Pavimentada	Boa	1.272
RST 044	Tapera – Lagoa dos Três Cantos	Pavimentada	Boa	*
RST 044	Lagoa dos Três Cantos – Não Me Toque	Leito natural	Péssima	*
RS 142	RS 223 - Victor Graef	Pavimentada	Boa	1.200
RS 142	Victor Graef – Não Me Toque	Pavimentada	Ruim	
RST 153	Tio Hugo - Ernestina	Pavimentada	Muito Boa	*
RS 332	Espumoso – Soledade	Pavimentada	Boa	215

Fonte: CPDRS, 2006.

²² Muito boa – Rodovia com pavimentação recente, sinalização eficiente e acostamento pavimentado; Boa – Rodovia pavimentada com sinalização deficiente e/ou falta de acostamento pavimentado; Ruim – Rodovia com pavimento necessitando de reparos e/ou sinalização deficiente e/ou falta de acostamento; Péssima – Rodovia pavimentada, com buracos e sem sinalização ou leito natural, com ou sem cobertura de cascalho.
* - Não determinada.

Na atualidade, os turistas argentinos²³ que se dirigem para as cidades litorâneas do Estado tomam a BR 285, paralela à RS 223, passando pelas Missões e rumando para o litoral pela rodovia federal. Assim, a Rota das Terras não serve, raras exceções, como caminho para potenciais consumidores turísticos internacionais.

De acordo com o Estudo do Mercado Interno de Turismo (MTUR/ESTUDO...2006, p. 15) da Embratur, 54,3% das viagens domésticas na Região Sul ocorre de automóvel, 21,7% com ônibus de linha, 5,9% com ônibus fretado e 18,1% por outros meios, o que demonstra a relevância das rodovias para a efetivação turística na área.

A sinalização das rodovias é deficiente, se for considerada do ponto de vista turístico. Ela nem sempre ajuda na identificação de lugares ou na determinação de distâncias (informação básica de uma sinalização). Alguns municípios são omitidos, como é o caso de Jacuizinho. As informações complementares, tais como atrativos ou serviços básicos, são raras. Um projeto de sinalização turística, apresentado pela Rota das Terras há cerca de cinco anos, para o DNIT/RS (Departamento Nacional de Infra-estrutura e Transporte/RS), foi contemplado com R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). No entanto, para a aplicação deste numerário, era necessário que os municípios participantes do consórcio entrassem com parte da verba. Essa integralização, somente se deu em fevereiro de 2006. Em março de 2006, o município de Tio Hugo abriu licitação para a aquisição das placas de sinalização turística. Parte deste recurso teve de ser devolvido porque já não atendia ao projeto original, além do que a sinalização foi feita a partir dos dados de 2001 e se encontra desatualizada. O município de Quinze de Novembro implantou placas de sinalização, desde 2004, nas quais constam a distância e o pertencimento da localidade à Rota das Terras. Os recursos para a confecção dessas placas foram obtidos junto ao próprio município. Também Tapera, com recursos municipais, implantou sinalização turística a partir da formatação da Rota Della Cuccagna. Esta sinalização indica os atrativos e suas localizações.

²³ A Argentina se apresentou, em 2005, como o principal mercado emissor de turistas para o Brasil. Dos 992.299 turistas chegados no país, 18,52% são argentinos (MTUR/ANUÁRIO..., 2006, p. 134). Acrescente-se que, segundo dados do Ministério do Turismo no anuário estatístico 2006 (2006, p. 84), as entradas de turistas argentinos no Estado, em 2005, apresentaram o seguinte resultado: via aérea, 41.204 turistas; via marítima, 426 turistas; via fluvial, 598 turistas e via terrestre, 266.603 turistas.

Porém, os municípios que compõem a Rotas das Terras apresentam-se de forma desconexa, carecendo de elos que constituam um fator de integração regional. Os municípios agrupam-se em associações paralelas, tendendo ora para um foco, ora para outro, como é o caso dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), da Federação da Associação dos Municípios (Famurs), da Associação dos Municípios do Alto Jacuí (AMAJA). Mesmo a Rota das Terras não representa uma unidade entre os municípios. Expõe Rochefort (1998, p. 80):

Em cada região, as cidades pequenas e médias, diversificadas por seu papel local ou sub-regional, parecem portanto constituir não uma verdadeira rede hierarquizada, mas antes uma série de cidades diretamente ligadas ao centro regional.

Assim, pela falta de conexões específicas, as cidades da Rota das Terras se comportam conforme exposto por Rochefort: ligadas a um centro regional – Cruz Alta – porém sem constituir uma rede.

3.3 O Conselho de Desenvolvimento Sustentável da Região Planalto/Consórcio Rota das Terras de desenvolvimento turístico e ambiental (CONDESUS/Rota das Terras)

O CONDESUS/Rota das Terras constituiu-se em um conjunto de municípios que buscam o desenvolvimento turístico e ambiental através de uma associação.

Fazem parte das finalidades do Conselho/Consórcio, subscritas em seu estatuto (Anexo A – p. 248):

- Representar os municípios do Conselho/Consórcio em assuntos de interesse comum;
- Planejar, adotar e executar projetos e medidas que visem desenvolver o turismo nos territórios dos municípios consorciados;
- Desenvolver ações para o desenvolvimento sustentável, tendo especial cuidado com a questão ambiental e cultural (ROTA DAS TERRAS, 2005).

Na Figura 14 verificam-se os principais roteiros turísticos do Rio Grande do Sul, com a Rota das Terras destacada na representação.

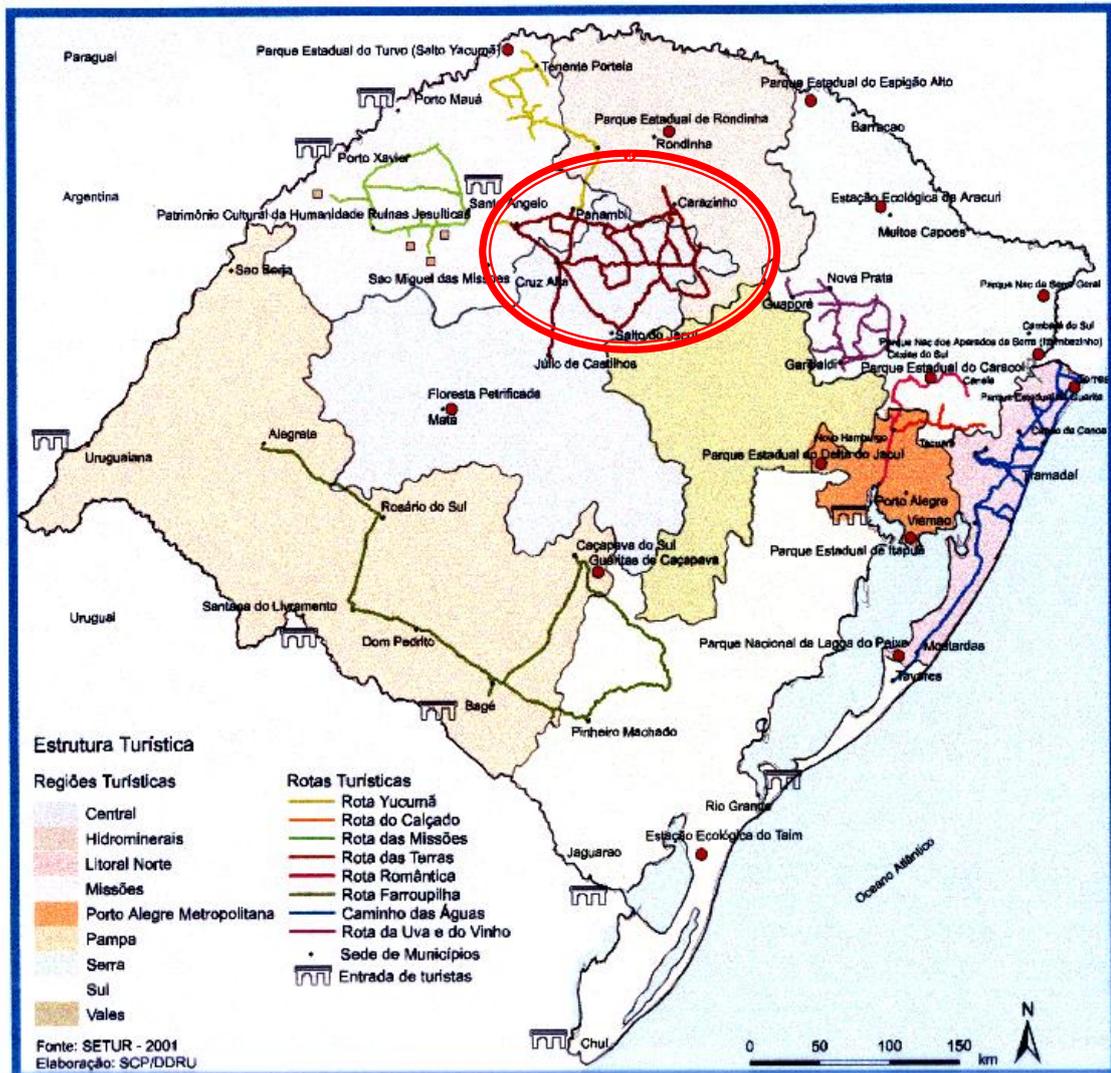


Figura 14. Rotas turísticas do Rio Grande do Sul.

Fonte: SCP, 2005. (Adaptado).

Embora o estatuto estabeleça formas de se obter recursos financeiros para o desenvolvimento das atividades turísticas no consórcio, a única que efetivamente ocorre advém da contribuição mensal dos municípios integrantes. Isto, aliás, tem sido um fator de desligamento de alguns dos membros, que deixam de contribuir para o consórcio alegando falta de retorno efetivo, ou em outras palavras, de que o CONDESUS/Rota das Terras não estaria conseguindo promover ações para o desenvolvimento turístico.

O Fundo Rotativo de Desenvolvimento Sustentável, constante do estatuto, é um instrumento que procura amparar financeiramente os programas de desenvolvimento turísticos no roteiro e destina-se a pequenos e médios produtores rurais, além de micro e pequenas empresas. Porém, não vem sendo efetivado por absoluta falta de recursos.

O presidente do CONDESUS/Rota das Terras é eleito entre os prefeitos dos municípios que integram o Consórcio, por um período de dois anos. Por causa do acúmulo de funções, o presidente geralmente tem pouco tempo para realizar ações em favor do consórcio. Desta maneira, o que se tem observado é uma sucessão de ocupantes do cargo que, no geral, cumprem um ritual burocrático sem o envolvimento e a dedicação necessária que a associação e a causa turística deveriam possuir enquanto atividade sócio-econômica.

Tendo se constituído a partir da associação de municípios do Planalto Médio gaúcho (AMUPLAN), o Conselho/Consórcio sofreu alterações nos membros que o compõem, mesmo porque o estatuto permite o ingresso e a saída desses a qualquer tempo, o que, em certa medida, dificulta algumas ações e promove um oportunismo de alguns municípios que se afastam ou se aproximam da associação conforme conveniência momentânea.

O estatuto, por sua vez, mostra-se como um documento que revela intenções, mas que não traça, objetivamente, medidas ou ações para o desenvolvimento turístico.

A Rota das Terras mantém um escritório na cidade de Ibirubá-RS, com uma secretária executiva formada em turismo que exerce atividades como: coordenar as reuniões do consórcio, que acontecem em todas as primeiras quintas-feiras de cada mês em um dos municípios da Rota das Terras; elaborar e expedir documentos; assessorar o presidente e coordenar ações para o desenvolvimento turístico. A secretária também presta assessoria turística para os municípios consorciados mediante solicitação dos mesmos. Esta assessoria é feita sob o nome de visita técnica e nela são feitas sugestões para o desenvolvimento turístico²⁴.

Cada município do Conselho/Consórcio contribui com R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), o que perfaz R\$ 4.750,00 (quatro mil setecentos e cinquenta reais) mensais. Este valor mantém o escritório, além de ser utilizado para a divulgação turística nos meios de comunicação e elaboração de folheteria.

Com a finalidade de dividir as tarefas no planejamento turístico, foram organizadas quatro comissões de trabalhos, distribuídas entre os representantes dos municípios: de projetos, de eventos, de qualificação e de produtos turísticos.

²⁴ Também há um estagiário do curso de Turismo da Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ), que representou, além da experiência para o acadêmico, um trato mais qualificado às ações turísticas.

A participação dos municípios nas reuniões situa-se em torno de 50 a 60% dos integrantes. Um dos fatores da não participação é que as reuniões ocorrem cada mês em um município diferente, o que pode gerar transtornos quanto ao deslocamento. No entanto, vê-se a participação mais ativa de alguns municípios, como Tapera, Cruz Alta, Quinze de Novembro e Selbach, e outros que comparecem em poucas reuniões, como Boa Vista do Cadeado, Tio Hugo, Jacuizinho e Ernestina. Nas reuniões, verifica-se que alguns municípios não indicam um delegado exclusivo para tratar do turismo. Desta forma, em cada encontro tem-se uma pessoa diferente. Também existem municípios que não se empenham turisticamente, ou seja, acreditam que basta mandar um representante para as reuniões. Além disso, o trabalho das comissões não é especificado em um documento legal e não tem acompanhamento, o que faz com que seja pouco produtivo.

Com a finalidade de verificar a viabilidade de planejamento em nível regional é que se estudam, a seguir, os conselhos regionais de desenvolvimento que abrangem a área da Rota das Terras.

3.4. Os Conselhos regionais de desenvolvimento (COREDES)

A viabilidade de proposições para o desenvolvimento turístico para a Rota das Terras passa pela sua possível aplicabilidade e seu acolhimento pelos órgãos de planejamento regional. Afora a instância municipal, que responde diretamente pelas ações de planejamento no município, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento se apresentam como um organismo capaz de pensar o planejamento em uma escala supra-municipal, estendendo propostas e sugestões de desenvolvimento para uma escala regional. O Corede se apresenta, ainda, como uma instância de participação da sociedade no diagnóstico de suas necessidades e potencialidades. “Através do Corede a população poderá sugerir junto ao governo estadual as dotações orçamentárias que proverão os diversos investimentos públicos na região.” (WEISSBACH, 2004, p. 258).

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento têm seu marco legal no ano de 1994, por meio da Lei estadual de 17 de outubro e do Decreto 35.764, do governador do Estado do Rio Grande do Sul, de 28 de dezembro, que estabelecem a sua criação e seu regulamento, respectivamente. Criado como um instrumento de

planejamento regional, os conselhos têm por missão: “Ser um espaço plural e aberto de construção de parcerias sociais e econômicas, em nível regional, através da articulação dos interesses locais em torno de estratégias próprias e específicas de desenvolvimento para as regiões do Rio Grande do Sul.” Desta forma, os conselhos regionais buscam a articulação dos vários atores sociais em benefício da formulação de políticas de desenvolvimento regional.

Entre os seus objetivos principais, os Coredes:

- Formulam e executam estratégias regionais para o desenvolvimento regional;
- Estimulam a participação social e cidadã na construção dos rumos locais;
- Estabelecem-se como instâncias locais dos órgãos estaduais, conforme prevê a Constituição Estadual;
- Difundem a prática cooperativa do desenvolvimento regional (RIO GRANDE DO SUL, 2005).

Entre as múltiplas funções os conselhos regionais podem agir nas assembléias do processo de participação popular, que decidem a destinação de parte do orçamento estadual. Esta ação, inclusive, tem recebido o incentivo do poder executivo estadual, no sentido dos conselhos regionais organizarem as assembléias onde serão discutidas as prioridades de investimento.

Atualmente, o Estado do Rio Grande do Sul está dividido em vinte e quatro conselhos regionais. A Rota das Terras está compreendida nos Conselhos Regionais do Alto Jacuí, do Alto da Serra do Botucará e Produção, conforme especificado no título 3.2. Entretanto, nem todos os municípios que fazem parte destes conselhos regionais participam do consórcio turístico Rota das Terras. Na Figura 15 tem-se a localização dos Coredes mencionados:

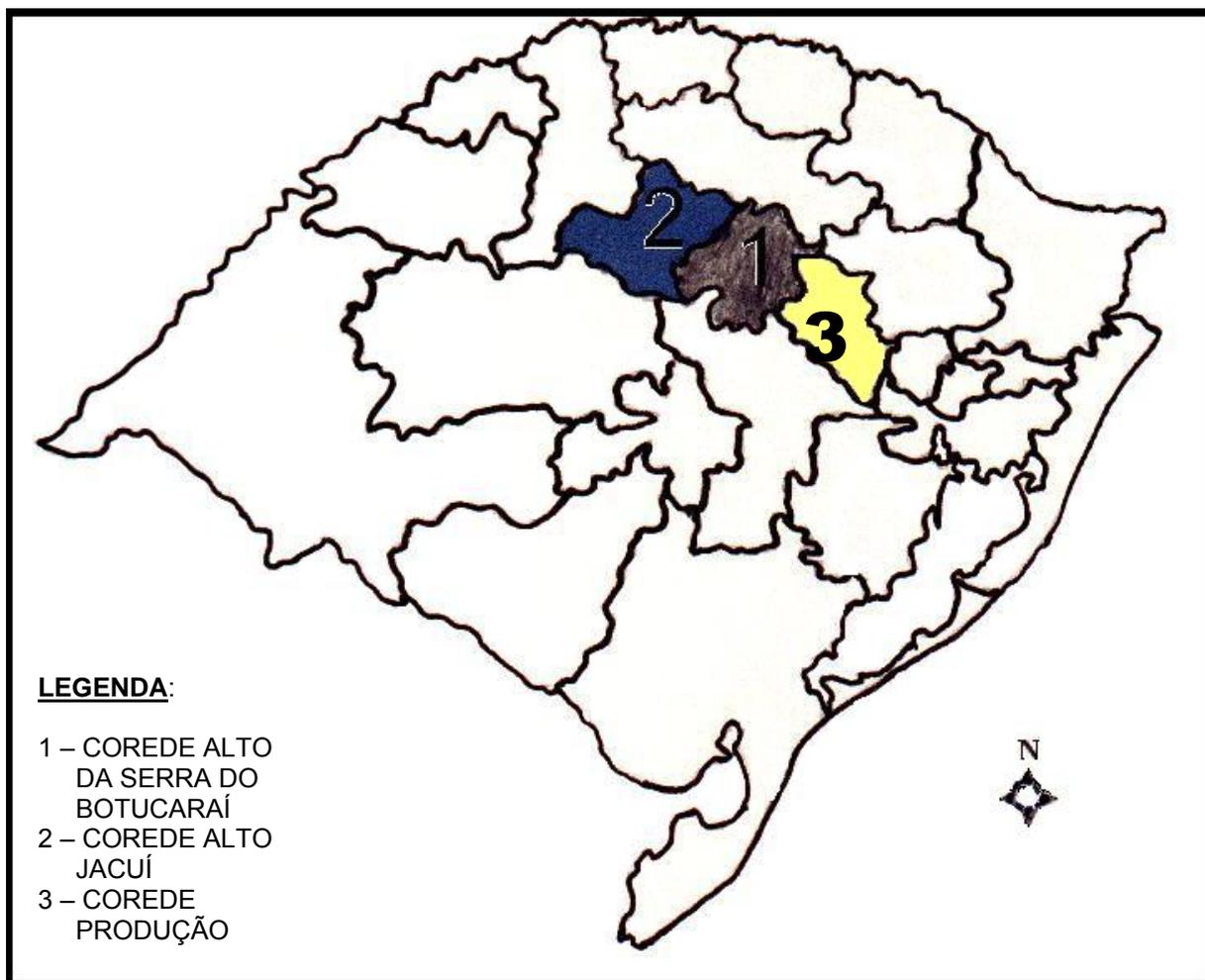


Figura 15. Localização dos Coredes que abrangem a área estudada.

Fonte: FEE, 2006 (adaptado).

Alguns dados sócio-econômicos dos COREDES Alto Jacuí, Alto da Serra do Botucaraí e Produção, podem ser visualizados a seguir nas tabelas 6, 7 e 8:

COREDE ALTO JACUÍ

Municípios: Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Incra, Colorado, Cruz Alta, Fortaleza dos Valos, Ibirubá, Lagoa dos Três Cantos, Não-Me-Toque, Quinze de Novembro, Saldanha Marinho, Salto do Jacuí, Santa Bárbara do Sul, Selbach e Tapera.²⁵

²⁵ Os nomes sublinhados correspondem aos municípios que fazem parte da Rota das Terras.

Tabela 6. Dados sócio-econômicos do Corede Alto Jacuí.**COREDE ALTO JACUÍ**

População (2005)	157.848 habitantes
Área (2005)	6.905,5 km ²
Densidade demográfica (2005)	22,9 hab/ km ²
Coeficiente de mortalidade infantil (2006)	12,50 por mil nascidos vivos
ICMS (2004)	R\$ 27.556.498,00
Exportações totais (2005)	U\$ FOB 40.746.108

Fonte: RIO GRANDE DO SUL, 2005.

COREDE ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ

Municípios: Alto Alegre, Barros Cassal, Campos Borges, Espumoso, Fontoura Xavier, Gramado Xavier, Ibirapuitã, Itapuca, Jacuizinho, Lagoão, Mormaço, Nicolau Vergueiro, São José do Herval, Soledade, Tio Hugo e Victor Graeff.²⁵

Tabela 7. Dados sócio-econômicos do Corede Alto da Serra do Botucaraí.**COREDE ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ**

População (2005)	105.001 habitantes
Área (2005)	5.746,4 km ²
Densidade demográfica (2005)	18,3 hab/ km ²
Coeficiente de mortalidade infantil (2006)	16,82 por mil nascidos vivos
ICMS (2004)	R\$ 10.350.507,00
Exportações totais (2006)	U\$ FOB 41.813.637

Fonte: RIO GRANDE DO SUL, 2005.

COREDE PRODUÇÃO

Municípios: Almirante Tamandaré do Sul, Barra Funda, Camargo, Carazinho, Casca, Chapada, Ciríaco, Constantina, Coqueiros do Sul, Coxilha, David Canabarro, Ernestina, Gentil, Marau, Mato Castelhana, Muliterno, Nova Alvorada, Nova Boa Vista, Novo Barreiro, Nova Xingu, Palmeira das Missões, Passo Fundo, Pontão, Ronda Alta, Rondinha, Santo Antonio do Palmares, Santo Antonio do

Planalto, São Domingos do Sul, São José das Missões, São Pedro das Missões, Sarandi, Sertão, Vanini, Vila Maria.²⁵

Tabela 8. Dados sócio-econômicos do Corede Produção.

COREDE PRODUÇÃO

População (2005)	433.194 habitantes
Área (2005)	10.316,5 km ²
Densidade demográfica (2005)	42,0 hab/ km ²
Coefficiente de mortalidade infantil (2006)	11,83 por mil nascidos vivos
ICMS (2004)	R\$ 250.000.000,00
Exportações totais (2006)	U\$ FOB 46.757.362

Fonte: RIO GRANDE DO SUL, 2005.

Verifica-se que os dados apontam favoravelmente para o Corede Produção, no entanto, somente Ernestina está incluído nele. A maior parte dos municípios compõe o Corede Alto Jacuí que situa-se bem aquém do Corede Produção.

3.5 O turismo na Rota das Terras - estudo diagnóstico

O desenvolvimento turístico de uma região rural faz-se, por conseguinte, a partir da utilização, com fins turísticos, dos recursos naturais e culturais locais; em outros termos, o turismo rural apóia-se sobre o espaço; implica uma participação ativa das populações locais no acolhimento dos turistas, concretiza-se por seus produtos (THIBAL, 1997, p. 25, tradução nossa).

É comum pensar que o turismo esteja voltado, exclusivamente, para a população de fora da área onde se encontra a atração. O turismo interno é uma fonte geradora de riqueza tal qual o turismo externo. Conforme pesquisa realizada pelo Ministério do Turismo, de cada 10 brasileiros, em média, pelo menos 4 realizam viagens domésticas²⁶ e o percentual da população que viaja dentro do país aumentou em 5,8% no período de 2002 a 2006 (MTUR/ANUÁRIO..., 2006, p. 9).

Quando incentivado e bem coordenado, o turismo provoca crescimento econômico, proporcionando recursos financeiros para a área onde se realiza, manifestados na geração de empregos, diversificação do comércio e valorização da cultura local. Desta forma, um aspecto de se pensar o turismo diz respeito ao

²⁶ Viagem doméstica opõe-se à viagem internacional, ou seja, é aquela realizada dentro do país (MTUR/ANUÁRIO..., 2006, p. 9).

enfoque do desenvolvimento endógeno. Sobre a questão do desenvolvimento endógeno argumentam Almeida e Blós (1997, p. 37):

[...] o desenvolvimento endógeno é localmente definido enquanto o exógeno é determinado externamente e transplantado para certos lugares. Na perspectiva do processo endógeno, os benefícios são mantidos no âmbito das economias locais, enquanto no caso do desenvolvimento exógeno os benefícios tendem a ser exportados para fora da região. Por último, a modalidade endógena respeita os valores locais, que em geral não são levados em consideração na maioria dos projetos.

O turismo, como forma de desenvolvimento endógeno, é positivo, sobretudo para locais com uma dinâmica precária e dependente de poucas atividades, como ocorre na região estudada, local agropecuário e onde existem potenciais turísticos a serem explorados.

O conceito de desenvolvimento endógeno, sob a ótica turística, é comentado por Beni (2006, p. 36):

O desenvolvimento endógeno visa atender às necessidades e demandas da população local por meio da participação ativa da comunidade envolvida. Mais do que obter ganhos em relação à posição do sistema produtivo local na divisão nacional ou internacional do trabalho, o objetivo é buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local, o que leva a diferentes caminhos de desenvolvimento, conforme as características e capacidade de cada economia e sociedade locais.

Sob outro prisma, há de se verificar a endogenização dentro de um processo de desenvolvimento regional. Dallabrida (2000, p. 87) diz que ele deve “[...] constituir o conjunto de interesses e aspirações da coletividade regional [...]”, pois existem diferenças e contradições de expectativas. Para tanto, o âmbito regional deve ser “[...] capaz de interligar-se a outros pontos o espaço por meio de uma ação empreendedora de atores locais.” Como resultado, a endogenização implica uma forte consciência de territorialidade, que leve ao controle do território pelos atores locais, a potencialização dos recursos – “[...] – à preservação da cultura regional, constituindo o âmbito regional num espaço autônomo capaz de pensar a si mesmo, o que resultaria num projeto próprio de desenvolvimento.” (DALLABRIDA, 2000, p. 87).

Brose (2001, p. 13) enfatiza que muitas iniciativas de caráter regional

diferem das iniciativas de cunho local, embora guardem relação entre ambas. Mesmo as iniciativas locais apresentam reflexo na região e as iniciativas regionais têm repercussão nos locais, como não poderia deixar de ser. Segundo o autor citado, o desenvolvimento local é voltado para o fomento de empreendimentos locais e da melhoria da qualidade de vida²⁷ no município. Em contrapartida, as iniciativas de desenvolvimento regional são amplas e dizem respeito à verificação da “[...] infraestrutura da região, seus gargalos, os principais eixos estruturantes da região, a competitividade sistêmica em relação a outras regiões e meios para fortalecê-la, a análise de recursos naturais e formas para utilizá-los [...]”. (BROSE, 2001, p. 13).

A atividade turística pode ser vista como uma possibilidade de desenvolvimento regional, trazendo novas oportunidades de crescimento econômico e social, segundo uma perspectiva de gestão e iniciativa local. Solla (2002, p. 127) garante que o turismo no espaço rural desperta o interesse não somente pelas suas implicações econômicas, mas pelas suas repercussões sociais e ambientais. Segue o autor:

A crise do mundo rural, associada às necessidades de fuga periódica dos ritmos urbanos, estabelece um apoio mútuo entre esses dois espaços – o que pode ser muito benéfico para ambos. Deve-se, entretanto, exigir responsabilidade, a fim de que a efetividade desse modelo seja durável, respeitosa com as culturas e a natureza, e com a democracia; em outras palavras, seja participada por todos os grupos que conformam a sociedade.

O turismo no espaço rural pode ser decisivo no desenvolvimento local, porém não pode ser tomado exclusivamente. O seu desenvolvimento deve ser conjugado com outras atividades que resultem no aproveitamento das potencialidades e na diversidade local.

Além disso, torna-se importante que o turismo regional seja considerado dentro de modelos de arranjos produtivos locais (APLs)²⁸, com a finalidade de

²⁷ Conforme Manfredi e Velásquez apud Paiva; Abreu (2004, p. 121), qualidade de vida é “a sensação ou a percepção que cada indivíduo tem do grau de satisfação que lhe proporciona sua vida, [...]. [...] a análise real de um conjunto de fatores que condicionam de forma positiva ou negativa”. Pode ser considerada, também, como um nível de bem-estar que um indivíduo ou uma sociedade podem desfrutar, sejam em termos materiais, físicos, mentais e sociais, inclusive no que diz respeito à interação ambiental.

²⁸ Arranjos Produtivos Locais (APLs), sistema produtivo local ou cluster são, de acordo com Manberti; Braga (2005, p. 4): “[...] termos utilizados para representar aglomerados de atividades produtivas do mesmo setor, localizadas em um determinado espaço geográfico e desenvolvidas por empresas autônomas de pequeno, médio e até grande porte, intensamente articuladas [...]”. Diferenciam-se de um consórcio de empresas, visto que, esta, é apenas uma “[...] rede de empresas entrelaçadas por relacionamentos formais ou simplesmente negociais, normalmente circunscrita à determinada região”. (BENI, 2006, p. 152).

garantir melhores resultados. Neste aspecto destaca-se o convênio da Secretaria Estadual do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (Sedai), do governo do Estado, com a Universidade de Cruz Alta, com a finalidade de proporcionar a constituição de redes de cooperação. Se redes de cooperação no setor comercial já foram efetivadas, nenhuma rede que vise o turismo foi estabelecida na Rota das Terras.

Outro aspecto a considerar é que o ambiente rural se apresenta como um fator marcante na vida da população da área estudada. Não somente pelo aspecto financeiro, o espaço rural faz parte da vida das pessoas. Muitas ainda vivem nele ou têm parentes ou conhecidos que vivem nele. O aspecto de muitas cidades ainda guarda relação com o rural, seja pelos meios de transportes utilizados (carroça e cavalo), seja pelos hábitos simples das pessoas, ou ainda, pelo uso de técnicas de épocas passadas.

Alguns ganhos financeiros de moradores das cidades provêm do espaço rural, sendo que os investimentos nas cidades são feitos com base neste ganho. As ligações do cidadão urbano com o espaço rural ainda são muito fortes, sendo que muitos reservam algum tempo de seu lazer para ser desfrutado no ambiente rural, invariavelmente, junto aos familiares. Assim, o espaço rural se apresenta como uma instância muito próxima do imaginário das pessoas da área. Conforme Verbole (2002, p. 119):

Com o desenvolvimento do turismo, as áreas rurais constituem um recurso e, ao mesmo tempo, são beneficiários desse desenvolvimento. Hoje, o meio ambiente rural e as comunidades locais estão sendo usadas não só para satisfazer as necessidades alimentares da população, mas também as demandas por turismo [...].

O turismo pode representar a valorização da cultura rural na Rota das Terras, mas, por outro lado, os avanços técnicos/científicos têm provocado uma mudança nos padrões paisagísticos do espaço rural local. Novas formas de reprodução social têm implicado uma mudança do aspecto visível do espaço rural. Construções, maquinários, costumes, apresentam características diversas daquelas que, originalmente, eram associadas ao 'fazer' rural. As novas tecnologias, de certa forma, excluem o aspecto idílico do espaço rural. Piran (2001, p. 176-177), falando

sobre a região do Alto Uruguai, que, em certa medida, guarda semelhança com a área estudada no tocante ao aspecto visível do espaço rural, coloca que:

As edificações de madeira (hoje escassa) são substituídas gradativamente pelas de alvenaria. O automóvel começa a substituir a carroça, o cavalo... O pequeno comerciante vai definhando e sendo submetido às agroindústrias em crescimento, aos grandes supermercados e atacadistas... Os agricultores perdem mais um pouco de sua relativa autonomia... A indústria doméstica, as ferrarias, os moinhos coloniais diminuem drasticamente.

Se, por um lado, as inovações tecnológicas representam um avanço em termos de produção e de melhoria de vida, por outro, significam a perda da identidade do rural como um atrativo turístico. Entretanto, o surgimento de inovações tecnológicas possibilita que sejam criados locais no espaço rural onde se exponham materiais considerados obsoletos. Esses locais podem se tornar museus rurais, onde poderão ser expostos objetos ou a produção de gêneros nos moldes da agricultura tradicional (arado de bois, plantadeira manual, debulhadores mecânicos). Com relação às novas tecnologias no espaço rural, Piran (2001, p. 95) afirma:

Com a introdução de novas tecnologias, o capitalismo reduz o tempo socialmente necessário à produção de mercadorias, aumentando cada vez mais a produtividade do trabalho. As velhas tecnologias são consideradas obsoletas, sendo jogadas fora juntamente com os 'velhos trabalhadores'. Viabiliza-se, desta forma, um novo ciclo de acumulação cada vez mais centralizador e concentrador, profundamente seletivo e excludente, portanto.

Paradoxalmente, são estas “velhas tecnologias” e estes “velhos trabalhadores” que se constituem no atrativo turístico do espaço rural. Embora o turismo possibilite uma inserção do turista em um ambiente agrícola produtivo, com a utilização de tecnologias contemporâneas, as formas de produção arcaicas são mais chamativas por representarem o diferencial e o exótico (elemento fundamental na atividade turística).

No Apêndice 1 (p.208) são listados os atrativos turísticos dos municípios que compõem a Rota das Terras, conforme levantamento feito junto aos órgãos de turismo municipais e sítios disponíveis na rede internacional de computadores.

O maior detalhamento desses atrativos ou de eventos turísticos em determinados municípios, revela a preocupação do poder público em fazer um

inventário turístico. É o caso de Tapera. Não houve dificuldade em se obter dados sobre os eventos e atrativos tendo em vista o bom acervo de informações, assim como a disponibilidade dos mesmos. O mesmo não ocorre em outros municípios da Rota das Terras. Além de Tapera, os demais municípios não estão organizados para esclarecer dados fundamentais, como os atrativos e eventos, mesmo Cruz Alta, que tem uma secretaria do turismo.

O município de Ernestina lançou, em 15 de abril de 2005, um roteiro com atrativos rurais, denominado “Caminhos do lazer e da hospitalidade”. Esse roteiro, ainda incipiente em termos de demanda, tem o apoio do poder público na divulgação e na coordenação das visitas. Trata-se de um roteiro que apresenta: campings, propriedades rurais, pousada, atrativos que vão desde o lazer, jogos, banho, até o passeio a cavalo, de carroça e charrete, café colonial, trilha e gastronomia típica, entre outros.

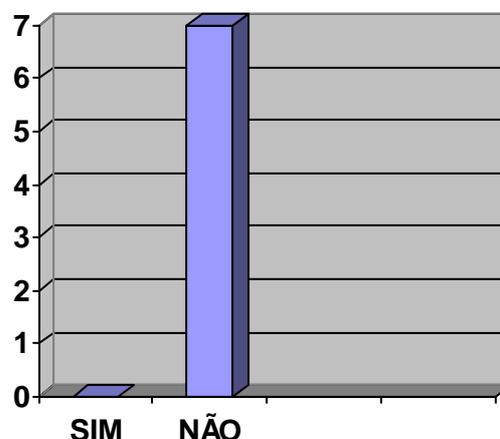
Na atualidade, o município de Tapera é o que apresenta uma melhor estruturação turística. Ações de políticas públicas voltadas para a atividade possibilitaram que o turismo se consolidasse, culminando com um arranjo que destaca o município entre os demais consorciados da Rota das Terras. Um dos diferenciais de Tapera é a organização pormenorizada e a divulgação de um calendário de eventos (Anexo B – p. 258), que é atualizado anualmente. Outro diferencial é a formatação de um roteiro turístico, a Rota Della Cuccagna (rota da fartura), sua divulgação e comercialização por parte dos empreendedores. Em dias atuais, a Rota Della Cuccagna se apresenta como o único roteiro organizado e comercializado na Rota das Terras (Anexo C – p. 263). A partir de novembro de 2005, a Rota Della Cuccagna foi selecionada pelo Ministério do Turismo como um destino turístico do Rio Grande do Sul, ou seja, incluído como uma rota turística nacional. Há intenção dos outros municípios integrantes da Rota das Terras de se incorporarem a esse roteiro e a outros existentes no Estado, por isso, técnicos e coordenadores de turismo da Rota Missões, Salto do Yucumã, Rota do Rio Uruguai e Hidrominerais têm visitado a região da Rota das Terras para avaliar a possibilidade de roteiros integrados. Disto resultou que, em meados de abril de 2005, integrantes do poder público e investidores participassem de um curso de capacitação turística na cidade de Santa Rosa-RS, integrante da Rota das Missões. Conforme a coordenadora do turismo do município, a Rota Della Cuccagna pretende ser considerada pelo Ministério do Turismo como um destino turístico internacional, visto

que o fluxo de turistas começa a crescer, sobretudo, após matéria jornalística em um caderno turístico do maior jornal do Estado. Em dias atuais, o Programa de Regionalização do Turismo Roteiros do Brasil, não considera nenhum roteiro turístico da Rota das Terras como apto a obter padrão de qualidade internacional (MTUR/PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO..., 2006).

A Rota Della Cuccagna, roteiro formatado em Tapera, está organizada segundo um princípio de complementaridade, ou seja, não existem atrativos que competem entre si. Ao contrário, os atrativos são diferenciados e oferta bebidas, comidas típicas, visitação a espaços naturais, produção agropecuária e museu temático. A Rota Della Cuccagna somente foi efetivada após a iniciativa do poder público municipal, a partir do ano 2000, que empreendeu ações sistemáticas de cooptação dos investidores e de sensibilização da comunidade local.

Ademais, os fatores fundamentais que caracterizam a formatação de um roteiro (estabelecimento de preç o e organização de uma seqüência de visitação), estão presentes na Rota Della Cuccagna. Isto repercute em uma visitação mais freqüente ao município, que pode ser observada através de pesquisa realizada pelo autor em junho de 2007 com os sete empreendedores da Rota Della Cuccagna, quais sejam: Casa do vinho Rizzi, Propriedade Crestani, Sítio Vieira, Cabanha Mangueirão, Centro de Lazer Gota D' gua e Tratoria Bella Itália. (Apêndice 2 - p.222):

Questão 1. Há registro do número de turistas que visitam o empreendimento?



Gráfico 1. Registro do número de turistas na Rotta Della Cuccagna

Questão 2. Em sua opinião o número de turistas, desde a criação do roteiro tem;

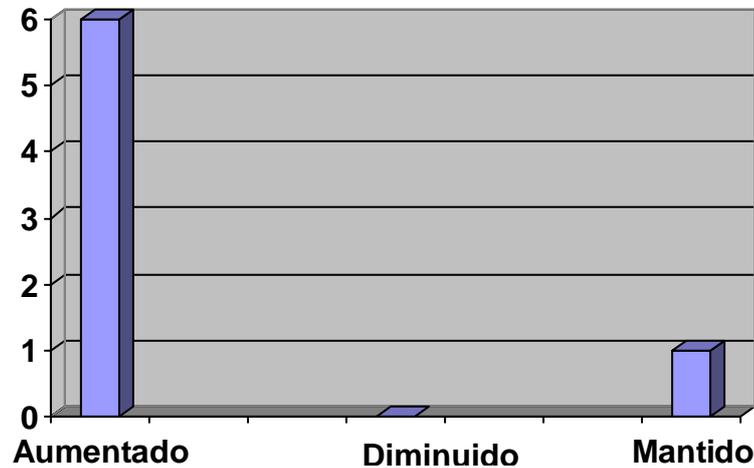


Gráfico 2. Percepção do número de turistas na Rota Della Cuccagna

Questão 3. O aumento, a diminuição ou a permanência da visitação pode ser atribuído a qual fator (admite-se resposta múltipla):

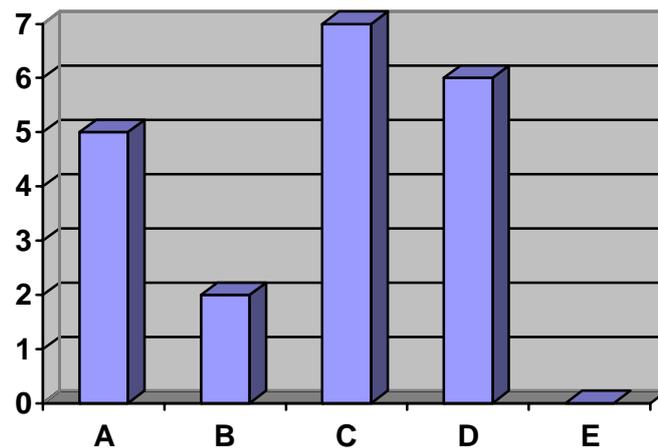


Gráfico 3. Fator de visitação na Rota Della Cuccagna

- (A) interesse do empreendedor
- (B) volume de recursos investidos
- (C) apoio do poder público
- (D) divulgação do roteiro
- (E) Outro

Questão 4. De onde provêm os recursos financeiros para o investimento? (admita-se resposta múltipla)

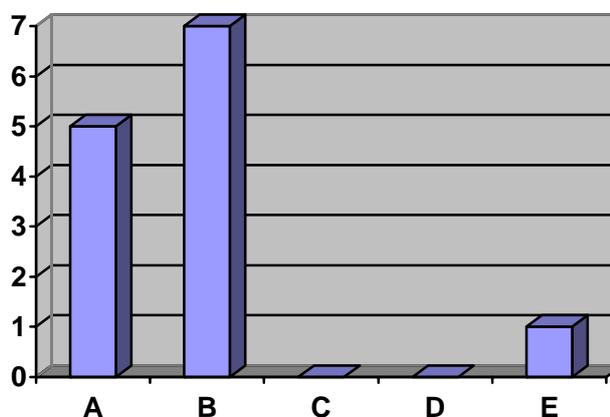


Gráfico 4. Origem dos recursos financeiros na Rota Della Cuccagna

- (A) Venda de produção agropecuária
- (B) Capital resultante de aplicação financeira (poupança, CDB, Bolsa de valores)
- (C) Obtido junto à instituição de crédito
- (D) Resultante de verbas públicas
- (E) Outro

Questão 5. Como o Sr julga a atuação do poder público no apoio à atividade turística no município?

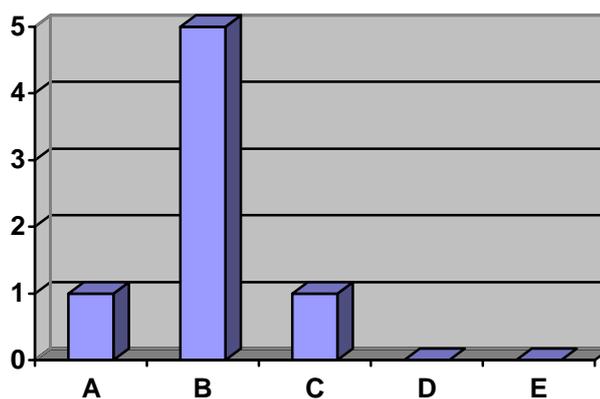


Gráfico 5. Avaliação do poder público pelos empreendedores da Rota Della Cuccagna

- (A) Excelente
- (B) Muito Boa
- (C) Boa
- (D) Regular
- (E) Péssima

Da observação dos gráficos verifica-se que os empreendedores, embora não contabilizem oficialmente, percebem um aumento do número de visitantes, os empreendedores utilizam de recursos próprios para financiar seus estabelecimentos e reconhecem no poder público uma atuação muito boa de apoio à atividade turística no município. Um aspecto que favorece o desenvolvimento turístico diferenciado de Tapera é a existência de um departamento de turismo. Excetuando Cruz Alta que possui uma secretaria de turismo, Tapera se distingue dos demais municípios por empreender em ações turísticas efetivas, coordenadas e planejadas pelo departamento. Nos demais municípios a atividade turística está agregada a outros setores.

Um outro diferencial de Tapera em relação aos demais municípios da Rota das Terras é que o responsável pelo setor turístico, embora exerça um cargo de confiança e seja suscetível de substituição a cada quatro anos, tem mantido o seu cargo desde 1999, independente das agremiações políticas que ocupam o executivo municipal. Esta continuidade tem permitido um trabalho em médio prazo e inclui medidas como a formatação da Rota Della Cuccagna, a sensibilização da comunidade local para o turismo e a participação em eventos estaduais e nacionais ligados à atividade turística. A mais recente iniciativa do município diz respeito à contratação de uma paisagista, em parceria com a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), para apresentar projetos de melhoria do aspecto de lugares públicos do município.

Embora o município de Tapera não possua em seus documentos legais nenhuma referência ao turismo, não havendo sequer uma legislação específica para a atividade, existe uma ação efetivamente turística, isto é, o poder público empenha-se em desenvolver turisticamente o município. Pode-se dizer que, embora não formalizada em documentos legais, há uma política pública de turismo em Tapera, tanto na intenção quanto na ação do poder público municipal. No apêndice 3 (p.223), onde consta a entrevista com a diretora de turismo de Tapera, pode ser verificado o empenho deste órgão no sentido de planejar e executar atividades ligadas ao turismo, com o apoio do poder público em geral. A escolha de Tapera para realizar esta entrevista, deveu-se à constatação, empírica, de que o município apresenta um desenvolvimento turístico mais efetivo que os demais da Rota das Terras, o que

supunha, em tese, a existência de políticas públicas que favoreciam esse desenvolvimento.

São constatados, analisando a entrevista realizada com a diretora de turismo de Tapera em 25 de outubro de 2006 pelo autor, os seguintes fatos:

- As ações efetivas em prol de um desenvolvimento turístico no município ocorrem a partir da criação de um órgão específico para tratar da atividade (a diretoria de turismo);

- Projetos como o PRODES (Projeto de Desenvolvimento Econômico E Social) e o PRESTO (Programa Regional de Serviço Turístico Organizado), serviram de marco para o início do planejamento da atividade turística com o levantamento das possibilidades e necessidades da comunidade local;

- A formatação da Rota Della Cuccagna, como parte de um planejamento turístico, foi fundamental no desenvolvimento da atividade;

- Os empreendedores da Rota Della Cuccagna tiveram seus investimentos resgatados em menos de cinco anos, o que ajudou a dar confiança à atividade;

- Ações já estão sendo empreendidas no sentido de integrar a Rota Della Cuccagna a outros roteiros;

- A comunidade local vê o turismo como um fator de desenvolvimento;

- O turismo é um fator de valorização e preservação da cultura local;

- O envolvimento do poder público, dos empreendedores e da comunidade foi um fator relevante na consolidação da atividade no município;

- As ações do poder público, tais como organização de calendários e eventos, reuniões, conscientização da população e de públicos específicos (motoristas de táxi, estudantes, etc), organização e orientação de empreendedores, obras públicas de melhoria do aspecto paisagístico, servem de esteio para o entendimento do turismo como uma atividade factível;

- Participação ativa do departamento de turismo na organização da visitação aos atrativos;

- O Departamento de Turismo de Tapera planeja, coordena e gerencia todas as atividades turísticas do município e busca integração aos demais órgãos turísticos estaduais e federais, além de estabelecer parcerias com entidades públicas e privadas;

- O poder público dá ênfase à atividade no município, tanto no que diz respeito à dotação orçamentária, quanto à atualização do profissional que trabalha na diretoria;

- Há um aumento dos recursos orçamentários para o turismo, ano a ano (R\$ 45.000,00 em 2005 e R\$ 151.000,00 em 2006);

- Existe uma preocupação em integrar as ações das demais secretarias municipais à atividade turística;

- A avaliação das ações é feita mediante a apresentação de relatórios para a secretaria da fazenda, câmara de vereadores e, semestralmente, para a comunidade;

- São tidas como políticas públicas de turismo do município de Tapera todo o trabalho resultante das ações em favor do desenvolvimento turístico, tais como a organização dos empreendedores, a conscientização da população, a divulgação da atividade, a sinalização turística, etc;

- Excetuando-se a lei de criação do Departamento de Turismo, não existem documentos que formalizem a política de turismo do município, no entanto, as ações empreendidas pelo poder público confirmam a existência de uma política pública não-formal;

- Há uma ação intencional do poder público junto à comunidade no sentido de coordenar e apontar metas para o turismo. Estas ações estão voltadas para resolver assuntos públicos e resultam de objetivos traçados em função das necessidades e possibilidades locais, com a participação de todos os segmentos da sociedade envolvidos na atividade.

Mais uma evidência da existência de uma política pública para o turismo em Tapera, diz respeito ao relato de experiência elaborado pela Prefeitura municipal e a EMATER, cujas bases, segundo a diretora de turismo, servirão para a elaboração de projetos turísticos. Considerando que nenhum outro município componente do consórcio teve iniciativa semelhante, assegura-se o diferencial positivo em prol de Tapera. (Anexo D – p. 265).

Na atualidade, a Secretaria Estadual de Turismo em seu endereço eletrônico (www.turismo.rs.gov.br), faz a divulgação dos atrativos turísticos dos municípios do Estado. Nele, os dados concernentes à Rota das Terras estão desatualizados ou incompletos. Neste endereço eletrônico, o órgão público anuncia um Programa Especial de Turismo Rural. Este programa consta de opções de lazer

e entretenimento com participação dos turistas e que agregam venda de produtos coloniais e de artesanato. Lagoa dos Três Cantos, Quinze de Novembro e Tapera, são incluídos, pela Setur, como destinos turísticos nesta modalidade.

Embora Tapera apresente um planejamento turístico diferenciado na Rota das Terras, muitos são os óbices apontados pelos agentes turísticos municipais, como a desconfiança inicial dos empreendedores, a demanda turística que não correspondia aos investimentos e a escassez de recursos específicos para a atividade. Verifica-se a mudança deste quadro, na medida em que os empreendedores vêem o fluxo de turistas aumentar.

O município de Espumoso, através da Secretaria de Educação, Desporto e Turismo, elaborou um pormenorizado calendário de eventos, que vem sendo distribuído para as pessoas em geral. A iniciativa deste município, no entanto, tem a participação de uma acadêmica do curso de Turismo da Unicruz, que trabalha de forma voluntária no órgão público. A elaboração e a divulgação de um calendário de eventos também foi uma iniciativa de Jacuizinho. Em Tapera este trabalho é uma rotina que tem contribuído para a melhoria da divulgação e do fluxo turístico.

Uma ação diferenciada, em relação ao turismo no espaço rural, foi tomada pelo município de Quinze de Novembro ao criar tendas rurais, onde os produtores rurais vendem seus produtos junto às rodovias, no entanto os investimentos em turismo ainda não alcançam em grandeza o município de Tapera. Este município destinou verbas orçamentárias na ordem de R\$ 151.000,00 para o turismo em 2007, na razão de R\$ 13,68 por habitante. Comparativamente, Alto Alegre, Cruz Alta, Ernestina e Quinze de Novembro destinaram, respectivamente, R\$ 2.000,00, R\$ 642.500,00, R\$ 15.600,00 e R\$ 32.700,00 para a atividade. Isto representa R\$ 0,94, R\$ 9,30, R\$ 5,00 e R\$ 8,89 por habitante (CNM, 2006).

Por ocasião da realização do Salão Brasileiro de Turismo e do Salão Gaúcho de Turismo, nos meses de junho e agosto de 2006, respectivamente, o escritório da Rota das Terras, com a colaboração dos municípios, organizou três roteiros turísticos para a divulgação nos eventos. Na organização desses roteiros, segundo a secretária executiva da Rota das Terras, o município de Tapera destacou-se com a oferta de muitos atrativos estruturados, tendo em vista a existência da Rota Della Cuccagna.

Como as providências para a formatação desses roteiros começaram em abril do mesmo ano, percebe-se o caráter emergencial e de improvisado que este ato

tomou, visto que muitos investidores incluídos nos roteiros não tinham sido consultados se possuíam condições para participar. Apesar disto, a iniciativa apresentou validade, visto que os três roteiros constaram de um documento em que o Ministério do Turismo apresenta 396 roteiros turísticos, incluindo-os no Programa de Regionalização do Turismo. A partir disto, foi promovida uma capacitação dos agentes receptivos (proprietários, funcionários e poder público), no mês de maio, em Santa Maria-RS, sob os auspícios da Embratur.

Verifica-se, desta maneira, que muitos dos passos para o planejamento adequado são abortados ou têm a sua seqüência alterada, pois, neste caso, seria necessário, em primeiro lugar, fazer um levantamento dos pontos a serem visitados e verificar se esses locais teriam interesse e condição de serem incluídos em um roteiro turístico, além de outras providências cabíveis dentro de um planejamento turístico. É assim que, na elaboração desses roteiros, foram aproveitados em maior número os atrativos de Tapera, em vista de a atividade turística ser planejada de melhor forma no município. Os três roteiros formatados se encontram no Anexo E (p.276), sendo um deles, em conjunto com um roteiro nacional consagrado, o das Missões.

Essencialmente, as orientações das ações turísticas na Rota das Terras partem das deliberações das reuniões feitas pelos representantes dos municípios que constituem o Consórcio. Essas deliberações são debatidas e aprovadas nesses fóruns. No entanto, as reuniões da Rota das Terras se apresentam pouco objetivas por não trazerem uma pauta previamente estabelecida, ou quando trazem, carecem de uma participação efetiva dos agentes municipais. A participação rarefeita atribui-se ao fato das reuniões acontecerem mensalmente. Isto impede que as metas selecionadas em uma reunião sejam cumpridas em tempo de serem apresentadas na reunião seguinte, o que, em certa medida, frustra os órgãos municipais. Desta forma, discute-se como desenvolver o turismo no roteiro, promovendo a região como um destino turístico,²⁹ mas sem ir ao encontro dos pontos fundamentais de um planejamento turístico. Além disso, as reuniões são feitas a cada mês em um município diferente, o que, de certo modo, dificulta a criação de uma cultura de rotina desses encontros.

²⁹ Conforme o Ministério do Turismo, destino turístico é o “[...] local, cidade, região ou país para onde se movimentam fluxos turísticos.” (MTUR/BOLETIM..., 2006, p. 1).

Conforme a secretária executiva da Rota das Terras (de acordo com entrevista constante do apêndice 4 – p. 234), o interesse dos municípios consorciados pelo turismo tem aumentado nos dois últimos anos, fato que é evidenciado pela participação nas reuniões e demais atividades promovidas pelo escritório. No entanto, a despeito desse aumento, vê-se que, em algumas reuniões, a participação ainda é pequena. Na tabela a seguir, verifica-se a participação dos municípios em dez reuniões no ano de 2006 (março a dezembro).

Tabela 9. Participação dos municípios nas reuniões da Rota das Terras

Município	Participação em reuniões
Alto Alegre	6
Boa Vista do Cadeado	2
Boa Vista do Incra	4
Campos Borges	3
Colorado	6
Cruz Alta	8
Espumoso	6
Ernestina	4
Fortaleza dos Valos	4
Ibirubá	5
Jacuizinho	4
Lagoa dos Três Cantos	5
Não-Me-Toque	2
Quinze de Novembro	8
Salto do Jacuí	4
Selbach	7
Tapera	10
Tio Hugo	4
Victor Graeff	5

A participação mais efetiva é a do município de Tapera, sendo que Cruz Alta e Quinze de Novembro também se destacam. No entanto, o único município a se fazer presente em todas as reuniões foi Tapera.

Independente dessas reuniões, o presidente da Rota das Terras, no período de 2005 até abril de 2006, criou um Fórum Permanente de Turismo, que se propõe a congregar várias entidades com o fim precípuo do desenvolvimento turístico na região do CONDAJ (Conselho Regional de Desenvolvimento Alto Jacuí).

Para este fórum, com reuniões mensais e em datas distintas das datas da reunião da Rota das Terras, foram convidadas entidades, tais como: a Universidade de Cruz Alta (cursos de Administração, Economia e Turismo), sindicatos rurais da região, Conselhos de Desenvolvimento do Alto do Jacuí e do Alto da Serra do Botucaraí, Rota das Terras, prefeituras municipais, investidores, agências de desenvolvimento local, órgãos de comunicação social, associações de municípios, cooperativas de crédito rural e outros organismos.

Verificou-se, desde o princípio dessa iniciativa, uma participação pouco efetiva, seja pela divulgação falha (algumas entidades deixavam de ser convidadas, outras o eram de última hora), seja pelo local de realização das reuniões (cada uma, era realizada em um município diferente, dificultando o acesso ou inibindo a criação de uma rotina), seja pela seleção dos participantes (deixavam de ser convidados empresários locais, membros da imprensa e convidavam-se outros que pouco acrescentariam para a discussão), repetindo erros das reuniões da Rota. Mais uma vez pode-se constatar a participação efetiva da diretora de turismo de Tapera que comparecia em todas as reuniões.

Em uma reunião do Fórum Permanente de Turismo, em 11 de agosto de 2005, foi apresentada uma proposta para o planejamento turístico na Rota das Terras, a qual consta do Apêndice 5 (p.237). Naquela ocasião, a proposta não foi levada em consideração, porque já havia uma outra metodologia adotada que consistia na reunião dos participantes em três grupos: Poder público, investidores e comunidade em geral. Esses grupos deveriam traçar ações/estratégias para o “Desenvolvimento de ações políticas para o turismo”; “Estruturação de um plano de marketing para o turismo” e “Criação de estratégias integradas para o turismo”. Com exceção do primeiro grupo, os demais não lograram sucesso, tendo em vista a falta de fundamentos que norteassem o trabalho.

Um ponto sensível na efetivação turística, além do fato de haver a falta de um planejamento, diz respeito à participação pouco efetiva do órgão coordenador das ações, o CONDESUS. Embora os pronunciamentos dos presidentes da Rota das Terras fossem no sentido de tornar o turismo profissional na região, verificava-se a falta de uma assessoria técnica que orientasse o prefeito/presidente a conduzir ações, ou mesmo, sugerir um discurso menos empírico. Assim, muitas vezes, o presidente omitia pontos importantes a serem considerados em ações turísticas, ou emitia conceitos equivocados, induzindo a uma consideração simplista da atividade.

Atualmente, a Rota das Terras conta com um profissional de turismo, que dá um sentido mais eficiente às atividades desenvolvidas.

Outra deficiência na efetivação turística da Rota das Terras diz respeito à sinalização turística. A inexistência de placas indicativas de localização dos municípios e dos atrativos turísticos compromete a atividade. No entanto, esta deficiência está em vias de ser solucionada, conforme relatado anteriormente. Possivelmente, depois de vencida essa fase, novas demandas exigirão outras soluções. Apenas dois municípios da Rota das Terras preocuparam-se com uma sinalização turística, não dependendo das ações do CONDESUS: Tapera e Quinze de Novembro.

A divulgação turística dos municípios que compõem a Rota das Terras está sendo feita por meio de folheteria (Anexos F – p. 277 e G – p. 278). Entretanto, o material que divulga os atrativos turísticos carece de atualização e o material que divulga os eventos é incompleto. A falha nesses materiais deve-se à falta de coordenação na obtenção dos dados necessários para compô-los. Uma solução que está sendo buscada é a consecução de um projeto de divulgação turística financiado pelo Conselho Regional de Desenvolvimento do Alto Jacuí (CONDAJ). Segundo a secretária executiva da Rota das Terras, os municípios do consórcio estão enviando dados que servirão para elaborar material atualizado e com maior precisão. Para esse trabalho, foi contratada uma empresa especializada em elaboração de material promocional. Uma dificuldade encontrada diz respeito ao não envio ou à morosidade do envio de material por alguns municípios que atrasam o cronograma apresentado pela empresa. Os municípios que possuem órgãos turísticos organizados, como Cruz Alta, Tapera, Quinze de Novembro e Selbach, mostram-se mais empenhados e prontos para atender estas demandas.

Pesquisa realizada pelo autor nos meses de março, abril, maio e junho de 2007, junto à comunidade da Rota das Terras, onde foram entrevistadas sessenta pessoas, sendo em Alto Alegre, Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Incra, Campos Borges, Colorado, Ernestina Jacuizinho, Lagoa dos Três Cantos, Quinze de Novembro, Tio Hugo e Victor Graeff, uma pessoa; em Selbach duas pessoas; em Fortaleza dos Valos três pessoas; em Tapera quatro pessoas; em Espumoso e Não Me Toque cinco pessoas; em Ibirubá e Salto do Jacuí seis pessoas e em Cruz Alta

dezoito pessoas³⁰, apontou que há deficiência na divulgação turística, visto que apenas 35% dos entrevistados (21 pessoas) revelaram que conhecem algum atrativo turístico fora de sua cidade e apenas 23,72% (14 pessoas) já visitaram um (Apêndice 6 – p. 240). Dos 21 entrevistados que diziam conhecer um atrativo fora de sua cidade, quatorze pessoas (66,7%) citaram a Rota Della Cuccagna (Tapera), sete pessoas (33,3%) o monumento de Fátima (Cruz Alta), sendo que os outros atrativos figuram com um índice inferior a 5%³¹. Quando perguntado para as quatorze pessoas qual o atrativo turístico visitado, dez foram ao monumento de Fátima, oito a Rota Della Cuccagna, três ao Balneário Wilke (Quinze de novembro), três a Blumenfest (Selbach), dois à Casa do Mel (Selbach), um ao Passo da Lage (Espumoso), um ao Lageado da Cruz (Cruz Alta) e um à Prainha Ernestina (Ernestina).

Quando se solicitou para as vinte e uma pessoas que conhecem algum tipo de atrativo turístico fora de sua cidade para que avaliassem o turismo na Rota das Terras, o resultado foi o seguinte:

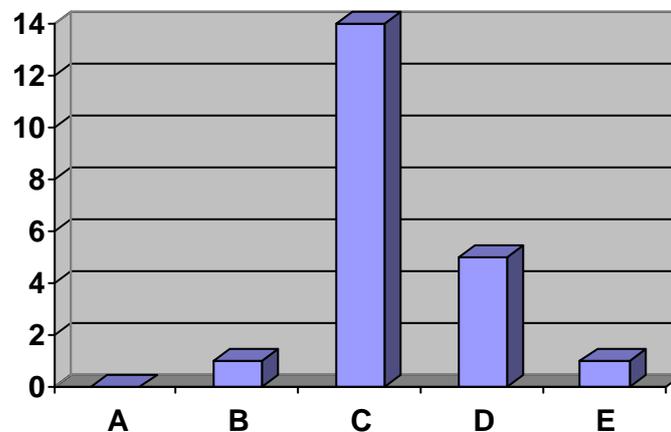


Gráfico 6. Avaliação do turismo na Rota das Terras

- (A) Excelente
- (B) Muito Bom
- (C) Bom
- (D) Regular
- (E) Ruim

³⁰ A quantidade de pessoas entrevistadas foi proporcional ao número de habitantes e os critérios para seleção dos entrevistados foram: idade entre 20 e 70 anos, sexo, escolaridade e faixa de renda ignorada. A seleção foi aleatória em local público (praça e rua) em área central do município.

³¹ O questionamento admitia resposta múltipla.

A percepção dos entrevistados é de que o turismo na Rota das Terras está de bom para regular. Esta constatação do senso comum tem relação com o pouco conhecimento dos atrativos turísticos.

Não existem dados estatísticos no que concerne à frequência turística na área em estudo, no entanto, pesquisa da Embratur (MTUR/CARACTERIZAÇÃO..., 2006, p. 18-21), demonstrada na tabela 10, revela as motivações para viagens domésticas no Estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 10. Motivações para viagens domésticas no Rio Grande do Sul.

Motivação	Quantidade em % (*)
Visita a amigo e parente	52,7
Sol e praia	41,2
Ecoturismo	6,3
Turismo Rural	5,0
Hotel Fazenda	2,3

(*) Respostas múltiplas.

Fonte: MTUR/CARACTERIZAÇÃO..., 2006.

Empiricamente, é verificável que o fluxo turístico na Rota das Terras dá-se no período das férias escolares, ou seja, nos meses de dezembro, janeiro, fevereiro e julho. O Ministério do Turismo (MTUR/ESTUDO..., 2006, p. 24-25) confirma essa observação, acrescentando que as viagens domésticas no período citado ocorrem devido às férias (50%) e ao clima³² (12%), de acordo com pesquisa realizada junto aos viajantes.

Conforme foi enfatizado na caracterização da área em estudo, as distâncias entre os municípios da Rota das Terras situam-se, no máximo, em 150 quilômetros. Diante disso, evidenciam-se as viagens de excursão³³ como uma modalidade viável de turismo, haja vista que na região sul, esse tipo de deslocamento responde por 34,0% do total de viagens. (MTUR/ESTUDO..., 2006, p.

³² Embora as férias possam acontecer durante todo o ano, elas se concentram nos meses de dezembro, janeiro, fevereiro e julho (coincidindo com as férias escolares). Já a variável climática determina que as viagens ocorram com maior frequência nos meses de temperaturas mais elevadas, como dezembro, janeiro e fevereiro.

³³ “Viagens de **excursão** são aquelas em que o indivíduo se desloca de seu **entorno habitual** para visitar uma outra localidade, **sem** que ocorra o **pernoite** nesta localidade e a **permanência** seja **inferior a 24 horas**”. (MTUR/ESTUDO..., 2005, p. 25, grifo do autor).

26). Nenhum município da Rota das Terras estava incluído entre os vinte e cinco principais destinos de viagens de excursão do Estado (MTUR/ESTUDO..., 2006, p. 31), não existindo dados atuais a respeito do assunto.

Outra forma de divulgação do turismo em nível regional tem sido a participação em feiras e eventos nas cidades da Rota. Por ocasião da realização da Expodireto (feira agropecuária com projeção nacional) em Não-Me-Toque, foi montado um estande turístico. O *workshop* Rota das Terras, organizado por acadêmicos do curso de Turismo da Unicruz e realizado, anualmente, em cada um dos municípios da Rota, é outro instrumento eficiente de divulgação. Falta, porém, uma integração maior do escritório da Rota das Terras com os organizadores dos eventos. Por ocasião desses eventos, vê-se que alguns municípios participam ativamente, como Tapera, que organiza os empreendedores e divulga a Rota Della Cuccagna. Outros sequer fornecem materiais para divulgação.

Os municípios, de modo isolado, promovem o turismo em suas áreas através da divulgação de seus atrativos e eventos. Sobretudo, o poder público e, raramente, os empreendedores, investem na divulgação turística. São exemplos, no município de Quinze de Novembro o Balneário Wilke, em Selbach a Casa do Mel e em Tapera todos os empreendedores da Rota Della Cuccagna. Para isso, é utilizada com maior frequência a folheteria, que é distribuída nas secretarias municipais, em hotéis, postos de combustíveis e nos atrativos. Outras formas de divulgação são os anúncios em estações de rádios e de televisão (na maioria das vezes, de eventos). O meio eletrônico é pouco utilizado, sendo que as exceções são os municípios de Espumoso e Tapera que mantêm um sítio de divulgação turística (www.espumoso.net e www.tapera.net). No *site* da Secretaria de Turismo do Estado as informações referentes ao turismo na Rota das Terras são carentes, além de estarem desatualizadas. Alguns municípios da Rota das Terras figuram nos chamados Programas Especiais de Turismo Rural que agrupam atividades como cavalgadas, um dia na fazenda ou na colônia, venda de produtos artesanais e coloniais, entre outros. Os municípios de Lagoa dos Três Cantos, Quinze de novembro e de Tapera são citados pela Setur como destinos turísticos nesta modalidade.

Outros *sites* que seriam possíveis inserções turísticas, tais como o da Famurs (Federação da Associação de Municípios do Rio Grande do Sul), pois dispõem de páginas para cada um dos municípios ou tratam dos municípios

brasileiros, apresentam problemas ainda maiores, tais como a ausência de informações ou informações copiadas diretamente da Secretaria de Turismo. Desta forma, no *site* www.citybrasil.com.br só aparece o município de Cruz Alta; no *site* www.brasilchannel.com.br, somente os municípios de Cruz Alta e Tapera; enquanto no *site* www.siters.com.br só existe um pequeno histórico dos municípios, sendo que as informações turísticas, que poderiam constar, não são disponibilizadas. Alguns municípios mostram preocupação em informar dados municipais no endereço eletrônico oficial do governo do Estado (www.tapera.rs.gov.br, www.altoalegre.rs.gov.br, www.tiohugo.rs.gov.br, www.não-me-toque.rs.gov.br).

O endereço eletrônico mantido pela Rota das Terras (www.rotadasterras.com.br) se apresenta desatualizado no que diz respeito aos atrativos turísticos, visto que a folheteria feita pelos municípios está discordante do conteúdo apresentado. Embora isso, algumas informações estão sendo atualizadas, tais como o resultado das reuniões e notícias relacionadas à Rota das Terras.

O escritório da Rota das Terras, com o intuito de divulgar o turismo, promoveu no final do ano de 2005, um baile para a escolha da Senhorita Turismo da Rota das Terras que contou com uma boa divulgação no âmbito da região. Além disso, o escritório promoveu, com o patrocínio dos municípios e de alguns empreendedores, a divulgação da Rota em uma revista editada no município de Não-Me-Toque (Revista Atitude) e com distribuição em todo o Planalto Médio. Nesta publicação ficou evidenciada a organização de Tapera como um diferencial turístico na Rota das Terras.

A captação de recursos públicos para o desenvolvimento turístico no roteiro tem sido feita de forma isolada pelos municípios, mas se limitam às linhas de crédito estaduais (Setur/Banco do Estado do Rio Grande do Sul). É quase um consenso o desconhecimento, tanto do poder público, quanto de empreendedores, de outras linhas de crédito para o fomento do turismo como o Fungetur (Financiamento de Infra-estrutura Turística Nacional) ou o PRODETUR Sul (Programa de Desenvolvimento Turístico), ambos do Ministério do Turismo, isso sem considerar outros fomentos públicos.

Em entrevista realizada pelo autor no mês de junho de 2007 com vinte e três empreendedores da Rota das Terras³⁴ (Apêndice 7 – p. 241), dezenove

³⁴ Esses empreendedores não fazem parte da Rota Della Cuccagna e são os seguintes: Parque de lazer Recanto das Águas, Balneário Novo Horizonte, Estância Velha Ecoturismo, Pousada do

revelaram que não usam de recursos obtidos junto às instituições de crédito ou proveniente de verbas públicas.

Outra deficiência é a ausência de proposições de solicitações de recursos financeiros feitos em conjunto pelos municípios. O interesse conjunto pode representar um interesse maior dos órgãos provedores em vista do quantitativo populacional beneficiado nas unidades municipais.

Os empreendedores, em geral, carecem de orientação. Vinte, dos vinte e três entrevistados, revelaram que não receberam orientação especializada em turismo para a organização de seu empreendimento. Vinte e um disseram que sequer obtiveram ajuda do poder público municipal. Na mesma pesquisa, todos os empreendedores revelaram-se favoráveis à constituição de redes de cooperação embora desconhecendo como efetivá-las e disseram não possuir registro do número de turistas que visitam seus empreendimentos.

Consultados a respeito da frequência de turistas em seus estabelecimentos desde a criação, 78,26% (18) responderam que aumentou; 17,39% (4) que permaneceu a mesma e 4,35% (1) que diminuiu.

Com relação à atuação do poder público no turismo, os empreendedores manifestaram-se da seguinte forma:

Alambique, Pesque Pague Sítio da Natureza, Balneário Pesque Pague, Sítio do Peixe, Acquamania, Balneário Vale do Amanhecer, Parque Clube da Lagoa, Café Colonial Santa Clara, Balde Branco, Balneário Lotário, Pesque Pague Vale do Sol e Vale do Paraíso, Cacatinha Franken, Casa do Artesão, Balneário Wilke, Casa Urban, Haras Pinno, Camping Cristal, Casa do Mel, Cabanha Borgony e Balneário Krombauer.

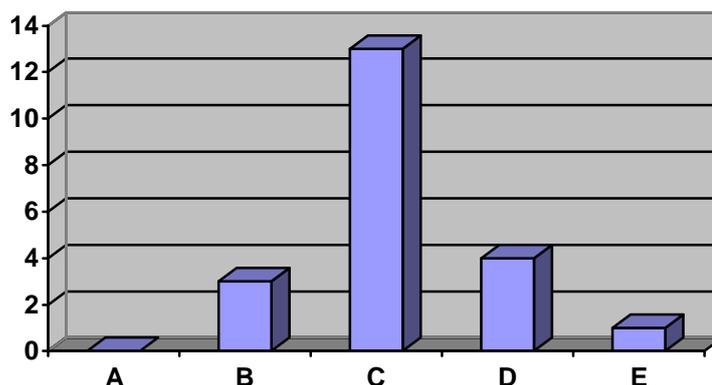


Gráfico 7. Avaliação do poder público pelos empreendedores da Rota das Terras

- (A) Excelente
- (B) Muito Boa
- (C) Boa
- (D) Regular
- (E) Péssima

Verifica-se que a avaliação dos empreendedores da Rota das Terras difere dos empreendedores da Rota Della Cuccagna, sendo que estes últimos quantificam melhor as ações do poder público municipal de Tapera, enquanto os primeiros classificam os poderes públicos de seus municípios como bons em sua maioria.

Os administradores de alguns municípios têm procurado reforçar a imagem da localidade criando “marcas” ou identidades pelas quais podem ser conhecidas ou reconhecidas. É o caso de Cruz Alta (Terra de Érico Veríssimo), Quinze de Novembro (Capital Regional do Turismo), Tapera (Cidade Cultura), Não-Me-Toque (Jardim do Alto Jacuí), Fortaleza dos Valos (Celeiro Mecanizado do Rio Grande do Sul), Espumoso (Sentinela do Progresso), Selbach (Cidade das Flores). Afora isto, a região não apresenta um elemento turístico/cultural que a identifique, a exemplo do que ocorre com alguns destinos turísticos, seja por sua gastronomia, posição geográfica, elemento natural, etnia etc. Na atualidade, uma única imagem identifica a Rota das Terras: o logotipo constante do Anexo I (p.280). Uma outra imagem identifica o turismo na região: a Rota Della Cuccagna e o município de Tapera, mas trata-se de um elemento local.

A Rota Della Cuccagna revela a preocupação e a ação do governo municipal de Tapera em fazer da colonização europeia uma marca do turismo. Desta

forma, elementos característicos da cultura local são evidenciados como atrativos turísticos, o que proporciona a manutenção da cultura local. Além disso, nas escolas municipais são destacados aspectos da colonização europeia e a diretora de turismo tem visitado frequentemente os estabelecimentos de ensino para realizar palestras sobre o turismo no município.

Verifica-se a inexistência de um banco de dados acerca das movimentações de turistas e dos volumes monetários movimentados pela atividade na região, além de outras informações que melhor subsidiassem estudos, razão pela qual o planejamento turístico deixa de ter base científica, visto que as iniciativas são tomadas empiricamente. De forma análoga, os *sites* dos órgãos oficiais ligados ao turismo em nível nacional e estadual (www.turismo.gov.br www.institucional.turismo.gov.br – www.embratur.gov.br – www.setur.rs.gov.br) não trazem dados suficientes para uma análise da atividade. Esses órgãos divulgam apenas dados sobre os atrativos turísticos, informações genéricas das áreas a serem visitadas e estudos do turismo em âmbito nacional ou estadual.

Podem ser encontrados vinte e três guias turísticos com curso no SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e que residem nos municípios da Rota. Entretanto, esses profissionais não têm seus serviços requisitados, seja por absoluto desconhecimento de sua existência por parte de investidores e poder público, seja pelo imobilismo e falta de projeção que essas pessoas dão à sua qualificação. Tapera tem sido o único município que tem solicitado os serviços desses guias quando da visita de turistas em excursões.

Verifica-se uma deficiência quanto à existência e ao funcionamento de locais de informações turísticas. O centro de informação existente em Cruz Alta, dentro da área urbana e afastado cerca de três quilômetros da BR 158, encontra-se desativado. As informações são dadas pela Secretaria de Turismo somente em horário de expediente (08:00 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas). Em Selbach, as informações são dadas por um empreendedor (Casa do Mel), que se esforça em prestar um bom serviço, no entanto não apresenta qualificação para fazê-lo. Em Tapera, é também um empreendedor que realiza o serviço (Casa de Vinho Rizzi) a qualquer hora e, em Quinze de Novembro, as informações são prestadas em um local de venda de artesanato (também de iniciativa privada). No geral, as informações turísticas são prestadas pelos órgãos públicos municipais, que cumprem horários somente em dias úteis.

Na tabela 11, verifica-se um levantamento realizado pelo Ministério do Turismo, para o Programa de Regionalização do Turismo (PRT)³⁵. Pode ser observada a ausência de dados fundamentais de alguns municípios da Rota das Terras o que, de certo modo, pode inibir algumas ações em favor do turismo. Por este programa, os atrativos da Rota das Terras são os seguintes:

Natural: Os alagados: Passo Real e da Barragem de Ernestina;

Cultural: Construções do início do século / Casa de Érico Veríssimo/ Imigração Italiana / Rota Della Cuccagna (rural);

Atividades Econômicas: Agricultura / Geração de energia elétrica;

Eventos: Expodireto / Romaria Nossa Senhora de Fátima / Congressos técnico-científicos / Feiras de agroindústrias.

Tabela 11. Dados turísticos da Rota das Terras.

MUNICÍPIOS	MEIOS DE HOSPEDAGEM	AGÊNCIAS DE TURISMO	TRANSP TURÍSTICAS.	GUIAS DE TURISMO
Alto Alegre				
Boa Vista do Cadeado				
Boa Vista do Incra				
Campos Borges			1	
Colorado			1	
Cruz Alta	1	4	7	
Espumoso			3	1
Fortaleza dos Valos			1	
Ibirubá	1	2	7	
Jacuizinho				
Lagoa dos Três Cantos		1	3	5
Não-Me-Toque			4	3
Quinze de Novembro			1	3
Salto do Jacuí			2	
Selbach	1	1	2	3
Tapera		1	5	5
Tio Hugo				2
Victor Graeff			1	1
TOTAL	3	9	38	23

Fonte: MTUR/PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO..., 2006.

Convém destacar que, por ocasião da formulação do Roteiro de Informações Turísticas (RINTUR), do Ministério do Turismo, no ano de 2000, alguns

³⁵ O Programa de Regionalização do Turismo, no ano de 2004, inventariou 219 regiões turísticas no Brasil, totalizando, 3203 municípios, sendo que, destes, 134 apresentaram 451 roteiros turísticos. Trata-se, este programa, de “[...] um modelo de gestão descentralizada, coordenada e integrada, com base nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões.” (MTUR/PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO..., 2006).

municípios da Rota constavam como turísticos ou com potencial turístico. Como turísticos estavam listados Cruz Alta e Salto do Jacuí. Com potencial turístico citavam-se Ernestina, Espumoso, Fortaleza dos Valos, Lagoa dos Três Cantos, Não-Me-Toque, Quinze de Novembro, Selbach e Tapera. Por outro lado, muito pouco se avançou em termos turísticos nestes municípios, visto que, apenas um, Tapera, formatou um roteiro e investiu em ações de políticas públicas favoráveis à causa turística.

Na entrevista realizada com os empreendedores da Rota das Terras verificou-se que, dos vinte e três, dezessete apontam Tapera como o mais organizado turisticamente, outros 4 indicam Cruz Alta, sendo que Quinze de Novembro e Selbach recebem uma indicação. Os demais municípios não são citados. Quando perguntados sobre o motivo do desenvolvimento turístico do município citado, assim se pronunciam³⁶:

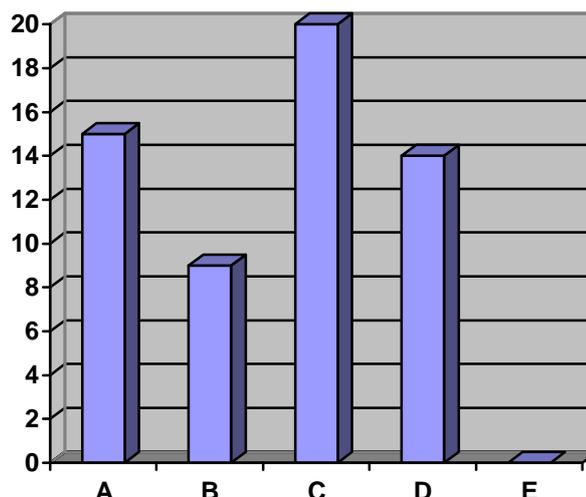


Gráfico 8. Fator de desenvolvimento turístico na Rota das Terras

- (A) interesse do empreendedor
- (B) volume de recursos investidos
- (C) apoio do poder público
- (D) divulgação do roteiro
- (E) Outro

Verifica-se que há um relativo equilíbrio nas respostas evidenciando a importância de todos os quesitos no desenvolvimento turístico. Porém, observa-se que o poder público é mais lembrado, por sua postura ativa.

³⁶ Admitiram-se respostas múltiplas.

Para avaliar as ações oficiais em relação ao desenvolvimento do turismo na Rota das Terras foram realizadas pelo autor, no período de julho a novembro de 2006, entrevistas com os agentes de turismo dos municípios (Prefeitos, secretários/coordenadores/diretores de turismo), cuja síntese é a seguinte (O instrumento de pesquisa aplicado acha-se no apêndice 8 – p. 243):

Tabela 12. Entrevistas com os agentes de turismo

Município	Prefeito	Secretário, Coordenador, Diretor de turismo	Funcionário do setor de turismo
Alto Alegre	X	X	
Boa Vista do Cadeado		X	X
Boa Vista do Incra		X	X
Campos Borges			X
Colorado		X	
Cruz Alta	X	X	
Ernestina		X	
Espumoso		X	X
Fortaleza dos Valos		X	
Ibirubá		X	
Jacuizinho		X	X
Lagoa dos Três Cantos	X		X
Não-Me-Toque		X	
Quinze de Novembro	X	X	
Salto do Jacuí		X	
Selbach		X	X
Tapera		X	
Tio Hugo		X	
Victor Graeff		X	
TOTAL	4	17	7

Questão 1: Existe na legislação municipal, tais como a Lei Orgânica, Código de Posturas, Plano Diretor ou outro, algum tópico que regule o turismo ou faça menção à atividade?

Resultado: Quatorze municípios têm em suas leis orgânicas uma referência ao turismo. Essas referências são genéricas, tais como as dos municípios de Alto Alegre e de Campos Borges, carecendo de lei complementar que regule a matéria:

Art. 136 – O município instituirá política municipal de turismo e definirá as diretrizes a observar nas ações públicas e privadas, com vista a promover e incentivar o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico (ALTO ALEGRE, 1990, p. 43).

Art. 197-A. O município promoverá a prática de turismo, apoiando e realizando os investimentos na produção, criação e qualificação dos empreendimentos, equipamentos e instalações ou serviços turísticos através de incentivos (CAMPOS BORGES, 1990, p. 82).

Questão 2 – Como o turismo está sendo tratado nas ações governamentais do município, existe uma estruturação específica?

Resultado: Com exceção da cidade de Cruz Alta, que possui uma secretaria específica, a Secretaria Municipal de Turismo e Eventos, os demais municípios agregam o turismo a outros setores tais como: educação, cultura, meio ambiente, indústria, comércio, agricultura, pecuária. As ações governamentais estão voltadas para a conscientização da população a respeito da importância econômica do turismo e a criação de infra-estrutura turística. A conscientização se dá através da promoção de eventos, da divulgação das atividades turísticas dos municípios e da manifestação dos agentes de turismo em eventos e na mídia. O município de Tapera demonstra, além de uma estruturação específica para o turismo (Departamento de Turismo), preocupação e ações em favor do desenvolvimento turístico.

Questão 3 – Existem recursos específicos para a divulgação dos produtos turísticos, para o financiamento dos investidores ou para a criação de infra-estrutura turística?

Resultado: Os recursos, em geral, provêm do Plano Plurianual (PPA) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) dos municípios. Os valores são modestos e contemplam, em maior grandeza, outras áreas, consideradas prioritárias para os governos municipais, tais como saúde e educação. Os recursos destinados para o

turismo são investidos em material de divulgação turística (folderes, calendário de eventos e painéis) e são insuficientes para a aplicação em obras e serviços de maior vulto. Exemplo: Cruz Alta investe em turismo R\$ 640.000,00 ou 1,26 do orçamento, em Alto Alegre o turismo é contemplado com R\$ 2.000,00 (0,04 % do orçamento), em Boa Vista do Cadeado R\$ 7.610,00 (0,19%), Ernestina R\$ 19.600,00 (0,24%) e Quinze de Novembro R\$ 32.700,00 (0,46%). Embora Tapera reserve uma verba considerável para o turismo, se tomada em termos proporcionais, o turismo representa 1,47 % do orçamento.

Questão 4 – Os profissionais responsáveis pela atividade turística, no setor público, são habilitados?

Resultado: A maior parte dos municípios não conta com profissionais habilitados em turismo. Existe uma preocupação em justificar a não-qualificação com o fato de se tratar de um cargo político de confiança ou de o responsável possuir experiência na área turística. Apenas Espumoso e Selbach possuem acadêmicos de turismo atuando no setor e Tapera possui um profissional com curso técnico de guia turístico e vários cursos na área, além deste profissional ocupar seu cargo há oito anos, o que o diferencia dos demais.

Questão 5 – Há a preocupação de inventariar os atrativos turísticos e divulgá-los?

Resultado: Alguns municípios, sobretudo aqueles em que não existem funcionários exclusivos para o turismo, dependem do escritório da Rota das Terras ou da Embratur para realizar o inventário turístico. O inventário turístico existente nos municípios não segue a metodologia proposta pela Embratur, pois este levantamento demanda tempo e conhecimento técnico. Em geral, os municípios se preocupam em levantar os seus recursos turísticos e a divulgação se dá com base nesse trabalho. A divulgação também se dá por intermédio do escritório da Rota das Terras. Os inventários mais detalhados estão nos municípios de Cruz Alta, Quinze de Novembro, Tapera e Selbach.

Questão 6 - Existe algum atrativo turístico no município que pode ser caracterizado como turismo no espaço rural?

Resultado: Todos os municípios citaram os atrativos que constam do Apêndice 1 (p.208) e que têm relação com o espaço rural. Houve caso em que foram mencionados atrativos que ainda não foram explorados, como Boa Vista do Incra e seus casarões do início do século XX, Espumoso e o Parque Flor da Mata, Alto Alegre e as propriedades produtoras de uva e vinho. Há percepção do significado de turismo no espaço rural, ou seja, independente do segmento ou modalidade turística realizada, toda a atividade que ocorre no ambiente rural foi mencionada. A Rota Della Cuccagna, em Tapera, é o único roteiro organizado de turismo no espaço rural, embora o município possua outros atrativos.

Questão 7 – Existem planos/projetos específicos para o turismo no espaço rural no âmbito do município? Como eles estão sendo desenvolvidos?

Resultado: Quinze de Novembro vale-se do acompanhamento de profissionais do SENAR (Serviço Nacional de Aprendizado Rural) para a identificação e a implantação de negócios turísticos no espaço rural. Em Alto Alegre, a prefeitura, em parceria com a Empresa Brasileira de Extensão Rural (EMATER), realiza um projeto de ajardinamento de propriedades rurais. Tapera pretende estender o projeto paisagístico urbano para o espaço rural e implementar um projeto de turismo no espaço rural (Anexo D – p. 265). Entretanto, a grande parte dos municípios não prevê ou executa projetos para o turismo no espaço rural.

Questão 8 – Quais são as medidas adotadas para desenvolver turisticamente o município?

Resultado: As medidas enunciadas pelos municípios vão desde o incentivo à promoção de eventos, criação de novos produtos turísticos, qualificação dos produtos existentes, reestruturação do COMTUR (Conselho Municipal de Turismo) em Cruz Alta, criação do Conselho Municipal de Cultura e Turismo (Espumoso), instituição de uma política municipal de turismo (Boa Vista do Incra), promoção e incentivo à atividade como fator de desenvolvimento social e

econômico, participação em eventos turísticos e participação mais efetiva no consórcio Rota das Terras. Em Tapera várias medidas, tais como a participação efetiva em eventos, reuniões, congressos, feiras, além de incentivo à organização dos empreendedores, divulgação turística, palestras em escolas e conscientização da população, investimento em obras de infra-estrutura e sinalização turística, visam desenvolver a atividade no município.

Questão 9 – O poder público tem conhecimento de linhas de crédito que podem servir para financiar o turismo no município? Quais?

Resultado: Foi citado apenas o PRONAF (Quinze de Novembro e Tapera) e, genericamente, linhas de crédito que os governos federal e estadual disponibilizam. Tapera tem encaminhado os empreendedores às instituições de crédito. Existe o desconhecimento geral de órgãos/instituições e respectivos instrumentos de fomento à atividade turística.

Questão 10. Como o município está participando do Consórcio Rota das Terras?

Resultado: Todos os municípios dizem estar participando ativamente do consórcio, seja comparecendo às reuniões, envolvendo-se nos eventos promovidos pelo escritório, prestando informações para a divulgação turística, colaborando nas comissões de trabalho, contribuindo mensalmente com o valor estipulado pelo consórcio. De fato, apenas alguns são mais participativos, destacando-se, no conjunto, Tapera.

Questão 11 – Outros aspectos julgados importantes:

Resultado: Destacou-se a preocupação do poder público com a conscientização da população municipal e dos investidores em relação ao desenvolvimento do turismo; a receptividade do turista; a necessidade de políticas específicas para o turismo; a necessidade do estabelecimento de parcerias com entidades públicas, privadas e com a Universidade de Cruz Alta; a criação de projetos para o desenvolvimento de infra-estrutura turística e de apoio para a atividade; a importância de se buscar recursos financeiros; a necessidade de

qualificar a mão-de-obra envolvida com o turismo seja em âmbito público ou privado, e a adoção de ações turísticas conjuntas entre os municípios da Rota das Terras.

Na página seguinte avalia-se a existência de políticas públicas na Rota das Terras tendo por base a entrevista realizada com os agentes de turismo dos municípios e as observações do pesquisador (Tabela 13). Na avaliação leva-se em consideração que estas ações evidenciam a existência de metas. Estas metas conduzem os organismos ligados ao turismo a atingirem os seus objetivos por meio de estratégias claras e definidas, resultando em atuações intencionais do poder público. A avaliação registra a ocorrência, ou não, da ação mencionada, quantificando-a, no final. Os municípios são identificados da seguinte forma:

- A - Alto Alegre
- B – Boa Vista do Cadeado
- C – Boa Vista do Incra
- D – Campos Borges
- E – Colorado
- F – Cruz Alta
- G – Ernestina
- H – Espumoso
- I – Fortaleza dos Valos
- J – Ibirubá
- K – Jacuizinho
- L – Lagoa dos Três Cantos
- M – Não-Me-Toque
- N – Quinze de Novembro
- O – Salto do Jacuí
- P – Selbach
- Q – Tapera
- R – Tio Hugo
- S – Victor Graeff

Tabela 13. Avaliação da existência de políticas públicas para o turismo na Rota das Terras

AÇÃO		Municípios																											
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S									
Mão-de-obra qualificada	Administração municipal							X									X	X											
	Empreendimentos																		X										
Recursos financeiros orçamentários	Na atividade turística	X	X				X	X	X		X	X					X	X											
	Em atividades afins						X	X				X	X				X	X											
Ordenação turística	Órgão turístico municipal						X										X	X											
	Calendário de eventos atualizado				X			X									X	X											
	Rol de atrativos atualizados														X														
	Roteiros turísticos																												
	Integração com outros roteiros																												
Planejamento e coordenação	Divulgação turística						X	X					X	X	X	X	X	X	X	X									
	Participação em eventos, feira e congressos	X				X			X				X	X	X	X	X	X	X	X									
	Identidade turística																												
	Participação em reuniões e fóruns	X					X	X							X			X	X	X									
	Diretrizes, planos e projetos						X											X	X	X									
Infra-estrutura turística	Apoio aos empreendedores																							X					
	Serviços turísticos feitos por outra secretaria						X										X	X	X	X									
	Acessos e pátios					X							X	X	X	X	X	X	X	X									
	Melhoria do aspecto urbano	X			X	X						X	X	X	X	X	X	X	X	X									
	Posto de informação turística																												
Legislação	Sinalização turística																												
	Uso de guias turísticos																												
	Genérica sobre o turismo	X	X		X	X	X	X	X				X	X	X	X	X	X	X	X									
	Específica sobre o turismo																												
	Ministério do turismo																												
Articulação do poder público com outros setores	Secretaria estadual						X																						
	Entre secretarias municipais							X					X																
	Entre poderes municipais	X										X																	
	Com os empreendedores					X																							
	Com a população local																												
Nº de ocorrências		6	2	0	3	5	10	8	8	1	5	1	8	7	13	5	19	28	2	6									

Enfrentaram-se muitas dificuldades para obter os resultados dessas entrevistas, uma vez que os profissionais ligados ao turismo alegavam falta de

tempo e outros compromissos que, em seus julgamentos, eram mais importantes. Além disso, muitos delegaram a tarefa de responder aos questionamentos para outros funcionários. A exemplo da dificuldade enfrentada pelo escritório da Rota das Terras, que é de obter dados e informações turísticas dos municípios, muitas entrevistas marcadas tiveram de ser enfaticamente lembradas, pois não aconteciam nas datas agendadas. Observou-se que o descaso com a pesquisa decorreu, em parte, da atribuição que os responsáveis municipais pelo turismo têm com outros setores e com o provável descrédito nos estudos acadêmicos, uma vez que a Universidade de Cruz Alta e o curso de Turismo não têm dado respostas satisfatórias para os municípios no sentido de criar, apoiar e executar ações turísticas na Rota das Terras.

Pelos dados e informações expostas e pela empiria do pesquisador em contato com a área, pode-se constatar que há muita intenção no consórcio Rota das Terras e pouco de ação efetiva para sua consolidação e funcionamento. No entanto, os dados apresentados evidenciaram um desenvolvimento turístico diferenciado em Tapera em razão de medidas e ações que, pela analogia conceitual, pode-se chamar de políticas públicas não-formais. No título a seguir são elencados os fatos que servem como evidências para a existência de políticas públicas de turismo no município de Tapera, que resulta em seu desenvolvimento turístico.

3.6 Evidências do desenvolvimento turístico em Tapera

A existência de políticas/ações públicas mais efetivas, porém não-formais, em Tapera, resulta em um desenvolvimento turístico diferenciado em relação aos demais municípios da Rota das Terras. As evidências a seguir reforçam a constatação empírica de que Tapera apresenta-se como um município onde o turismo possui ações públicas específicas para a atividade e, por conseguinte, demonstra um planejamento e uma organização turística satisfatórias ao crescimento da atividade.

Evidências

-
- Ação efetiva do poder público, a partir do ano de 2000, em organizar o turismo no município com a criação de um órgão específico que trate da atividade (Departamento de Turismo);
 - Empenho do poder público em participar das reuniões da Rota das Terras e de se fazer presente em outros encontros que tenham por objetivo discutir, planejar e organizar a atividade turística;
 - Disposição em organizar um calendário de eventos minucioso, mantê-lo atualizado e divulgá-lo;
 - Ênfase no levantamento e no registro dos atrativos turísticos, disponibilizando informações precisas e atualizadas com presteza;
 - Divulgação dos atrativos e eventos turísticos mediante a utilização de meios diversos como folheteria, jornais, publicações, rádio, televisão e meio eletrônico;
 - Organização dos empreendedores, do poder público e da comunidade em prol do desenvolvimento turístico;
 - Existência do único roteiro turístico organizado na Rota das Terras (Rota Della Cuccagna) que é classificado pelo Ministério do Turismo como destino turístico do Estado, que vem ganhando projeção na mídia especializada e já vem sendo exposto e comercializado em eventos turísticos estaduais e nacionais (Salão Gaúcho e Brasileiro de Turismo, além de feiras, exposições e mostras);
 - Ações voltadas para a integração da Rota Della Cuccagna a outros roteiros turísticos, com a consequente atualização de empreendedores e de funcionários do poder público;
 - Idéia de continuidade nas proposições turísticas mediante a manutenção de um encarregado no setor, independente da troca das administrações municipais;
 - Participação ativa do Departamento de Turismo na organização da visitação turística e na integração das políticas setoriais com os órgãos estaduais e federais de turismo;
 - Aumento dos recursos orçamentários destinados à atividade turística e integração das ações com as demais secretarias municipais (obras de infraestrutura);
 - Preocupação do poder público em conservar e manter limpos as áreas públicas e de acesso ao município, tais como praças e rotatórias, inclusive com a execução de projetos de melhoria do aspecto paisagístico;

- Implantação de sinalização turística na área municipal;
- Percepção do aumento do fluxo turístico na Rota Della Cuccagna pelos empreendedores e reconhecimento da atuação do poder público em atividades como a divulgação e a orientação dos mesmos;
- Conhecimento e visitação em maior número, por parte da comunidade regional, dos atrativos turísticos de Tapera em relação aos demais atrativos da Rota das Terras;
- Julgamento da ação do poder público no turismo como sendo muito boa por parte dos empreendedores;
- Proposição de projetos na área turística por parte do poder público municipal;
- Participação no Programa Especial de Turismo Rural da Secretaria de Turismo do Estado e no Programa de Regionalização do Turismo devido a sua organização turística;
- Investimentos financeiros em turismo que superam os demais municípios da Rota das Terras (1,47 % orçamento municipal e R\$ 13,68 por habitante);
- Como resultado de uma ação de conscientização turística, a população local procura manter os passeios públicos e jardins limpos e em bom estado e admitir o turismo como uma alternativa econômica no município;
- Atualização do encarregado do setor de turismo em cursos e palestras mediante chancela do poder público municipal;
- Utilização dos recursos humanos qualificados em turismo;
- Preocupação em informar a comunidade das ações desenvolvidas no setor de turismo do município e de cooptá-la em favor da causa turística;
- Criação de uma identidade turística local baseada na colonização italiana e reconhecimento desta identidade por parte da comunidade;
- Preocupação em coordenar um posto de informações turísticas e de prestar informações junto à prefeitura municipal;
- Ação intencional do poder público junto à comunidade no sentido de apontar metas para o turismo com base nas necessidades e possibilidades locais.

Obviamente que as políticas públicas turísticas observadas no município de Tapera não estão, por vezes, focadas exclusivamente na atividade, mesmo porque o turismo se dá mediante a conjugação de fatores. Assim, políticas direcionadas para a limpeza e urbanização, educação, obras de infra-estrutura, entre

outras, contribuem para um resultado positivo no setor turístico. Estas ações, embora não sejam especificamente turísticas, são executadas visando também o turismo.

A observação apontou dados objetivos quanto à existência de políticas públicas para o turismo em Tapera, já listados anteriormente, mas é relevante registrar que a população do município acha-se integrada à idéia do desenvolvimento turístico municipal. Prova disto é a disponibilidade dos munícipes em prestar informações turísticas e em destacar os atrativos municipais, além de engajar-se em ações que resultam em diferenciais a favor da atividade.

Assim, é possível verificar-se uma relação positiva entre o desenvolvimento do turismo no espaço rural e a existência/aplicação de políticas públicas. O problema deste estudo é respondido satisfatoriamente conduzindo para a confirmação da hipótese de que os municípios da Rota das Terras que possuem e aplicam políticas públicas voltadas para o turismo apresentam maior desenvolvimento desta atividade, neste caso Tapera.

Assim, em vista do quadro descrito no que se refere à caracterização física e turística da área e dos títulos anteriores que relatam a situação do espaço rural brasileiro e do turismo como uma atividade factível de ser desenvolvida mediante a aplicação de ações específicas, no capítulo seguinte prima-se discutir e apresentar subsídios à formulação de políticas e ações do poder público no sentido de incrementar o desenvolvimento da atividade turística na área de estudo.

**4 SUBSÍDIOS PARA A FORMULAÇÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO NO
ESPAÇO RURAL NA ROTA DAS TERRAS**

Qualquer tentativa de proposição de instrumentos ou medidas para o desenvolvimento turístico deve levar em consideração a viabilidade da atividade. Estudos vêm sendo realizados no sentido de desmistificar a aura de redenção pelo turismo. Pressupõe-se que o turismo pode atuar como indutor do crescimento econômico a partir de condições pré-existentes e de políticas específicas para o setor³⁷. Entretanto, conceber o turismo exclusivamente como promotor do desenvolvimento econômico é, de certa maneira, ser leviano. Sabendo desta situação, e à luz do estudo descritivo até o momento realizado, é que neste título se estuda as políticas públicas de turismo, a atuação do poder público no setor e sugerem-se direções para as políticas públicas para o turismo no espaço rural da área da Rota das Terras.

4.1 Políticas públicas de turismo

Em um significado amplo, a política abrange toda a sorte de relações e ações que implicam a consecução de um estado de bem-estar para a coletividade. Morin (1995, p. 143) assim se pronuncia acerca da política:

[...] a política deve tratar da multidimensionalidade dos problemas humanos. Ao mesmo tempo, como o desenvolvimento se tornou um objetivo político maior e a palavra desenvolvimento significa (certamente de forma pouco consciente e mutilada) a incumbência política do devir humano, a política se incumbe, também de forma pouco consciente e mutilada, do devir dos homens no mundo. E o devir do homem no mundo traz em si o problema filosófico, doravante politizado, do sentido da vida, das finalidades humanas, do destino humano.

Então, o significado deturpado e preconceituoso da política como um instrumento de favorecimento pessoal ou de um grupo restrito, não faz sentido. Ao contrário, a política denota um relacionamento estreito com o coletivo, ao qual está intrinsecamente vinculada e do qual faz parte como elemento e conteúdo.

Cruz, P.M. (2001, p. 56) afirma que política é: “Toda a atividade humana que tende a orientar ações que significam a solução de problemas sociais, através

³⁷ A respeito do assunto, ver Souza e Braga (2005), em “Desenvolvimento via turismo: um enfoque sobre mitos e possibilidades a partir dos modelos adotados em Búzios, Guarapari e Mata de São João”.

de atos imperativos expressos, prevendo benefícios e sanções e resolvendo conflitos é uma atividade política”.

Neste sentido, para o autor, a política é um instrumento necessário na vida social humana para a concretização de uma ordenação que privilegie as questões intrínsecas de direitos e deveres sociais. Como agente regulador, normatizador e mediador da vida social, o Estado é a síntese da ação política no âmbito de um espaço nacional. Assim o Estado se apresenta como um elemento de diálogo entre as possibilidades e as necessidades sociais. Assim, Ferreira (1986, p. 1358) diz que a política é o “[...] conjunto de objetivos que enformam determinado programa de ação governamental e condicionam a sua execução.” Montejano (1991, p. 25) considera a política como: “[...] ciencia del Estado que trata sobre la actividad relacionada con el bien público de la sociedad basada en el conjunto de operaciones realizadas por individuos, grupos o poderes estatales [...]”.

Bobbio (1987, p. 26) garante:

A vida de um Estado moderno, no qual a sociedade civil é constituída por grupos organizados cada vez mais fortes, está atravessada por conflitos grupais que se renovam continuamente, diante dos quais o Estado, como conjunto de organismos de decisão (parlamento e governo) e de execução (o aparato burocrático), desenvolve a função de mediador e garante mais do que a de detentor do poder de império segundo a representação clássica da soberania.

A mediação empreendida pelo Estado³⁸ objetiva a resolução de conflitos que conduzam para um sentimento geral de melhoria da vida coletiva. Eis porque o Estado tem a sua razão de ser em função do que é coletivo.

Outro conceito que merece ser verificado é o do significado de público. No senso comum, público representa o que é de todos. Conforme Ferreira (1986, p. 1414), público significa: “Do, ou relativo, ou pertencente ou destinado ao povo, à coletividade; relativo ou pertencente ao governo de um país; que é de uso de todos; comum.” Verifica-se, pela definição, não um duplo significado, mas uma dupla interpretação do que vem a ser público. No mesmo tempo que público encontra a significância do senso comum (que é de todos), ele diz respeito ao que pertence ao

³⁸ Hall (2001, p. 183), fala que o termo Estado abrange todo um aparato por meio do qual o governo exerce o seu poder, incluindo políticos eleitos, os servidores públicos, a burocracia, as normas, regulamentações, leis, convenções e políticas.

governo. Se estender a busca conceitual, pode-se ver que governo é sinônimo de direção, condução, administração, domínio e controle. Em um sistema democrático, o governo resulta de uma delegação feita por parte da coletividade. Retornando ao *punctum saliens*, tem-se que o que é público, embora pertencente diretamente ao governo, pertence, em verdade e indiretamente, a coletividade. Deste modo, os significados permanecem iguais.

Verificando o significado de política pública, pode-se dizer, preliminarmente, tratar-se da coordenação no sentido de apontar metas para os órgãos que atuam em determinada atividade, com a finalidade de que estes possam atingir objetivos, através de estratégias claras e definidas. Estes objetivos tendem, a “[...] encontrar soluções conciliatórias para resolver demandas de assuntos públicos incluídos na agenda do governo.” (BOVO; 2006, p. 16). Neste sentido, os objetivos devem ser traçados em razão de prioridades definidas pelas populações envolvidas e por todos os agentes com participação na atividade, dentro de um plano coordenado entre os vários organismos reguladores do empreendimento desejável. Belloni et al. (2001, p. 44) dizem que política pública “[...] é a ação intencional do Estado junto à sociedade.” Desta forma ela é voltada para a sociedade e envolve recursos sociais, conforme a autora. Já para Frischeisen (2000, p. 76) política pública sugere “[...] a idéia de [...] objetivos, previamente definidos, relacionados com os meios racionalmente possíveis e adequados para atingi-los.” Segue a autora enfatizando que também relacionada “[...] está a noção de estratégia de agrupamentos humanos para a consecução de determinadas finalidades.”

Bovo (2006, p. 17), garante que a política, sem propostas de políticas públicas, “[...] corre o risco de tão somente concentrar-se na distribuição de poder entre os agentes políticos e sociais e deixar de resolver as necessidades apresentadas pela demanda da sociedade e pela vontade coletiva [...].”

Belloni et al. (2001, p. 50) apontam os sujeitos envolvidos na política pública, destacando os formuladores (dirigentes nacionais, estaduais e municipais agindo diretamente na definição dos objetivos, prioridades, estratégias e respectivos projetos e programas); os executores da atividade (instituições públicas e privadas que implementam as atividades e que também podem formular e implementar políticas no âmbito de suas responsabilidades); e os beneficiários das atividades.

Hall (2001, p. 26) diz que a elaboração de políticas públicas é “[...] uma atividade política e essas são influenciadas por características econômicas, sociais e culturais da sociedade, assim como pelas estruturas formais dos governos [...].” Desta forma as políticas públicas dizem respeito ao que o governo decide fazer ou não. Disto depreende-se que a política pública é resultado da ação do governo ou de sua omissão, isto é, depende de uma escolha deliberada.

Segundo Belloni et al. (2001, p. 77) as políticas públicas são melhor elaboradas e efetivadas quando se considera o princípio da descentralização, ou seja, “[...] a transferência, no todo ou em parte, das ações de planejamento, execução e controle para as instâncias de governo mais próximas do usuário, tais como municípios e distritos ou regiões administrativas de planejamento.” Em vista disso, a atuação do setor público municipal é fundamental. Além dele, outros setores organizados da comunidade também podem fazer parte nas tarefas de planejamento. Neste ponto convém destacar o papel que os conselhos regionais de desenvolvimento podem exercer no auxílio da elaboração de políticas públicas voltadas para o turismo regional, no caso deste estudo, o Conselho Regional de Desenvolvimento do Alto Jacuí (CONDAJ), que abrange a maior parte dos municípios que integram o roteiro estudado. Os conselhos regionais de desenvolvimento são fóruns onde, em tese, a participação da comunidade em geral é possível. Diz-se em tese porque é sabido o fraco incentivo que é dado para que a população, seja individualmente ou organizada, participe de fóruns que deliberem sobre o planejamento público, seja no âmbito da decisão do que fazer, seja no âmbito da destinação dos recursos públicos.

Demo (1996, p. 22) acerca da urgência da organização e da participação da sociedade na tomada de decisões argumenta que é “[...] politicamente pobre aquela sociedade tão debilmente organizada, que não passa de massa de manobra nas mãos do Estado” ou que “[...] aceita um Estado avassalador e prepotente”, justificando o processo de participação de toda a população na elaboração das normas que regerão a vida em sociedade. Caso contrário há o risco de, segundo o mesmo autor, “as regras do jogo” camuflarem a ironia de um “jogo sem regras”. Eis porque a participação da comunidade no arranjo turístico local torna-se primordial nas considerações que pretendam empreender na atividade. Hall (2001, p. 193) argumenta no mesmo sentido:

A questão do governo como defensor do interesse público ou comum encontra-se no centro das questões que cercam o papel que ele desempenha no planejamento turístico. Isso também nos faz questionar a natureza democrática do planejamento e da elaboração de políticas – até que ponto as decisões referentes a planejamento e política estão abertas ao escrutínio e debate público e, assim, dão condições para que tais condições sejam vistas como legítimas na esfera pública.

Outro fator a considerar é a desvinculação dos setores público e privado, como se um não dependesse ou complementasse o outro. Assim, quando conveniente, o setor privado afasta-se do setor público, em geral com temor de que a histórica pecha do público como sinónimo de incompetente, burocrata e deficitário, lhe alcance. É óbvio que esta postura decorre do fato dos ganhos financeiros do setor privado estarem correspondendo às suas expectativas, pois caso contrário, o setor público seria o primeiro a ser lembrado para um eventual socorro ou ser responsabilizado como um dos prováveis culpados do insucesso do investimento.

Já a omissão do setor público em normatizações, serviços ou infraestrutura, dá-se, pela suposição de que não haverá um retorno financeiro ou político compatível com o investimento. Desta forma cria-se um impasse, que só será resolvido se houver a articulação entre os setores em função de interesses comuns.

Assim se pronuncia Bobbio (1987, p. 27) a este respeito:

Os dois processos, de publicização do privado e de privatização do público, não são de fato incompatíveis, e realmente compenetraram-se um no outro. O primeiro reflete o processo de subordinação dos interesses do privado aos interesses da coletividade representada pelo Estado que invade e engloba progressivamente a sociedade civil; o segundo representa a revanche dos interesses privados através da formação dos grandes grupos que se servem dos aparatos públicos para o alcance dos próprios objetivos. O Estado pode ser corretamente representado como o lugar onde se desenvolvem e se compõem, para novamente decompor-se e recompor-se, estes conflitos, através do instrumento jurídico de um acordo continuamente renovado, representação moderna da tradicional figura do contrato social.

Entende-se, então, que não será possível uma atividade lograr um desenvolvimento satisfatório, seja em âmbito social ou econômico, se não ocorrer uma concorrência de objetivos e ações que contemplem ambos os setores. E nesta consideração, cabe a execução de parcerias.

Na atualidade muito se fala em parcerias, no sentido de promover ações conjuntas em prol de objetivos comuns. As Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil, inclusive, propõem o seu estabelecimento (MTUR/DIRETRIZES..., 2005). Zapata e Parente (2004, p. 2) sobre as parcerias se pronunciam:

Parece existir um consenso em torno da dimensão institucional do desenvolvimento em três direções: a importância do território local e, conseqüentemente dos governos locais como articuladores e aglutinadores das políticas de desenvolvimento; a importância da participação da sociedade como protagonista do planejamento, da implementação e avaliação das ações de desenvolvimento; e a relevância das parcerias públicas-privadas para a concretização das iniciativas de desenvolvimento.

No entanto, as parcerias em vista, não raro, são tentadas com o intuito de obter vantagens, ou melhor, somente obter vantagens para um dos parceiros. Assim, vê-se o poder público buscar “parcerias” com investidores privados e nesta relação de troca os agentes municipais procuram na verdade desonerar-se de certas responsabilidades, atribuindo aos “parceiros” o ônus do investimento. O suposto ônus para o setor privado na verdade representa uma possibilidade deste setor exagerar em seus ganhos, atribuindo um valor maior ao produto. Em sentido literal tem-se que parceria corresponde ao estado ou condição de quem é sócio ou parceiro, implica em associação, participação, cooperação mútua para a realização de um objetivo comum (SACCONI, 1999, p. 505). Conforme o significado do termo, as ações decorrentes de uma parceria seriam cooperativas. Não se exclui que os parceiros do setor público obtenham alguma vantagem secundária. Aos agentes públicos cabem, como se sabe, o poder de controlar, conduzir e orientar os procedimentos que levem ao desenvolvimento local. A parceria, por seu sentido original, deve ser considerada como um relacionamento e não como um negócio, onde a sua permanência depende da capacidade de criar valor agregado para ambas as partes (ZAPATA; PARENTE, 2004, p. 4).

A exemplo de outras atividades o turismo, para ser desenvolvido, depende da implementação de atividades preliminares como: serviços urbanos básicos, comércio, serviços de hospedagem, de alimentação, etc., as quais se entendem por infra-estrutura, mas que por si só não bastam, pois devem considerar

também a potencialidade turística do local e as ordenações que conduzam para o seu pleno aproveitamento. Assim, o desenvolvimento da atividade carece de iniciativas integradas e coordenadas que conjuguem esforços, gerando atitudes pensadas das quais emergem as ações governamentais reguladoras da atividade denominadas de políticas públicas.

De acordo com Cruz (2000, p. 40) uma política pública de turismo “[...] pode ser entendida como um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas e/ou ações deliberadas, no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar e/ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território.”

Segundo Castelli (2001, p. 63), a política de turismo decorre de todas as iniciativas ligadas ao turismo, sejam elas advindas do setor público quanto do privado, isoladas ou coordenadas entre si, estando intimamente ligadas à política econômica geral. Barretto; Burgos e Frenkel (2003, p. 33), de forma genérica, entendem por política pública a ação do Estado orientada pelo interesse geral da sociedade, argumentando que no turismo essas políticas deveriam ser formuladas no sentido de projetar o desenvolvimento harmônico da atividade. Destarte, seriam ações do Estado, além da construção de infra-estrutura básica, da criação de uma “[...] superestrutura jurídico administrativa, cujo papel é planejar e controlar que os investimentos que o estado realiza [...] retornem na forma de benefícios para toda a sociedade.” (BARRETO; BURGOS; FRENKEL, 2003, p. 33).

A Organização Mundial de Turismo considera que a política de turismo deve ser uma parte da política econômica geral de um país e que elas é concretizada em declarações formais, tais como leis e documentos ou falas oficiais, mas que também podem ser “[...] informais e não declaradas, sendo identificadas a partir de padrões ou tendências da ação governamental.” (OMT, 2003, p. 193). De outro modo, Beni (2006, p. 91) diz que:

A política é um curso de ação calculado para alcançar objetivos, ou seja, direções gerais para o planejamento e a gestão do turismo baseadas em necessidades identificadas dentro de restrições de mercado e de recursos. Políticas são orientações específicas para a gestão diária do turismo, abrangendo muitos aspectos operacionais da atividade. Numa visão bem simplista, elas procuram maximizar os benefícios e minimizar possíveis efeitos adversos e, como tal, fazem parte do desenvolvimento planejado de uma região ou país, em que

é necessário criar, desenvolver, conservar e proteger recursos turísticos (grifo do autor).

Montejano (1991, p. 25) admite que a política apresenta duas vertentes: uma como sendo a macropolítica ou política geral do Estado e a outra como sendo uma micropolítica ou política especializada. Nesta última é que está encerrada, segundo o autor, a política turística. Esta política estabelece as diretrizes de ordenação, planejamento, promoção e controle da atividade turística.

Campanhola; Graziano da Silva (2005, p. 2), ao proporem diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro, argumentam para a necessidade de políticas públicas específicas para as atividades não-agrícolas no meio rural.

No mesmo sentido escreve Fennel (2002, p. 131):

As políticas de turismo [...] englobam um amplo espectro de preocupações ligadas à implementação de programas de turismo em todo o mundo, incluindo-se os relacionamentos sociais, ecológicos e econômicos [...]. Além disso, muitas discussões têm envolvido a idéia da regulamentação como um meio de se obter um elemento mais forte de controle na formatação e na implementação dos produtos [...].

A inexistência de planejamento turístico pode ser apontada como o causador do crescimento desordenado da atividade, fazendo com que os benefícios, sejam eclipsados pelos efeitos nocivos. Deste modo, para que haja um ordenamento racional do turismo, as políticas públicas devem ser resultado de um planejamento minucioso que origine planos, programas ou projetos turísticos³⁹.

Lickorish e Jenkins (2000, p. 224) afirmam que se política é “[...] uma consideração sensata de alternativas”, a política de turismo deve verificar a melhor maneira de alocar os recursos em favor da atividade, sabendo que estes recursos não são infinitamente inesgotáveis ou disponíveis.

A responsabilidade da autoridade pública, portanto, é grande e fundamental. Em primeiro lugar porque ela é “[...] reguladora e guardiã do benefício público” (se encarregando de questões básicas, tais como a saúde, segurança, etc) e também porque ela deve “liderar a tarefa de atrair e receber visitantes”, como

³⁹ Os planos, programas e projetos são, na visão de Beni (2006, p. 135), os diferentes níveis de concretização das políticas públicas.

operador direto do turismo. Assim, cumpre ao poder público duplo papel no desenvolvimento turístico (LICKORISH; JENKINS, 2000, p. 249).

Uma das razões da carência de políticas públicas voltadas para o turismo é a crença dos governos que o assunto deva ser pauta do setor privado. E mesmo que governantes ligados à atividade façam propostas no sentido de ordená-la, essas atitudes são desiguais e divergentes quando se trata de se integrar as demais políticas públicas, como as voltadas para o meio ambiente, transporte, indústria, agricultura, entre outras. Por outro lado, deve-se manter cautela quanto à burocracia pública que por vezes é exagerada e até totalitária, atribuindo-se prerrogativas e funções e ignorando a comunidade para a qual deveriam ser a razão.

Há uma crença generalizada de que o turismo possa ser a “tábua de salvação” da economia de uma localidade. Embora apresente um caráter dinâmico e uma tendência contemporânea de crescimento deve-se relativizar os ganhos exagerados em função das prováveis perdas, como as degradações ambientais e sociais, justificando a necessidade de medidas que orientem o arranjo turístico das localidades.

Fennel (2002, p. 135) declara que a “[...] a tendência de traçar políticas para o século XXI vai além das discussões convencionais relacionadas ao marketing, à promoção, aos incentivos fiscais, às acomodações e ao transporte [...]”, mas há de se considerar questões mais gerais e abrangentes. Entretanto, continua o autor, a classe política e as populações têm dado provas de que há um amadurecimento na formatação de decisões que envolvam as discussões turísticas, indo além da mera atração de turistas e da implementação da infra-estrutura necessária (FENNEL, 2002, p.135).

No Brasil, apenas após 1990 o turismo passou a contar com políticas públicas setoriais. A Política Nacional de Turismo, como instrumento de promoção e desenvolvimento social e econômico do turismo, acha-se regulada através da Lei 8.181, de 28 de março de 1991, sendo que o Decreto nº 448/92 determina que o poder público dê apoio técnico e financeiro para que o turismo se firme como fator de desenvolvimento regional, amenizando os desequilíbrios regionais existentes no país (MAMEDE, 2002, p. 28-29).

Cruz (2001, p. 9) explica:

Uma digressão histórica sobre políticas nacionais de turismo no país mostra que nem sempre essas políticas foram claramente

explicitadas, além de terem se reduzido a aspectos parciais da atividade. Isto repercutiu, negativamente, sobre as políticas públicas para o setor [...] pois sem a referência de uma política nacional, políticas e planos de turismo [...] ignoraram a possibilidade de concatenação entre si e com outras políticas setoriais.

Beni (2006, p. 18) assegura, igualmente, que:

As políticas públicas de turismo no Brasil sempre tiveram impacto sobre o setor propriamente dito e sobre Estados e municípios, o que poderia justificar, em parte, desacertos acerca da ausência constante de uma orientação maior que indicasse explicitamente objetivos, metas, prioridades e metodologia na elaboração de projetos e programas. Tais políticas também sofreram com a ausência de uma integração com outras políticas setoriais.

Na atualidade a política de turismo nacional acha-se explicitada no Plano Nacional de Turismo editado pelo Ministério do Turismo e cujas formulações destinam-se para o período de 2003-2007⁴⁰. Neste documento a atividade é concebida como um instrumento de crescimento social e econômico que busca a desconcentração de renda por intermédio da regionalização, interiorização e segmentação (MTUR/PNT, 2005). É intenção deste documento que o turismo seja uma fonte geradora de empregos e ocupações, aproveitando os produtos turísticos regionais baseados na genuinidade e identidade cultural do povo brasileiro. A gestão turística nacional no que se refere às políticas de turismo é gerida pela Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, órgão do Ministério do Turismo, e cujo objetivo é elaborar, analisar e avaliar a execução da política nacional de turismo (MTUR/ORGANOGRAMA, 2006).

No que diz respeito às políticas públicas para o turismo no espaço rural no país, o Ministério do Turismo editou, em 2003, as Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil. Este instrumento, que está inserido no PNT, pretende que o produto turístico no Brasil seja diversificado, além de interiorizar a atividade, valorizar as diferenças regionais e aumentar os postos de trabalho e de renda no espaço rural. A regulamentação existente em nível nacional implica na existência de regularizações regionais que atendam, especificamente, às realidades locais.

Bricalli (2003, p. 47) indica a necessidade de políticas públicas para o rural nos seguintes termos:

⁴⁰ Raquel Bovo (2006) expõe as políticas internacionais e nacionais de turismo a partir de 1945 e os órgãos administrativos de turismo do governo federal (1930-2003).

A presença das atividades não necessariamente vinculadas com a produção agropecuária em si, abre oportunidade para que o meio rural ofereça à sociedade, outras funções além da produção de alimentos. Neste contexto, a paisagem rural, a cultura local e as inter-relações sociais que eram elementos até então tidos como secundários e sem importância em termos de desenvolvimento, começam a ser valorizados e entram definitivamente na pauta de discussões sobre as políticas públicas para as áreas rurais.

Como medida de regulamentação, fomento e ordenação, as políticas públicas para o turismo no espaço rural vêm preencher um espaço, em que as ações se acham difusas ou, inexistentes. A título de exemplificação, Mattei (2005, p. 5) argumenta que as ocupações criadas em razão do turismo, na atualidade, são preenchidas por pessoas de fora da localidade rural onde ocorre o turismo. Isto ocorre, em parte, pela falta de políticas públicas que viabilizem a ocupação da mão-de-obra local.

Assim como as políticas públicas são necessárias para que se busque um estado de desenvolvimento positivo, elas também são importantes para corrigir ou evitar prováveis pontos negativos tais como: demanda turística aquém do esperado (seja em termos quantitativos globais quanto em termos quantitativos sazonais), geração de renda e de emprego que não justifica o investimento, priorização do turismo em detrimento da agropecuária. Mattei (2005, p. 6) alerta para o fato de o turismo rural não ter muita importância na agricultura familiar no que tange a geração de renda e de emprego, mas apresenta relevância na “dimensão sócio-cultural”, que valoriza a cultura e os hábitos locais. Afirma o autor que a potencialização do turismo no espaço rural pode se dar através da organização de circuitos turísticos.

Como aponta Santos (2005, p. 4), as “[...] políticas de apoio à agricultura familiar devem, inclusive, contemplar aquelas atividades não-agrícolas, como por exemplo, a industrialização, a produção artesanal e o turismo rural, atividades com grande potencial de geração de renda e ocupação.” Ou seja, embora se proponham políticas públicas para o turismo, elas não devem estar desvinculadas de outras formas de produção, como também as políticas voltadas aos produtores familiares não podem ser unicamente agrícolas.

Graziano da Silva (2002, p. 122) argumenta que em face do novo rural, um novo conjunto de políticas deve ser criado para este meio. O autor sugere, para o caso brasileiro, a criação das seguintes políticas:

-
- Políticas de “desprivatização” do espaço rural (voltadas para a criação de moradias e áreas de lazer);
 - Políticas de urbanização do meio rural (criação de infra-estrutura urbana básica no meio rural);
 - Políticas de geração de renda e ocupações não-agrícolas;
 - Políticas sociais compensatórias ativas (programas de aposentadorias e de renda mínima);
 - Re-ordenamento político-institucional (voltadas para as novas formas e arranjos do rural).

Torna-se relevante, na consideração da elaboração de políticas públicas para o turismo no espaço rural, a participação da população local, anteriormente focada de modo superficial. Um desenvolvimento rural que não seja restrito ao aspecto econômico deve considerar os anseios e necessidades locais. Santos (2004, p. 36) sentencia:

Um desenvolvimento local rural economicamente viável deve ser socialmente justo e culturalmente adaptado ao contexto local. [...] Na sua maioria, os planos de desenvolvimento local rural traçam seus estudos principalmente tomando em conta aspectos socioeconômicos. A participação tanto do proprietário rural e da população local rural na realização e análise dos dados, bem como de sua avaliação dos resultados, propiciam o nascimento de um conceito atual de um planejamento participativo rural local e turístico único.

Além disso, levando em conta que o ordenamento turístico ocorre no espaço rural, há de se considerar a questão da participação dos produtores rurais no sentido de ver seus anseios atendidos. Schneider (2003, p. 95) explica:

A reprodução social, econômica, cultural e simbólica das formas familiares dependerá de um intrincado e complexo jogo através do qual as unidades familiares relacionam-se com o ambiente e o espaço no qual estão inseridas. Nele os indivíduos e a família devem levar em conta o bem-estar e o progresso de sua unidade de trabalho e moradia e as possibilidades materiais de alcançar determinados objetivos.

A participação é fundamental em um processo que vislumbre a coletividade. Nenhuma ação, que intente ações que terão repercussão em uma comunidade, deverá ser tomada de modo individual e sem a consulta da população

envolvida. Castrogiovanni (2003, p. 45) diz que mesmo existindo o processo de planejamento turístico, é necessária a participação da comunidade receptora para que a mesma seja co-autora na gestão local. A participação implica na gestão local do território.

A participação da população serve como articuladora entre a realidade local e as ações e planejamento. Desta maneira Bovo (2006, p. 57) enfatiza que: “A participação se refere à possibilidade que os indivíduos ou grupos têm para influir, se fazerem presentes na determinação da agenda pública e também na formulação, execução e avaliação das políticas públicas.” A participação serve como um instrumento de mediação entre os interesses, revelando uma preocupação com os destinos da localidade. Neste sentido, “[...] o espaço ideal para o exercício da democracia participativa é o município onde, de fato, as demandas e as aspirações do ser humano se estabelecem.” (BOVO, 2006, p. 58).

Atkinson e Barrow (1994, p. 40) propõem cinco ações para incentivar a participação da população em atividades turísticas, propondo as seguintes metas:

- Realzar el valor de su patrimonio local, aumentando su orgullo de vivir en ese lugar.
- Ayudar a las comunidades locales a interpretar y presentar su patrimonio, basándose en su propia percepción de su significado.
- Complementar la regeneración económica, mejoras medioambientales e iniciativas turísticas.
- Ayudar a constituir o asistir a organizaciones voluntarias a iniciar y desarrollar sus propios proyectos.
- Aprovechar el entusiasmo y conocimiento local.

Convém pensar que nenhuma proposta será válida se não for assentada em propósitos realistas e em fundamentos concretos de viabilidade, exeqüibilidade e de compensação assegurada de uma vida melhor para a população, pois como afirma Talavera (2002, p. 45-46):

La mejora de la calidad de vida, la educación, la formación profesional, la rehabilitación y conservación son loables, en tanto que dejen de ser manifestaciones de política-ficción y pasen a ser metas preferentes de la planificación turística rural. Es en este ámbito en que se puede favorecer conjuntamente la cultura, la interacción social y las pequenãs/medianas economías. Fuera de ello, estamos creando, conscientemente, estéticamente bellas utopías y falsas ilusiones de futuro.

Quiçá iniciativas pioneiras sejam conjugadas no sentido de dar corpo a uma série de atitudes que culminem em um desenvolvimento pleno das comunidades rurais. Neste aspecto, lembre-se iniciativa europeia do LEADER (Ligação entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural), cujos objetivos de promover o desenvolvimento rural em face de iniciativas inovadoras, troca de experiências exitosas e intercâmbio internacional, têm surtido um efeito benéfico na economia rural daquele continente.

Outro aspecto a considerar na elaboração de políticas públicas é a possibilidade de serem articulados grupos com interesse em comum, no chamado associativismo ou redes de cooperação. O associativismo tem se mostrado positivo no desenvolvimento e na organização de vários setores da economia. Ele permite que as transações comerciais sejam feitas com uma vantagem maior para o associado, na medida em que permite a obtenção de um preço menor de compra (em virtude da quantidade maior de produtos negociados), a capitalização do grupo associado, redução da burocracia, redução de custos de transporte, armazenagem e distribuição.

O sistema de “Redes de Cooperação” tem sido definido como um agrupamento de pequenas e médias empresas independentes que se organizam tendo por fundamento a proximidade física de suas instalações e a relativa similaridade de objetivos e produtos negociados, tendo em vista aumentar o grau de competitividade e de cooperação no mercado (SEBEN; SILVA, 2005, p. 1-4). Os mesmos autores enfatizam que as redes de cooperação representam “[...] uma nova possibilidade de organização empresarial, superior às fundamentadas sobre o mercado puro e sobre as hierarquias verticalizadas das empresas.” (SEBEN; SILVA, 2005, p. 6). Ainda estes autores afirmam que as redes de cooperação apresentam viabilidade no setor turístico tendo em vista que a maioria das empresas que atua no setor é caracterizada como de médio e pequeno porte.

É importante lembrar, por fim, que o Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar do MDA/SAF/PRONAF, coloca como princípio básico para o empreendimento em turismo no espaço rural a prática do associativismo, sugerindo que as atitudes isoladas tendem a ser menos proveitosas do que aquelas feitas em conjunto.

4.2 A atuação do poder público no turismo

A participação do poder público no setor turístico ganha importância na razão de que cabe a ele, entre outras medidas, regular a atividade a fim de que ocorra um desenvolvimento econômico e sócio-cultural equilibrado. “A função do governo é um aspecto importante e complexo do turismo e envolve políticas e filosofias políticas.” (LICKORISH; JENKINS, 2000, p. 2370). Tendo em vista a repercussão que o turismo causa em atividades socioeconômicas é que o poder público não pode ficar indiferente. “Muitas vezes o turismo está sujeito à intervenção governamental direta e indireta em decorrência das possibilidades de geração de emprego e renda que apresenta e, portanto, do seu potencial de diversificar e contribuir para as economias nacionais e regionais.” (HALL, 2001, p. 39). A relevância do setor público no turismo é apresentada por Castelli (2001, p. 53), pelos seguintes motivos:

- insuficiência da iniciativa privada por falta de interesse para operações a longo prazo, risco excessivo, carência de mentalidade e consciência dos problemas enfocados;
- necessidade de favorecer estímulo à iniciativa privada tanto nos aspectos econômicos da exploração como na tecnologia profissional, investigação, planificação, programação, etc;
- carência de inversões suficientes no setor privado para a realização de planos considerados como mais adequados para o bom desenvolvimento do setor;
- falta de rentabilidade ou a inapropriada canalização dos capitais privados fazem com que sejam necessárias medidas de caráter fiscal e financeiro;
- inadequação das atividades privadas às funções de planejamento geral ou regional, seguindo princípios de concentração ou distribuição geográfica que estudos econômicos assinalam como de escassa ou contraproducente viabilidade;
- necessidade de regular o adequado funcionamento das empresas do setor público em matéria de turismo, da seguinte forma: normativa, sancionadora, de ajuda e estímulo, de gestão direta em caso de insuficiência da iniciativa privada.

Faz-se prudente observar que o setor de turismo nunca esteve entre as prioridades das políticas públicas nos três níveis de governo, sendo que o órgão público de turismo tem servido mais como uma moeda de troca nas composições políticas. Além de outros problemas apontados por Beni (2006, p. 22) em relação ao poder público: “descontinuidade de gestão e inexistência de diretrizes e

macroindicações claras, objetivas e reproduzíveis em todos os níveis para os atores públicos e privados e comunidades [...].”

A publicação Introdução ao Turismo da Organização Mundial de Turismo (OMT, 2001, p. 72) indica as atuações políticas governamentais como ações para o desenvolvimento turístico, dentre as quais a criação de infra-estrutura e apoio à atividade. Por outro lado, a ação dos governos também pode impedir o desenvolvimento da atividade pela falta de apoio ou pela criação de medidas restritivas.

Considerando que políticas são “[...] orientações específicas para a gestão permanente do turismo, abrangendo os inúmeros aspectos operacionais da atividade”, (BENI, 2000, p. 166) os espaços turísticos que tem um interesse para a atividade turística devem estar sujeitos a uma política que ordene, regule, promova, desenvolva e controle esta transformação para tal uso com um detalhado planejamento, onde se incluem os espaços rurais, próprios para a prática turística (MONTEJANO, 1991, p. 213).

Sinteticamente, conforme Liu apud Fennel (2002, p. 138), em relação ao turismo, o poder público deve:

1. Facilitar uma atividade eficiente do setor privado, reduzindo a interferência no mercado e valendo-se da competição como um meio de controle;
2. Assegurar um bom ambiente macroeconômico;
3. Garantir a lei e a ordem e a solução justa de disputas;
4. Assegurar a provisão de infra-estruturas adequadas;
5. Assegurar o desenvolvimento de recursos humanos;
6. Proteger o interesse público sem obstruir a atividade do setor privado com regulamentação exagerada;
7. Promover a atividade do setor privado, não competindo na arena dos negócios dos empreendimentos privados;
8. Reconhecer o papel dos pequenos empreendedores e facilitar suas atividades.

Com pontos concordantes aos apontados acima por Fennel, Ignarra (1999, p. 125) cita as seguintes atribuições do poder público quanto à intervenção nos rumos do turismo:

- a) planejamento e fomento da atividade;
- b) controle de qualidade do produto;
- c) promoção institucional da destinação;
- d) financiamento dos investimentos da iniciativa privada;
- e) capacitação de recursos humanos;

-
- f) controle do uso da conservação do patrimônio turístico;
 - g) captação, tratamento e distribuição da informação turística;
 - h) implantação e manutenção da infra-estrutura urbana básica;
 - i) prestação de serviço de segurança pública;
 - j) captação de investidores privados para o setor;
 - l) desenvolvimento de campanhas de conscientização turísticas;
 - m) apoio ao desenvolvimento de atividades culturais locais, tais como o artesanato, o folclore, a gastronomia típica, etc.
 - n) implantação e manutenção de infra-estrutura turística voltada para a população de baixa renda;
 - o) implantação e operação de sistemas estatísticos de acompanhamento mercadológico.

Montejano (1991, p. 25-26) admite a intervenção do setor público na atividade turística em três níveis: total, parcial ou nulo. No primeiro o Estado exclui a participação de iniciativas privadas, no segundo há um equilíbrio entre os atores públicos e privados quanto às várias ações necessárias ao desenvolvimento turístico e, no terceiro, inexistente a participação do Estado. O mesmo autor enfatiza que a participação do setor público deve se dar no âmbito da ordenação de recursos e da oferta; na implementação de infra-estrutura, no planejamento, na promoção, na gestão, na fiscalização, no controle, em ajuda, em crédito e subvenções. Já Ruschmann (2002, p. 117) atribui aos organismos estatais a responsabilidade do planejamento turístico, argumentando que este possui mais recursos financeiros e técnicos, porém não descarta a participação ampla de outros setores devido ao caráter multidisciplinar da atividade.

A OMT (2003, p. 192) admite que o poder público deva empreender ações que podem ser grupadas nas seguintes categorias: políticas, planejamento, desenvolvimento e regulamentação. Em cada uma destas áreas o poder público pode desempenhar um papel de facilitador ou de desestimulador da atividade turística.

A partir de 1994, com a criação do Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), iniciou-se um processo importante no sentido de descentralizar as ações que envolvem o desenvolvimento do turismo. Conforme este plano os municípios têm o poder para planejar e agir sobre a localidade com a finalidade de desenvolver o turismo. Além disso, o Ministério do Turismo admite a atividade turística dentro de uma gestão pública descentralizada e participativa em nível municipal. (MTUR/PNT, 2005).

Sinteticamente, pode se dizer que as ações do poder público, relacionadas ao turismo, são o planejamento, a regulação e a divulgação do produto turístico. Quanto à regulação, os seguintes tópicos fazem parte desta etapa importante: o ordenamento do espaço geográfico onde ocorre a atividade turística, a preservação dos bens (naturais e humanos, tangíveis e intangíveis) e a criação de regulamentos legais. Quanto à divulgação, limita-se a dizer que, independente das iniciativas privadas, cabe ao poder público por meio de seus instrumentos promover a divulgação turística como um serviço prestado para a comunidade.

O raciocínio corrente conduz para a idéia geral de que o poder público deve estar engajado para proporcionar o máximo de bem-estar aos cidadãos. Neste sentido, a administração pública, em relação ao turismo, deve criar e manter as condições necessárias e adequadas para desenvolver turisticamente o seu município.

Sendo a instância executiva mais próxima do povo, a prefeitura torna-se mais sensível aos anseios populares imediatos, de forma que as ações do poder público responderão diretamente às partes interessadas, tornando clara a relevância do município na tarefa executiva. Coelho (1997, p. 47), expõe:

O município é, hoje, uma subdivisão territorial com funções político-administrativas para fins de desempenhar funções próprias de governo e da gestão pública local. Com sua capacidade de autogoverno (como entidade administrativa que se orienta por si mesma respeitando os preceitos constitucionais), o município traz, no contexto geral, uma nova visão que está se inserindo radicalmente no debate municipal, isto é, uma vertente municipalista (movimento que visa ampliar a autonomia municipal através do fortalecimento do poder político da comuna e da revitalização da vida financeira local) que prega necessariamente um novo perfil para o município.

Esse fortalecimento do poder decisório, em termos turísticos, encontra respaldo no PNMT (Plano Nacional de Municipalização do Turismo). Com o PNMT todo o município que desejar ter atividade turística como um vetor de desenvolvimento deverá municipalizá-la, criar um órgão específico para tal – Conselho Municipal de Turismo – com o apoio técnico dos governos estadual e federal. As bases do PNMT são de que o turismo ocorre localmente e que o diferencial é a individualidade do local.

Ruschmann (1999, p. 155) expõe:

Os objetivos das ações governamentais são de fundamental importância se o desenvolvimento turístico é focado do ponto de vista econômico, a forma de abordagem será baseada no mecanismo dos preços, numa visão eminentemente comercial. Entretanto, os aspectos sociais, culturais e ambientais da atividade não podem ser negligenciados e exigem envolvimento direto e estudo por parte das entidades governamentais. Historicamente, o êxito do turismo em uma destinação depende da ação do Estado.

Em raciocínio análogo, Almeida e Blós (1997, p. 48) argumentam acerca da necessidade de investimentos do setor público no suporte infra-estrutural, demonstrando a relevância do poder municipal na concretização dos investimentos turísticos. Desta forma, torna-se desejável que uma localidade ao empreender seu desenvolvimento por meio do turismo, não se limite aos aspectos infra-estruturais, mas também no tocante à conscientização de sua população, sobretudo com respeito aos valores culturais. Assim, uma política turística que preveja a educação do povo para a prática turística, além da dotação de uma infra-estrutura básica, antes de ser um mero instrumento de fomento e regulação, transmuda-se em fator de extrema necessidade.

Na execução turística, a atuação do setor público assume fundamental importância, pois a existência de um plano de desenvolvimento da atividade, onde haja a seleção das prioridades para a sua evolução harmoniosa, determinará as suas dimensões ideais. O planejamento turístico para ter viabilidade, deverá contar com uma equipe de profissionais de várias áreas na sua elaboração ou consecução, ou seja, não será exclusividade do setor público esta tarefa, mas de pessoas e órgãos que tenham interesse na atividade. Igualmente, o planejamento não deverá ser primazia de alguns profissionais, mas de toda uma gama de elementos, de uma equipe de trabalho, que através de seus conhecimentos, melhor estruturam a implantação e o desenvolvimento turístico. O CONTUR (Conselho Municipal de Turismo), talvez seja o organismo que mais se aproxime do ideal para realizar tal tarefa, uma vez que abriga diversos setores e profissionais diretamente ligados e interessados no turismo no município.

4.3 Planejamento e objetivos do turismo

Não apenas cada parte do mundo faz cada vez mais parte do mundo, mas o mundo enquanto todo está cada vez mais presente em cada uma de suas partes. Isso se verifica não só para as nações e os povos, mas também para os indivíduos. Da mesma forma que cada ponto de um holograma contém a informação do todo de que faz parte, doravante cada indivíduo também recebe ou consome as informações e as substâncias vindas de todo o universo (MORIN, 1995, p. 35).

Na atualidade, em contraposição ao modelo produtivo exógeno que impõe uma agricultura comercial e altamente dependente de insumos, surgem correntes de pensamento que pregam a *sustentabilidade* do espaço rural. De definição complexa por não ser plenamente entendida, ou, segundo alguns, por ser de difícil aplicação, a sustentabilidade pode ser entendida, ao menos, pelo o que ela não é, ou seja, sabe-se que um sistema produtivo não é sustentável quando se apresenta desajustado, seja em relação às necessidades, seja em relação às possibilidades de uma sociedade, que variam nas escalas espacial e temporal. Sabe-se, porém, que algo é sustentável quando consegue promover um acréscimo qualiquantitativo que resulte em uma melhoria da qualidade de vida da população envolvida. Isto implica que ser sustentável é promover crescimento econômico, equidade social e equilíbrio ecológico. Flores e Macedo (2005, p. 5) dizem que a sustentabilidade “[...] supõe o processo de garantir a permanência dos fatores fundamentais do desenvolvimento, impedindo ou evitando o seu perecimento.”

Mas, enfim, o que entendemos por desenvolvimento? Portuguez (1999, p. 26) ensina que “[...] na concepção popular, o desenvolvimento pode ser entendido como sinônimo de progresso, ampliação quali-quantitativa dos recursos de produção [...]”. Dentro de um conceito que extrapola os limites tradicionais e chega até à idéia de desenvolvimento sócio-espacial, o desenvolvimento envolve mudança, transformação positiva, desejável ou desejada, que nasce conscientemente como um valor social. Desenvolvimento sócio-espacial pressupõe um processo de aprimoramento das condições gerais do viver em sociedade em nome de uma maior felicidade individual ou coletiva.

O desenvolvimento, em dias atuais, vem associado à idéia de qualidade de vida, e esta encontra associação com parâmetros que verifiquem a longevidade,

o grau de conhecimento e o padrão de vida das pessoas, e, dentro destes parâmetros, muitas variáveis são consideradas, tais como a mortalidade infantil, nível de escolarização, PIB, renda per capita, dentre muitas. Este conceito é o que indica o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), muito utilizado em nossos dias para designar estádios de desenvolvimento.

O desenvolvimento ideal seria, em termos objetivos, crescer economicamente mediante uma exploração racional dos recursos naturais, ao mesmo tempo que esse crescimento representasse uma melhora da vida da população, além do aumento da riqueza material e sua distribuição justa. Também se pode considerar dentro desta idéia a questão da justiça, da participação social e da preservação ambiental, tudo em favor de uma construção de cidadania, que também não deixa de ser uma variável para a avaliação do grau de desenvolvimento de um local. O desenvolvimento pode ser concebido, também, como uma noção de equilíbrio econômico, social e ambiental de um dado local, o que supera definitivamente a visão única de potencialização de riqueza material.

Ao falar sobre o desenvolvimento do turismo no espaço rural, Almeida (1999, p. 85-87) aponta alguns mitos que cercam o desenvolvimento, tais como a crença de que ele seja sinônimo de crescimento econômico, exclusivamente, da valorização da quantidade em detrimento da qualidade, da atividade industrial como o desenvolvimento em si e da necessidade de aumentar o consumo e a produção, indefinidamente. O autor sugere que o desenvolvimento deva considerar três dimensões do ser humano: a individualidade, a sua relação social e a intimidade com a natureza.

Vê-se, desta maneira, uma superação da conceituação tradicional de desenvolvimento, onde a questão econômica era prioritária. Segundo esta nova concepção, o desenvolvimento deve ser visto como uma possibilidade que diga respeito ao anseio de cada grupo social, visando à superação dos seus problemas. Tal superação busca uma melhoria de vida e a chance dos membros da coletividade local se envolver no planejamento das ações necessárias ao atendimento dos anseios comuns, aproveitando a dimensão territorial (ABRAMOVAY:2000, p.1-15).

É desejável que o desenvolvimento se dê em harmoniosa relação econômica/ambiental. Para isso, há de se verificar o interesse das populações locais, os recursos disponíveis, os retornos financeiros desejáveis e alcançáveis.

Assim o desenvolvimento deve satisfazer às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender as próprias necessidades, como sugere o Relatório Brundtland no conceito de desenvolvimento sustentável adotado pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Evidenciam-se no momento presente algumas iniciativas que, além de promover a dinamização turística, conciliam-na à preservação ambiental, gestão racional dos recursos naturais e preocupação com os impactos sócio-culturais. Afora a componente econômica, o chamado desenvolvimento turístico sustentável, visa empreender ações de modo a não comprometer o futuro da atividade e do meio natural.

Por sua vez, o desenvolvimento local expressa o processo em que as localidades, com seus múltiplos recursos, sejam naturais, culturais, econômicos ou de outro tipo, criam oportunidades para o bem-estar coletivo, agregando atividades que dinamizem a economia local, no mesmo tempo que provocam baixos impactos socio-ambientais. O desenvolvimento local deve pressupor, interinamente, oportunidades de que os recursos disponíveis sejam aproveitados e as deficiências e carências sejam supridas sem o abalo do equilíbrio dinâmico de uma sociedade. Ou seja, o desenvolvimento local decorre de um processo micro-social em que a manutenção das condições mínimas de vivência está acima da busca trespoucada pelo excesso ou pelo excedente que resulte em um progresso econômico imediato. Vê-se que o conceito de desenvolvimento local trespouca o de sustentabilidade uma vez que ambos ambicionam um progresso quali-quantitativo das condições sócio-ambientais.

Além desses fatores, Bandeira apud Bovo (2006, p. 18) assegura:

Nos últimos anos, surge um novo conceito de gestão da coisa pública devido, principalmente, à necessidade de reconsiderar as estratégias tradicionalmente adotadas na formulação de políticas públicas. As abordagens regionais passaram a ser, gradativamente, substituídas por iniciativas de abrangência sub-regional ou local, cuja problemática tende a ser mais homogênea. As análises locais permitem diagnósticos mais precisos da situação e das potencialidades de uma área.

O foco no local, como princípio para o desenvolvimento, deve-se, em parte, ao fracasso das “[...] intervenções generalizadas e padronizadas promovidas

pelos governos em âmbito nacional que não contemplavam as especificidades locais.” (BOVO; 2006, p.49).

Para que ocorra o desenvolvimento local, sob a perspectiva do uso dos recursos, é utilizado o espaço físico onde se estabelecem os grupos humanos. Assim, a intervenção sobre o território em nível local faz com que os produtos ajustem-se aos recursos. Dessa forma, as estratégias para o desenvolvimento passam pela questão do desenvolvimento endógeno, que devem compatibilizar produtos, planejamento, políticas e anseios locais. Almeida e Blós (1997, p. 37-38) definem desenvolvimento endógeno, contrapondo-o ao desenvolvimento exógeno. Enquanto este é determinado externamente e transplantado de um para outro local, aquele é localmente definido. No processo de desenvolvimento endógeno, conforme os autores, os benefícios gerados pelo aproveitamento dos recursos locais são mantidos no circuito da economia local e, igualmente, respeitam os valores locais. O que pesa decisivamente em favor do desenvolvimento endógeno é que o exógeno apenas utiliza-se dos recursos locais sem a preocupação de algum retorno para a localidade. Se estes recursos se prestarem ao modelo imposto de fora, são aproveitados, ao contrário são desnecessários, descartáveis. Destarte, se os recursos locais forem integrados aos estilos de vida locais (exemplo da agricultura), se constituirão em meios para vitalizar a economia local.

A promoção do desenvolvimento local, através da atividade turística, pode “[...] equalizar cinco objetivos, cuja compatibilização é muito problemática: [...] preservação/conservação ambiental; identidade cultural; geração de ocupações produtivas e de renda; desenvolvimento participativo e qualidade de vida.” (BENEVIDES; 2002, p. 25). Assim, o desenvolvimento, via turismo, envolve muitos aspectos inter-relacionados e dependentes, sendo de difícil análise. Entretanto, o desenvolvimento local tem na atividade turística uma possibilidade de forjar novos arranjos organizacionais que considerem as potencialidades locais nas políticas públicas setoriais.

Desta maneira não é desejável o desenvolvimento de uma localidade em que não seja considerada a geração de empregos, as perspectivas de futuro, o apego com a identidade local e a participação ativa da sociedade local, considerações estas que atendem a proposição de um desenvolvimento endógeno, mesmo porque a “[...] promoção do desenvolvimento baseado na noção de lugar não

pode estar associada à visão clássica de desenvolvimento que, para muitos, está vinculada ao crescimento econômico [...]” (BOVO, 2006, p. 50).

As políticas de desenvolvimento local devem verificar a capacidade produtiva e associá-la aos investimentos disponíveis, sem desconsiderar os possíveis mecanismos de mercado que regem as atividades produtivas. Em outros termos, as políticas públicas não podem ser instrumentos ‘politiqueiros’ que preguem uma realidade utópica. Campanhola e Graziano da Siva (2000a, p. 4) admitem que as soluções para o desenvolvimento local devem pautar-se pelos recursos locais existentes em prol da comunidade local.

Embora o objetivo primeiro deste escrito seja a sugestão de subsídios para a formulação de políticas públicas voltadas para o turismo em espaço rural, não pode ser esquecido que o turismo é tão somente uma das iniciativas para o desenvolvimento rural e, por isso, deve ser integrada em planos e programas que visem objetivos mais amplos e de maior ênfase ao desenvolvimento socioeconômico como um processo totalizante e totalizador.

Sobressai a capacidade do turismo em possibilitar o desenvolvimento econômico de uma localidade se considerarmos o efeito multiplicador da atividade, ou seja, o poder que o turismo tem de ativar e movimentar outros setores e atividades que não são necessariamente turísticas. Com relação a este fato, Ruschman (1999, p. 50) diz que o turismo capitaliza o meio rural, agregando valor econômico com atividades não agropecuárias, estimulando o consumo e “[...] desencadeando o tradicional efeito multiplicador da atividade econômica.” Fernandes e Coelho (2002, p. 53) garantem que:

Ao contrário de muitas outras atividades, o turismo interage nos três setores econômicos e, quando se desenvolve, desencadeia um processo de irradiação de benefícios que ultrapassam seus limites de atuação, incrementando negócios não só no setor terciário, como também nos setores primário e secundário.

É de Fernandes e Coelho, (2002, p. 122), ainda, a seguinte observação sobre o efeito multiplicador do turismo:

[...] o turismo é uma atividade bastante ampla do ponto de vista produtivo, pois engloba vários segmentos da economia, e não se restringe à hospedagem, transportes, agências de viagens ou serviços de entretenimento. O estudo de sua ação geradora de riqueza é extremamente complexo, dado seu caráter multidisciplinar

que inclui as inter-relações setoriais no sistema econômico. Ou seja, o turista, ao realizar o consumo de um produto ou serviço qualquer, terá seu gasto repercutido em vários setores da economia, uns mais outros menos, ensejando efeitos multiplicadores no sistema produtivo.

Lage e Milone (2000, p.132-133) também argumentam sobre o efeito multiplicador do turismo dizendo que o dinheiro gasto pelo turista permanece no local, circulando e movimentando outros setores da economia, além disso, serviços e produtos que podem não ser caracterizados como turísticos acabam por ser incorporados ao circuito pela necessidade que o serviço apresenta de ser complementarizado.

A par deste efeito multiplicador é que se tem impactos positivos da atividade tais como o aumento da renda local, o estímulo aos investimentos, a distribuição de renda, entre outros.

Embora a oferta turística possa ser incrementada e a demanda cresça nesta justa proporção, nenhum desenvolvimento que se queira sustentável deve prescindir de um planejamento. Silveira (2001, p. 140) admite que o planejamento deve ser uma ação integrada e que englobe tanto os governos, quanto planejadores, gestores públicos e privados, investidores, ambientalistas, turistas e populações locais, e que verifique a infra-estrutura existente, os atrativos e o meio ambiente. Em termos complementares, Weissbach (2004, p. 257) afirma:

Qualquer iniciativa local para o desenvolvimento do turismo no meio rural deve se iniciar por um estudo econômico e ecológico do espaço rural, seguido da descrição dos produtos turísticos e da análise da demanda atual e da potencial, além de ter em mente que os benefícios gerados sejam revertidos às comunidades locais. Em síntese, é planejar o desenvolvimento turístico com base em uma ação local.

Beni (2000, p. 165) argumenta que o planejamento em turismo segue as seguintes etapas: determinação de objetivos, inventário turístico, análise e síntese da situação, formulação de políticas e plano turístico, e implementação e controle de gestão do processo. De mesma forma, é inconcebível um planejamento que prescinda de uma caracterização socioeconômica e ambiental dos recursos disponíveis.

Doris Ruschmann afirma que o planejamento na atividade envolve aspectos relativos à ocupação territorial, economia, sociologia e à cultura dos núcleos receptores, assim como a heterogeneidade dos turistas. Desta maneira, o planejamento turístico é algo complexo. Assim é que a autora propõe um planejamento integrado, que não privilegie ou negligencie algum aspecto (2002, p. 113-115).

Fennel (2002, p. 141) propõe o roteiro a seguir como forma de estabelecer políticas públicas para o ecoturismo, mas que se julga aplicável ao turismo, como um todo, e ao turismo no espaço rural, especificamente:

1. Preparação do estudo: que inclui a avaliação do tipo de planejamento necessário.
2. Determinação de objetivos: Refletem a política geral do turismo do governo nacional e incluem prioridades de desenvolvimento.
3. Levantamento: Avaliação e inventário completo dos recursos existentes.
4. Análise e síntese: Estudos dos antecedentes históricos do turismo na região, obstáculos ao desenvolvimento, considerações legais, etc.
5. Formulação de planos e políticas: Estruturadas a partir das necessidades econômicas e sociais da região, definem políticas menos abrangentes como as de infra-estrutura, recursos humanos, transporte, entre outros.
6. Recomendações: Indica as atrações, as áreas de desenvolvimento, as ligações pelo transporte, as rotas, as instalações e os serviços, além de recomendações quanto aos impactos da atividade.
7. Implementação e monitoramento: Aplicação das políticas e verificação de seu funcionamento, o que deve ser feito periodicamente.

Conforme sugerem Lickorish e Jenkins (2000, p. 221), o planejamento é necessário para se chegar em um desenvolvimento desejável do turismo. No entanto, os autores anotam, a exemplo de Beni (2000), que todo planejamento deve ser precedido do estabelecimento de objetivos que darão as bases do plano turístico. Esses objetivos constarão da política turística, que, em linhas gerais, estabelece os parâmetros e diretrizes que governam o planejamento do desenvolvimento no futuro. Os autores supracitados evidenciam a existência de seis estágios no planejamento do desenvolvimento do turismo:

1. O estabelecimento dos objetivos;
2. A incorporação desses objetivos na declaração da política;

3. A formulação das diretrizes da política para estabelecer os parâmetros do planejamento;
4. Um programa de implementação para atingir o que foi estabelecido no plano;
5. Um mecanismo de monitoração para avaliar se o plano de desenvolvimento do turismo está atingindo seus objetivos;
6. Um processo de revisão para reavaliar e aperfeiçoar os objetivos e as políticas, conforme necessário (LICKORISH; JENKINS, 2000, p. 222).

Lickorish e Jenkins são esclarecedores quanto à seqüência proposta. Dizem que ela é contínua, porém não é rígida. Neste escrito propõe-se trilhar os três primeiros estágios de maneira que estudos posteriores possam seguir o planejamento como um todo.

Com relação a este tema, Solla (2002, p. 127) dá ênfase ao planejamento como uma fórmula para se alcançar os propósitos do turismo no espaço rural. Ao contrário, diz o autor, corre-se o risco de seguir o modelo sol e praia que tem intervindo de modo abusivo, sem os devidos cuidados em relação ao meio natural e a cultura local, atendo-se, exclusivamente ao aspecto econômico.

Planejamento e política de turismo são temas que estão intimamente ligados, já que o planejamento inclui a elaboração de políticas. Yázigi (1999, p. 167-168) coloca a mesma idéia, enfatizando, ainda, que as políticas municipais necessitariam ser precedidas de políticas de turismo estaduais e estas das nacionais. Entretanto, segue o autor, no Brasil estas iniciativas são isoladas, ou seja, o município é forçado, muitas vezes, a elaborar suas políticas independentes das que deveriam precedê-las.

Planejar é prever, antever. Embora não deva ser uma panacéia, o planejamento é uma necessidade tendo em vista a minimização de impactos negativos. Assim sendo, os efeitos indesejados do desenvolvimento turístico são créditos da inexistência ou má formatação do planejamento e da intervenção governamental no turismo, considerando esta intervenção como a adoção de políticas para a atividade.

Dentre os inúmeros passos no percurso do planejamento, há de se deter na questão de que a procura não seja maior que a oferta. Em outras palavras: havendo uma procura maior do que realmente existe a ser oferecido, tem-se uma extrapolação do limite da capacidade de suporte do destino turístico, expressão máxima da deterioração pela superexploração turística.

Há o entendimento de que os melhores resultados e eficiência de um trabalho podem ser obtidos se existir um planejamento participativo, visto que a população local dispõe do conhecimento da história, da identidade, dos valores, das crenças e das potencialidades locais (BENI, 2006, p. 67).

Entende-se que o turismo possa ser desenvolvido sem um planejamento prévio, entretanto esta atividade poderá apresentar problemas irreversíveis. Por outro lado, a existência de um planejamento turístico pode detectar antecipadamente e tentar sanar, eventuais “gargalos” na atividade.

Bramwell (2001, p. 378-379) indica quatro tipos de instrumentos políticos usados pelos governos para promover o turismo e que ajudam na escolha dos tópicos que comporão a política de turismo para determinada localidade: a) o encorajamento através de informações, de educação e persuasão geral; b) os incentivos financeiros; c) os gastos em ações voltadas para o turismo e d) as regulamentações turísticas.

Os objetivos do turismo são fundamentais na formulação das políticas públicas, visto que um é condição *sine qua non* do outro. Além do que, vários questionamentos devem pautar a necessidade de objetivos para o turismo, tais como:

- Que tipo de produto do turismo pode ser oferecido?
- Que tipo de produto do turismo deve ser oferecido?
- Como o turismo deve ser comercializado?
- Que tipo de turista deve ser atraído?
- Quais os prováveis impactos que podem surgir das opções da política? (LICKORISH; JENKINS, 2000, p. 225-227).

É dos autores acima, a observação de que “[...] devido à natureza do turismo e à maneira como ele impacta as sociedades, é importante que o planejamento não ocorra sem diretrizes políticas.” (LICKORISH; JENKINS, 2000, p. 236).

Então, sugere-se que os seguintes objetivos sejam levados em consideração na proposição de subsídios para a formulação de políticas públicas para o turismo no espaço rural:

1. Desenvolver o turismo;
2. Otimizar a distribuição sazonal e geográfica da atividade;
3. Criar políticas públicas setoriais voltadas para o turismo;
4. Criar ações para a promoção turística (demanda);

-
5. Efetivar a oferta (ou ordenação) turística;
 6. Verificar os recursos e as atividades turísticas existentes e possíveis;
 7. Promover o turismo com base na proteção ambiental e cultural;
 8. Fiscalizar as ações turísticas;
 9. Promover o envolvimento das comunidades locais no desenvolvimento turístico.

Estes objetivos, como parte fundamental do planejamento, devem encerrar as reais necessidades turísticas da localidade e serem incorporados aos planos municipais que ordenam a atividade, de tal forma que sejam de conhecimento de todos aqueles que estejam incluídos no circuito turístico, sejam empreendedores, poder público ou comunidade.

4.4 Proposta de subsídios para a formulação de políticas públicas para o turismo no espaço rural na Rota das Terras

Existem duas concepções negativas do Estado, uma mais fraca e outra mais forte: O Estado como mal necessário e o Estado como mal não necessário. Apenas a segunda conduz à idéia do fim do Estado (BOBBIO, 1987, p. 128).

O desafio fundamental para o turismo rural é a organização da oferta. O turismo rural resulta dos esforços conjuntos de várias categorias de parceiros, e estes parceiros são, na maior parte do tempo, fracos, pequenos e diversificados. Então, se se pretende propor bons produtos de turismo rural, é indispensável estruturar e organizar a oferta (FRANGIALLI; 1997, p. 5, tradução nossa).

A elaboração de políticas públicas, por si, não basta para a efetivação do turismo. Há necessidade de implementá-las. Se, por um lado, a simples formulação dessas políticas é algo caro às iniciativas dos administradores públicos, por outro, a implementação delas é algo mais profundo e que compreende múltiplos fatores, não restritos à falta de recursos nos orçamentos públicos. Cruz (2001, p. 21) alerta que a atividade turística transforma, agindo diretamente, em três porções do espaço geográfico: sobre os pólos emissores de fluxos, os espaços de deslocamentos e os núcleos receptores de turistas. Luchiari (1998, p. 26) afirma que “[...] é importante constatar que todas as políticas e instrumentos de regulamentação do uso do solo,

da atividade turística e da preservação e conservação do meio ambiente nortearão, inevitavelmente, a nova configuração territorial dos lugares turísticos.”

Vários óbices podem ser apontados para o desenvolvimento turístico que variam da inexistência de políticas específicas para o setor, ao desinteresse em elaborá-las. Registra-se, primeiramente, a falta de comprometimento político com a causa turística, que não fica restrita àqueles que tomam decisões (poderes executivo ou legislativo), mas contamina os demais cidadãos que, por omissão, deixam de colaborar para um desenvolvimento turístico efetivo. Alguns políticos temem que uma ação que não resulte em êxito em um primeiro momento possa representar um fracasso eleitoral, razão pela qual preferem não arriscar. Também temem perder o apoio de certos setores que são avessos ao estabelecimento do turismo por contrariar a matriz produtiva do local e assim desviar recursos e esforços para outra atividade. Esta visão, que atende muito mais aos interesses pessoais do que aos coletivos, resulta em transtornos aos empreendimentos pioneiros ou às idéias de transformação de uma realidade.

Em segundo lugar, considere-se que alguns governos, sobretudo os municipais, que estão diretamente ligados à instância do lugar, são incapazes de assumir compromissos e responsabilidades que representem riscos às suas administrações ou planejamento que disponha sobre prazos que extrapolem o mandato político.

Não são raras as câmaras municipais em que o poder legislativo fica limitado a corroborar os atos do executivo, desviando-se de sua finalidade principal que é a de criar regulamentações através da elaboração das leis. Verifica-se, ainda, que certas administrações públicas, em seus mandatos, reservam quase metade de seu tempo acusando as administrações passadas pelo seu fracasso ou sua inépcia. Na outra metade do mandato, ficam preocupados com a próxima eleição, tomando decisões que não precipitem uma derrota eleitoral e preparando um arranjo específico caso sejam vencedores do pleito. Diante deste quadro, os munícipes são reféns de um sistema perverso em que os interesses eleitoreiros são prioritários.

Em terceiro, verifica-se falta de conhecimento acerca das possibilidades e potencialidades locais. Muitas atividades, que poderiam representar um acréscimo para a economia local, são ignoradas ou desconhecidas pela população.

Mas como o próprio conceito sugere, as políticas públicas são metas e objetivos traçados por um governo para a atuação em determinada área. Considerando que os sujeitos envolvidos na política pública são os formuladores, os executores e os beneficiários, somente com a intervenção de no mínimo um destes segmentos é que se chegará ao estabelecimento de ações efetivas em uma localidade, que garanta o desenvolvimento da atividade turística. Então, o imobilismo é inconciliável com o estabelecimento de políticas públicas. Há necessidade de que ao menos um sujeito seja ativo e contrarie as dificuldades encontradas, o que não é difícil na atualidade diante das facilidades de divulgação das informações e da mudança dos rumos políticos possibilitada pela democracia representativa.

Sabe-se da existência, em nível nacional, de políticas públicas para o turismo rural: As Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil (que exclui outras modalidades turísticas que não sejam o agroturismo e o turismo rural) e o Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar. No entanto é objetivo deste trabalho propor subsídios para a elaboração de políticas públicas para o turismo no espaço rural na Rota das Terras (entendendo o turismo no espaço rural conforme a tipologia constante no título 2.2).

As sugestões a seguir são feitas com base nas seguintes constatações verificadas neste estudo:

- Os empreendedores (ou investidores) em turismo necessitam de apoio do poder público com a finalidade de melhor estruturarem a atividade, tendo em vista que as iniciativas são pautadas em esforços individuais de pequenos proprietários sem orientação qualificada;

- Os recursos financeiros investidos no turismo, fundamentais no processo de estabelecimento e desenvolvimento da atividade, são oriundos de capitais disponíveis dos empreendedores, não sendo utilizados créditos específicos;

- A agropecuária representa um atrativo característico do turismo no espaço rural e notabiliza a economia local;

- A cultura local se constitui em um diferencial no turismo no espaço rural, sobretudo em áreas com forte influência de colonização europeia e raízes agropecuárias;

- A estreita ligação do turismo no espaço rural e o ambiente natural suscita um tratamento específico e diferenciado, sendo que a área estudada é fortemente marcada pelos aspectos naturais;

- A ocupação e a qualificação da mão-de-obra local para o turismo é desejável dentro de uma perspectiva de desenvolvimento local e de um sentido profissional à atividade;

- A Rota das Terras não possui uma divulgação eficiente e esta representa um instrumento fundamental na consecução turística, em vista de que a partir dela os produtos turísticos poderão ser conhecidos e consumidos;

- O suporte infra-estrutural é um fator decisivo na formatação do produto turístico, sendo que a Rota das Terras carece de melhorias na infra-estrutura de apoio ao turismo e na infra-estrutura turística, propriamente dita;

- A regulamentação da atividade turística possibilita iniciativas legais e previsíveis, evitando ações desordenadas e decorrentes do acaso, fatos estes que ocorrem na área estudada;

- Muitas ações necessárias ao desenvolvimento turístico dependem da iniciativa do poder público;

- Pela falta de ações específicas no setor turístico, o poder público municipal da Rota das Terras evidencia, em sua maioria, a ausência de políticas públicas, sendo que as ações existentes não estão formalmente explicitadas em documentos.

Em relação ao chamado produto turístico – composto pelos recursos, equipamentos e serviços turísticos – elegeu-se a atividade agropecuária, os aspectos culturais e o meio ambiente (recursos), a infra-estrutura (equipamentos), a divulgação e a mão-de-obra (serviços) por serem as mais importantes e carentes no contexto analisado.

As sugestões de subsídios são dirigidas aos poderes públicos dos municípios integrantes do consórcio Rota das Terras, no entanto, dependendo do desenvolvimento turístico de outras áreas ou roteiros, não é excluída a possibilidade delas serem aproveitadas em sentido genérico, ou seja, na forma aqui apresentada ou adaptadas à realidade local.

- Organização dos empreendedores e obtenção de recursos financeiros.

☞ Criar um sentido cooperativo e integracionista no desenvolvimento turístico com base na participação de entidades como os Sindicatos Rurais, associações de municípios, órgãos públicos municipais e estaduais, entidades de classes, entre outras, assim como promover a criação de associações de empreendedores em turismo.

☞ Promover a criação e o desenvolvimento de um sistema de arranjo produtivo local turístico (APLT), ou cluster, baseado na complementaridade e nas relações recíprocas, de tal forma que sejam organizadas redes de cooperação hoteleiras, de lazer, de setores alimentícios. Para isso pode-se aproveitar a existência do Programa Redes de Cooperação da Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (Sedai) do governo do Estado, na qual a Universidade de Cruz Alta é conveniada. Para tanto se propõe o modelo estabelecido por Barbosa e Zamboni apud Mamberti e Braga (2005, p. 5), o qual estabelece o mapeamento do arranjo produtivo do turismo feito a partir de uma representação gráfica composta por cinco anéis concêntricos que descrevem a posição ocupada por cada um dos atores e as correlações que eles estabelecem entre si (Anexo J – p. 281);

☞ Apoiar as iniciativas de empreendimentos em turismo por parte de pequenos proprietários familiares, seja em termos de crédito, de incentivos, de subvenções ou de isenções fiscais, tendo em vista garantir um desenvolvimento endógeno pleno, orientando-os para que busquem obter crédito do Programa Nacional de Apoio à Agricultura de Base Ecológica nas Unidades Familiares de Produção (Programa Nacional de Agroecologia), da Secretaria Nacional de Agricultura Familiar (SAF), cujas exigências são as mesmas do PRONAF e do AGREGAR (Linha de crédito de Investimento para agregação de renda à atividade familiar), organizando escritórios nas secretarias da agricultura ou no comitê da Rota das Terras;

☞ Fazer que sejam estabelecidas parcerias entre o setor público e o privado onde as responsabilidades sejam divididas e os benefícios socializados e, que a gestão turística seja descentralizada, conforme prevê o Plano Nacional de Turismo;

☞ Sensibilizar os empresários para a necessidade de haver uma maior integração entre as empresas e o setor público, onde se dividam responsabilidades e socializem benefícios;

☞ Estabelecer, junto com os empreendedores, sistemas de classificação, regulamentação e certificação dos empreendimentos turísticos;

☞ Criar sistemas de banco de dados que possam disponibilizar informações sobre a demanda efetiva e potencial dos empreendimentos turísticos;

☞ Orientar os pequenos produtores para que busquem apoio às suas reivindicações junto a FETAG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Rio Grande do Sul) e assessoria técnica turística junto a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias), SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) e SEBRAE (Serviço de Apoio às Pequenas e Micro Empresas);

☞ Orientar na busca de mão-de-obra qualificada no setor turístico;

☞ Orientar os investidores em turismo rural a busca por crédito rural⁴¹ cuja linha esteja voltada para a atividade, tais como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF⁴²), o Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (PROGER Turismo), o Programa Nacional de Micro-crédito Produtivo Orientado (PNMPO) ou outras entidades como a Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul – FARSUL - (crédito para recursos hídricos, piscicultura, ovinos, suínos, leite, frutas e meio ambiente) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas empresas – SEBRAE⁴³ - (por intermédio de casas bancárias credenciadas para projetos que contemplem Arranjos Produtivos Locais - APL), créditos para o financiamento da implantação, expansão e modernização de empreendimentos turísticos no BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) no Programa de Turismo – BNDES Automático, por intermédio do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal (Cartão Turismo) e para a criação, adaptação ou transformação da infra-estrutura no PRONAF Infra-estrutura;

⁴¹ “É denominado crédito rural o suprimento de recursos financeiros, por entidades públicas e estabelecimentos de créditos particulares, a produtores rurais ou suas cooperativas [...]” (GALETI, 1995, p. 86).

⁴² Os recursos obtidos do PRONAF podem ser garantidos pelo Proagro Mais (seguro da agricultura familiar) que visa proteger aqueles que tomarem financiamento de custeio neste programa.

⁴³ O Sebrae possui projetos para pequenas empresas, cooperativas de crédito e micro-crédito, de desenvolvimento local, além do “Sebrae Turismo”.

☞ Incentivar a organização dos investidores em turismo em cooperativas de crédito já existentes ou propor a criação de cooperativas exclusivas para a atividade, assim como a associação em instituições de crédito cooperativo como o SICREDI (Sistema de Crédito Cooperativo⁴⁴);

☞ Buscar junto aos órgãos públicos, estaduais ou federais, recursos para atividades ou serviços, direta ou indiretamente, relacionados com o turismo, tais como a Secretaria de Estado da Cultura e o Ministério da Cultura (Lei de Incentivo à Cultura e PRONAC – Programa Nacional de Apoio à Cultura) e o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) através do FUNGETUR (Fundo Geral do Turismo) e do PRODETUR Sul (Programa de Desenvolvimento Regional do Turismo);

☞ Dotar os Conselhos Municipais de Turismo de provimento orçamentários oriundos do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentária e Orçamento municipal;

- Produção agropecuária

☞ Valorizar a produção de hortifrutigrangeiros em pequenas propriedades sob o mote agroecológico⁴⁵ e adotando-se técnicas pioneiras como a permacultura⁴⁶, com a finalidade de, além de abastecer ao entorno urbano e proporcionar o auto-consumo, ser comercializado diretamente para os agroturistas;

☞ Criar ou apoiar programas de pesquisas agrícolas voltadas para a produção agroecológica;

☞ Buscar o apoio de serviços de extensão rural, tanto no setor público (EMATER⁴⁷ – Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural, ASCAR – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural, FAPERGS – Fundo de Apoio à Pesquisa no Rio Grande do Sul, etc) quanto no setor privado (FARSUL – Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul) —

⁴⁴ Composto de 108 cooperativas de crédito distribuídas pelos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e reúne pessoas que atuam em diversas atividades econômicas (MEINEN, 2003, p. 75).

⁴⁵ “A agroecologia tem como objetivo compatibilizar ao máximo os sistemas produtivos com a dinâmica do meio ambiente. O uso de produtos químicos é reduzido ao mínimo ou eliminado, substituído pela utilização de nutrientes orgânicos reciclados no próprio local [...]” (BARBOSA, 2003, p. 402).

⁴⁶ Neologismo que significa, dentro do universo da agricultura familiar, aproveitar os recursos ambientais de maneira equilibrada e respeitosa. Literalmente significa cultura permanente (MITTMANN, 2004, p. 53).

⁴⁷ A EMATER/ASCAR, dentro do Programa Estadual de Pecuária Familiar, possui um subprojeto destinado às atividades não agrícolas como o turismo no espaço rural, além disso, a entidade efetua inventários turísticos mediante parceria com o setor público e privado.

além de instituições públicas ou privadas como universidades, cooperativas de produtores rurais, instituições de pesquisa agropecuária, para projetos de turismo no espaço rural;

☞ Criar, em conjunto com as secretarias municipais da agricultura, um selo para os produtos agroecológicos⁴⁸ que identifique a Rota das Terras, podendo esta identificação constar também nos rótulos de queijos, doces, bolachas, embutidos, bebidas, embalagens de frutas;

☞ Orientar, incentivar e viabilizar a criação de estabelecimentos de comercialização que aproveitem a matéria-prima agropecuária local, como restaurantes, lanchonetes, cafés coloniais, etc;

☞ Incentivar e orientar a criação de locais de beneficiamento da produção agropecuária, tais como a produção artesanal de doces, compotas, queijos, embutidos, entre muitos;

☞ Valorizar ou criar feiras de produtores rurais, de modo a incentivar a produção de artigos ou gêneros nas localidades não-urbanas;

☞ Criar ou incentivar a criação de tendas rurais junto às vias de acesso do município onde serão comercializados os produtos rurais, diretamente para o turista, a exemplo do que ocorre no município de Quinze de Novembro;

- Aspectos culturais

☞ Criar programas de resgate, manutenção e valorização da cultura local, tais como oficinas de troca de experiências entre os produtores de artesanato, confecção de doces, pães ou bebidas;

☞ Organizar, com a colaboração das comunidades locais, museus rurais, onde o acervo revele a história e a cultura local;

☞ Incentivar a gastronomia regional (com o uso de ingredientes, temperos e ervas típicas da localidade) através de cursos de troca de experiências de receitas e de ingredientes. Tais cursos podem ser promovidos pelas secretarias municipais de cultura, turismo ou órgãos associados às políticas de assistência social;

⁴⁸ De acordo com o CNDA (Conselho Nacional de Defesa Ambiental), um produto para receber o chamado “Selo Verde”, deve atender os seguintes requisitos: “Não por em risco a saúde dos consumidores; apresentar impacto ambiental de pequena magnitude e significância; não consumir quantidade desproporcionada de insumos no processo produtivo; não produzir resíduos sólidos desnecessários ou perigosos; não utilizar recursos naturais que alterem os ecossistemas ou que venham de áreas de fragilidade ecológica; não utilizar mão-de-obra infantil.” (CNDA, 2006).

☞ Promover a divulgação de produtos agrícolas empregados na culinária local, incentivando o uso de temperos e ervas típicas da localidade;

☞ Valorizar a produção de bebidas, tais como vinho e cachaça. Essa valorização pode ser feita através da divulgação e da concessão de apoio técnico e financeiro;

☞ Criar e manter programas e projetos que preservem os princípios básicos do turismo em espaço rural tais como a identidade própria, a autenticidade, a preservação ambiental e o resgate cultural;

☞ Sensibilizar os proprietários rurais para que, uma vez investindo em turismo, não abandonem as atividades tradicionais, sob o risco de descaracterização do produto (uso de materiais e tecnologias que alterem o significado do rural tradicional e sua arquitetura característica) e de dependência exclusiva da atividade turística;

☞ Valorizar e promover o resgate da memória cultural das comunidades por meio da formação de grupos de idosos, no mesmo tempo que, buscar inseri-los no processo produtivo. Tal resgate pode ser promovido por meio de exposições, debates e discussões em escolas;

☞ Organizar fóruns de empreendedores e de moradores onde se destaque a consideração sobre o relacionamento com os turistas;⁴⁹

☞ Orientar os empreendedores quanto à descaracterização do ambiente rural sob a ânsia de uma lucratividade maior, visto que, a simulação de ambientes não se coaduna aos propósitos do turismo rural;

☞ Criar programas de valorização do aspecto paisagístico, tais como o ajardinamento e plantio de árvores em áreas rurais e urbanas;

☞ Criar uma olimpíada rural regional, com modalidades esportivas que estejam ligadas aos aspectos da ruralidade, tais como corrida com fardos de soja, apanhar porcos, ferrar cavalos, ordenha, etc.

- Aspectos naturais.

⁴⁹ De acordo com Weissbach (2005, p. 295), há necessidade de haver um intermediamento seguro entre visitantes e visitados, com a finalidade de garantir ganhos para os agentes envolvidos no desenvolvimento turístico.

☞ Criar e manter convênios com o curso de Biologia e Agronomia da Universidade de Cruz Alta, com vistas a pesquisar a flora da região para fins de preservação ambiental e estudar plantas utilizadas na gastronomia (variedades e utilidades);

☞ Enfatizar, por meio de palestras e assessoria especializada, os cuidados relativos à preservação ambiental. Campanhas de educação turística formuladas pelas secretarias municipais de educação devem ser dirigidas à comunidade local, sobretudo para alunos dos ensinos médio e fundamental;

☞ Priorizar, nas campanhas de preservação ambiental, a informação aos investidores (proprietários rurais), no que tange ao uso de agrotóxicos e inseticidas, conservação do solo, preservação da fauna e da flora, tratamento ou destino adequado do esgoto, seleção e destinação do lixo e conhecimento das leis e ordenamentos ambientais, alertando sobre a exigência de harmonizar os interesse de desenvolvimento com os interesses de conservação;

☞ Prever campanhas de sensibilização ambiental dos visitantes, seja através dos órgãos públicos, seja através dos proprietários;

- Mão-de-obra.

☞ Promover cursos de capacitação da mão-de-obra para a atividade turística, com o apoio de entidades específicas de formação de recursos humanos, tais como o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), SESC (Serviço Social do Comércio), SENAT (Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte) e SEST (Serviço Social do Transporte), ou busca de créditos para este fim, como o PRONAF Capacitação, entre outros⁵⁰;

☞ Resgatar o serviço dos guias turísticos da Rota das Terras, buscando utilizá-los em programas municipais de visitação turística;

☞ Promover o trabalho coletivo familiar como forma de integrar os esforços para a consecução turística, partindo-se do princípio da unidade e da afetividade gerada pelos laços consangüíneos;

⁵⁰ Beni (2006, p. 31) argumenta que um dos empecilhos para o desenvolvimento turístico no país é a ausência de recursos humanos qualificados para entender e interpretar os conceitos e as metodologias adotadas pelo Ministério do Turismo, compatibilizando-as com as especificidades locais e os instrumentos operacionais disponíveis. A população local, às vezes, não possui requisitos de qualificação para preencher os postos de trabalho criados pelo turismo (BENI, 2006, p. 52).

☞ Incentivar a participação feminina nas atividades ligadas à implementação e à gestão turística, em virtude do forte elo existente entre a produção artesanal e o trabalho feminino no espaço rural, além de sua importância como mão-de-obra.

- Divulgação

☞ Divulgar os produtos turísticos, diretamente ou através de agências de turismo, junto às secretarias municipais de turismo, atrativos, postos de combustíveis, hotéis, feiras, congressos (Salão Brasileiro e Gaúcho de Turismo) e outros locais públicos, utilizando a folheteria produzida pelo escritório da Rota das Terras;

☞ Estabelecer parceria com o Curso de Comunicação da Universidade de Cruz Alta com a finalidade de se criar projetos de divulgação turística que envolvam os empreendedores;

☞ Coordenar, junto às operadoras turísticas estabelecidas na Rota das Terras, a elaboração de roteiros conjuntos e posterior divulgação dos mesmos em material próprio;

☞ Atualizar os dados turísticos relativos aos municípios da Rota das Terras, tais como o calendário anual de eventos, nas páginas eletrônicas da Secretaria Estadual de Turismo (Setur), do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE), da Federação da Associação de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS);

☞ Re-elaborar a página eletrônica da Rota das Terras, tornando-a mais atraente e com dados atualizados e significativos, de modo a servir de subsídio ao visitante;

☞ Criação de postos de informações turísticas ou, na inviabilidade destes devido ao custo de manutenção, associar-se com comerciantes, para divulgar o

roteiro mediante o fornecimento de folhetos, sobretudo nos meses que correspondem a estação de verão⁵¹;

- Infra-estrutura e serviços.

☞ Manter as vias de acesso aos atrativos turísticos em boas condições. Quanto às rodovias federais e estaduais, deverão ser buscados recursos para a pavimentação das mesmas junto aos órgãos competentes. As rodovias municipais deverão passar por permanentemente manutenção, evitando-se a poeira excessiva, buracos que impeçam o tráfego, ou a possibilidade de os veículos atolarem;

☞ Manter um sistema de sinalização objetivo e em bom estado de conservação. Além de ajudar o turista a se localizar e a localizar os atrativos, uma sinalização eficiente é fundamental para a população local. Locais bem sinalizados aparentam um sentido de organização e de preocupação com o usuário (cidadinos e/ou turistas). Neste sentido, verificar a orientação quanto à sinalização turística da EMBRATUR e a possibilidade de se prever informações em espanhol. Poderá ser prevista uma sinalização turística tipo pórtico, com um mapa onde constem as cidades e distâncias dos municípios da Rota das Terras (podem ser instalados, em princípio, seis pórticos: BR 158, entre Cruz Alta e Tupanciretã e entre Cruz Alta e Panambi; RS 342, entre Cruz Alta e Ijuí; RST 153, entre Ernestina e Passo Fundo; BR 386, entre Tio Hugo e Carazinho e Tio Hugo e Fontoura Xavier);

☞ Realizar um diagnóstico da sinalização turística, para fins de apresentação de projetos aos organismos competentes;

☞ Criar, ou propor a criação, pelas entidades habilitadas, de programas de eletrificação rural e de telefonia rural;

☞ Orientar, fiscalizar e propor, por meio das secretarias municipais da saúde e do meio ambiente, formas de obtenção de água potável, destino de esgotos, conservação de corpos de água, recolhimento de lixo e destino dos resíduos sólidos no ambiente rural;

☞ Incentivar às comunidades locais a empreender em obras e reparações de caráter urbanístico, tais como pinturas de residências, manutenção de canteiro de

⁵¹ Segundo dados do Ministério do Turismo (MTUR/ANUÁRIO...2006, p. 92), a entrada de turistas argentinos no Rio Grande do Sul ocorre em maior número nos meses de dezembro e janeiro.

flores e limpeza de passeios públicos, assim como valorizar a manutenção de obras arquitetônicas históricas, tanto no espaço urbano, quanto no rural;

☞ Orientar e fiscalizar a criação de animais que servem à alimentação, ao serviço ou ao lazer, garantindo a saúde sanitária necessária;

☞ Promover convênio com o Curso de Veterinária da Universidade de Cruz Alta para pesquisas relativas a saúde sanitária;

☞ Apoiar e orientar os investidores quanto à necessidade de uma infraestrutura adequada ao tipo de segmentação turística a ser explorada, mantendo-se, na medida do possível, as peculiaridades locais e o uso de materiais autóctones;

☞ Manter os locais de acesso aos municípios (“trevos”, “rótulas”, “rotatórias”, etc), limpos e com obras de jardinagem;

☞ Empreender ações de segurança pública de modo preventivo, tanto no espaço urbano, quanto no rural. Podem ser criadas guardas municipais com o objetivo de prover a segurança nestes ambientes;

☞ Ceder estruturas e equipamentos públicos para a comercialização de produtos e serviços do turismo.

Legislação

☞ Fazer constar na Lei Orgânica dos municípios, títulos que regulem o desenvolvimento turístico e o seu fomento;

☞ Regular, através do Código de Posturas dos municípios, os aspectos que dizem respeito à coleta e destinação de resíduos, construção de infra-estrutura, entre outras medidas necessárias à existência da atividade turística;

☞ Incentivar as câmaras municipais para que regulem o uso e a ocupação do solo com a finalidade turística, para isso, fazer uso do Plano Diretor, instrumento que regula a ocupação do espaço no âmbito municipal;

☞ Verificar a legislação tributária vigente, de modo a anular entraves ao desenvolvimento turístico;

☞ Empreender uma reforma do atual Estatuto da Rota das Terras que contemple assuntos que, na atualidade, trazem transtornos na promoção, planejamento e desenvolvimento turísticos, tais como: a entrada e a saída, a qualquer tempo, de municípios do consórcio, sem um prazo de carência para isso, o afastamento compulsório pela falta de contribuição mensal, participação das

reuniões do consórcio; as atribuições do secretário executivo e do pessoal que trabalhe junto à Rota das Terras; a periodicidade e localização das reuniões (que poderiam ser a cada quatro meses no município em que está sediado o escritório); a constituição de comissões de trabalho com as respectivas atribuições.

Ações turísticas de caráter geral.

☞ Criar, ativar ou tornar mais participativos os Conselhos Municipais de Turismo, os quais deverão buscar a inserção turística nos instrumentos de provimento orçamentários,

☞ Criar roteiros turísticos integrados⁵²;

☞ Sensibilizar as comunidades acerca da atividade turística. Tal sensibilização pode se dar através de palestras, oficinas e seminários feitos pelas secretarias de turismo ou em convênio com a Universidade de Cruz Alta (Curso de Turismo)⁵³;

☞ Estabelecer parcerias com entidades profissionais de classe, tais como motoristas de táxi, motoristas de ônibus, funcionários de meios de hospedagens, profissionais ligados à segurança pública, empregados de postos de combustíveis e estabelecimentos comerciais, funcionários de bancos, hospitais e farmácias, para a realização de cursos e palestras de sensibilização turística;

☞ Buscar apoio de entidades, como o SEBRAE, para ministrar cursos de implantação do turismo no espaço rural para os produtores rurais e de apoio a investimentos na atividade turística, por meio da participação nos chamados núcleos setoriais⁵⁴, ou a participação em programas como o PRESTO (Programa Regional de Serviço Turístico Organizado);

☞ Estabelecer convênios com a Universidade de Cruz Alta, por meio do Curso de Turismo, para obter apoio na elaboração de projetos turísticos e a oferta de estágios de acadêmicos do curso de turismo junto às prefeituras municipais;

⁵² Beni (2006, p. 37) chama a atenção para o aumento da demanda turística mediante a formatação de roteiros que são afastados dos grandes centros urbanos e que têm forte apelo ao patrimônio histórico, étnico e cultural.

⁵³ Comunidades menores são propensas a reagir mais fortemente ao turismo, visto que a atividade turística está mais visível para elas (BENI, 2006, p. 43).

⁵⁴ Núcleos setoriais reúnem empresas de um mesmo ramo de atividade que, em conjunto, buscam soluções para problemas em comum. São coordenados pelo SEBRAE e organizados de acordo com as associações existentes nos municípios. Dentre os municípios participantes da Rota das Terras, apenas Cruz Alta participa de núcleos setoriais nas seguintes atividades: Escritórios contábeis, Metalúrgicas, Móveis, Postos de Combustíveis e Salões de beleza (SEBRAE/NÚCLEOS SETORIAIS, 2006).

☞ Organizar, por meio da integração das diversas secretarias municipais de turismo, roteiros turísticos, tendo o cuidado para que se observem a organização de corredores e circuitos turísticos⁵⁵;

☞ Integrar os roteiros turísticos rurais às áreas urbanas dos municípios⁵⁶;

☞ Promover o turismo regional, baseado no fato da proximidade entre os atrativos, através da criação de programas de visitação turística em associação com os empresários e entidades de classes, promovendo roteiros de fim-de-semana para empregados e funcionários;

☞ Realizar estudo da oferta turística⁵⁷ dos municípios da Rota das Terras, mantendo-o atualizado;

☞ Promover o turismo familiar, cuja base de ação assenta-se sobre a elaboração de programas populares ou sociais, com preços diferenciados para as classes menos abastadas (turismo social), o mesmo valendo para o turismo juvenil e o de terceira idade;

☞ Apoiar a realização do Workshop Rota das Terras, promovido pela Universidade de Cruz Alta, incentivando a participação dos investidores e dando suporte financeiro para a realização do mesmo;

☞ Participar dos programas e projetos promovidos pela Secretaria de Estado do Turismo do Rio Grande do Sul, levando para as reuniões informações atualizadas com relação ao roteiro e designando, preferencialmente, sempre o mesmo representante com a finalidade de não gerar solução de continuidade;

☞ Propor projetos para reivindicar verbas públicas de forma coletiva, seja congregando vários municípios, seja para complementar vários setores de investimentos, tais como saúde, educação, cultura, saneamento, turismo, etc;

⁵⁵ Corredores turísticos são vias que interligam dois ou mais locais onde se encontram os principais atrativos de uma região. Já circuito turístico é um conjunto de vias que possibilitam um acesso, circular, aos atrativos, evitando que o turista passe duas vezes pelo mesmo local (BENI, 2006, p. 125).

⁵⁶ Beni (2006, p. 126) pondera que uma rota turística deva possuir uma temática comum em toda a sua extensão de modo a criar uma imagem da destinação.

⁵⁷ Inventário da oferta turística, conforme Souza e Corrêa (2000, p. 86) é “[...] o processo pelo qual se registra o conjunto de atrativos turísticos, dos equipamentos e serviços e da infra-estrutura de apoio turístico, visando a correta ordenação e exploração do território [...]”. Sugere-se a consulta da obra “Inventário turístico” de Beatriz Veronese Stigliano e Pedro de Alcântara Bittencourt César para a elaboração deste levantamento.

☞ Incentivar as viagens de excursão, tendo em vista as distâncias entre os municípios da Rota das Terras e a relevância que esta modalidade de deslocamento demonstra na Região Sul do país;

☞ Elaborar projetos turísticos em acordo com as exigências dos órgãos reguladores, tais como, a Secretaria Estadual de Turismo e o Ministério do Turismo;

☞ Manter-se atualizado em relação às oportunidades de empreendimentos apoiados pelo Ministério do Turismo, tais como o convênio com a Fundação Banco do Brasil;

☞ Apoiar projetos de educação para o turismo em escolas de Ensino Fundamental e Médio dos municípios que integram a Rota das Terras;

☞ Orientar os empreendedores da importância da diversificação de produção dentro das propriedades rurais, sem que as atividades sejam excludentes entre si e tampouco que se opte por uma única atividade;

☞ Orientar os proprietários rurais para que, na medida do possível, se mantenham a frente da administração da unidade rural, limitando, ao máximo, investimentos que terão seus rendimentos destinados para fora da comunidade ou que reproduzam o modelo exógeno de desenvolvimento;

☞ Incentivar a criação de modalidades de alojamento nas propriedades rurais, tais como fazenda-hotéis, hotéis-fazendas, pousadas rurais, chácaras de recreio, condomínios rurais ou alojamentos rurais, utilizando o apoio de entidades especializadas em investimentos turísticos;

☞ Incentivar e promover programas de valorização da identidade local;⁵⁸

☞ Promover a criação de uma identidade turística regional baseada na cultura local e/ou em alguma peculiaridade específica⁵⁹;

☞ Promover a implantação de parques de lazer com aproveitamento dos elementos típicos do ambiente rural. Nestes locais podem ser feitas construções com materiais próprios da localidade e com íntima relação ao conteúdo rural;

⁵⁸ Entende-se por identidade local o que caracteriza o interno, contrastando com o externo, ou seja, a peculiaridade e singularidade de um espaço na observação e consideração pelos sujeitos que dele fazem parte.

⁵⁹ Beni (2006, p. 122) se refere a esta identidade como “marca legendária”, ou seja, que dá caráter de personalidade humana a conceitos, valores e objetos, sendo identificados e admirados pelos consumidores.

☞ Incentivar a criação ou apoiar os balneários ou parques aquáticos já existentes, de modo a se obter um aproveitamento positivo dos corpos de água existentes na região;

☞ Orientar, incentivar e promover a existência de locais para acampamentos em espaços rurais. Os acampamentos (ou camping), são formas mais acessíveis de permanência em espaços rurais e, por isso, devem ser promovidos tendo em vista a possibilidade de um turismo social;⁶⁰

☞ Criar os meios necessários para que os investimentos de cunho local sejam fortalecidos, de tal sorte que seja mantido o cunho endógeno;

☞ Criar possibilidade para que sejam implementadas e exploradas outras modalidades de turismo no espaço rural, tais como o turismo de eventos (congressos, feiras, festas, exposições, rodeios) e o turismo religioso;

☞ Estabelecer condições favoráveis para o estabelecimento de pequenas empresas, contando, para isso, com órgãos específicos, tais como o SEBRAE;

☞ Apoiar iniciativas que pretendam diversificar a produção rural, tais como a criação de pequenos animais (rãs, canários, aves exóticas), apicultura, cunicultura, piscicultura, camarões de água doce, avicultura (faisões, perdizes, codornas, etc), floricultura e plantas ornamentais, ervas medicinais, fruticultura, produção de sucos e polpa de fruta, cultivo de cogumelos, hortaliças, criação de javalis, escargots, entre outras;

☞ Manter e participar de fóruns permanentes que conjuguem esforços da iniciativa privada e do poder público;

☞ Participar, ativamente, o CODITUR (Comissão dos Dirigentes Regionais do Turismo), das ações desenvolvidas pela UNETUR (Unidade de Turismo) da FAMURS (Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul);

☞ Incentivar o diálogo entre os vários setores envolvidos com o setor turístico. Cabe ao poder público o papel de congregar as várias vertentes em objetivos comuns de benefícios sociais;

☞ Manter-se atualizado quanto aos programas turísticos promovidos pelo Ministério do Turismo como o Programa de Regionalização do Turismo, participando, ativamente, dos mesmos;

⁶⁰ Turismo Social trata-se de uma modalidade turística voltada para uma parcela mais significativa da população em termos numéricos e que possuem menor poder aquisitivo (WEISSBACH, 2000, p. 5) ou o turismo que se destina aos grupos economicamente marginais (HALL, 2001, p. 192).

☞ Manter-se atualizado e em condições de participar dos projetos previstos para serem implantados pelo Ministério do Turismo, para o período de 2007-2010⁶¹;

☞ Substituir o atual escritório da Rota das Terras por um organismo de coordenação e consultoria. Este órgão, subordinado, gerido e financiado pelo Consórcio CONDESUS/Rota das Terras, poderá ser provido de pessoal apto a coordenar e executar algumas ações, tais como a manutenção da página eletrônica da Rota, elaboração de correspondências em geral, marcar reuniões, eleger pautas, divulgar as atividades gerenciadas pela Rota, criar e manter um banco de dados da rota⁶², etc. Tendo em vista que o roteiro já possui um Secretário Executivo (mantido pela Rota), vê-se a necessidade de mais dois profissionais, no mínimo, nas áreas de comunicação social (tendo em vista a divulgação deficiente) e administração e/ou turismo e/ou planejamento. Este órgão pode manter, permanentemente, estagiários dos cursos de turismo, administração e comunicação social da Universidade de Cruz Alta. A sede poderá ser mantida no município de Ibirubá ou em outro que ofereça um local adequado e com custo menor de manutenção. A substituição do escritório visa aumentar o grau de profissionalização do planejamento, da administração e da divulgação dos eventos da Rota das Terras.

4.5 Argumentações finais

Se por um lado o turismo exige a formulação de políticas específicas, por outro, o turismo no espaço rural, em função das novas configurações espaciais que se apresentam na ruralidade brasileira, faz com que estas medidas, além de específicas, sejam emergenciais. As novas atividades, sobretudo as não agrícolas, que surgem no espaço rural, tem possibilitado oportunidades variadas aos pequenos produtores.

Por este motivo é que se prega a formulação de ações que privilegiem as medidas locais, por atores locais, em prol de benefícios locais. Isto objetiva que o

⁶¹ Projetos a serem implantados pelo Ministério do Turismo no período 2007-2010: Brasil: Meu negócio é turismo (capacitação de 25.000 agentes locais de turismo); Caminhos do futuro (capacitação de 700 professores da rede pública de ensino); Empreendetur (curso de incentivo para empreender em turismo para, aproximadamente, 14.500 alunos e professores de cursos de graduação em turismo) (TURISMO NO BRASIL, 2006).

⁶² Beni (2006, p. 66) propõe a criação de um Cadastro Técnico Multifinalitário (CTM), cujo objetivo é dispor “[...] de dados alfanuméricos, qualitativos e quantitativos, que devem ser precisos, concisos e verdadeiros para se obter soluções e oferecer alternativas viáveis a partir do melhor conhecimento da realidade em questão, considerada naquele espaço/tempo da comunidade.”

desenvolvimento seja voltado para o local e que dimensione, prudente e reflexivamente, a questão econômica, a questão social e a questão ambiental.

A sugestão de subsídios para a elaboração de políticas públicas tem a intenção de evitar, entre outros, que haja a concorrência de atividades econômicas que coabitam o mesmo espaço. De outra forma, é evitar a concorrência da atividade agropecuária com o turismo, de modo que seja criada uma situação de complementaridade das atividades. Pois conforme Santos (1985, p. 68):

Cada produção organiza o espaço segundo uma modalidade própria. Produções associadas associam suas lógicas, sem que forçosamente deixe de haver, entre elas, conflito, inclusive pelo uso do espaço exceto se associação, além de econômica, é também técnico-jurídica. Mas, produções não associadas, operando em uma mesma área, sejam contíguas ou não, supõem conflitos localizados em períodos de tempo ou durando permanentemente.

Além disso, Rochefort (1998, p. 58) enfatiza que:

É ilusório e demagógico dizer que cada região pode dispor de um leque completo de atividades. [...] Uma certa diversidade de atividades em cada lugar é evidentemente necessária, e não é o caso de dar nascimento a uma especialização das regiões num único ramo em detrimento de todos os outros. Mas toda política se traduz por uma escolha. Toda vontade de organizar o espaço há de se manifestar pela escolha de certo número de setores onde se possa concentrar esforços de natureza diferente segundo os lugares. Cada região, cada município não pode ter tudo.

Em sentido contrário aos óbices para o desenvolvimento do turismo, apontam-se as seguintes iniciativas que compõem, por assim dizer, uma consideração relevante e necessária para qualquer ação turística:

- Participação da comunidade: A efetiva participação da comunidade pode dar-se através da organização em associações, entidades ou grupos. A partir destas, várias ponderações, sugestões, reivindicações e exigências poderão ser formuladas, inibindo-se o caráter paternalista com que a população encara as decisões dos administradores públicos. Além disso, a inércia e a passividade serão superadas por uma ação dinâmica e propositiva de mudanças. Por meio da participação e da organização, os poderes públicos constituídos não poderão abusar do autoritarismo, tão característico quando da omissão da população. Há

necessidade de uma participação que envolva o maior número de pessoas e entidades com a finalidade de dar legitimidade às pretensões e anseios coletivos. Indo além da participação, como indica Beni (2006, p. 74-75), pode ser buscado o chamado “empoderamento” da população, ou seja, que haja uma participação crítica e ativa da população e que não é confundida com aquiescência ou presença ao longo do processo decisório.

- **Envolvimento dos representantes legais da população e das lideranças:** Há de se propor e desenvolver uma integração entre os interesses coletivos e os discursos e ações dos representantes legais da população. O engajamento pelas causas locais denota uma preocupação pela população, ou seja, uma contrapartida à confiança depositada e o real propósito de representar uma parcela de pessoas. Os interesses locais devem ser alvo de constante busca pela criação de oportunidades. Um vínculo de complementaridade há de ser gestado entre as pretensões locais e a atuação do representante legal. De modo idêntico, as lideranças devem ser cooptadas no sentido de trabalharem em prol das necessidades locais. Para isto, devem conhecer em profundidade as potencialidades comunitárias. A atuação das lideranças é significativa na medida em que seus atos são respaldados pela coletividade, de quem são os representantes.

- **Participação pró-ativa do poder público:** Ao poder público, como função delegada pela população, cabe o estabelecimento de medidas que visem o diálogo, o debate e a abertura de espaços para a participação da comunidade em geral. Neste sentido, a participação em fóruns e a criação de canais de diálogo são de suma importância. De outro modo, as políticas públicas formuladas pelos poderes executivo e legislativo devem ser alvo de obstinada preocupação no que diz respeito às suas execuções. Formulações sensatas, nascidas dos interesses coletivos, tendo por parâmetro as potencialidades e cientes das restrições impostas pelas limitações, são exeqüíveis e não se constituem em medidas eleitoreiras de resposta imediata.

- Há de se considerar que, independentemente dos projetos a serem desenvolvidos, dos recursos disponíveis, da configuração territorial, dos produtos existentes e possíveis e dos serviços a serem oferecidos, a participação dos agentes turísticos é fundamental. O poder público, a comunidade local e os empreendedores são peças essenciais no arranjo turístico. O planejamento turístico, e a sua

conseqüente execução, somente poderão ocorrer de modo satisfatório se tiverem a participação ativa destes três atores.

Assim, é necessário admitir a importância do Estado (em suas várias esferas) no papel de incentivar e subsidiar projetos e de legislar sobre assuntos de interesse turístico (RODRIGUES; 1999, p.55-56), ou de considerar que “[...] na ausência da política e da vontade política, a ação pode ser descoordenada e reativa, havendo problemas em conseqüência dessa atenção hesitante.” (LICKORISH; JENKINS; 2000, p. 251).

É prudente lembrar, ainda, que as medidas adotadas não negligenciem alguns aspectos significativos do turismo no espaço rural, ou seja, de que ele “[...] deve ser concebido como uma atividade de pequena escala, artesanal, que, mais ainda que benefícios econômicos [...], deve propiciar um incremento na qualidade de vida dos moradores locais.” (SOLLA; 2002, p. 127). Por assim ser, e querendo-se que a atividade traga rentabilidade sócio-econômica, deve-se atentar, dentro de um princípio que privilegie a complementaridade, que o turismo no espaço rural poderá ser viável no formato de roteiros turísticos. Várias propriedades, cada qual com seu atrativo diferenciado, componham um conjunto complementar. Desta forma, uma propriedade pode oferecer hospedagem, outra pode oferecer refeições típicas, em outra se visita a produção de gêneros da horticultura, em outro a confecção de queijos, ou vinho, ou cachaça, e assim por diante, de tal forma que um atrativo não seja concorrente com o outro, mas ao contrário. Estabelecido no formato de roteiros, um servirá de suporte ao outro, oferecendo o que falta para um determinado atrativo. Além disso, a variedade possibilita que o turista não tenha o seu passeio preenchido por atrativos repetitivos ou que guardem estreita semelhança. Neste raciocínio, a maior variedade de atrativos servirá como um ponto positivo para aumentar a demanda de turistas e, com ela, o maior fluxo financeiro no município e na região.

Há de levar em conta, ainda, as considerações de Solera (2005), presidente da ABRATURR (Associação Brasileira de Turismo Rural) em 2003, sobre as vantagens positivas das atividades turísticas no espaço rural:

Desenvolver novos destinos turísticos; diversificar a base da economia regional; possibilitar a verticalização da produção; possibilitar a agregação de valor a produtos rurais em pequena escala; gerar novas oportunidades de trabalho; estimular o melhoramento da infra-estrutura de transporte, comunicação,

saneamento;·valorizar o patrimônio natural e cultural; promover maior integração entre campo e cidade;·reduzir o êxodo rural; contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população rural;·valorizar as práticas rurais, tanto sociais quanto de trabalho; entre outros.

Na elaboração de políticas públicas para o turismo no espaço rural, deve haver a preocupação com o pequeno produtor na intenção de que o desenvolvimento se dê dentro de um caráter local (endógeno). Também, por considerar que as unidades familiares, por disporem dos meios para o investimento em turismo (atrativos) e a mão-de-obra familiar, tenderão a tomar decisões que terão repercussões locais, sem os condicionantes externos comuns à dinâmica produtiva predominante.

Ocorre, desta maneira, uma diversificação das atividades no espaço rural. Por um lado, como uma forma de empreender em novas atividades produtivas e, por outro, como a possibilidade de aproveitamento positivo dos recursos existentes. Reis Jr. e Vale (2002, p. 146) fazem referência ao turismo como modo alternativo de produção no espaço rural do seguinte modo:

E é o turismo que tem mais freqüentemente chamado a atenção de empresários, entidades organizadas, governos e pequenos grupos de agricultores bem informados, podendo ser considerado como um exemplo de 'pluriatividade', que é uma forma de urbanização do meio rural. [...] Assim, o meio rural é transformado em espaço de refúgio para a prática de atividades de comércio e de prestação de serviços (pousadas, restaurantes, lojas de artesanato, etc).

É necessário, também, que a questão ambiental seja lembrada na formulação de políticas públicas para o turismo. Entende-se que, no caso específico do turismo no espaço rural, a atividade deva ser desenvolvida de modo a manter o sistema agrário sócio-ambientalmente produtivo ao longo do tempo, muito embora a medida temporal exata desta manutenção seja relativa em razão de múltiplos fatores, tais como a necessidade da comunidade rural, assim como a capacidade do meio responder à exploração econômica.

Sugere-se que, os subsídios à elaboração de políticas públicas constantes deste trabalho, sejam incluídos em planos de desenvolvimento da atividade turística (que não deixam de ser formas intervencionistas do poder público em prol de um ordenamento). Tal sugestão tem por objetivo evitar que o ciclo eleitoral faça com que muitas medidas sejam desprezadas pelas sucessivas

administrações, que nem sempre têm a preocupação de dar continuidade às iniciativas de governos anteriores. A existência de um plano de desenvolvimento turístico estimula a iniciativa privada, que verá condições para investir sem os riscos de não ter o apoio do poder público.

Conforme pôde ser visto neste trabalho, a demanda turística da Rota das Terras pode apresentar um incremento se forem valorizados alguns aspectos, tais como: a riqueza cultural, a potencialidade turística resultante da oferta existente e a disponibilidade de um meio físico propício para a exploração turística. Dib (2002, p. 233), ao falar sobre a possibilidade turística no Rio Grande do Sul, diz que:

[...] inúmeras são as regiões onde podem ser identificadas características comuns aos habitantes de seus diversos municípios. Essas características vêm da etnia predominante, da topografia ou mesmo de seus hábitos e costumes devido às atividades mais significativas. São essas características fortes que servem de ponto de união entre as comunidades.

Afirma-se, então, que a Rota das Terras pode explorar turisticamente os seus aspectos culturais e fazer deles uma marca referencial do produto oferecido, sobretudo se considerarmos que a peculiaridade é um dos quesitos levados em consideração pelo turista quando da sua escolha pela destinação turística, razão pela qual há de se ter uma preocupação na adoção de medidas que privilegiem este aspecto.

Por fim, é importante que as medidas efetivas para o desenvolvimento turístico, via políticas públicas, vislumbrem a possibilidade da melhoria da qualidade de vida dos empreendedores, de um modo particular, e da população envolvida, como um todo. Bovo (2006, p. 30) lembra que:

A política pública de turismo [...] deve ser entendida como investimento na qualidade de vida do cidadão, seja ele residente ou temporário [...]. Isto significa que as ações do poder público [...] devem ser direcionadas e priorizadas para a saúde, educação, cultura, meio ambiente, segurança, saneamento básico e outros setores que garantam a qualidade de vida da comunidade e do ambiente, pois o turismo só existe e se mantém em razão de uma situação favorável das outras áreas.

Desta forma, questões como a saúde, a educação, o lazer, entre outros, sejam tomados como parâmetros para a verificação de uma vida melhor, pois de

nada justificam medidas que não tragam um substancial acréscimo positivo para a vivência das pessoas. Além do que o desenvolvimento, em termos atuais, só pode ser entendido como um processo que esteja focado nas pessoas e, assim, perpassa a instância do viver cotidiano e da valorização de tudo aquilo que é necessário para uma vida de satisfação individual e coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se, neste estudo, que o espaço rural brasileiro representa um importante local de produção econômica, visto que a agropecuária é a responsável por significativa parcela do Produto Interno Bruto nacional. No entanto, esta pujança econômica, que coloca o país entre os maiores produtores de alguns produtos agropecuários, não garante uma forma igualitária de proporcionar desenvolvimento sócio-econômico para todos os agentes produtivos rurais, excluindo alguns setores, como ocorre com os produtores familiares. Esta exclusão decorre, em parte, da inexistência ou da ineficácia de instrumentos de políticas públicas que favoreçam estes setores.

Viu-se, ainda, que a transformação produtiva no rural brasileiro dotou este espaço de novas alternativas de produção econômica. Em vista da necessidade de se gerar fontes de renda e, aproveitando-se da peculiaridade da conformação estrutural do espaço rural, novas atividades vêm sendo incorporadas, chegando a emprestar a este espaço designações como "novo rural" ou "neo-rural". Porém, a abertura de novos postos de trabalho no espaço rural não tem correspondido a uma valorização destas ocupações, como ocorre com as mesmas no espaço urbano, tendo em vista a falta de qualificação da mão-de-obra.

Embora as condições não sejam as desejáveis, os produtores familiares têm resistido, aproveitando as oportunidades que surgem. Um exemplo disto é a modernização da agropecuária que dispensou grande parte de mão-de-obra. Como contraponto, os produtores têm buscado ocupação nas novas atividades surgidas no espaço rural, ocupações estas que representam uma melhoria sócio-econômica local.

Estas novas ocupações são resultado da incorporação de atividades que antes eram exclusivamente urbanas ou, pelo menos, não vinham sendo aproveitadas no espaço rural. Diante disto, a pluriatividade é uma nova realidade no mundo rural, e neste contexto, as atividades de lazer e de turismo vêm se destacando, buscando o aproveitamento de uma série de fatores como: as belezas cênicas, a proximidade com a natureza, a possibilidade de fuga de ambientes deteriorados, a disponibilidade de mão-de-obra, a necessidade de se diversificar a matriz produtiva e a disponibilidade das pessoas para realizar atividades de turismo. Como benefícios, a atividade produz a agregação de renda para a população

residente, a valorização da cultura local e o resgate da auto-estima dos residentes, entre muitos outros.

Entre muitas atividades surgidas ou revitalizadas no espaço rural, o turismo é uma que tem apresentado significativa importância, sobretudo em pequenas e médias propriedades, sendo considerado uma forma alternativa de renda. Neste espectro, o aproveitamento da produção local, a melhoria da infraestrutura e a valorização da população local são fatores marcantes. O turismo tem suscitado, inclusive, que alguns programas oficiais, antes dirigidos exclusivamente à produção agropecuária, se voltem para a atividade, embora não atendam, na totalidade, as necessidades existentes.

O turismo, conforme foi apresentado, é uma das três maiores atividades geradoras de riqueza, influenciando na economia mundial de modo sensível e, além disso, mostra crescimento digno de registro, o que faz com que a consideremos como uma atividade em expansão. No entanto o turismo não se encerra como um fenômeno econômico. Ele é, antes de tudo, um fenômeno social, como pôde ser visto na conceituação do mesmo.

A par disto, o turismo revela um incremento quali-quantitativo para a vida das pessoas, seja na possibilidade de gerar emprego e renda, seja na possibilidade de intercâmbios culturais e visitação de outras realidades paisagísticas. Diante disto, a atividade vem sendo organizada nos vários níveis da administração pública. No Brasil, tanto a esfera federal, quanto as estaduais e as municipais, apresentam organizações que intentam ordenar e regular a atividade. Um desses ordenamentos, em nível estadual, diz respeito à formatação de roteiros ou rotas turísticas. Por sua vez, os municípios, organizados em consórcios ou outras associações, tentam pôr em prática a idéia dos atrativos conjugados em roteiros, embora a intenção do órgão superior de turismo no país, o Ministério do Turismo, seja o da regionalização turística e não o da roteirização.

Foi visto, igualmente, que o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Região Planalto (CONDESUS; Rota das Terras) se apresenta como um dos principais roteiros turísticos do Estado do Rio Grande do Sul, no entanto, ele demonstra uma série de problemas, que vão desde o seu estatuto, que não atende às demandas atuais, até a participação escassa dos seus consorciados. Alheios à participação no consórcio, os municípios integrantes congregam outras associações, deixando a cargo do escritório da Rota das Terras a maioria das iniciativas turísticas.

O escritório, por sua vez, dentro das limitações impostas pela precariedade de verbas e do engajamento dos municípios, vem realizando um bom trabalho de planejamento e divulgação do turismo.

A região estudada, e que serviu como base para a proposta de subsídios à elaboração de políticas públicas de turismo no espaço rural, mostra um meio físico peculiar e que serve aos propósitos turísticos, sobretudo no que diz respeito ao aproveitamento da barragem do Passo Real, importante reservatório de água, além de emprestar uma diversidade cultural, transformada em atrativo. Porém, sua dinâmica econômica não é das melhores, visto que há dependência de culturas de exportação e de larga escala, havendo um predomínio das atividades primárias. Assim, atividades ligadas à transformação e aos serviços, são precárias.

Quanto aos aspectos sociais, a Rota das Terras descortina-se como uma área de baixa densidade demográfica, com municípios, em sua maioria, de pequeno porte, guardando, assim, forte relação com o espaço rural. O destaque neste cenário urbano é o município de Cruz Alta, capaz de servir como um polarizador espacial do turismo regional.

Ademais, a região possui uma boa rede viária de transporte terrestre, facilitando o estabelecimento de roteiros turísticos e a circulação no local. As distâncias entre os municípios do consórcio não são consideráveis, e há uma relativa unidade cultural na região, representada pelas suas mais diversas manifestações. Verifica-se que a rede de transporte poderá servir como um fator de desenvolvimento turístico, haja vista que a entrada de turistas estrangeiros, sobretudo de argentinos, se dá por este meio. Mas por outro lado, as deficiências em relação ao estado de conservação, de sinalização e de informação turística podem representar obstáculos para a atividade turística.

Dentro de uma perspectiva que considere os agentes locais em prol do desenvolvimento sócio-econômico, viu-se que os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), representam fundamental papel no planejamento regional. O COREDE Alto do Jacuí, Alto da Serra do Botucaraí e Produção sinalizam para a articulação entre os vários atores regionais em benefício da formulação de políticas de desenvolvimento. Entretanto, constatou-se que, mesmo entre estes conselhos citados, existe uma diferença acentuada no nível de desenvolvimento econômico, fazendo com que medidas devam ser adotadas para melhorar o nível daqueles que estão defasados em relação aos melhores.

Da análise da situação turística na Rota das Terras, conclui-se que a atividade na região pode ser tomada sob a perspectiva do desenvolvimento endógeno, visto que esta abordagem poderá resultar em ganhos adicionais para os moradores locais. Também, formas alternativas de ordenações podem ser adotadas para um desenvolvimento turístico satisfatório, como é o caso dos arranjos produtivos locais (APLs). Mas o fato marcante na consideração turística da área é que o espaço rural influencia na atividade, configurando atrativos dignos de aproveitamento. Se for levado em consideração o apelo pelos ambientes rurais, tão em voga na atualidade, há a possibilidade de um incremento no turismo da Rota das Terras.

Contudo, verificou-se que muitas iniciativas turísticas já estão sendo adotadas por alguns dos municípios que integram o consórcio. Uns, com maior objetividade e detalhamento, outros, em menor grau, com certa dificuldade. Constatou-se que, dentre estes municípios, Tapera é o que melhor tem conseguido desenvolver o turismo, prova é a existência de um roteiro, a Rota Della Cuccagna, e de ações específicas para a atividade turística. Fundada na hipótese de que a existência de políticas públicas específicas para o turismo no município de Tapera correspondeu a um desenvolvimento turístico diferenciado em relação aos demais municípios da Rota das Terras, que se formulou esta tese. Embora feita esta constatação, falta para Tapera, assim como para os demais municípios da Rota das Terras, instrumentos de políticas públicas formais que organizem e dinamizem o turismo, tais como a existência de financiamentos, banco de dados turísticos, melhor qualificação da mão-de-obra, entre outras necessidades.

Da pesquisa realizada com os agentes turísticos municipais da Rota das Terras, depreendeu-se que existem muitos obstáculos ao desenvolvimento turístico na região, a começar pela falta de engajamento dos próprios dirigentes que delegaram a resposta da entrevistas para outras pessoas, passando pela falta de dados turísticos e a falta de políticas públicas para o setor e até mesmo a falta de verbas para serem aplicadas na atividade, sendo Tapera uma exceção.

Constatou-se, ao analisar as pesquisas feitas junto aos empreendedores da Rota das Terras e de Tapera, que há percepção de que este município apresenta um diferencial no desenvolvimento turístico. A mesma percepção foi observada junto às comunidades que compõem o roteiro, ficando evidente um destaque para Tapera na consecução turística.

Em conseqüência do que foi exposto anteriormente, e como resultado da análise da situação dominante, partiu-se para a proposição de subsídios para a formulação de políticas públicas para o turismo no espaço rural na Rota das Terras, sendo que estas políticas, devido ao seu caráter generalizante, podem ser estendidas para outros roteiros, desde que guardem pertinência. Em outros termos, a área de estudo foi um mote (estudo de caso) a partir do qual foi embasado o trabalho.

Com a finalidade de que as propostas de subsídios à formulação de políticas públicas para o turismo no espaço rural fossem articuladas a uma série de conteúdos e elementos pertinentes, estudou-se a participação da população local na determinação dos destinos locais. Concluiu-se acerca da necessidade de que os atores envolvidos na atividade turística, como é o caso da comunidade local, participe das esferas decisórias que intentem desenvolver o turismo, sob o risco de se alijar uma componente fundamental do ordenamento e arranjo turístico. No mesmo sentido, deduziu-se da necessidade de articulação de grupos de interesse comum em turismo, apontando-se o associativismo, a parceria e as redes de cooperação como alternativas para isso.

Inserido no contexto de elementos pertinentes à formulação de políticas públicas, verificou-se a participação do poder público na coordenação, orientação, gestão, planejamento e execução turística, sendo que, conforme a sua atitude, pode resultar em acréscimos positivos para a localidade em que se desenvolve o turismo, assim como, sendo a prefeitura municipal a instância de poder público mais próxima do cidadão, pode ele ter suas aspirações atendidas. Viu-se, neste caso, que há um fortalecimento do poder decisório do poder público municipal, reforçado pelo Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), que outorgou poderes para que o turismo ocorra em nível municipal.

Neste rumo, constatou-se que o desenvolvimento local, ou seja, a busca comunitária da eficiência na produção baseada no uso racional dos recursos, é plenamente factível em se considerando o turismo, pois a alocação dos recursos, a utilização de sua potencialidade, os retornos sociais e econômicos e os agentes envolvidos, estão localmente situados, traduzindo-se no que é chamado de desenvolvimento endógeno.

Finalmente, como elemento crucial da pesquisa, se propôs uma série de subsídios à elaboração de políticas públicas para o turismo no espaço rural da Rota

Terras. Estas sugestões, em vista do objetivo da pesquisa e das hipóteses formuladas, foram divididas em tópicos, conforme as premências de ações de políticas públicas para a área estudada. Desta maneira, sugeriu-se que sejam executados empreendimentos e iniciativas: no setor da **organização dos empreendedores**, tendo em vista a deficiência que estes agentes têm encontrado em se estabelecer e gerir o negócio turístico, seja por falta de qualificação técnica, capital, orientação especializada ou coordenação do setor público; na **obtenção de recursos financeiros**, seja por parte da iniciativa privada quanto da pública, tendo em vista a precariedade de recursos existentes para a atividade turística, sobretudo se considerarmos que as linhas de crédito e os orçamentos municipais são reduzidos; na organização da **produção agropecuária**, em razão de que a matriz produtiva da região se baseia neste setor e, havendo um incremento do setor produtivo das pequenas propriedades, os agricultores terão valorizado a sua produção, contribuindo para a agregação de renda e a exploração de outras atividades econômicas, tais como o turismo. Neste aspecto, enfatiza-se a produção em pequena escala, adaptada às peculiaridades locais e sob a ótica sustentável; em relação aos **aspectos culturais** da região, em virtude de que o turismo se nutre dos fazeres cotidianos dos lugares, é importante que sejam adotadas medidas que visem resgatar, manter e valorizar a cultura local, incluindo, aí, as danças, a música, a gastronomia, a produção material, entre outros; proposição de ações para os **aspectos naturais** vislumbrando a conservação e manutenção dos meios bióticos e abióticos, não somente com vistas ao turismo, mas, sobretudo, em relação à melhoria das formas de produzir e de viver; na qualificação da **mão-de-obra**, pois, notadamente, o turismo carece de profissionais especializados, sendo que existem instituições capazes de formar estes profissionais e inseri-los no circuito produtivo; na **divulgação** do produto turístico regional, pois esta é uma das deficiências mais marcantes verificada no estudo, sugerindo-se, para tanto, que sejam diversificadas as formas de divulgação e mantidos contatos permanentes com outros agentes, capazes de promover esta divulgação; considerando a questão da **infra-estrutura e serviços** fundamental na consecução turística, sugeriu-se várias medidas práticas que vão desde a sinalização turística, a manutenção das vias de acesso, saneamento básico, serviços públicos, urbanismo, saúde pública e serviços turísticos; no tocante à **legislação**, verificou-se uma deficiência na ordenação legal da atividade turística na Rota das Terras, motivo pelo qual propõe-se a inclusão de

dispositivos nas leis orgânicas, códigos de posturas e plano diretor dos municípios, além da criação de outros instrumentos legais. Também se sugere a reformulação do estatuto da Rota das Terras em vista do mesmo deixar a desejar em vários aspectos, sobretudo no que diz respeito à promoção, planejamento e desenvolvimento turístico; nas **ações turísticas de caráter geral** dispõe-se sobre aspectos diversos que versam sobre o estabelecimento de parcerias e convênios com outras entidades, promoção e organização de roteiros turísticos regionais, apoio a iniciativas locais, elaboração de projetos turísticos, apoio a empreendedores, criação de uma identidade turística regional, sugestão de atividades e empreendimentos turísticos, proposta de ações turísticas para o poder público e a iniciativa privada e a reestruturação do atual escritório da Rota das Terras.

Ao fim, conclui-se que políticas públicas para o turismo são necessárias no Brasil, mas tanto elas quanto a gestão turística precisam ser repensadas em virtude da dinâmica da atividade que caminha, cada vez mais, para a regionalização do turismo.

Sabe-se da escassez de recursos humanos qualificados para entender, compreender e executar os preceitos turísticos em voga no país, assim como compatibilizar esta filosofia turística com os arranjos específicos dos locais. Igualmente sabe-se da falta de recursos para fomentar o turismo, no entanto, nada impede que estes novos tempos exijam consciência, planejamento, ação e inovação e uma idéia válida, pode ser um sistema de parcerias público/privado que inclui a responsabilidade consciente de ambas as partes e a inserção, com a urgência necessária, nos documentos legais existentes de regulamentação turística e articulação entre os atores sociais.

Desta forma, políticas públicas específicas para o turismo no espaço rural são primordiais para o estabelecimento de um raciocínio que privilegie a consideração do lazer no ambiente pluriativo rural. E ao empreender-se na elaboração destas políticas, tornou-se necessário verificar a questão da especificidade local. De nada adiantaria a formulação de preceitos que não encontrassem respaldo em uma realidade. Uma grande parte dos problemas vividos por várias comunidades diz respeito à não identificação dos planos públicos com a realidade local.

Convém destacar que o turismo não deve se constituir em uma panacéia para a solução dos problemas enfrentados no espaço rural. Pode haver, sim, uma

demanda significativa para os empreendimentos rurais turísticos, mas há de se ter em mente que o turismo não deve ocorrer exclusivamente em uma propriedade ou merecer toda uma expectativa de tirar, “magicamente”, o espaço rural de uma crise estrutural. Em sentido contrário, o desenvolvimento do espaço rural deve estar assentado em várias atividades que dêem suporte às possibilidades existentes sem o abandono das atividades agropecuárias, esteio econômico até o presente.

Por fim, cumpre lembrar o que diz Bovo (2006, p. 18): “A conquista de resultados mais significativos na implantação de políticas públicas, tanto do ponto de vista qualitativo como quantitativo, deve considerar a possibilidade de integração do poder público, da iniciativa privada e da comunidade.” Sugerir subsídios à elaboração de políticas públicas para o turismo no espaço rural da Rota das Terras e, estas ficarem limitadas ao conhecimento de apenas um dos agentes turísticos, sem que os demais participem na sua efetivação, é desejar que todo este trabalho de pesquisa se torne estéril. Julga-se que o desenvolvimento turístico em Tapera (já diferenciado), assim como na Rota das Terras, se tornará mais efetivo a partir do momento em que políticas públicas turísticas sejam adotadas. Estas políticas, na medida do possível, devem ser claramente expostas nos planos dos governos municipais, e constar de sua regulamentação.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural.** Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/2000/O_capital_social.pdf> Acesso em 20/04/2007.

ALENTEJANO, P. R. R. **O que há de novo no rural brasileiro?** Disponível em: <http://www.cibergeo.org/agbnacional/terra_livre/alentejano.html> Acesso em 31/07/2005.

ALEXANDRE, L. M. M. Política de turismo e desenvolvimento local: um binômio necessário. In: BEZERRA, Denise Maria Fernandes. **Planejamento e gestão em turismo.** São Paulo: Roca, 2003, p. 3-14.

ALMEIDA, J. A. Turismo rural: Uma estratégia de desenvolvimento via serviços. In: OLIVEIRA, C. G. S. **Anais do Congresso Brasileiro de Turismo Rural: turismo no espaço rural brasileiro.** Piracicaba: FEALQ, 1999, p.83-94.

ALMEIDA, J. A.; BLÓS, W. Turismo e desenvolvimento em espaço rural. In: **Revista Ciência e Ambiente.** Nº 15 (jul/dez). Santa Maria: UFSM, 1997, p.14-49.

ALTO ALEGRE. **Lei orgânica.** Não Me Toque: Gesa, 1990.

ALVES, H.F.I Das noções de ruralidade às definições de turismo rural. In: OLIVEIRA, C. G. de S.; MOURA, J. C. (orgs.). **Anais do 4º. Congresso Brasileiro de turismo rural: O turismo como vetor do desenvolvimento rural sustentável.** Piracicaba: FEALQ, 2003, p.203-209.

ANDRADE, J. V. **Turismo.** Fundamentos e dimensões. São Paulo: Ática, 1997.

ARAÚJO, J. G. F. **ABC do turismo rural.** Viçosa: Aprenda Fácil, 2000.

ATKINSON, C. e BARROW, G. Participación de la comunidad local em la planificación interpretativa. In: CROSBY, Arturo. **Interpretacion ambiental y turismo rural.** Madrid: CEFAT, 1994.

ATLAS TURÍSTICO E RODOVIÁRIO. Santa Cruz do Sul: Verdes Mares, s/d.

AUGÉ, M. **Não-lugares:** Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

BARBOSA, E. P. A. Fazenda ambiental: um programa de desenvolvimento sustentável para propriedades rurais agrárias no Brasil. In: OLIVEIRA, C. G. S.; MOURA, J. C. **O turismo como vetor do desenvolvimento rural sustentável.** Anais do Congresso Brasileiro de Turismo Rural. Piracicaba: FEALQ, 2003. p.397-404.

BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo de turismo.** Campinas: Papirus, 1999a.

_____. **Planejamento e organização em turismo**. Campinas: Papirus, 1999b.

BARRETTO, M.; BURGOS, R.; FRENKEL, D. **Turismo, políticas públicas e relações internacionais**. Campinas: Papirus, 2003.

BELLONI, I.; MAGALHÃES, H.; SOUZA, L. C. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2001.

BENEVIDES, I. P. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo e desenvolvimento local**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 23-41.

BENI, M. C. Política e estratégia do desenvolvimento regional – Planejamento integrado e sustentável do turismo. In: LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. (orgs.). **Turismo teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000, p. 163-182.

_____. Conceituando turismo rural, agroturismo, turismo ecológico e ecoturismo. In: BARRETTO, M.; TAMANINI, E. **Redescobrimo a ecologia no turismo**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002, p.31-34.

_____. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BOBBIO, N. **Estado, Governo, sociedade. Para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOVO, C. E. O. Em busca de um conceito para o turismo rural. In: **III Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002, p. 207-210.

BOVO, R. **Subsídios à elaboração de políticas públicas de turismo sustentável com base local: diretrizes, programas, ações e indicadores de avaliação**. Rio Claro: Tese (Doutorado) Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2006. 286 f.

BRAMWELL, B. Selecionando instrumentos de política para o turismo sustentado. In: THEOBALD, W. (org.). **Turismo global**. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

BRICALLI, L. C. L. **Uma contribuição ao estudo das tipologias do turismo rural**. Santa Maria: Ed. Do Autor, 2003.

BROSE, M. Desenvolvimento rural: Potencialidades em questão. In: ETGES, V. E. (org.). **Desenvolvimento rural: potencialidades em questão**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001, p.11-17.

BRUN, A.; FULLER, A. **Farm family pluriactivity in Western Europe**. United Kingdom: The Arkleton Research, 1991.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. Ações de políticas públicas para o novo rural brasileiro sob o enfoque do desenvolvimento local. In: **Extensão Rural**. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria: UFSM, 2000a, p.1-24.

_____. O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M (orgs.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000b, p.145-180.

_____. **Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: Incorporando a noção de desenvolvimento local**. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br>>. Acesso em 06/07/2005.

CAMPOS BORGES. **Lei orgânica**. Campos Borges: 1990.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.

CASIMIRO FILHO, F. **Contribuição do turismo à economia brasileira**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, Escola superior de agricultura "Luiz de Queiroz". Piracicaba, 2002. 240f. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/> Acesso em 19.05.2006.

CASIMIRO FILHO, F.; GUILHOTO, J. J. M. **Dimensionando o turismo na economia brasileira**. Disponível em: <www.geo.sebrae.com.br/geodw/Bibliografia/Turismo/turismoBR.pdf> Acesso em 19.05.2006.

CASTELLI, G. **Turismo**. Atividade marcante. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

CASTROGIOVANNI, A. C. Turismo X Espaço: Reflexões necessárias na pós-modernidade. In: GASTAL, S.; CASTROGIOVANNI, A. C (orgs.). **Turismo na pós-modernidade (des)inquietações**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

CAVACO, C. Turismo, comércio e desenvolvimento rural. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000, p.69-94.

_____. O mundo rural português: desafios e futuros? In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.). **Turismo rural: Práticas e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2001, p.15-33.

CNDA. CONSELHO NACIONAL DE DEFESA AMBIENTAL. **Selo Verde**. Disponível em: <www.cnda.org.br>. Acesso em 27/08/2006.

CNM. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. **Orçamentos anuais**. Disponível em <www.cnm.org.br> Acesso em 05 de maio de 2007.

COELHO, J. É. L. Processos sócio-políticos no contexto municipal na perspectiva do desenvolvimento regional. (1988-1996). In: **Revista Perspectiva**. V. 21, nº 74. Erechim: URI, 1997.

CORRÊA, J. M.; CORRÊA, W. K.; GERARDI, L. H. O. A problemática da definição e da delimitação do espaço rural e urbano - mudanças no espaço rural e práticas institucionais: o exemplo da ilha de Santa Catarina. In: **Geografia**, Rio Claro, v.6, n. 1, abr. 2001, p. 37-58.

CPDRS. COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Rodovias do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <www.geolive.rs.gov.br>. Acesso em 13/03/2006.

CRISTOVÃO, A. Mundo rural: Entre as representações (dos urbanos) e os benefícios reais (para os rurais). In: **Turismo Rural: Tendências e sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002, p.81-116.

CRUZ, R. C. A. **Políticas de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

CRUZ, P. M. **Política, poder, ideologia e Estado contemporâneo**. Florianópolis: Diploma Legal, 2001.

DALLABRIDA, V. R. **O desenvolvimento regional**. Ijuí: UNIJUI, 2000.

DEMO, P. **Pobreza política**. Campinas: Autores Associados, 1996.

DEL GROSSI, M. E.; BRAILE, C. A ; SCHIMIDTT, S. H. Turismo rural: Três abordagens convergentes. **III Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002, 137-143.

DIB, P. S. Instalações e serviços em turismo rural: A qualidade como garantia de competitividade. In: **Turismo Rural: Tendências e sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

FARIA, J. C. Turismo como fator de desenvolvimento rural sustentável. In: REIS, F. J. G (org.). **Turismo – Uma perspectiva regional**. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2003, P. 31-42.

FEE. FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Dados gerais do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <www.fee.tche.br>. Acesso em 11/03/2006.

FENNEL, D. A . **Ecoturismo: Uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2002.

FETAEP. FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ. Manual do crédito rural plano de safra da agricultura familiar – 2004 – 2005. Disponível em <www.fetaep.org.br/Agricola/>. Acesso em 04/12/2005.

- FERNANDES, I. P.; COELHO, M. F. **Economia do turismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FLORES, M. X.; MACEDO, M. M. C. **Novos rumos do desenvolvimento rural**. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/pub/saber/trab364.pdf>>. Acesso em 19/08/2005.
- FRANGIALLI, F. Le tourisme rural une solution pour l'emploi, le développement local et l'environnement. In: **Séminaire conjoint CEU-CET**. Madri: WTO, 1997.
- FREIRE-MAIA, N. **A ciência por dentro**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- FRISCHEISEN, L. C. F. **Políticas Públicas: A responsabilidade do administrador e o ministério público**. São Paulo: Max Limonad, 2000.
- FROEHLICH, J. M. Turismo rural e agricultura familiar: explorando (criticamente) o cruzamento de abordagens e estratégias para o 'desenvolvimento'. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio e RIEDL, Mário. **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000, p.181-198.
- GALETTI, A. A. Crédito rural. In: AIDAR, A. C. K. (org.) **Administração rural**. São Paulo: Paulicéia, 1995.
- GOIDANICH, K. L.; MOLETTA, V. F. **Turismo ecológico**. Porto Alegre: SEBRAE, 1998.
- GRAZIANO NETO, F. O Brasil não precisa de reforma agrária. **Revista Veja Agronegócio & exportação**. São Paulo: Edição especial nº 36, ano 37, nº 1877, p. 66-68, out. 2004.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP, 2002.
- GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M.; CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro. In: **III Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002, p. 107-112.
- GRAZIANO DA SILVA, J.; VILARINHO, C.; DALE, P. J. Turismo em áreas rurais: Suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. (org.) **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Santa Maria, UFSM, 1998, p. 11-64.
- GUERRA, A. T. **Dicionário Geológico geomorfológico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.
- HALL, C. M. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001.

HOFFMANN, G. R. et al. **Rio Grande do Sul**. Aspectos da geografia. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

HOSKEN, F.; VIGGIANO, L. M. **Como implantar o turismo rural em sua fazenda**. Viçosa: CPT, 1997.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Metodologia do censo demográfico 2000**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 02/12/2005.

_____. **Cidades@**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 10/03/2006.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999.

IZIQUE, C. **O novo rural brasileiro**. Reduziu-se o abismo tradicional entre meios urbanos e rurais. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br>> Acesso em 30/06/2005.

LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. **Economia do turismo**. Campinas: Papirus, 1999.

_____. Fundamentos econômicos do turismo. In: LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. (orgs.). **Turismo teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000, p. 23-37.

LICKORISH, L. J.; JENKINS, C. L. **Introdução ao turismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LUCHIARI, M. T. D. P. Urbanização turística. Um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: LIMA, L. C. **Da cidade ao campo**. A diversidade do saber-fazer turístico. Fortaleza: UECE, 1998, p.15-29.

MAGNOLI, D.; OLIVEIRA, G.; MENEGOTTO, R. **Cenário gaúcho**. Representações históricas e geográficas. São Paulo: Moderna, 2001.

MAMEDE, G. **Direito do turismo: legislação específica aplicada**. São Paulo: Atlas, 2002.

MAMBERTI, M. M. S; BRAGA, R. **Arranjos produtivos turísticos e desenvolvimento local**. Disponível em: <www.rc.unesp.br/igce/planejamento/publicacoes/TextosPDF/mamberti01.pdf>. Acesso em 04/12/2005.

MATTEI, L. **A evolução do emprego agrícola no Brasil**. São Paulo: ABET, 1998.

_____. **Agricultura familiar e turismo rural: Evidências empíricas e perspectivas**. Disponível em: <www.nead.org.br/index>. Acesso em 30/06/2005.

MEINEN, Ê. O sistema SICREDI. In: PRETTO: J. M. (org.). **Cooperativismo de crédito e microcrédito rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MITTMANN, L. M. O negócio deles é a permacultura. In: **REVISTA A GRANJA**. Porto Alegre: Jul/2004, nº 667, ano 60.

MDA. MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Programa de turismo rural na agricultura familiar**. Disponível em: <www.mda.gov.br>. Acesso em 02/09/2005.

_____. **PRONAF**. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Disponível em: <www.pronaf.gov.br>. Acesso em 05/09/2005.

MOLETTA, V. **Comercializando um destino turístico**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

MONTEJANO, J. M. **Estructura del mercado turístico**. Madrid: Editorial Síntesis, 1991.

MOREIRA, I.; COSTA, R. H. **Espaço e sociedade do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

MORIN, E.; KERN, A. B. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 1995.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1996.

_____. **O método. 3.** O conhecimento do conhecimento. Porto Alegre: Sulina, 1999.

MTE. MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO. **PROGER**. Programa de Geração de Emprego e Renda Rural. Disponível em: <www.tem.gov.br>. Acesso em 05/09/2005.

MTUR. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil**. Disponível em: <www.institucional.turismo.gov.br>. Acesso em 08/12/2005.

_____. **Notícias**. Disponível em: <www.institucional.turismo.gov.br>. Acesso em 28/09/2005.

_____. **PNT**. Plano Nacional de Turismo. Disponível em: <www.institucional.turismo.gov.br>. Acesso em 03/12/2005.

_____. **Anuário estatístico 2006**. Disponível em <www.turismo.gov.br/site/br/dados_fatos/home/> Acesso em 01/12/2006.

_____. **Boletim informativo do turismo**. Ed. Especial. Brasília: 2006.

_____. **Caracterização do dimensionamento do turismo doméstico no Brasil**. Disponível em: <www.braziltour.com.> Acesso em 19.05.2006.

_____. **Estudo do mercado interno do turismo**. Disponível em: <www.turismo.gov.br.> Acesso em 19.05.2006.

_____. **Organograma.** Disponível em: <www.institucional.turismo.gov.br>. Acesso em 27/04/2006.

_____. **Programa de regionalização do turismo.** Disponível em: <www.turismo.gov.br/regionalizacao>. Acesso em 20.05.2006.

_____. **Secretaria Nacional de Políticas de Turismo.** Disponível em: <www.turismo.gov.br>. Acesso em 10/03/2006.

_____. **Segmentações turísticas.** Disponível em: <www.turismo.gov.br/regionalizacao>. Acesso em 19.05.2006.

_____. **Turismo no Brasil - 2007 – 2010.** Disponível em: <www.institucional.turismo.gov.br/Mintur/>. Acesso em 26/08/2006.

NOVAES, C. A. Turismo rural e agroturismo diferenciados de turismo em espaço rural: uma proposta. In: PORTUGUEZ, A. P. et al. **Turismo no espaço rural: enfoques e perspectivas.** São Paulo: Roca, 2006. p. 280-291.

NOVAES, M. H. O desenvolvimento do turismo no espaço rural: Considerações sobre o plano de Joinville – SC. In: ANSARAH, M. G. R. (org.). **Turismo: Segmentação de mercado.** São Paulo: Futura, 1999. p.208.

OLIC, N. B. **Aspectos no novo rural brasileiro.** Disponível em: <www.clubemundo.com.br>. Acesso em 01/07/2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Introdução ao turismo.** São Paulo: Roca, 2001.

_____. **Turismo internacional.** Porto Alegre: Bookmann, 2003.

PAIVA, J. E. M.; ABREU, J. F. Qualidade de vida em Minas Gerais nos anos de 1991 e 2000: Caracterização e mapeamento da situação dos municípios. In: **Sociedade e natureza na visão da Geografia.** GERARDI, L. H. O.; LOMBARDO, M. A. L (orgs.). Rio Claro: UNESP, 2004, p.121-134.

PELLEGRINI FILHO, A. **Dicionário enciclopédico de ecologia e turismo.** São Paulo: Manole, 2000.

PEREIRA, J. C. A. **Agricultura familiar e pluriatividade:** caminhos para o desenvolvimento local. Disponível em: <www.igeo.uerj.br/VICBG-2004/Eixo1>. Acesso em 03/07/2005.

PIMENTEL, G. G. A. Lazer e natureza no turismo rural. In: MARINHO, A.; BRUHNS, H. T. **Turismo, lazer e natureza.** São Paulo: Manole, 2003, p.131-154.

PIRAN, N. **Agricultura familiar:** Lutas e perspectivas no Alto Uruguai. Erechim: EDIFAPES, 2001.

PORTUGUEZ, A P. **Agroturismo e desenvolvimento regional**. São Paulo: Hucitec, 1999.

PRUDENTE, J. Circuito Café-com-leite. In: **Panorama Rural**. São Paulo, Ano V – nº 66 – Jul, Publê, 2004.

REIS JÚNIOR, D. F. C.; VALE, A. R. A atividade turística ao alcance do rural familiar ou porque não adianta só a ambição. In: **III Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002, p. 144-148.

RIO GRANDE DO SUL. GABINETE DO VICE-GOVERNADOR. **COREDES**. Disponível em: <www.gvg.rs.gov.br>. Acesso em 29/08/2005.

ROCHEFORT, M. **Redes e sistemas**. Ensinando sobre o urbano e a região. São Paulo: Hucitec, 1998.

RODRIGUES, A. B. Turismo eco-rural. Interfaces entre ecoturismo e o turismo rural. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. (org.) **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Santa Maria, UFSM, 1998, p. 111-126.

RODRIGUES, A B. **Turismo e espaço**: Rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 1999.

RODRIGUES, A. B. Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (orgs.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000, p.51-68.

RODRIGUES, I. S. As abordagens tipológicas envolvendo o turismo no espaço rural. In: OLIVEIRA, C. G. S.; MOURA, J. C.; SGAI, M. **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Turismo Rural**: Turismo, novo caminho no espaço rural brasileiro. Piracicaba: FEALQ, 2001, p. 129-134.

ROTA DAS TERRAS. **Estatuto social do consórcio Rota das Terras de desenvolvimento turístico e ambiental**. Disponível em: <www.rotadasterras.com.br>. Acesso em 31/08/2005.

RUSCHMAN, D. V. M. **Turismo e Planejamento sustentável** – a proteção do meio ambiente. São Paulo: Papirus, 1999.

_____. **Turismo no Brasil**. Análise e tendências. Barueri: Manole, 2002.

SAAB, W. G. L. **Considerações sobre o desenvolvimento do setor de turismo no Brasil**. Disponível em: <www.bndespar.com.br/conhecimento/Bnset/set1008.pdf>. Acesso em 19.05.2006.

SACCONI, L. A. **Minidicionário Sacconi da Língua Portuguesa**. São Paulo: Atual, 1999.

SALLES, M. M. **Turismo rural**: Inventário turístico no meio rural. Campinas: Alínea, 2003.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, E. O. **O agroturismo e o turismo rural em propriedades da metade sul do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Pallotti, 2004.

SANTOS, M. J. **Rumo a um projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável**. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br>>. Acesso em 05/07/2005.

SATUR, R. V. **Turismo: Potencial da região noroeste do estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1999.

SAUER, S. **Reforma agrária e geração de emprego e renda no meio rural**. São Paulo: ABET, 1998.

SCHNEIDER, S.; FIALHO, M. A. V. Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. **Turismo rural**. Ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru: EDUSC, 2000.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SCP. SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO. **Comércio e Serviços**. Disponível em: <www.scp.rs.gov.br>. Acesso em 30/08/2005.

SEBEN, R.; SILVA, T. F. **Rede de cooperação entre pequenas empresas do setor turístico**. Disponível em: <www.bibliotecasebrae.com.br>. Acesso em 29/08/2005.

SEBRAE. SERVIÇO DE APOIO ÀS PEQUENAS E MICRO EMPRESAS. **Núcleos setoriais**. Disponível em: <www.sebrae.com.br>. Acesso em 29/08/2006.

SETUR. SECRETARIA ESTADUAL DE TURISMO. **Regiões turísticas do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <www.setur.rs.gov.br>. Acesso em 03/03/2006.

SILVA, M. F.; ALMEIDA, J. A. Turismo rural: família, patrimônio e trabalho. In: RIEDL, M.; ALMEIDA, J. A.; VIANA, A. L. B. **Turismo rural: Tendências e sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002, p. 165-204.

SILVEIRA, M. A. T. da. Política de turismo: Oportunidades ao desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo rural: Práticas e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2001.

SOJA, E. Uma interpretação materialista da espacialidade. In: BECKER, Berta. **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983, p. 31-48.

SOLLA, X. M. S. Turismo rural – Tendências e perspectivas. In: IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. **Turismo: O desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002, p.116-127.

SOLERA, C. **Contribuição para o desenvolvimento do turismo rural**. Disponível em: <www.turismorural.org.br/abraturr/scripts/user/home.asp>. Acesso em 19/07/2005.

SOUZA, A. M.; CORRÊA, M. V. M. **Turismo – Conceitos, definições e siglas**. Manaus: Editora Valer, 2000.

SOUZA, T. M. M.; BRAGA, T. M. Desenvolvimento via turismo: um enfoque sobre mitos e possibilidades a partir dos modelos adotados em Búzios, Guarapari e Mata de São João. In: **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Ano 7, nº 12, jul/2005. Salvador: Universidade Salvador, 2005. p. 59-68.

STIGLIANO, B. V.; CÉSAR, P. A. B. **Inventário turístico**. Campinas: Alínea, 2006.

STOIAN, M. Le tourisme rural. In: **Séminaire conjoint CEU-CET - Le tourisme rural une solution pour l'emploi, le développement local et l'environnement**. Madri: WTO, 1997, p.79-84.

TALAVERA, A. S. O rural como produto turístico: Algo de novo brilha sob o Sol. In: SERRANO, C. et al. (orgs.). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas: Papirus, 2000, p. 151-170.

_____. Desarrollos y conflictos en torno al turismo rural: claves y dilemas desde la antropología social. In: RIEDL, M.; ALMEIDA, J. A.; VIANA, A. L. B. (orgs.). **Turismo rural: tendências e sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002, p. 117-140.

TAVARES, A. M. **City tour**. São Paulo: Aleph, 2002.

TEIXEIRA, M. A.; LAGES, V. N. Transformações no espaço rural e a geografia rural: idéias para discussão. **Geografia**. São Paulo, v. 14, p. 9-33, 1997.

THIBAL, S. Le tourisme rural: les produits, le marché, les méthodes de commercialisation. In: **Séminaire conjoint CEU-CET - Le tourisme rural une solution pour l'emploi, le développement local et l'environnement**. Madri: WTO, 1997, p.23-29.

TRIGO, L. G. G. **Turismo básico**. São Paulo: SENAC, 1999.

TROPIA, F. **Turismo no meio rural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

TUAN, Y. F. **Topofilia**. São Paulo, Difel, 1980.

TULIK, O. Do conceito às estratégias para o desenvolvimento do turismo rural. In: RODRIGUES, A. B. **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 2002, p.131-143.

_____. **Turismo rural**. São Paulo: Aleph, 2003.

VALE, A R. **Expansão urbana e plurifuncionalidade no espaço periurbano do município de Araraquara (SP)**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro, 2005. 214f.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola**. Uma visão histórica. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. Perspectivas nacionais do desenvolvimento rural. In: **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade no cerrado brasileiro**. SHIKI, S., GRAZIANO DA SILVA, J.; ORTEGA, A. C. (orgs.). Uberlândia: 1997, p. 102-112.

_____. **Diretrizes para uma nova política agrária**. Disponível em: <www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacao/D=231>. Acesso em 05/07/2005.

VEJA AGRONEGÓCIO. **Retratos de um Brasil que dá lucros**. São Paulo, Edição especial nº 30, ano 37, nº 1848, p. 12-16, abr. 2004.

VERBOLE, A. A busca pelo imaginário rural. In: RIEDL, M.; ALMEIDA, J. A.; VIANA, A. L. B. (orgs.). **Turismo Rural: Tendências e sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002, p. 117-140.

WEISSBACH, P. R. M. O turismo social em área rural: Um primeiro contato. In: **Anais do II Congresso Internacional. Turismo Rural & desenvolvimento sustentável**. Santa Maria: UFSM, 2000. p.4-9.

_____. O planejamento e o aspecto financeiro no turismo rural: Uma breve abordagem. In: **Acta do VIII Seminário de Integração de Pesquisa e Pós-graduação: Ciências e tecnologias em defesa da vida**. SYTIA, Celestina Vitória Moraes et al. Frederico Westphalen: URI, 2004, p.257-262.

_____. A questão da cultura local no turismo rural e os impactos causados pela atividade. In: **Anais do 5º. Congresso Brasileiro de Turismo Rural. Propriedades, comunidades e roteiros no turismo rural**. Piracicaba: FEALQ, 2005, p. 295-300.

WILKINSON, J. **O Estado, a agroindústria e a pequena produção**. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **Distintos enfoques e debates sobre a produção familiar no meio rural**. Disponível em: <www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista>. Acesso em 06/03/2006.

ZAPATA, T.; PARENTE, S. **O desenvolvimento interinstitucional e a construção de parcerias para o desenvolvimento local**. Disponível em: <www.idr.org.br/artigos/admin/arquivos/artigo23.php>. Acesso em 23/04/2004.

YÁZIGI, Eduardo. **Turismo: Uma esperança condicional**. São Paulo: Global, 1999.

APÊNDICES

APÊNDICE 1
ATRATIVOS TURÍSTICOS E EVENTOS DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A
ROTA DAS TERRAS

ALTO ALEGRE	
ATRATIVOS	EVENTOS
<p>Semana Cultural, com destaque para a procissão de Corpus Christi;</p> <p>Igreja Matriz de São Marcos com altar entalhado em madeira;</p> <p>Capela de Santa Terezinha;</p> <p>Rio Jacuí e o Lago do Passo Real, com infra-estrutura de camping e pescaria;</p> <p>Queijaria produzida na agroindústria local;</p> <p>Centro de Tradições Gaúchas Porteira do Faxinal;</p> <p>Cascata do Rio Jacuí;</p> <p>Museu municipal Jorge Sauer.</p>	<p>Rodeio do Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Porteira do Faxinal e Festa da Comunidade Santa Terezinha;</p> <p>Festa do Padroeiro São Marcos;</p> <p>Festa na Comunidade de São José;</p> <p>Festa na comunidade de Santa Lúcia;</p> <p>Festival de Danças Alemãs;</p> <p>Festa do Colono;</p> <p>Festa de Danças Italianas;</p> <p>Feira do Artesanato e Semana do município em novembro;</p> <p>Festa Comunitária na Sede e Reveillon na Comunidade de Santa Terezinha;</p> <p>Dia do município em 02 de dezembro.</p>
BOA VISTA DO CADEADO	
ATRATIVOS	EVENTOS
Fazenda do Cadeado com 200 hectares	

de mata virgem; 14 Cachoeiras do rio Conceição.	
BOA VISTA DO INCRA	
ATRATIVOS	EVENTOS
	Semana do município em abril; Velocar; Rodeio no Centro de Tradições Gaúchas Rancho Grande; Baile do Chopp; Feira do Conhecimento.
CAMPOS BORGES	
ATRATIVOS	EVENTOS
Gruta de Santa Rita de Cássia; Alagado do Passo Real; Rio Jacuizinho; Parque de Rodeios do Centro de Tradições Gaúchas Galpão Hospitaleiro; Igreja Matriz; Museu municipal Lídio Vidal Rodrigues; Condomínio Lago Dourado; Parque de lazer Recanto das Águas;	Festa de São Sebastião; Baile da Escolha da Rainha do Município; Jeep Cross; Italianito; Baile do Jeca; Festa do Colono e do Motorista; Encontro de Corais; Rodeios de outubro a março; Baile do Chopp; Natal de Luzes.

<p>Área de lazer Recanto do Sossego Bibiano Toledo;</p> <p>Moinho Varamé;</p> <p>Produtos coloniais das agroindústrias.</p>	
COLORADO	
ATRATIVOS	EVENTOS
<p>Igreja São João Batista;</p> <p>Gruta Nossa Senhora de Lourdes;</p> <p>Rio Colorado;</p> <p>Arroio das Almas;</p> <p>Biblioteca pública Cecília Meirelles;</p> <p>Centro de Tradições Gaúchas Severo Sampaio de Quadros;</p> <p>Agroindústrias com produtos coloniais.</p>	<p>Festa de São João;</p> <p>Baile Municipal em agosto;</p> <p>Semana do Município em setembro;</p> <p>Noite Italiana;</p> <p>Encontro da 3ª Idade;</p> <p>Semana Farroupilha;</p> <p>Expo-Colorado a cada dois anos;</p> <p>Feira do Livro;</p> <p>FesTerra.</p>
CRUZ ALTA	
ATRATIVOS	EVENTOS
<p>Monumento de Fátima;</p> <p>Casa de Cultura Justino Martins;</p> <p>Parque Integrado de Exposições;</p> <p>Centro de Tradições Históricas</p>	<p>Cavalgada Ana Terra;</p> <p>Carnaval Regional;</p> <p>Carnaval D'Água;</p> <p>Rústica do Trabalhador;</p>

<p>Humaitá;</p> <p>Centro de Convergência Turístico Cultural (Antiga estação de trem);</p> <p>Balneário Novo Horizonte;</p> <p>Balneário Lajeado da Cruz;</p> <p>Parque Holístico São Francisco de Assis;</p> <p>Brique da Praça da Bandeira;</p> <p>Antigo reservatório de água da CORSAN;</p> <p>Prédio da Prefeitura municipal;</p> <p>Prédio da antiga estação da viação férrea;</p> <p>Museu Casa Érico Veríssimo;</p> <p>Roteiro Turístico <i>“Um Século de Arquitetura de Cruz Alta”</i> (1826-1910).</p>	<p>Coxilha Nativista;</p> <p>Festa Internacional do Folclore;</p> <p>Mateada na Praça;</p> <p>Romaria de Nossa Senhora de Fátima;</p> <p>Expo-Prima;</p> <p>Mais Bela Comunitária;</p> <p>Natal Iluminado.</p>
--	--

ERNESTINA

ATRATIVOS	EVENTOS
<p>Prainha de Ernestina;</p> <p>Camping Bavária (canoagem, jet-ski e motocross);</p> <p>Bavária Piscinas;</p> <p>Estância Velha Ecoturismo;</p> <p>Centro de Interpretação Ambiental</p>	<p>Festival do chopp;</p> <p>Festa dos navegantes;</p> <p>Festa de São Cristóvão;</p> <p>Festa do Colono e do Motorista;</p> <p>Exposição regional;</p> <p>Baile da lingüiça;</p>

<p>Beija-Flor; Casa do artesão; Graeff Racing; Pousada do Alambique; Rio Xifrosinho; Passo do Erval e Passo do Pessegueiro; Museu municipal Dona Ernestina; Hidrelétrica de Ernestina.</p>	<p>Semana Farroupilha; Baile de Kerb; Natal Luz.</p>
ESPUMOSO	
ATRATIVOS	EVENTOS
<p>Parque de Exposições Armídio Bertani; Museu municipal Professor Affonso Spada; Passo da Laje; Pesque-pague Sítio da Natureza; Praça Borges de Medeiros</p>	<p>Noite de Reis; Baile Chopp (Pontão do Butiá); Festa de São Paulo (Mangueirão); Jantar Dançante (Linha Santa Catarina); Festa em Arroio do Prata (São Brás – Benção da Garganta); Festa de Nossa Senhora dos Navegantes nas Águas do Rio Jacuí; Rodeio Crioulo Interestadual de Espumoso no Parque de Exposições Armídio Bertani;</p>

	<p>Semana da cultura e Feira do Livro;</p> <p>Seminário Internacional Repensando o Ato Pedagógico;</p> <p>Pout-Pourri do Grupo de Danças Alexandre Tramontini;</p> <p>Baile do Queco;</p> <p>Festival Internacional do Folclore;</p> <p>IX Recital de Corais;</p> <p>Natal Esperança;</p> <p>Jogos Rurais;</p> <p>Semana da Páscoa com Feira de Bolachas e Artesanato (Praticarte e Cimes);</p> <p>Baile Sarau prenda Jovem GAN Sepé Tiarajú;</p> <p>Baile Dia dos Namorados (Clube União);</p> <p>Festa junina – CTG Sinuelo das Coxilhas;</p> <p>Seminário Agroecologia;</p> <p>Encontro Municipal Agricultura familiar (Movimento de</p>
--	---

	<p>Mulheres Trabalhadoras Rurais);</p> <p>Semana Farroupilha;</p> <p>Festa do Padroeiro da Capela Nossa Senhora de Fátima da Vila Martini;</p> <p>Feira de hortigranjeiros.</p>
FORTALEZA DOS VALOS	
ATRATIVOS	EVENTOS
<p>Museu Padre Jerônimo Martini;</p> <p>Museu municipal;</p> <p>Praça 3 de Maio;</p> <p>Igreja Matriz São Pedro Apóstolo;</p> <p>Igreja de São Roque, em sede Vitória;</p> <p>Lago artificial do Passo Real;</p> <p>Rio Jacuí e Ingaí;</p> <p>Feira do produtor com produtos agroecológicos;</p> <p>Voçorocas do Ivaí.</p>	<p>Festa da Uva;</p> <p>Rodeio Crioulo;</p> <p>Carnaval de Rua;</p> <p>Jantar Italiano;</p> <p>Festa de São Pedro Apóstolo, padroeiro do município;</p> <p>Festa de São Roque;</p> <p>Expofort;</p> <p>Festival regional do peixe;</p> <p>Noite de Integração Artístico e Cultural;</p> <p>Natal de Coração.</p>
IBIRUBÁ	

ATRATIVOS	EVENTOS
<p>Granja “Alles Blau “em Linha 2 Fundos – área de camping e piscinas;</p> <p>Balneário Pesque-Pague – piscicultura, piscinas e pousadas em Linha 3 Fundos;</p> <p>Granja “Recanto dos Pássaros” em Linha 2 Fundos;</p> <p>Cascata e Usina do Pinheirinho – área de lazer;</p> <p>Sítio do Peixe em Linha 8;</p> <p>Acquamania em Passo Bonito – açudes, piscinas e camping</p> <p>Parque da Recreação Barra da Figueira em Coxilha 2 Irmãos;</p> <p>Museu Teobaldo Becker;</p> <p>Monumento ao Imigrante;</p>	<p>Semana do Município;</p> <p>Rodeio Crioulo;</p> <p>Festa em Duas Rodas;</p> <p>Baile municipal de debutantes da 3ª Idade;</p> <p>Maifest;</p> <p>Seminário Estadual do Meio Ambiente;</p> <p>Ibirubá em Canto;</p> <p>Escolha das Soberanas da 3ª Idade;</p> <p>Jantar Italiano;</p> <p>Desfile Farroupilha;</p> <p>Natal Luz.</p>
JACUIZINHO	
ATRATIVOS	EVENTOS
<p>Capitel Nossa Senhora Aparecida;</p> <p>Balneário Vale do Amanhecer;</p>	<p>Romaria Tradicionalista do Brasil;</p> <p>Jogos municipais Sol a Sol.</p>
LAGOA DOS TRÊS CANTOS	
ATRATIVOS	EVENTOS

<p>Parque Clube da Lagoa em Linha Ojeriza;</p> <p>Parque Municipal da Lagoa com infraestrutura para atividades multi-esportivas e culturais;</p> <p>Paço municipal;</p> <p>Igreja Católica e Evangélica (IECLB);</p> <p>Igreja Adventista do 7º Dia em Boa Vista do Guilherme, uma das mais antigas da América Latina;</p> <p>Museu municipal;</p> <p>Café colonial Santa Clara;</p> <p>Balde Branco (Lida campeira, produtos artesanais e artesanato);</p> <p>Clube Recreativo Sempre Unidos (1936).</p>	<p>Baile de Kerb e festival do chopp;</p> <p>Baile de aniversário do Município;</p> <p>Lagoa Fest;</p> <p>Campeonatos Municipais;</p> <p>Sauerkraut Spielfest (baile com janta típica alemã);</p> <p>Kerweball (baile de Kerbe);</p> <p>Fischfest (festa do peixe);</p> <p>Semana da Pátria;</p> <p>Baile da escolha da Senhorita Turismo;</p> <p>Gincana Parque Clube da Lagoa.</p>
NÃO-ME-TOQUE	
ATRATIVOS	EVENTOS
<p>Praça Central Otto Schmiedt com espécies raras da flora regional;</p> <p>Casa da Cultura Dr. Otto Stahl com acervo histórico e cultural;</p> <p>Cascatas Copacabana, Montenegro e</p>	<p>Expodireto Cotrijal;</p> <p>Baile Alemão;</p> <p>Torneio do Laço;</p> <p>Cavalgada cidade de Não-Me-Toque;</p>

<p>da Pasta;</p> <p>Balneário Lotário;</p> <p>Parque Dona Leopoldina;</p> <p>Monumento ao imigrante alemão;</p> <p>Monumento Dr Otto Stahl;</p> <p>Pesque-pague e centros de lazer rurais</p> <p>Vale do Sol e Vale do Paraíso.</p>	<p>Feira de Inverno;</p> <p>Fest'Itália;</p> <p>Tanz Ball;</p> <p>Arrancadão de tratores;</p> <p>Festival Municipal de Corais;</p> <p>Festa do Imigrante;</p> <p>Encontro Estadual de Corais;</p> <p>Natal Étnico;</p> <p>Rodeio Crioulo.</p>
QUINZE DE NOVEMBRO	
ATRATIVOS	EVENTOS
<p>Museu Municipal;</p> <p>Museu Padre Paulo Bertolini;</p> <p>Museu Santa Clara;</p> <p>Museu Prof. Alfredo Drake;</p> <p>Museu de Ciências Naturais;</p> <p>Igreja Nossa Senhora da Saúde;</p> <p>Gruta de Pedras Semipreciosas em Sede Aurora;</p> <p>Cascatinha Franken (Trilha</p>	<p>Procissão Fluvial de Nossa Senhora da Saúde;</p> <p>Festival do Chopp;</p> <p>Chopfest;</p> <p>Festival da polenta;</p> <p>Festival do produto suíno;</p> <p>Encontro regional de bandas;</p> <p>October Fest;</p> <p>Volkfest;</p>

<p>ecológica);</p> <p>Corredeiras do rio Jacuí;</p> <p>Casa do Artesão;</p> <p>Ponte da Volta Gaúcha;</p> <p>Condomínios residenciais de lazer e balneários junto ao Lago do Passo Real;</p> <p>Tendas Rurais;</p> <p>Balneário Wilke;</p> <p>Pinhos Parque;</p> <p>Praça do Colono;</p> <p>Pesca no aterro;</p> <p>Cerro Pelado;</p> <p>Trilha ecológica Santa Clara.</p>	<p>Pesca Embarcada;</p> <p>Expoquinze em anos ímpares;</p> <p>Motocross, Motonáutica e Jet Sky;</p> <p>Natal Encanto e Reveillon.</p>
--	---

SALTO DO JACUI

ATRATIVOS	EVENTOS
<p>Hidrelétrica Jacuí;</p> <p>Igreja Nossa Senhora dos Navegantes;</p> <p>Hidrelétrica do Passo Real;</p>	<p>Padroeira do Município</p> <p>Romaria Nossa Senhora dos Navegantes;</p> <p>Festa Nacional das Pedras Águas;</p> <p>Encontro de Idosos Rota das Terras</p>

Garimpo de Pedras Ágata;

Parque Energia das Águas (Parque temático de Salto do Jacuí);

Trilhas ecológicas;

Saltinho;

Passeios náuticos;

Pesca amadora sem rede;

Reserva indígena Guarany Mbyas.

Baile Municipal;

Rodeio Crioulo- Promoção Grupo Integração;

Baile do Chopp Preto- Sociedade Esportiva Recreativa Nova Jacuí;

Semana do Excepcional;

Comemoração da Semana da Pátria;

Abertura da Semana Farroupilha- Promoção CTG Potreiro Grande;

Mateada- Promoção Clube Náutico Jacuí;

Festa de Aniversário da Paróquia Nossa Senhora dos Navegantes;

Baile do Chopp- Clube Recreativo Veteranos;

Motonáutica- Clube Náutico Jacuí;

Rodeio Interestadual- CTG Potreiro Grande;

Baile do Chopp – Sociedade Esportiva Nova Jacuí;

Natal na Praça- SETUR;

Reveillon- Clube Recreativo

	Veteranos.
SELBACH	
ATRATIVOS	EVENTOS
Praça João XXIII (ciprestes com poda artesanal); Igreja São Tiago; Monumento do Imigrante; Capitel São Cristóvão; Casa Urban; Haras Pinno; Gruta de Nossa Senhora de Lourdes; Santuário de Nossa Senhora da Saúde; Camping Cristal na VRS-402 km 05; Camping Vale Verde em Linha Floresta; Sala do Artesão; Recanto do Mel na RS-223 km 37; Clube Aquático Royal; Cabanha Bogorny em Bela Vista.	Rodeio Interestadual na 2ª quinzena de janeiro; Concerto de Maio; Festa de São Tiago; Festa do Kerb; Tanzabend; Blumenfest; Festa de Nossa Senhora de Lourdes; Festa de Nossa Senhora da Saúde; Natal Vida.
TAPERA	
ATRATIVOS	EVENTOS

Gota D'água: pesque-pague, camping;	Festival do Chopp;
Igreja Nossa Senhora do Rosário de Pompéia;	Rodeio Crioulo Internacional;
Praça Avelino Steffens;	Festa da padroeira N. Sra Rosário da Pompéia;
Prainha do Nanico: Camping, às margens do rio Jacuí;	Feira municipal do livro;
Cascata Três Mártires;	Baile do Quati;
Horto Florestal;	Festa da Etnia Italiana;
Parque de Exposições José e Rosalina Koehler;	Festa dos Bixos;
Barragem do rio Colorado;	Jantar típico alemão;
Capela Três Mártires;	Festa de São Cristóvão;
Gruta da Barra do Colorado;	Festival da Canção de Novos Talentos;
Casa do Vinho Rizzi;	Baile do Fritz e da Frida;
Propriedade Crestani;	Semana da Pátria;
Sítio Vieira;	Festa do Kerb;
Tratoria Bella Itália;	Procissão de N. Sra da Salette;
Trilha ecológica do Cedro Grande;	Rock City;
Cabanha Mangueirão.	Culturândia;
	Festival do Chopp;
	Rodeio Crioulo Internacional;
	Romaria Três Mártires riograndenses;
	Fenatal/Expotapera;
	Natal Esperança.
TIO HUGO	
ATRATIVOS	EVENTOS

Lago da Usina Hidrelétrica da CEEE.	Festa Nossa Senhora dos Navegantes; Festa do Colono e do Motorista; Baile de Kerb, em Polígono do Erval; Baile dos namorados no Salão Nunca Pensei; Baile do grupo de jovens ABA; Festa da comunidade evangélica; Festival do Chopp.
VICTOR GRAEF	
ATRATIVOS	EVENTOS
Praça Municipal Tancredo de Almeida Neves; Museu Municipal; Área de lazer junto ao Centro de Tradições Gaúchas; Microbacia Piloto do Rio Grande do Sul; Arquitetura sacra; Balneário e Pesque-Paque Krombauer.	Rodeio Crioulo; Semana da Paz; Encontro Municipal de Teatro; Expovig.

Fonte: Órgãos municipais de turismo, Secretaria Estadual de Turismo (www.setur.rs.gov.br); Federação da Associação dos Municípios do Rio Grande do Sul (www.famurs.com.br); RS Virtual (www.riogrande.com.br);

Confederação Nacional de Municípios (www.portalmunicipal.org.br); Guia Digital (www.guiadigital.info); City Brazil (www.citybrazil.com.br).

APÊNDICE 2

INSTRUMENTO DE PESQUISA

O presente instrumento destina-se a colher dados para subsidiar uma pesquisa referente a políticas públicas para o turismo no espaço rural na Rota das Terras.

NOME: _____

EMPREENHIMENTO: _____

1. Há registro do número de turistas que visitam o empreendimento?
 SIM NÃO
2. Em sua opinião o número de turistas, desde a criação do roteiro tem:
 aumentado diminuído permanece o mesmo
3. O aumento, a diminuição ou a permanência da visitação pode ser atribuído a qual fator (admite-se resposta múltipla):
 interesse do empreendedor
 volume de recursos investidos
 apoio do poder público
 divulgação do roteiro
 outro
4. De onde provêm os recursos financeiros para o investimento?
 Venda de produção agropecuária
 Capital resultante de aplicação financeira (poupança, CDB, Bolsa de valores)
 Obtido junto a instituição de crédito
 Resultante de verbas públicas
 Outro
5. Como o Sr julga a atuação do poder público no apoio à atividade turística no município?
 Excelente
 Muito Boa
 Boa
 Regular
 Péssima

APÊNDICE 3

ENTREVISTA COM A DIRETORA DE TURISMO DE TAPERÁ

Identificação do entrevistado:

Nome: Eliana Teresinha Henrich

Cargo: Diretora de Turismo

Profissão: Funcionária Pública Municipal

Tempo na função: 08 (oito) anos – Desde 1999.

Órgão: Departamento de Turismo – Órgão Setorial da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento

Endereço: Avenida Presidente Tancredo Neves, 965 – Tapera-RS

Fone: (54) 3385 3300
turismo@tapera.rs.gov.br

e-mail:

Questões:

Quando foram iniciadas as atividades turísticas em Tapera?

No ano de 2000, logo após eu ter assumido no Departamento de Turismo.

A partir de que fato percebeu-se que o turismo era uma atividade viável no município?

Foi após o trabalho do projeto PRODES do SEBRAE, que o município trouxe. Foi feito um trabalho junto à comunidade. Neste trabalho foram levantadas as necessidades e as possibilidades que o município possuía na época e o que

poderia ser alvo de desenvolvimento. Uma das atividades apontadas foi o turismo. Algumas pessoas acharam que o turismo era um sonho, no entanto, tudo levava para isso. Além disso, já existia a Rota das Terras, o que nos levou a pensar o turismo em Tapera, além do Projeto PRESTO que incentivava o desenvolvimento do turismo sustentável na região, privilegiando dez municípios de forma pioneira. Este projeto era piloto e dependia do interesse dos municípios. Os mais interessados tomaram a dianteira e o município de Tapera foi um deles. O projeto PRESTO foi desenvolvido por um período de um ano e meio em Tapera com a parceria da Rota das Terras e o SEBRAE. Neste período foram levantadas as potencialidades turísticas do município, e formatada uma rota turística, que era o objetivo inicial do projeto. Na atualidade, acredita-se que se avançou muito em turismo, entretanto sabe-se que atividade necessita de um tempo para desenvolver-se plenamente. Este tempo, acredito, seja a partir de dez anos. Não estamos, a bem da verdade, ainda plenamente desenvolvidos, mas se estabeleceu como meta, que os empreendedores conseguissem resgatar os seus investimentos em cinco anos, e isto aconteceu bem antes: um ano após o lançamento da Rota Della Cuccagna os empreendedores já haviam recuperado seus investimentos. Além disso, estabelecemos o prazo de dez anos para a total consolidação desse roteiro, ou seja, para que ele se tornasse conhecido no Estado e região. Outro fato que mostra a atualidade do turismo é a consolidação dos roteiros integrados, já que a intenção é integrar os roteiros já existentes ou criar outros para que sejam integrados.

Sintetize o desenvolvimento do turismo em Tapera desde o seu surgimento até os dias de hoje:

No princípio foi bastante difícil. O turismo era desacreditado. Até mesmo os investidores não acreditavam no potencial do turismo. A comunidade, então, não via o turismo com bons olhos. Hoje com o retorno financeiro, já se tem outros olhos para a atividade. A consolidação da Rota Della Cuccagna foi um fator primordial para o sucesso do turismo.

O que motivou o crescimento da atividade turística no município?

A partir do projeto PRODES, a comunidade foi envolvida. Foram escolhidas quarenta pessoas da comunidade, e destas, cinco foram escolhidas para coordenar projetos que envolviam a comunidade, o poder público, os empreendedores e o SEBRAE. Para a coordenação geral dos trabalhos eu fiquei encarregada. Nestes trabalhos, procurou-se, sempre, não deixar esmorecer a idéia de um roteiro, visto que na região da Rota das Terras não existe uma cultura de turismo. A atividade principal e que tem a atenção da maioria é a agricultura. Então, para se colocar o turismo como uma prioridade, foi necessário um trabalho árduo de motivação. Em se tratando da Rota Della Cuccagna, o papel do poder público foi fundamental, visto que se corria o risco de se perder sempre o trabalho que tinha sido feito anteriormente.

Quais os tipos de turismo são desenvolvidos no município?

Turismo rural e turismo cultural.

Quais são os recursos turísticos (naturais, culturais, históricos, arquitetônicos, etc) explorados no município?

Os recursos turísticos mais trabalhados são o natural, através do turismo rural, e o cultural, também dentro do turismo rural e da Rota Della Cuccagna, que explora a colonização européia italiana. Estes recursos turísticos abundam mais em nossa região, e, talvez por isso, tenha maior oferta e demanda.

Quais os produtos turísticos que podem ser caracterizados como típicos do município?

Como típico, diríamos que é a Rota Della Cuccagna, pois oferece a colonização italiana a que o município esteve sujeita. Embora em outros lugares tenha acontecido o processo de ocupação por meio da imigração, este processo é único em Tapera (como é em outros locais). A história das famílias, com suas maneiras de produzir, são próprias da localidade. Além disso, acredito que há uma similaridade dos produtos turísticos na Rota das Terras, afinal, o processo cultural

se assemelha muito. As diferenças ficam por conta das colonizações italiana, alemã e portuguesa, mas que devido ao processo intenso de contatos, tornaram as comunidades muito parecidas.

Quais são as funções do Setor de Turismo do município?

Planejar, coordenar e gerenciar todas as atividades relacionadas com a atividade turística no município. Além disso, todo o trabalho de conscientização e de orientação turística passa pelo Departamento de turismo.

Qual é a qualificação profissional dos agentes públicos de turismo? Quantos são? Quais as suas funções?

O Departamento funciona somente com um funcionário, que sou eu. Às vezes o trabalho é demais, pois são muitas coisas, entretanto tento dar conta de tudo. Quanto à qualificação, tenho procurado freqüentar todos os cursos que são possíveis dentro da área turística, embora eu não tenha formação acadêmica específica. Quantificando, diria que possuo em torno de quarenta cursos ligados ao turismo, que me deram boas condições de conhecer melhor a atividade e desempenhar a minha função de forma objetiva. Neste sentido, o poder público municipal tem dado bastante apoio para que eu me qualifique.

O município possui uma política de turismo? Existem documentos (leis, planos, etc) que explicita ela?

Embora não existam documentos específicos, acredito que a política para o turismo esteja na disposição dos dirigentes em investir e desenvolver a atividade. Inclusive, há na dotação orçamentária um valor destinado para a pasta do departamento de turismo (R\$ 45.000,00 no ano de 2006 e para 2007, R\$ 151.000,00), o que configura a importância da atividade na consecução do desenvolvimento econômico e social do município. Isto é, provavelmente, uma resposta de que o município possui uma política pública para o turismo. Não resolve, às vezes, se ter documentos escritos se a base dos investimentos não for

contemplada com recursos financeiros. Além disso, este recurso é muito importante porque o município não tem o turismo municipalizado, tal como prega a EMBRATUR e, sequer, uma secretaria de turismo, que é um desejo meu para o futuro.

Fale sobre a política de turismo do município:

O principal, no momento, em termos de política de turismo, é que a Rota Della Cuccagna seja reconhecida e se firme, tanto entre a comunidade e empresários, quanto na região. Pois como objetivos futuros, e em continuidade a esta política, pretendemos que o turismo seja municipalizado, seja criado um conselho municipal de turismo, com o respectivo fundo, a criação de uma secretaria municipal. Assim, acredito que o município possui uma política pública de turismo, embora ela não esteja escrita em documentos, pois acontece nos discursos e práticas adotadas para o desenvolvimento da atividade. Esta prática já ocorre há muitos anos, tanto que quando da elaboração da lei orçamentária, o departamento de turismo é consultado, o que traduz que o turismo é considerado como uma ação da administração pública municipal. E a cada ano as verbas estão em quantidade maior em relação ao total de recursos para os demais investimentos. Tanto o prefeito municipal, quanto os secretários municipais, encaram o turismo como uma possibilidade econômica no município.

A política pública de turismo prevê a avaliação periódica das atividades turísticas no município? De que forma?

Como não temos uma política pública escrita e específica para o turismo, esta avaliação, se assim poderia ser chamada, é feita através da apresentação para a secretaria da fazenda e para a câmara de vereadores, de um relatório das atividades, com os respectivos investimentos, do departamento de turismo. Este relatório também é apresentado, semestralmente, para a comunidade. Ele contém, além dos investimentos em turismo, todos os investimentos da secretaria a que o departamento está incluído.

Você acredita na importância da existência de políticas públicas para o turismo? Por quê?

Sim. A definição de rumos e o estabelecimento de objetivos claros permitem que a atividade seja melhor conduzida, além do que, cria-se uma cultura turística, ou seja, inclui-se o turismo nos debates a respeito do desenvolvimento sócio-econômico no município. Aliás, embora não tenhamos uma política pública escrita, creio que ela deva existir em todo que queira investir na atividade turística.

A política pública municipal de turismo está integrada às políticas estadual e federal? Por que? Como?

Sim. Em nível federal, inclusive, coordeno o Fórum Estadual de Turismo (que realiza atividades e projetos da EMBRATUR). Assim, também em nível estadual há essa integração, embora tanto o governo federal quanto o estadual não tenham bons olhos para a nossa região, ou seja, ela não é prioritária nas ações públicas. Embora isso, buscamos fazer do turismo uma prioridade. Prova disto é que estamos representando a região no projeto do Ministério do Turismo – Roteiros Integrados.

Você credita o crescimento do turismo no município a alguma ação específica? Qual?

A existência do Departamento de Turismo, a preocupação do poder público com o turismo, e, sobretudo, a ação de algumas pessoas idealistas, que fizeram com que o turismo vingasse e se projetasse como uma possibilidade para o município.

Existem metas prospectivas para o crescimento da atividade turística em Tapera?

Especificamente, acredito que não existam metas claramente definidas, no entanto, creio que a criação da Secretaria de Turismo seja uma meta. Considero que metas para o turismo, em geral, no município, não tenhamos, mas para a Rota Della Cuccagna, sim. Calculamos que somente após dez anos ela estaria consolidada.

A preocupação com o turismo faz com que o Setor de Turismo adote quais posturas e tome quais medidas?

Fazemos um trabalho constante de marketing junto à comunidade por meio de folder, participação de eventos e feiras. Tudo isso visa dar conhecimento do turismo no município.

A organização de um roteiro turístico (Rota Della Cuccagna) faz parte da política pública de turismo do município?

Sim, pois ela traduz a vontade e a ação de pessoas em prol da atividade.

A manutenção de um calendário de eventos atualizado auxilia para o desenvolvimento turístico? Em quais aspectos?

Sim, pois ele possibilita que tanto o poder público quanto os visitantes possam se programar com antecedência. Também porque permite que não haja coincidência de atividades, demonstrando uma preocupação em antever os acontecimentos.

Faz parte da política pública de turismo do município (em forma de documentos escritos ou em discursos) a participação em eventos de atualização de conhecimentos e de divulgação do município? De que forma estas ações são executadas?

Sim. Todas as oportunidades de se obter conhecimentos, sejam por meio de cursos, simpósios, palestras, etc, procura-se participar. A questão da divulgação também é priorizada no discurso dos governantes.

Existem estudos para aumentar a capacidade turística do município?

Não. Atualmente não existem estes estudos.

Outros órgãos municipais estão engajados na causa turística? De que maneira?

A Secretaria da Educação, Secretaria da Cultura, Secretaria da Fazenda, Secretaria da Infra-estrutura. Esta última com obras de urbanização, tais como embelezamento de ruas e parques, limpeza urbana, e, ultimamente, envolvida no projeto de paisagismo.

Existe um Sistema de Informações e Gerenciamento Turístico (SIGT) no município (chegada de turistas, perfil do turista, nível de satisfação, hotéis, restaurantes, etc)?

Não.

Pode ser traçado um perfil do turista que visita, atualmente, Tapera?

Em geral são famílias e grupos de terceira idade. Eles vêm de ônibus.

Quais são os atrativos mais procurados pelos turistas?

É a Rota Della Cuccagna.

Quais são os períodos de maior procura pelos turistas?

No período de inverno, incluindo as férias de julho. Também há prevalência em finais-de semana. Mas também em setembro, outubro e novembro, recebemos grupos de estudantes.

Quanto o turismo contribui para a economia do município? Existem dados a respeito?

Embora não existam dados a respeito, percebemos, através de um estudo juntamente com a EMATER, que os investidores estão muito satisfeitos com o turismo. Inclusive, há uma surpresa no sentido de que a atividade tenha rendido tanto em tão pouco tempo.

Quais os benefícios sócio-ambientais-culturais que o turismo traz para o município?

O benefício econômico é evidente, mas há o fator cultural, já que ajudou a preservar e valorizar a cultura local. Tanto que, recebemos visitantes da Itália que vinham atrás de descendentes. Estes visitantes puderam manter um intercâmbio cultural com a população local. Também temos dado ênfase à gastronomia, um dos aspectos da cultura local.

Quais as ações do município para estimular estes benefícios?

Estamos procurando, através de um projeto juntamente com a EMATER, buscar subsídios para o desenvolvimento do turismo.

Quais os problemas sócio-ambientais-culturais que o turismo traz para o município?

Principalmente o choque cultural. A população residente, às vezes, entra em confronto com os visitantes. Para evitar que isto aconteça, estamos procurando fazer palestras de conscientização junto à comunidade.

Existem conflitos entre a comunidade e os turistas?

Sim, conforme exposto anteriormente.

Houve uma preparação da comunidade para que o turismo ocorresse no município?

Sim, através de palestras.

Como funcionam os serviços de atendimento e informação ao turista?

O serviço de informações turísticas é prestado junto à casa de vinho Rizzi, que está localizada perto da entrada principal da cidade, por isso não temos um posto de informações turísticas. Haveria a necessidade desse posto funcionar 24 horas e, na atualidade, não temos condições de fornecer esse serviço.

Existe a preocupação do município em envolver a comunidade e os empreendedores em favor da causa turística? Como isto é feito?

Sim. Usamos cursos, palestras e campanhas de conscientização.

O poder público tem feito campanhas de conscientização/sensibilização turística junto à comunidade? Como a comunidade participa das ações turísticas?

As campanhas de conscientização são feitas por segmentos, ou seja, motoristas de táxi, estudantes, associação comercial. A forma como isso é feita, como foi dito, é por meio de cursos, palestras e campanhas.

Os empreendedores têm sido orientados de como investir na atividade? Como?

Sim. Usamos cursos e palestras.

São realizadas reuniões, encontros ou cursos que orientem os empreendedores turísticos a respeito de como organizar as suas atividades, tais como atrativos, planejamento, administração, busca de recursos financeiros, divulgação, etc?

Sim. O município tem feito isto, no entanto, eles também tem tido orientação do escritório da Rota das Terras, da Secretaria Estadual e do Ministério do Turismo. Os empreendedores tem dificuldades em captar recursos porque as linhas de crédito ainda apresentam taxas de juros muito altas.

Como é realizada a divulgação do turismo pelo município?

Utilizamos folders, a radiodifusão e a televisão, ocasionalmente, devido aos custos. Uma das melhores formas de divulgação é a participação em eventos (feiras e congressos). Também conta a participação da diretora em eventos variados. Um exemplo de divulgação, e que repercutiu em um fluxo maior de turistas no município, foi a exposição de Tapera e da Rota Della Cuccagna no caderno de turismo de um jornal de circulação estadual, da capital gaúcha.

O município dispõe de sinalização turística? De que forma ela é? Quem financiou a sua execução?

Estamos com um projeto para que prevê o financiamento da sinalização pelo próprio município. Já conseguimos instalar três placas até o momento. Outras, de menor porte indicam a localização dos atrativos. Fora da área urbana, temos a sinalização financiada pela Rota das Terras.

O município dispõe de algum dispositivo legal que regule a atividade turística, tais como Lei Orgânica, Plano Diretor, leis específicas?

Não. Na verdade o turismo só aparece no orçamento do município. Existe somente a lei de criação do Departamento de Turismo.

Qual o montante orçamentário destinado para a atividade turística para este ano (2006) e quanto isto representa, em percentual, no orçamento total do município?

R\$ 45.000,00. Considerando o orçamento municipal, é significativo. Isto dá em torno de 10%. Se iguala, inclusive, a secretarias como a da agricultura. Comparativamente aos outros municípios da Rota das Terras, nenhum outro possui este montante.

O município possui programas de incentivo a manutenção e conservação do patrimônio cultural e natural ou de embelezamento das vias públicas?

Não. No entanto, possuímos um projeto de paisagismo juntamente com a EMATER (Regional de Passo Fundo), que vem desenvolvido desde novembro do ano passado. Este projeto pretende embelezar os pontos turísticos e as vias de acesso da cidade. Existe a preocupação de que o embelezamento não descaracterize o local. Para tanto, os empreendedores estão envolvidos. Existe a intenção de, após a conclusão deste projeto, fazermos outros do mesmo gênero.

Dentro do zoneamento territorial do município existe algum espaço exclusivamente turístico? Qual?

Não. Inclusive, o Plano Diretor será modificado a partir de agora. O Plano Diretor em vigor data do início do município.

O município possui medidas de proteção ambiental e cultural? Quais?

Sim. Existe em Tapera a questão ambiental é fiscalizada pelo poder público, atendendo uma legislação específica.

Os empreendimentos turísticos devem seguir alguma legislação específica que regule o seu funcionamento? Quais?

Não. No momento não temos uma regulação específica e seguimos a legislação estadual.

O município tem buscado parcerias e convênios, com a finalidade turística, com outros órgãos que não tem o turismo como objetivo principal, tais como empresas de desenvolvimento rural, associações de classe, instituições de ensino, etc? Quais são elas?

Com a EMATER no projeto de paisagismo e com a TVE (TV Cultura), de Porto Alegre, onde foram mostrados os atrativos turísticos do município.

Qual a importância do turismo em espaço rural no município?

É muito importante, tendo em vista que muitos atrativos do município estão na área rural – da Rota Della Cuccagna, inclusive – mas estamos procurando diversificar o produto turístico. Entretanto a atividade agrícola é muito forte no município. Afora isso, estamos procurando inserir outros proprietários na Rota Della Cuccagna.

Existem medidas, ações, específicas para esta modalidade turística?

Especificamente, não.

De que forma os empreendedores estão sendo auxiliados pelo poder público?

Da mesma forma que os outros que não estão na área rural.

O município dispõe de um Conselho Municipal de Turismo (Comtur)? Qual o seu papel?

Não.

APÊNDICE 4

INSTRUMENTO DE PESQUISA

O presente instrumento destina-se a colher dados para subsidiar uma pesquisa referente a políticas públicas para o turismo no espaço rural na Rota das Terras.

NOME:

FUNÇÃO/CARGO: _____

FORMAÇÃO/EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: _____

1. Qual é o objetivo da existência deste órgão/cargo/função?

a). De onde provêm os recursos financeiros que mantêm o trabalho deste órgão?

b). Existem recursos específicos para a divulgação dos produtos turísticos, para o financiamento dos investidores ou para a criação de infra-estrutura turística?

2. Quais são os trabalhos desenvolvidos pela Rota das Terras?

3. Quais são os instrumentos legais que norteiam o trabalho na Rota das Terras?

4. Em relação aos poderes públicos dos municípios que participam do consórcio, como é o relacionamento com os mesmos e a atuação da Rota das Terras junto deles?

5. Quais as principais dificuldades enfrentadas pela Rota das Terras para a consolidação de um roteiro turístico com boa demanda?

8. Elencar os trabalhos executados nos últimos dois anos:

9. Elencar os planos e metas para os próximos dois anos:

10. Existem planos/projetos específicos para o desenvolvimento do turismo no espaço rural no âmbito do consórcio?

11. Outros aspectos julgados importantes:



APÊNDICE 5

PROPOSTA PARA O PLANEJAMENTO TURÍSTICO NA ROTA DAS TERRAS

Preâmbulo

O planejamento turístico deve levar em consideração dois aspectos fundamentais: A oferta e a demanda turística. Por oferta turística entende-se a quantidade de bens e serviços que os empresários desejam vender por um dado preço para os visitantes. Demanda turística diz respeito à procura turística, ou seja, pela quantidade de pessoas que chegam e visitam uma região. Na oferta deve-se considerar uma série de fatores, tais como o preço do produto turístico, os custos de produção, do poder público, dos atrativos turísticos, dos equipamentos e serviços turísticos e da infra-estrutura de apoio turístico. A demanda, por sua vez, depende dos preços dos produtos turísticos, do preço de outros produtos consumidos pelo visitante, pela renda dos consumidores, pelos gastos e preferências dos visitantes e pela propaganda que se faz dos atrativos.

Planejamento

Fase 1 – Estudo preliminar

- Definir os objetivos do desenvolvimento turístico na Rota das Terras;
- Identificar os organismos, as instituições e pessoas envolvidas no projeto;
- Inventariar os recursos turísticos da Rota das Terras;
- Descrever o estágio em que se encontra o turismo na região;
- Prever os possíveis tráfegos turísticos na região (prospectiva da demanda turística).

Fase 2 – Diagnóstico

- Caracterizar e analisar a estrutura político-institucional do turismo na região, nos setores público e privado;
- Dimensionar a infra-estrutura urbana e de acesso;
- Dimensionar a oferta regional existente de alojamentos, transportes, equipamentos, instalações e serviços;
- Identificar o diferencial turístico regional para a estruturação do marketing;
- Caracterizar a demanda atual.

Fase 3 – Prognóstico

- **Formular políticas e programas de ação para o desenvolvimento do turismo na região;**
- **Estabelecer metas para o setor.**

Outras considerações

Os objetivos são direções gerais para o planejamento e gestão do turismo;

Políticas são orientações específicas para a gestão permanente do turismo e que englobam vários aspectos operacionais da atividade;

Planejamento é o processo de interferir e programar os fundamentos do turismo e abrange três pontos essenciais: Estabelecimento de objetivos; definição de cursos de ação e determinação da realimentação.

O planejamento regional do turismo deve considerar os pólos turísticos existentes e os potenciais, unindo-os por uma infra-estrutura comum que ajude a desenvolver economicamente e socialmente a região como um todo. (planejamento integrado).

Etapas seguintes

- Cooptar o poder público, as entidades sociais, os investidores e a comunidade em geral para a importância do desenvolvimento turístico na região (campanha de divulgação do turismo e realização de fóruns, debates e encontros sobre a temática); - Esta etapa pode ser realizada permanentemente, desde o planejamento até o desenvolvimento turístico. -
- Organizar roteiros turísticos;

- Fazer a divulgação turística (Imprensa, folheteria, organismos oficiais de turismo, poder público) – Realizada com base no inventário turístico e na organização de roteiros;
- Manter um fórum permanente que trate do turismo na Rota das Terras.

Bibliografia consultada

BENI, M. C. Política e estratégia do desenvolvimento regional – Planejamento integrado e sustentável do turismo. In: LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. (orgs.). **Turismo teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000. 376p.

Rota das Terras-RS, 11 de agosto de 2005.

Paulo Ricardo Machado Weissbach – Professor da Unicruz

APÊNDICE 6

INSTRUMENTO DE PESQUISA

O presente instrumento destina-se a colher dados para subsidiar uma pesquisa referente a políticas públicas para o turismo no espaço rural na Rota das Terras.

1. Como o Sr/Sra classifica o turismo na Rota das Terras?

Excelente Muito Bom Bom Regular Ruim

2. O Sr/Sra conhece algum atrativo turístico da Rota das Terras que não esteja situado em seu município?

() SIM

() NÃO

3. O Sr/Sra já visitou algum atrativo turístico da Rota das Terras que não esteja situado em seu município?

() SIM

() NÃO

4. Cite o (s) atrativo (s) visitado (s):

5. Cite outros atrativos da Rota das Terras que não estejam situados em seu município:

6. Em sua opinião qual é o município da Rota das Terras que está melhor estruturado turisticamente?

APÊNDICE 7 INSTRUMENTO DE PESQUISA

O presente instrumento destina-se a colher dados para subsidiar uma pesquisa referente a políticas públicas para o turismo no espaço rural na Rota das Terras.

--

NOME: _____

EMPREENHIMENTO: _____

1. O Sr. Recebeu orientação de algum órgão especializado em turismo para organizar o seu empreendimento?

Sim Não

2. O poder público municipal o auxiliou na organização de seu empreendimento?

Sim Não

3. Atribua uma menção ao apoio do poder público após o início das atividades:

Excelente Muito Bom Bom Regular Ruim

4. De onde provêm os recursos financeiros para o investimento?

Venda de produção agropecuária
 Capital resultante de aplicação financeira
 Obtido junto a instituição de crédito
 Resultante de verbas públicas
 Outro

5. Há registro do número de turistas que visitam o empreendimento?

SIM NÃO

6. Em sua opinião o número de turistas, desde o início do empreendimento tem;

aumentado diminuído permanece o mesmo

7. O aumento, a diminuição ou a permanência da visitação pode ser atribuído a qual fator (admite-se resposta múltipla):

interesse do empreendedor
 volume de recursos investidos

- apoio do poder público
- divulgação do roteiro
- outro

8. A associação dos empreendedores em redes de cooperação seria:

- Boa Ruim Não interfere no rendimento do estabelecimento

9. Na sua opinião, qual o município da Rota das Terras que está melhor organizado turisticamente?

Município

Alto Alegre
Bo Vista do Cadeado
Boa Vista do Incra
Campos Borges
Colorado
Cruz Alta
Espumoso
Ernestina
Fortaleza dos Valos
Ibirubá
Jacuizinho
Lagoa dos Três Cantos
Não-Me-Toque
Quinze de Novembro
Salto do Jacuí
Selbach
Tapera
Tio Hugo
Victor Graef

10. Qual o fator que o sr considera responsável pelo desenvolvimento turístico do município citado?

- interesse do empreendedor
- volume de recursos investidos
- apoio do poder público
- divulgação do roteiro
- outro

APÊNDICE 8
INSTRUMENTO DE PESQUISA

O presente instrumento destina-se a colher dados para subsidiar uma pesquisa referente a políticas públicas para o turismo no espaço rural na Rota das Terras.

NOME: _____

FUNÇÃO/CARGO: _____

FORMAÇÃO/EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: _____

1. Existe na legislação municipal, tais como a Lei Orgânica, Código de Posturas, Plano Diretor ou outro, algum tópico que regule o turismo ou faça menção à atividade?

2. Como o turismo está sendo tratado nas ações governamentais do município, existe uma estruturação específica?

3. Existem recursos específicos para a divulgação dos produtos turísticos, para o financiamento dos investidores ou para a criação de infra-estrutura turística?

4. Os profissionais responsáveis pela atividade turística no setor público são habilitados?

5. Há a preocupação de inventariar os atrativos turísticos e divulgá-los?

6. Existe algum atrativo turístico no município que pode ser caracterizado como turismo no espaço rural?

7. Existem planos/projetos específicos para o turismo no espaço rural no âmbito do município? Como eles estão sendo desenvolvidos?

8. Quais são as medidas adotadas para desenvolver turisticamente o município?

9. O poder público tem conhecimento de linhas de crédito que podem servir para financiar o turismo no município? Quais?

10. Como o município está participando do Consórcio Rota das Terras?

11. Outros aspectos julgados importantes:

APÊNDICE 9

CORRESPONDÊNCIA AOS DIRIGENTES DE TURISMO DOS MUNICÍPIOS DA ROTA DAS TERRAS

Senhor Dirigente de turismo.

Estou realizando uma pesquisa para um curso de pós-graduação na Universidade Estadual Paulista (Doutorado) no seguinte tema: **Propostas de Políticas Públicas para o Turismo no Espaço Rural da Rota das Terras**. Para tanto, necessito da colaboração dos dirigentes municipais de turismo do consórcio Rota das Terras.

Desta forma, solicito que as entrevistas em anexo sejam respondidas pelo Prefeito Municipal e pelo Secretário/Diretor/Coordenador de turismo (ou equivalente) e remetidas com a maior brevidade possível.

Da mesma maneira, solicito que junto com as entrevistas sejam remetidas, caso disponham, de material onde são elencados os atrativos turísticos do município (folders, listas, material de divulgação, relatórios) e cópias dos documentos municipais onde conste a regulamentação do turismo, tais como lei orgânica, leis ordinárias, código de postura, entre outros.

De antemão agradeço a colaboração, ressaltando a importância que o estudo turístico vai proporcionar para o pleno desenvolvimento da atividade na Rota das Terras.

Quinze de Novembro, 06 de abril de 2006.

Paulo Ricardo Machado Weissbach

Prof. Msc - UNICRUZ